

GUILLERMO JOSÉ M. J. WILLIAMSON CASTRO

*EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL
EDUCACIONAL DE UMA ORGANIZAÇÃO
CAMPONESA*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1992

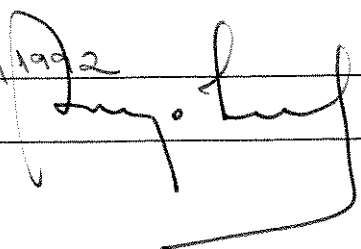
GUILLERMO JOSÉ M. J. WILLIAMSON CASTRO

Este exemplar corresponde à redação final da
Tese defendida por Guillermo José M. J.
Williamson Castro e aprovada pela Comissão
Julgadora em 14/12/1992.

Data:

14/12/1992

Assinatura:



**EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL
E EDUCACIONAL DE UMA ORGANIZAÇÃO
CAMPONESA**

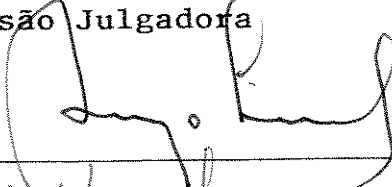
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1992

Tese apresentada como exigência parcial
para a obtenção do Título de DOUTOR EM
EDUCAÇÃO na Área de Concentração em
Filosofia e História da Educação da
Universidade Estadual de Campinas.

Orientador:

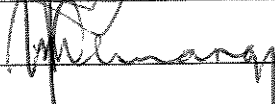
Prof. Dr. Hugo R. Lovisolo

Comissão Julgadora


Rui Noronha

Zeila de B. L. Demattê

~~João Soares~~


António

Este trabalho é dedicado a:

A todos aqueles companheiros (as), técnicos e camponeses, das diversas idéias religiosas, políticas e sociais, com os quais trabalhamos nos campos do Chile, na esperança da verdadeira democracia e de uma cultura de vida e solidariedade.

A todos aqueles companheiros (as), com os quais trabalhamos nos campos nordestinos do Brasil na esperança da reforma agrária e educação para todas as suas crianças.

Aos amigos do Chile e de Campinas, brasileiros, chilenos e de outros países de América Latina, que contribuíram a esta tese.

Aos meus pais Guillermo e Eliana, aos meus irmãos, por seu apoio e fé.

E, por sobretudo, à minha família: Francisca, João e Macarena, cidadãos chilenos e brasileiros, pelo seu carinho e imenso sacrifício. Esta tese é por eles.

Agradeço ao estado e ao povo brasileiro a possibilidade de que estudantes latinoamericanos participem do Programa de Estudantes Convênio de Pós-Graduação e contem com uma bolsa da CAPES. Foi o meu caso. E à Faculdade de Educação da UNICAMP, aos seus Diretores, Vice-Diretores e Coordenadores de CPG, pela oportunidade, pela amizade de tantos professores e alunos e pelo muito que aprendi nela.

Agradeço ao meu Orientador, Prof. Dr. Hugo Lovisolo, pela sua atenção, relação humana e conversações para a abertura a idéias novas.

A esses amigos especiais como Diego, Adriano e Débora, Leonel, A Margarita, Alejandra, Rosa Fátima; à toda a família da minha esposa em Manaus, em especial a D. Raimunda; à eficiente e solidária turma da CPG; ao GEPALC. A tantos que não dá para listar. Na verdade, a pesquisa como ato pessoal, só pode ser se há cooperação, solidariedade, apoio mútuo, como foi o meu caso em Campinas.

De la misma manera que el cuerpo sin el alma está muerto, así la fé sin las obras está muerta.
(Apostol Santiago, 2-26)

Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo.
(K. Marx: Tese XI sobre Feuerbach)

Los filósofos todavía tienen ante la asociación agrícola el mismo prejuicio que tenían ante la esclavitud; piensan que es irrealizable porque nunca ha existido (...) pues sobre ésto como sobre cualquier otra cosa les conviene dar por insoluble todo problema que no saben resolver.
(Charles Fourier. La armonía pasional del nuevo mundo)

La sociedad tiene que pasar por una reconstrucción integral...ha de ser total en cada una de sus partes, hasta que todas las viejas formas desaparezcan y todo se renueve.
(Robert Owen. El Libro del Nuevo Mundo Moral.)

El principal papel en la evolución ética de la humanidad fué desempeñado por la ayuda mutua y no por la lucha mutua.
(P. Kropotkin. El Apoyo Mutuo.)

Que querem fazer de nós?: empresários ou pequenos agricultores. ?
(Pequeno Produtor de Afogados de Ingazeira-PE)

RESUMO

A tese trata do processo de formação do movimento cooperativista camponês chileno e dos processos educacionais que nele se desenvolveram. Corresponde à história organizacional e educacional de uma organização sócio-econômica de pequenos produtores e trabalhadores rurais baseada nos princípios, filosofia e prática da cooperação voluntária.

Abrange o período 1965-1986, explora os seus antecedentes, no devir histórico de experiências populares de cooperação.

Procura compreender a história da organização e educação como um processo de construção de autonomia, isto é, de independência organizacional no seu fazer e pensar, na sua atividade social, econômica e cultural, nos contextos específicos que viveu o campesinato, o cooperativismo e o país.

Aproxima-se ao descobrimento e compreensão dos processos sociais e educacionais, a partir de dois eixos principais: as relações da organização e educação com a sociedade e o contexto histórico; e, os processos sociais internos de gestão e formação.

Verifica-se no desenrolar da tese, como as organizações desenvolvem uma dinâmica própria de construção de autonomia que, tendo um caráter resultante da realidade dos sócios e da etapa de desenvolvimento da organização, adquire determinado caráter segundo sejam os eventos, idéias, processos externos, sobretudo, os atores institucionais com os quais se relacionam.

Autor: Guillermo Williamson Castro.

Orientador: Prof. Dr. Hugo R. Lovisolo

INDICE

	Página
INTRODUÇÃO GERAL	10
1. Introdução.	10
2. O Objeto e Objetivos do Estudo.	18
2.1. O Objeto de Estudo.	18
2.2. Os Objetivos do Estudo.	19
3. Alguns Problemas Metodológicos.	21
4. A Coleta de Dados.	34
 I. A EXCLUSÃO CAMPONESA: A COOPERAÇÃO ANTES DE 1960 E A EDUCAÇÃO COOPERATIVA NÃO SISTEMÁTICA.	66
1. A cooperação não cooperativa.	66
2. A educação nestas formas de cooperação.	88
3. A cooperação cooperativa.	100
3.1. As origens do cooperativismo no Chile.	100
3.2. O cooperativismo agrário: agrícola e camponês.	104
4. A educação cooperativa dos camponeses.	112
Notas da Primeira Parte.	118
 II. 1960-1973. ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA CAMPONESA. A EDUCAÇÃO ORIENTADA A ORGANIZAÇÃO	123
1. 1960-1965. As primeiras manifestações legais cooperativas.	126
2. A educação cooperativa neste período.	137
3. 1965-1970. A organização cooperativa sob influência do Governo do Partido Democrata Cristão.	141
4. A educação cooperativa neste período.	159
5. 1970-1973. O desenvolvimento cooperativo durante o Governo da Unidade Popular.	193
6. A educação cooperativa neste período.	246
Notas à Segunda Parte.	273
 III. 1973-1986. RESISTÊNCIA, REORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA CAMPONÊS. A EDUCAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO.	283
1. 1973-1986. O difícil caminho da autonomia e liberdade de organização.	283
2. A educação cooperativa neste período.	395
Notas da Terceira Parte.	546
 IV. COMENTARIOS FINAIS.	571
 BIBLIOGRAFIA E FONTES DOCUMENTAIS.	587
 ANEXOS	610

PREFÁCIO

Este tem sido um longo estudo, como longa é a história da cooperação na história da humanidade. Longa é a sua apresentação. A tendência moderna é fazer teses curtas e rápidas de ler e compreender. Lamento não poder exprimir a história dos que a fazem, embora não a escrevam. Não sinto ter deixado tempo para as pequenas coisas se misturarem com as grandes, a vida é assim.

Ao pensar a tese, escrevê-la, revisá-la, reconheço uma metodologia que combina dois elementos:

Uma, impresionista e arquitetónica, onde se combinam vigas mestras e linhas de ornato, grandes espaços e pequenos cantos, formas em expansão e ocultos alicerces, chaves, janelas e portas abertas ao espaço exterior e túneis aos escuros porões, o edifício entrando na mata e esta naquele.

Outra, um mergulho numa história até hoje nem contada nem escrita, e como mergulhador que entra por primeira vez num mar além dos espaços explorados, descobre rochas e montes, pequenos caracóis e grandes baleias, lugares tranquilos e transparentes e outros turbulentos e escuros.

Do primeiro surge um panorama, uma visão de conjunto, um olhar intenso e extenso ao mesmo tempo. Do segundo, uma combinação do geral e o particular, do sem limite nitido e o palpável. Em ambos o movimento, a ação humana, o orgânico, o pensamento e o coração dos atores e do autor.

Fica pendente para outro estudo a voz falada dos cooperadores, dos que conformam o movimento cooperativo camponês

chileno: falaram muito, mas, nem tudo pôde ser dito. Em especial o seu pensamento da educação. Fica pendente também uma segunda análise, mais focalizada e apurada da informação apresentada no decorrer do estudo. Falta muito para compreender porque os homens e mulheres procuram construir -e constroem- modalidades de associação, de ajuda mútua, de cooperação sócio-econômica, sempre com caráter formativo: ideológico, ético, técnico.

Esse estudo tem uma hipótese oculta, tem uma justificativa social e pessoal: demonstrar que se a cooperação se encontra em um estado precário - como é visível no Chile-, se deve nem tanto aos cooperadores, ao ser cultural dos camponeses, ou à utopia impossível da solidariedade econômica -como se comenta nos bastidores- senão fundamentalmente à agressão das forças mais violentas que caíram sobre a pátria. As forças militarizadas e adinheiradas que em nome da concorrência, do egoísmo humano, da liberdade controlada, procuraram destruir as forças da cooperação popular organizada, da economia solidária, da alternatividade cultural, da educação para a libertação.

Escolhi esta temática como cristão -na realidade um simples aprendiz- que acredita na possibilidade real de um mundo de justiça, de uma economia marcada pela solidariedade eficiente e por uma cultura de vida, liberdade e fraternidade. A escolhi por ter dedicado a ela parte marcante da minha vida no Chile e Brasil. A escolhi por ser um tema que por si é interessante; retomando velhos ideais libertários e humanistas e idéias postas em prática, as levanta como chamado às consciências, como chamado

de atenção, como voz de crítica à apariência destelhante da modernidade neo-liberal. A escolhi porque aprofunda a relação entre economia, educação/cultura e política. Três questões que se colocam nas agendas das discussões contemporâneas sobre o futuro do país, das idéias e ideais democráticos, do desenvolvimento econômico com equidade, da educação e do próprio cooperativismo.

INTRODUÇÃO GERAL

1. Introdução.

A história das organizações pode ser lida como um caminho de construção de autonomia social: da capacidade das instituições de se gerir por si mesmas num contexto de relações sociais com outras instituições em contextos determinados.

Autonomia que implica a realização de um processo económico, social e cultural, no qual determinados sujeitos, homens e mulheres associados, vão se constituindo nos agentes principais das decisões que lhes afetam, sendo os beneficiários e executores do trabalho que lhes permite sobreviver e se reproduzir. Organizacionalmente, este processo se expressa na capacidade das organizações populares, neste caso cooperativas camponesas, de atuar no meio político, económico, social e cultural / educacional, de uma maneira independente, administrando, com liberdade, as suas próprias vidas e meios de existência e sobrevivência. Defendendo assim, seus interesses e necessidades, procurando os seus objetivos, estabelecendo as alianças necessárias para a construção das condições que permitem implementar os objetivos traçados socialmente, atuando no campo ideológico e cultural, na perspectiva de obter e manter um reconhecimento dos setores que representam assim como de outras forças ou grupos populares e sociais em geral. Culturalmente a autonomia implica um pensamento independente e crítico capaz de ser comunicado; aqui a educação joga um papel fundamental.

Todavia, este não é um processo linear, sendo evolutivo não é de progressão indefinida. A autonomia não se constroi numa direção única, como um processo permanente e unidirecional de progresso social. Resulta de um conjunto de fatores do contexto - por exemplo graus de descentralização do estado ou de democratização da sociedade- que atuam sobre a população que constitui a base da organização, quanto diretamente sobre esta. Emerge em muitos casos da tradição cultural de um grupo ou coletividade ou surge como resultado de uma necessidade gerada historicamente. As próprias características da associação, são também fatores fundamentais de determinação do grau, avanços e retrocessos em que se expressa, historicamente, a autonomia da organização.

Sendo assim, se há um caminho progressivo de avanço na construção organizacional livre e independente, ele está marcado por momentos de retrocessos ou de novas formas, à vèzes sutis, de privilegiar fatores de dependência, de perda da autonomia. Também há áreas ou setores internos das organizações onde a capacidade de manter independência a respeito do meio, é maior e outras onde a possibilidade real ou o grau é menor.

A autonomia social e econômica (e política) supõe autonomia intelectual, isto é, a possibilidade de produzir um conhecimento de modo independente, capaz de permitir orientar a ação social de acordo aos interesses de consenso dos associados. A cada momento histórico de construção organizacional, correspondem processos educacionais, também determinados.

No caso do cooperativismo camponês, percorrendo a sua histó-

ria, se verifica que sempre esteve ligada, de uma ou outra forma, a uma concepção educativa ou práticas formativas: as vezes como ideal ou objetivo da própria organização (educar a cooperação na cooperativa), como meio (o cooperativismo como caminho para o aperfeiçoamento integral humano) ou como instrumento para a gestão e participação. Nestes processos implicou adoutrinamento ideológico, oculto ou explícito, para favorecer ou modificar as relações sociais estabelecidas no meio de operação da organização.

A educação cooperativa, considerada como o processo intencionado e com algum grau de sistematização, que procura -operando na consciência e na aprendizagem dos sócios e pela comunicação na comunidade- contribuir explicitamente ao desenvolvimento das organizações cooperativas, tem cumprido diversas funções nas variadas circunstâncias históricas em que se tem desenvolvido.

Podíamos utilizar o termo "capacitação cooperativa" que pareceria mais apropriado devido à sua estreita relação com a formação para o trabalho e a participação, todavia, no mundo cooperativo é de uso comum o termo "educação cooperativa", como conceito que envolve múltiplas modalidades de formação de sócios, dirigentes, funcionários e comunidades, em aquelas matérias, conteúdos, valores, princípios de ação, que o setor considera importantes em determinadas condições históricas. Temos optado por assumir este conceito contextualizadamente.

O caráter das funções da educação, tem sido definido por duas grandes áreas de ação e relação: a(s) organização(ões) a respeito da sociedade e especificamente às instituições que ope-

raram sobre ou com as cooperativas (sentido horizontal); e as características das relações internas à própria organização (sentido vertical). Ambos fatores influenciam e determinam o caráter da construção da autonomia organizacional e as formas em que esta se expressa em condições históricas específicas.

Os processos educativos se manifestam, como condição e/ou objeto da cooperação e como programas específicos em ambos sentidos, entrelaçando-se de múltiplas formas. Cumprem uma função ideológica e técnica, constituindo-se num fator central no êxito sócio-econômico da organização e na capacidade de gestão autônoma pelos seus sócios.

São caminhos de difusão ideológica num sentido duplo: as influências da sociedade exterior urbana, da cultura dominante, da ideologia da modernização capitalista, do pensamento e cultura popular e transformador, da intelectualidade citadina, das críticas e resistências sociais às variadas formas de dominação, dependência, perda de liberdade, das contradições teóricas e práticas no seio das forças populares e dos seus processos educativos. Por outra parte, refletem a visão social de mundo que tem os sócios e os seus intelectuais, os valores e anquilosamentos da tradição camponesa e popular, as propostas de organização econômica e social para os camponeses e a sociedade, as modalidades em que se estabelecem as relações entre campo e cidade, entre indústria e serviços urbanos e agro-indústria e economias camponesas.

Nestas condições os cooperativistas camponeses vão tentando ir, progressivamente, estabelecendo alianças confiáveis a partir

de um discurso capaz de fixar limites que, por um lado definam a sua proposta -nem sempre sistematicamente exposta- e outorgam coerência às elaborações de conteúdos culturais, filosóficos, sociais e econômicos que os distinguem, mas que, por outro, sejam flexíveis, de tal forma a obter um consenso, com as outras forças camponesas e sociais interessadas na organização.

Procura-se assim a construção de uma autonomia cultural capaz de sustentar um discurso ideológico coerente, convocativo para a adscrição, ligado estreitamente às necessidades e interesses das bases organizacionais quanto dos potenciais sócios. Ao mesmo tempo esta autonomia cultural deve-se converter em capacidade técnica, isto é, em conhecimento tecnológico capaz de fazer operar eficientemente a administração do empreendimento coletivo, no contexto do mercado no qual cumpre o seu objetivo econômico.

Este processo organizacional e educativo, que não pode ser compreendido linearmente, é a temática deste estudo: a história da organização cooperativa camponesa e da educação nela, é o conteúdo deste trabalho. Conhecer e difundir a história da formação de um movimento popular agrário, de caráter sócio-econômico, no Chile, a procura da construção de sua autonomia, é o objeto desta tese. Tentar escrever uma história das que a fazem, embora não a sistematizem, é a intencionalidade deste texto.

Temos organizado o estudo em três grandes blocos históricos definidos em torno a um eixo principal: a reforma agrária. Isto é, analisamos o seu período anterior, a sua implementação e a etapa posterior (até 1986).

Coincidentemente na medida que se avança historicamente se amplia a autonomia cultural, embora se mantenham outras formas de dependência, principalmente no campo do desenvolvimento econômico. Os períodos do estudo são:

a) A exclusão camponesa: a cooperação antes de 1960. Nesta parte analisaremos os antecedentes das poucas experiências de cooperativismo camponês que temos podido resgatar na pesquisa bibliográfica. Porém, este período é importante na medida em que assinala o tempo de formação das primeiras experiências cooperativas no país, as idéias e ideais que se encontram na sua base ideológica e os grupos sociais que contribuíram à sua formação. Apresenta um conjunto de experiências de cooperação não-cooperativa, urbanas e rurais, em geral de caráter popular, a maioria delas interrompidas no devenir do século XX, que demonstram a variedade de experiências solidárias desenvolvidas no país, por diversos grupos sociais. Finalmente, é o tempo no qual educaram-se, forma am-se, nas fazendas, pequenas áreas de lavouras, comunidades, etc. os homens e mulheres que, na reforma agrária, e posteriormente, se organizaram em muitas e variadas formas de cooperação, entre as quais as cooperativas camponesas, projetando sua ação até os nossos dias.

Procuramos mostrar também como, o cooperativismo camponês chileno, se insere e projeta numa tradição de cooperação e ajuda mútua de caráter popular, embora muitas vezes incipiente, que se estende dos períodos anteriores à conquista do Chile e se desenvolve até hoje. E que, em geral, implicou mecanismos educacionais

de diversa índole.

b) A organização cooperativa camponesa: 1960-1973. Neste período, que corresponde aos antecedentes imediatos ao processo de reforma agrária (1967) e, ao desenvolvimento desta, finalizando com o golpe militar de setembro de 1973, estudaremos o processo de formação do cooperativismo camponês. Os anos 1965/66 até 1973, (aproximadamente 8 anos) marcam o período de auge quantitativo e desenvolvimento qualitativo desta modalidade de organização popular rural, sob o impulso do Estado.

c) A resistência e re-organização do movimento cooperativo camponês: 1973-1989. Neste período, marcado pelo Governo Ditatorial Militar, todo o movimento popular foi violentamente reprimido, através de diversos mecanismos (violência física, dissolução legal de organizações, intervenções do Governo, perseguição a dirigentes, controle das atividades, etc.). O setor cooperativo camponês não escapou desta realidade.

O Regime impôs ao país um novo modelo econômico, neoliberal, que não reconhece a possibilidade de uma área de participação social na economia, com isto, o movimento cooperativo no seu conjunto, viu fechadas as possibilidades de se desenvolver com uma proposta de economia solidária.

Finalmente, a reforma agrária teve uma reversão: transferiram-se terras que estavam nas mãos de camponeses para outros setores, o Estado retirou o apoio prestado aos pequenos produtores (assistência técnica, crédito, apoio à comercialização, etc.), as empresas camponesas cooperativas viram subir os juros dos crédi-

tos contratados (subsidiados) devido aos reajustes pelos preços de mercado o que levou à falência a muitas, etc.

Neste tempo -que desenvolveremos longamente- o cooperativismo camponês, como o conjunto do movimento popular desenvolveu um conjunto de atividades de resistência que lhe permitiu sobreviver, recuperar uma base social, organiza-se nacionalmente e integra-se às ações de democratização do país.

Nesta terceira etapa vamos nos referir com maior detalhe às ações da "Confederación Nacional de Cooperativas Campesinas de Chile Limitada" (CAMPOCCOOP), organização máxima do setor e quem dirigiu as atividades de resistência e reorganização deste período. Centraremos-nos nos anos que vão de 1973 (setembro, com o golpe militar) até 1986, definida, arbitrariamente, como data limite.

O estudo coloca o seu objetivo principal nos processos educativos contextualizados. Estuda o desenvolvimento da educação numa perspectiva histórica; todavia preocupa-se também pela própria história da organização (o contexto da educação). Expõe, então, tanto a história social quanto a educacional do setor cooperativo camponês, e os entrelaçamentos mútuos.

Por outra parte, há uma emergência/imersão dos processos globais (nível macro do estudo) às atividades e fenômenos particulares (nível micro). Isto permite um movimento permanente e ondulante entre o cotidiano, os indivíduos, a "pequena história" e o geral, a dinâmica social e societal, a "grande história". Encontramos o fluxo e a tendência do movimento social, das idéias, dos

fatos sociais, políticos e econômicos, quanto a sua expressão simples, cotidiana, esporádica, emergente, imprevista, contraditória, no interior da organização.

Avança o estudo, cronologicamente, da análise dos processos exógenos à organização, como eixo da pesquisa, aos endógenos, na medida que a organização vai também se desenvolvendo e consolidando. Um marco de quebra radical neste processo que vinha tendo um caráter evolutivo, é o golpe militar de setembro de 1973, que corta qualquer laço do estado com as organizações populares.

Temos feito também uma opção: que a tese sirva não só para levantar novos problemas como desafio a pesquisadores e interessados no tema, e contribuir ao seu conhecimento, senão como fonte de dados para estes. A tese é também uma sistematização de muita informação colhida diretamente em campo ou em fontes secundárias, o que consideramos uma contribuição do estudo.

2. O objeto e objetivos do estudo.

2.1. O objeto do estudo.

A tese se preocupa, como objeto da pesquisa, do movimento cooperativo camponês chileno. Da história social e educativa de uma modalidade específica de organização sócio-econômica que tem-se desenvolvido nas zonas rurais-agrárias, tendo como sócios camponeses de diversas categorias com predominância dos pequenos agricultores: as Cooperativas Camponesas.

Considera os antecedentes históricos ao seu desenvolvimento, assim como os processos de constituição, formação e desenvolvi-

mento, tanto nos seus aspectos sociais quanto educacionais. Integra os três níveis em que se estrutura o movimento: primeiro, as Cooperativas; segundo, as Federações de Cooperativas; e terceiro, a Confederação Nacional. Este setor está, atualmente, regulado pelo Decreto com Força de Lei Nº 13 (1969).

Embora considere antecedentes, se centra no período 1965-1986, quando o movimento se desenvolve formalmente e com maior abrangência social e qualidade cooperativa.

2.2. Os objetivos do estudo.

O estudo pesquisa uma temática pouco investigada: a organização sócio-econômica dos camponeses, em particular dos pequenos agricultores. Daí que o objetivo geral do trabalho seja precisamente estudar uma destas formas de associação agrária: o cooperativismo camponês chileno.

Há uma grande pergunta que orienta o estudo:

Qual foi a história da formação do cooperativismo camponês chileno e que papel teve a educação nessa história: como se deu e que características teve?.

O esforço deste estudo é oferecer uma primeira resposta a essa questão.

Tendo como pressupostos que:

a. existe uma história camponesa, pouco conhecida, de solidariedade e cooperação sócio-econômicas, como expressão de formas de sobrevivência coletiva e construção de autonomia;

b. a cooperação camponesa supõe diversas modalidades de formação através de processos educativos específicos;

c. o cooperativismo camponês, como expressão dos processos sócio-econômicos de cooperação, têm avançado em autonomia graças à existência de uma -entre outras- condição necessária: a educação cooperativa.

d. os processos educativos (modalidades, concepções, estratégias curriculares, metodologias, materiais) desenvolvidos no cooperativismo camponês, se explicam: i) pelas influências de fatores externos ao cooperativismo: idéias, conceitos ou ações ligados ao campesinato: sociais, políticos, econômicos e culturais; nacionais internacionais; agrários e populares; sujeitos pessoais, classes, grupos ou institucionais; ii) pelas características internas do estágio de desenvolvimento da organização: momento de construção de autonomia, lideranças, idéias e ideais dominantes, sustento econômico, relações de participação. Explicam-se historicamente, tanto as características da organização quanto dos seus processos educativos, pelas inter-relações e contradições entre os fatores externos e internos, assim como aquelas que se desenvolvem no interior da organização.

e. Os processos educacionais das organizações encontram o seu significado não em objetivos próprios, senão naqueles mais gerais da organização.

Na tese se coloca como objetivos principais:

1. Estudar o processo histórico de formação de uma organização sócio-econômica camponesa (cooperativas camponesas) e as suas

características organizacionais e educacionais, considerando as influências exteriores e as condições internas que as explicam.

2. Verificar a validade dos pressupostos enunciados acima.

3. Levantar um conjunto de questões, perguntas, problemas relevantes, que dizem respeito à economia cooperativa, para serem investigados em outros estudos.

Finalmente, outro objetivo implícito e que já adiantamos:

Demonstrar que a crise do cooperativismo camponês posterior ao golpe de estado de 1973, se deve principalmente aos fatores externos (de dominação e modernização autoritária) que se constituíram em determinantes para explicar a crise deste setor que se encontrava em crescimento e desenvolvimento de autonomia. Eles se impõem por diversos mecanismos, àqueles fatores internos problemáticos que encontravam a sua origem nos primeiros anos da organização cooperativa ou que emergiam do nível de complexidade que as ações, decisões, participação iam tendo ao longo do tempo.

3. Alguns problemas metodológicos.

Para desenvolver este estudo temos enfrentado alguns problemas metodológicos:

a) As poucas pesquisas desenvolvidas e às ainda menores disponíveis para nós, sobre:

- A vida e organização dos camponeses e dos pequenos produtores (proprietários ou de outras formas), que constituíam a maior parte dos membros das cooperativas.

No completo trabalho de Cristobal Kay, "Reforma Agraria y

Movilización campesina en Chile"(1978), o autor revisa a principal literatura, até a época, referente à reforma agrária chilena. Fazendo algumas referências aos pequenos produtores, não faz nenhuma ao cooperativismo camponês, como modo de organização desenvolvido a partir do processo reformista agrário, senão só às organizações mais ligadas diretamente a ele: sindicatos, assentamentos, conselhos camponeses, etc. Dos 62 títulos da bibliografia (sobre muitos temas e autores e nem todos sobre o caso chileno) não há nenhum referido ao cooperativismo (embora possa ser tratado em algum dos textos).

O fato do movimento camponês se desenvolver ao margem da institucionalidade jurídica durante muitos anos, criou a impressão de que não existia, já que são muitos os estudos que utilizam como fontes informações oficiais (O "Diario Oficial", registros de organismos públicos, etc.). Assim a história não registrou estes movimentos, nem sempre orgânicos. "El movimiento campesino fué, pues, más un ausente jurídico, un ausente en la historiografía, que un apático y pasivo personaje; complementariamente no podríamos afirmar su organicidad y cohesión como movimiento... Esa historia está sólo parcialmente hecha" (1). Nesse contexto geral de falta de pesquisas históricas sobre o campesinato, o cooperativismo e os pequenos produtores, estão ainda mais carentes de estudos.

Há alguns trabalhos clássicos sobre a história do campesinato chileno, como os de Almino Affonso, Sergio Gomez, Emilio Klein y Pablo Ramirez (Movimiento Campesino Chileno, 1970), o de A.

Affonso ("Esbozo histórico del movimiento campesino chileno", 1973), a "Historia del Movimiento Campesino" coordenada por José Bengoa (1983) e outras. Porém, há uma imensa carência na temática cooperativa, já que, de alguma maneira, a pesquisa tem se referido às organizações ou movimentos formais, a ações de certo impacto nacional ou a setores específicos de habitantes rurais, em especial, os inquilinos e operários, com poucas referências a outras problemáticas, em especial, aquelas nas quais poderiam, hipoteticamente, encontrar-se experiências de cooperação: comunidades mapuches, comunidades do norte chico, colônias agrícolas, cooperativas, etc.

- A cooperação e o cooperativismo na sociedade e no mundo rural. Coerente com as carências de estudos sobre a organização social e econômica dos trabalhadores, há também poucos estudos sobre o cooperativismo na sociedade.

Históricamente, em particular na primeira metade deste século, as informações são muito escassas. No período anterior a 1945, ademais de dados sobre sindicatos, federações, sociedades mutualistas, "mancomunales", etc. de "otras agrupaciones de trabajadores se dispone de escasa información" (2), por exemplo, das Cooperativas. Esta situação se repete nos anos seguintes: "las cooperativas no logran un gran auge en esta etapa [1946-1955], tanto por la división del movimiento obrero como por el ambiente social imperante. No se dispone de informaciones suficientes para destacar algún aspecto de interés en este sector del trabajo" (3). O trabalho de J. Barría "El movimiento obrero: del

Frente popular a la Unidad Popular", (1971) (4) incorpora às Cooperativas dentro do movimento popular, assinalando as carências de informação que existem ao respeito.

J. Faúndez e A. Gross, no trabalho "El cooperativismo chileno, una perspectiva de análisis, (1988), colocam o problema mais que na falta de informação sobre o setor- já que existiria informação disseminada e alguns estudos sobre questões específicas, (no Instituto Chileno de Educação Cooperativa e na Confederação Nacional de Cooperativas de Chile) - na falta de estudos globais sobre o setor, que têm bastante importância na vida nacional.

"El cooperativismo en Chile data de 1904 y ha tenido un crecimiento lento y progresivo. A pesar de lo cual, tuvo momentos de gran relevancia y aportes significativos al movimiento cooperativo en América Latina.

Son escasos los estudios globales sobre su realidad, principalmente en los últimos años.

Hay pocos estudios históricos o sociológicos que permitan establecer el significado de las prácticas cooperativas dentro del proceso social del país o de la articulación entre el cooperativismo y otros movimientos sociales y políticos" (5).

- A educação rural e popular/camponesa em geral, e em especial antes de 1973. Nos últimos anos, com o desenvolvimento das Organizações Não Governamentais (ONG), tem-se desenvolvido múltiplas experiências de educação popular e alguns estudos sobre a educação rural. Estudos, em geral, referidos a casos específicos. Há também nesta área carências graves de informação.

Não há, por exemplo, uma história da educação rural no Chile, e nos textos historiográficos, como os de Amanda Labarca (História de la enseñanza en Chile, 1939) ou de Fernando Campos Harriet (Desarrollo Educacional, 1810-1960, 1960) as referências, que existem, não alcançam a dar uma visão totalizadora, dos processos educacionais nos campos do país. Por outra parte, sobre a capacitação na Reforma Agrária, há também poucos estudos, sendo o principal o de Marcela Gajardo e Loreto Egaña, "El desarrollo de la Capacitación campesina en Chile: 1960-1970" (1974), que traz uma importante informação estatística e análises consequentes sobre a capacitação dos trabalhadores durante a reforma agrária no período da Democracia Cristã. O livro de Pedro Castro "La educación en Chile, de Frei a Pinochet" (1977), incorpora também análises e informações sobre a educação rural e a capacitação camponesa, em particular no período da Reforma Agrária. O trabalho de Guillermo Briones "La desigualdad educativa en las áreas rurales de Chile" (1985) é um estudo, estatístico, de um conjunto de dados e tendências educacionais que demonstram as más condições em que se desenvolve a educação rural e como piorou sua qualidade nos últimos anos.

Assim sendo, a informação sobre esta temática é pouca, referida a determinadas experiências e momentos concretos, e a que existe não está suficientemente sistematizada, não é divulgada publicamente, ou nós não temos tido acesso a ela.

b) Sobre as fontes de informação para a elaboração deste Estudo.

Um primeiro problema refere-se ao fato de trabalhar, em importante medida, com fontes secundárias disponíveis, às que nem sempre temos facilmente à mão, o que nos obriga a deixar alguns estudos de lado. Uma segunda questão é que nos baseamos em depoimentos diretos de camponeses (e alguns informantes-chaves, como técnicos, administrativos, intelectuais, pesquisadores, etc.) que operam com lembranças, às vezes de quase duas décadas, o que pode levar a erros ou carências. Finalmente, que os documentos originais revistados nos arquivos do cooperativismo ou de outras instituições, são os que restaram destes últimos anos de confusão repressão e desorganização, os quais nem sempre estão disponíveis, as vezes estão incompletos, não têm referências bibliográficas, não estão exatamente datadas, etc.

Porém, estas dificuldades não invalidam o conteúdo do trabalho pelo contrário, elas só demonstram quanto é necessário ainda pesquisar, sistematizar e analisar. A informação que temos conseguido reunir, é suficiente para mostrar uma panorâmica da história do cooperativismo camponês chileno, e poder entender, nesse contexto, qual a prática e o pensamento educacional dos camponeses cooperativistas.

c) O fato de que a história do cooperativismo camponês seja uma história quase não escrita.

A historiografia tem praticamente desconhecido os pequenos produtores e em geral, os trabalhadores rurais não permanentes das fazendas (por exemplo os "peones", os "linyeras", etc.). No caso dos pequenos produtores, esta questão é colocada por

Villalobos e Estellé (1984) da seguinte maneira: Na Colômbia, e sob o grupo aristocrático, houve um setor que chegou ao país quando este já estava dividido e repartido entre as principais famílias, ficando, por tanto, sem poder ascender na escala social. Com o tempo uma parte destes foi se constituindo numa espécie de setor médio. "Era un sector que se concentraba en las ciudades y que también se encontraba disperso en áreas rurales apartadas, cumpliendo funciones de alguna responsabilidad o como propietarios de hijuelas y fundos de pequeña extensión.

Estaba absolutamente subordinado a la aristocracia, carecía de voz propia, no poseía ningún tipo de representación ni dejó huella en la vida pública. En cuanto a cultura, sus integrantes malamente sabían leer y escribir.

El anonimato de este sector y la dificultad para coger su presencia han hecho que los historiadores lo ignoren; pero su existencia es indudable" (6).

José Bengoa, em "El Campesinado chileno después de la Reforma Agraria" (1983), assinala duas razões pelas quais tem sido quase inexistentes os estudos sobre os pequenos proprietários nos últimos anos: uma razão metodológica e outra política.

"La metodología, fundamentalmente del CIDA, que se ocupó prioritariamente en el país de los estudios agrarios, oscureció más aún el problema de la pequeña propiedad. Al plantearse la segmentación de la propiedad por tamaño - la estratificación por hectáreas-, escondía situaciones muy diferentes al interior de cada uno de esos segmentos [...] aunque parezca generalizador, se

vio la agricultura como latifundio o minifundio. Y sin duda es más complejo" .[...]

Mas, além dos problemas conceituais, o próprio processo de reforma agrária, com a sua dinâmica política e social, influenciou a orientação dos pesquisadores, comprometidos, a maioria com o processo de mudança. "El problema del latifundio hizo perder de vista el hecho que la mayor parte de la población rural se ubica dentro de la pequeña propiedad; alrededor del 50 % de la población económicamente activa del campo son propietarios y familiares no retribuidos, lo que [...] há aumentado en los últimos años. Sin embargo en esto hay que ser justos: el problema del latifundio, realmente era central hace 15 años atrás y obviamente significó que todos los que estudiábamos el campo, nos centráramos en ese problema." (7).

Se há poucas referências bibliográficas sobre o grupo que constitui a principal base social do cooperativismo camponês, há também escasas informações sobre este setor.

O "Grupo de Investigaciones Agrarias" da "Academia de Humanismo Cristiano" (GIA), têm um trabalho publicado sobre o Cooperativismo Camponês nos últimos anos, resultante de uma pesquisa de campo. Trata-se do "Cuadernillo de Información Agraria No. 10 : Las Cooperativas Campesinas." (1983). Nas revistas "Chile Cooperativo" (publicada pelo Instituto Chileno de Educación Cooperativa, ICECOOP), "Realidad Agraria" (do GIA) e outras, há também artigos que tratam de experiências cooperativas nos campos, sobretudo nos últimos anos. CAMPOCOOP têm também alguns

trabalhos mais ou menos gerais e que tentam sistematizar a sua própria história. Porém, não conhecemos uma historiografia que sistematize o desenvolvimento do setor e, nos estudos clássicos, por exemplo, os de A. Affonso e outros, as referências são quase inexistentes. Sobretudo no período anterior a 1973.

"La falta de atención a este sector (durante a reforma agraria) se percibe incluso en la pobreza de datos con que cuentan las instituciones responsables del mismo [...], ésto se debía [durante o período da Unidade Popular] por el diagnóstico que la UP hacía : el mal estructural de la agricultura radicaría en la existencia del complejo latifundio-minifundio, detrás del cual está en realidad la relación capital-fuerza de trabajo y, consecuentemente, el tamaño de la tierra es lo aparente [...] además INDAP, trabaja con el concepto de 'pequeños productores agrícolas' que incluye tanto a pequeños propietarios como a minifundistas, en realidad pequeños productores proletarizados, sin diferenciar en consecuencia [...] (8). J. Bengoa, ao respeito, assinala : "creemos que el dogmatismo en este terreno fué uno de los principales problemas del período de reforma agraria. Colectivismo y propiedad individual son dos términos que deben manejarse en forma flexible." (9).

Aqui só estamos constatando as carências que existem na literatura a respeito das informações básicas para o desenvolvimento deste trabalho. Porém, é necessário assinalar que poderia dever-se a uma corrente ideológica, expresada numa concepção marxista das ciências sociais, na qual o campesinato tem sido

sinónimo de pequena burguesia, de classe conservadora e até reacionária, e do cooperativismo, como organização reformista, capitalista e própria de artesãos. Ao mesmo tempo afirma-se a qualidade de vanguarda histórica e classe dirigente ao operariado, ao proletariado, em especial ao urbano. Esse esquema de análise do marxismo (e de outras correntes ideológicas que, pese ao discurso , privilegiam a classe operária) de carácter rígido e dogmático , porém histórico, aplicado às ciências sociais, fez também colocar em segundo plano o estudo do cooperativismo durante a reforma agrária, começando a ser descoberto após 1973, pelo menos, por alguns setores dos intelectuais de esquerda. A isso soma-se a idéia - baseada em fatos concretos - de que o cooperativismo estava controlado pela Democracia Cristã, com o qual a variável política-partidária, com as suas opções e modelos de sociedade, entravam no campo académico.

 Sendo assim podemos afirmar que a história do cooperativismo camponês (e neste sentido de todas as formas de cooperação camponesas) ainda está por ser escrita.

 Aos problemas das orientações ideológicas e temáticas das pesquisas que excluíam ao cooperativismo, agregamos alguns próprios do setor.

 Em primeiro lugar que, em geral, é uma organização nova na história camponesa nacional, a sua origem se encontra na prática dos anos 60 e, alcançou a desenvolver-se em no mais de 6-8 anos, por tanto, podemos dizer que é história contemporânea.

 Em segundo lugar, que o cooperativismo camponês é uma orga-

nização popular, diferenciada do cooperativismo agrícola, de caráter empresarial, o que obriga também a fazer um conjunto de propostas teóricas particulares e específicas para o setor, diferente de outras experiências mundiais, onde só existe um tipo de cooperativas nos setores agrários.

Finalmente, se trata de escrever a história de uma organização popular, que integra diversos setores camponeses (assalariados, minifundistas, mapuches, alguns meios produtores, meeiros, etc.), porém, sob a hegemonia dos pequenos proprietários. Isto obriga a desenvolver categorias de análises particulares para esta modalidade de organização, "poli-classista" no interior dos setores explorados do campo, tarefa complexa e nem sempre bem trabalhada teórica e praticamente.

d) A quase inexistente história da educação cooperativa camponesa.

Há aqui também carências imensas. Nos últimos anos, escreveu-se múltiplos trabalhos, monografias, papers, etc. para serem apresentados em Congressos, Seminários, etc. tratando da questão educacional cooperativa. Esta tem sido a temática de alguns eventos nacionais e internacionais, muitos deles desenvolvidos no contexto das atividades da Secretaria Geral de Fomento ao Cooperativismo na América Latina, os que tem produzido diversas publicações. Porém, estas referem-se no geral, ou a proposições de um "dever-ser", isto é, a reflexões sobre propostas de uma temática geral e de longo prazo, ou a análise de casos específicos. De qualquer forma não sabemos de trabalhos que tentem sistematizar e

ou aprofundar estas visões. Não conhecemos estudos históricos sobre estas ações.

Existem trabalhos publicados que se baseiam em experiências em projetos globais desenvolvidos em Cooperativas de base, por exemplo, o de Aliaga, Barria, Alarcón, Katunaric, Ochoa: "Evaluación y aprendizaje de una experiencia de asesoría y capacitación a cooperativas campesinas de base"(1987), no qual os pesquisadores analisam dois modelos de intervenção que, consideravam capacitação. Na linha de comunicação rural encontramos a avaliação de experiências desenvolvidas pelo ICECOOP: "Rompiendo el aislamiento campesino. Una experiencia de comunicación multimedios" (Baltra, Lidia, 1987), "Un proceso de aprendizaje colectivo" (De Andraca, Ana María & Marcela Gajardo, 1979), "Multimedios para una comunicación alternativa" (Fontecilla, María Eugenia, s.d.). Todos estes trabalhos referidos a um programa de Difusão Camponesa, utilizando multimeios, que começou sendo para o setor cooperativo camponês e terminou abrangendo o conjunto do movimento, incluídas as organizações sindicais. A CAMPOCOOP dispõe de um conjunto de trabalhos, publicados internamente com a avaliação das suas atividades educacionais; o artigo nosso "Educación y organización cooperativa campesina" (Guillermo Williamson C., 1985) oferece uma visão geral, com ênfase nas relações entre o desenvolvimento organizacional e o currículo, das atividades educacionais entre 1977 e 1985. O "Estado del Arte: Relación entre educación y desarrollo del Movimiento cooperativo en América Latina" (Pascal, María Inés & Vial, Luis; 1988) faz um

estudo sobre o tema em diversos países da América Latina, concluindo, entre outras coisas, que as informações sobre educação cooperativa são "muy escasas, fragmentarias y no son el producto de evaluaciones o investigaciones sobre el tema" (10).

Afirmamos também as carências de estudos históricos e curriculares sobre a educação que as organizações populares, com base econômica associativa e auto-gestionária, desenvolvem. A educação popular, numa concepção de desenvolvimento endógeno supõe o povo se educando. Queremos neste estudo ir-nos adentrando progressivamente na história e no currículo de cada momento, dos processos pedagógicos de uma -entre muitas- organizações populares, neste caso camponesa e associativa.

Neste campo há uma imensa tarefa de recuperação das ações prévias a 1973, e de organização e sistematização das posteriores. A pesquisa visa contribuir a esta tarefa.

e) Finalmente, há outra condicionante metodológica: o comprometimento do autor com a história que se narra e o texto que se escreve. O autor trabalhou vários anos e em diversos períodos na Confederação Nacional onde foi responsável das suas atividades educacionais. Nesse sentido o que se estuda (e critica) é, em grande medida, auto-crítica e reconhecimento das próprias limitações, intelectuais e técnicas, no serviço aos trabalhadores. Mas, também existe amor pelo feito, há um compromisso ideológico com a organização dos camponeses em formas associativas, que anunciam outros modos de produção, associação e convivência social.

Esse estudo é expressão do que Lovisoló define como um pro-

cesso que "valoriza distanciamento e pertencimento, tentando articular ou conciliar, embora com contradições discursivas, ambos os valores" (11) ou, em palavras de Hobsbawn, situa-se "num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromisso de ordem prática e compreensão teórica entre interpretar o mundo e transformá-lo" (12). De fato, ao terminar a leitura se aprecia a passagem do distanciamento (todo o período anterior a 1973) ao distanciamento/pertencimento do período seguinte, que se entrecruza com momentos e etapas da vida acadêmica, profissional e social do autor. Isto não desvaloriza o estudo, na medida em que, se não é homogêneo no sentido de sempre guardar o afastamento temporal e de comprometimento a respeito do objeto de estudo, como recomendam manuais de pesquisa, tenta equilibrar pela análise crítica, a informação "objetiva" e a "subjativa". A que vem de fontes independentes do autor (a grande maioria) e as que nascem do seu próprio ponto de vista social, das suas lembranças e recordações. E esta foi a opção metodológica: tentar conciliar objetividade e subjetividade, como é a vida de qualquer organização social que convive com a estratégia e a conjuntura, a utopia e o imediatismo, pragmatismo e paixão, esperança e realismo.

4. A Coleta de Dados.

Sendo o eixo e objeto de estudo o cooperativismo camponês, o estudo considerou seis fontes principais de informação:

a) Fontes documentais diretas: Jornais e Revistas localizadas em Bibliotecas do setor Cooperativo (ICECOOP, CAMPOCOOP, CON-

FECDOOP), nos arquivos pessoais do autor e no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP. Documentos originais (Atas, Convênios, Projetos, Cartas, etc.) pesquisados nos arquivos de CAMPODOOP, de algumas Federações (FECOSUR, FEDECOAR, Santiago), e cooperativas.

b) Entrevistas semi-estruturadas a camponeses cooperativistas. Em duas visitas ao Chile foram entrevistados cinco dirigentes nacionais (o Presidente de CAMPODOOP em duas oportunidades) e/ou de Federações de Cooperativas, nove sócios de cooperativas e quatro membros de grupos pre-cooperativos. Abrangeram representantes das Região Metropolitana e IV, V, VII, VIII, IX, X Regiões do país. A seleção de entrevistados foi intencionada e as suas opiniões gravadas.

c) Entrevista semi estruturadas a informantes chaves. No Chile e Brasil. Entrevistou-se o Diretor do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário durante a Reforma Agrária, o ex Ministro de Agricultura na UP, Jacques Chonchol dois técnicos e dois administradores de CAMPODOOP, outros dois gerentes de Federações e dois de Cooperativas. Algumas foram gravadas e outras registradas manualmente.

d) Observações de campo. Observações através de visitas, a CAMPODOOP, Federações e Cooperativas nas IV, V, VII, VIII, IX, X e Região Metropolitana. Visita ao Liceu Agrícola de Chol Chol (IX Região) e entrevista ao Reitor e a um aluno, conversações com professores e outros alunos, revisão de documentos.

e) Fontes bibliográficas e literatura em geral. Pesquisas, teses, livros, papers, artigos, publicações várias disponíveis

nas bibliotecas do setor cooperativo, da UNICAMP, do Congresso Nacional do Chile, de particulares e do autor.

f) Apontamentos, estudos, papers elaborados durante vários anos pelo autor, assim como as suas recordações.

Assim sendo o estudo combina o aproveitamento de diversas fontes documentais e técnicas de pesquisa de base, que permite o acesso a uma rica variedade de informação. Todavia, o que não foi utilizado neste estudo, fica como material para continuar esta linha e tema de pesquisa, desta vez, mais centrada no discurso e pensamento camponês.

5. O Cooperativismo: antecedentes.

O objeto de estudo é o cooperativismo camponês chileno, (13) como parte do movimento social camponês e cooperativista. (14) Concebido como uma das formas de cooperação e ajuda mútua da sociedade chilena e dos seus setores populares. Por isto vamos nos preocupar inicialmente por esclarecer o caráter da cooperação que utilizaremos ao longo deste estudo, apoiando-nos nas categorias e concepções dos pensadores clássicos da cooperação e ajuda mútua que outorgam identidade ao cooperativismo e hoje voltam a tomar relevância nas discussões sobre a organização sócio-econômica dos camponeses.

Em termos gerais entenderemos a cooperação como uma forma de trabalho conjunto que privilegia os aspectos de ajuda mútua (15) em oposição ou alternativamente à concorrência ou conflito. (16)

Ela pode adquirir formalidade nas organizações com fins so-

ciais de serviço mútuo ou econômicos de benefício comum; nesse sentido, pode ocorrer em base a normas sociais aceitas. Caracteriza-a a procura de objetivos de interesses gerais, logrados pelo esforço comum, seja na produção, fomento e serviço à produção, distribuição e/ou consumo. O que motiva à associação é a existência de um conjunto de necessidades e interesses comuns - ou algum específico- a um grupo de indivíduos que se organizam para satisfazê-las ou realizá-los pelo esforço de todos. Em geral, implica a resposta a problemas ou necessidades dos interessados ou afetados por ele, embora em alguns casos, possam tender a objetivos de índole social, comunitária ou societal; isto é, além do grupo(17)

A incorporação à organização é voluntária, embora às vezes não seja formalmente assim, o que implica ou uma exceção ou uma situação de colaboração. Aqui cabe fazer uma distinção linguística e de matizes entre cooperação e colaboração, geralmente usadas como sinônimos.

A característica principal da cooperação é a sua voluntariedade, isto é, a adesão consciente e livre à organização. Por sua parte, a colaboração, se bem implica algum grau de participação, pode ou não ser voluntária. Milhões de operários colaboram na produção social sem ser livres para escolher áreas de interesses ou para permanecer nelas; muitas vezes é obrigatório pertencer a uma associação para que os camponeses tenham direito a crédito e assim por diante. De qualquer forma a colaboração é um caminho à cooperação.

Há casos nos quais a adesão responde a uma opção ideológica

(socialista, comunitarista, outras) ou religiosa. Nestes casos, a cooperação tem um valor "em si", como modo mais humano e ético de alcançar uma relação social mais equitativa, desenvolvida e acorde ao que se espera como potencialidade individual e social do ser humano. Esta concepção opera em três vertentes. A primeira de reconstrução social, isto é, como modo intencionado de transformar a sociedade partindo do interior da sociedade, do interior do homem e de suas relações imediatas, em geral sob a forma de comunidades de homens trabalhadores livres (18). Procura o "máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade" (19): a renovação da sociedade mediante a renovação do seu tecido celular (20). A outra, concebe a verdadeira cooperação só como resultado da destruição das condições de exploração do homem pelo homem, isto é, a partir da supressão do capitalismo, que, na prática faz impossível uma cooperação eficaz e autêntica (21). A terceira é de caráter mais geral, e considera que toda expressão de cooperação implica um progresso humano em direção a uma sociedade mais justa; a cooperação é um instrumento, total ou parcial, para atingir objetivos desejáveis e procurados por um grupo social, em forma permanente ou esporádica, para eles e a sociedade. Nas classes populares, subalternas, nos oprimidos, se encontra a essência das leis da evolução social e cultural da humanidade: a solidariedade e a ajuda mútua (22). Esta é também a leitura deste estudo.

A cooperação, para estes e a partir das influências do anarco-comunista Kropotkin, é concebida como uma construção histórica

que -pelas formas de ajuda mútua- é resultado de um processo orgânico que vai do natural ao cultural (23). é a expressão social, cotidiana e histórica, de uma característica da natureza, de todas as suas espécies, das quais o homem é uma mais, embora com a capacidade de criar cultura; sendo assim a cooperação, a ajuda mútua, corresponde a uma lei da natureza que permite a sobrevivência das espécies e que se projeta, pela cultura, o conhecimento, a sociabilidade e solidariedade, na vida social (24).

A leitura da história da humanidade, vista da perspectiva das classes subalternas, dos oprimidos, dos cidadãos comuns, do povo, em fim, considera necessariamente, a solidariedade como um fator principal para a explicação de sua sobrevivência. (25) Nem só o caráter das relações sociais estabelecidas em cada modo de produção dominante em diversos momentos históricos, desenvolvimento de papéis e funções nos marcos das normas institucionais determinadas, ou categorias de qualquer outra teoria social alcançam a explicar a sobrevivência e reprodução das classes oprimidas. Ela se explica - como demonstra Kropotkin, entre outros- na grande capacidade do povo de gerar instrumentos de sociabilidade, solidariedade, ajuda mútua, cooperação, ao longo da história da humanidade, embora não seja assim que esta se escreve e percebe (26).

Em síntese, a cooperação pode ocorrer em resposta a normas sociais e culturais aceitas, pode assumir um valor em si mesma (características culturais de um grupo social) ou constituir um instrumento na consecução de um fim qualquer.

A cooperação tende à procura da harmonia social e natural (27) como princípio orientador da ação social, que pode procurar formas comunistas que tendem à uma igualdade total (sem propriedade nem usufruto individual e com direito total a participar das decisões) (28) ou a administrar heterogeneidades (29).

Porque procura a autonomia organizacional (30) opera no âmbito privado e, por definição, não deveria se submeter ao estado - embora isto não seja um fato total até hoje - já que supõe a livre associação de homens e mulheres para solucionar por si e por seu próprio esforço os seus problemas. Nesse sentido privilegia o social por sobre o político.

Neste sentido atravessa as diversas concepções de associação (31) e cultura entre seus membros, estimulando a tolerância e pluralismo ideológico e religioso.

O cooperativismo é um modo de organizar, específica e historicamente, funções econômicas sobre a base do trabalho e interesse comum. A definição clássica de cooperativismo é: "uma associação voluntária de pessoas que se ajudam mutuamente, atuando organizadamente para atingir objetivos e solucionar problemas comuns". Opera sob o princípio democrático; e se organiza segundo a divisão entre decisão (assembleia), execução (direção e gestão) e controle (conselhos de vigilância).

Esta definição coloca o eixo e sentido do cooperativismo nos seus membros e sócios: é uma associação de pessoas e não de capitais, onde o princípio básico de participação é "um homem, um voto", independente dos seus capitais que são remunerados por vias

financeiras. Centra-se na resolução de problemas sobre a base do esforço e trabalho dos que, voluntariamente, tem acordado unir-se para resolvê-los. Implica um desenvolvimento e orientação da ação coletiva de ordem endógena, que parte do princípio da responsabilidade de cada indivíduo em resolver os seus próprios problemas, todavia, diferenciando-se do liberalismo, no sentido de que a compreensão do indivíduo é social e a solução aos seus problemas, coletiva, pela via da associação e cooperação.

Opera no âmbito social e não no estritamente político, favorecendo os fatores de consenso -com ênfase em aqueles interesses econômicos e culturais- entre os seus membros, estimulando a tolerância e pluralismos internos, ideológicos e religiosos.

Procura superar a contradição ou as diferenças entre o indivíduo e a comunidade, procurando a integração e harmonia entre ambos sem submeter um ao outro.

No campo econômico -área privilegiada, embora não exclusiva do cooperativismo- encontramos várias formas de cooperação, nem todas cooperativas.

Nas últimas décadas e sobretudo durante o regime militar surgiram as chamadas Organizações Econômicas Populares (OEPs), como formas de economias solidárias impulsionadas por grupos das classes subalternas, urbanas e rurais. Todavia, este fenômeno não é exclusivo do Chile, já que elas se desenvolvem paralelamente em outros países latinoamericanos (32) tanto na economia formal, quanto informal, nos contextos de sociedades com processos de modernização neo-liberal, autoritárias, repressivas e com fortes

componentes recessivos. Muitas destas DEPs se desenvolveram ligadas à movimentos sociais, sindicais, Igrejas, Organizações não governamentais, grupos de profissionais, etc. Estas DEPs encontram como antecedentes históricos, o cooperativismo popular.(33)

Este último é uma das formas em que estas organizações se expressam, sendo um antecedente histórico delas. Reune várias das características assinaladas mais atrás, às que agrega uma longa história e um caráter de formalidade legal (na maioria dos casos). Opera institucionalmente de acordo a uma normatividade definida juridicamente pela qual se rege, a que, por sua vez se expressa num regulamento interno que tenta conciliar a norma exterior com aquelas outras de interesses dos sócios. De qualquer forma, ao ser legal, requer de algum reconhecimento do estado para existir e operar nos mercados formais. Há também algum grau de adscrição ideológica ao cooperativismo como filosofia e modo de organização social, e, em muitos casos, de adesão e participação numa institucionalidade de integração por setores, territorial, nacional e internacional. Podemos falar assim de uma cooperação cooperativa.

O cooperativismo, como alternativa de organização social oferecida aos cidadãos pelos seus membros, pode assumir várias expressões: a) a de um sistema total, isto é, a construção de uma sociedade organizada sob a forma de cooperativas que se federam e integram nacional e mundialmente: é um modelo de organização da sociedade no âmbito social que se sustenta na integração de decisões, serviços e produtos no mercado. b) Um sub-sistema de

economia cooperativa (ou social, solidária, de participação social) que co-existe num sistema económico com os estatais, privados e mixtos, manifestando-se nos diversos setores económicos. c) Um modelo de empresa para determinados setores económicos ou grupos de pessoas, e não para todos.

O cooperativismo responde ao princípio da descentralização: isto é, permite aproximar as decisões a indivíduos e associações locais, civis, independentes do aparelho do estado e da centralização das decisões económicas (monopólios), políticas (estado) e territoriais (cidades principais). Procura a autonomia individual e social expressando as tendências descentralizadoras e libertárias que se desenvolvem em todas as sociedades.(34)

Se originou a partir de duas fontes: da tradição e experiência histórica de solidariedade humana, em especial das classes oprimidas, subalternas, das épocas históricas passadas, e, das idéias que expressavam tendências sociais (de carácter socialista) que -na Europa da segunda metade do século XVIII, do XIX e começo do XX- visavam a transformação pacífica da sociedade, através de reformas sociais e pela organização dos próprios trabalhadores. Com o decorrer do tempo constituiu-se num modelo implantado, sob diversas formas, ligadas aos mais variados sistemas sociais: socialistas, liberais, social-democratas, etc.

No leste europeu, em todos os países, funcionaram cooperativas, muitas de carácter privadas inclusive com propriedade. Hungria e Polónia foram países onde o sistema se desenvolveu com maior presença; a União Soviética e a China as impulsionaram com espe-

cial ênfase na agricultura, embora nem sempre sob formas com direito de propriedade e sim de usufruto; outra expressão particular foi na Iugoslávia, onde se construiu um sistema baseado na auto-gestão (35), sob formas de Cooperativas de produção. Na Europa social-democrata, em especial do Norte, assim como em outros continentes como é o caso da Nova Zelândia, baseam grande parte da sua economia em formas cooperativas de serviços, fomento à produção, distribuição e consumo. Nos países capitalistas, tanto desenvolvidos quanto do terceiro mundo, existem também múltiplas formas cooperativas, algumas mantendo o seu caráter democrático (de sociedade de pessoas) ou outorgando-lhes uma forma de sociedade de capitais, desvirtuando assim o seu sentido original. O fato é que o cooperativismo tem se desenvolvido, histórica e geograficamente, ao longo de todo o planeta; só que, como modo de organização societal, em parte alguma.

Cabe aqui fazer uma breve exposição dos fundamentos históricos e filosóficos sociais do cooperativismo.

As suas origens se perdem na história social da ajuda mútua e cooperação popular (36) e em geral, dos esforços humanos da construção de comunidades ecológicas. (37) Forma parte da tradição do pensamento utópico (38) e do socialismo auto-gestionário e libertário (39) gerado na história e pensamento social europeu dos séculos XVIII e XIX, quando é possível fixar o marco inicial do cooperativismo como modalidade particular de organização social. Isto no caso das concepções ligadas à transformação pacífica da sociedade. O cooperativismo é produto também da Revolução

Indústrial e as suas consequências na vida das paupérrimas populações operárias urbanas.

Reconhece como os seus principais precursores A dois dos grandes utopistas dos séculos XVIII e XIX, continuadores das ideias de Saint-Simon, quem visualizou o problema da produção e o papel do homem na economia: Robert Owen e Charles Fourier.

Robert Owen (1771-1858), inglês, considerado também o primeiro que utilizou o termo socialismo, um dos incentivadores da organização operária em grandes uniões, dos primeiros em se preocupar pela educação popular e grande impulsionador de colônias cooperativas.

Charles Fourier (1772-1837), francês, foi outro promotor principal do socialismo e associativismo. Propugnava como modelo de organização social comunidades de vida e produção que denominou Falansterios.

Owen propunha formas comunitárias comunistas nas quais tanto a produção como o consumo se realizariam conjuntamente, onde estariam integradas a indústria e a agricultura e onde a formação moral constituiria o eixo da coesão social. Fourier defendia a necessidade de organizar associações de pequenos grupos -de todas as categorias e classes sociais- que organizaram a sua vida em comum, integrando a variedade de prazeres e opções pessoais; e se instalaram em falanstérios onde se procuraria a "Harmonia Social", grande objetivo da sua proposta, onde se mantém formas de propriedade privada e se privilegia o trabalho agrícola por sobre o indústrial. Ambos tentam superar as contradições que se estabe-

leciam entre o desenvolvimento do campo e das cidades, entre a indústria e a agricultura; desta forma se instalou uma outra característica da associação e do cooperativismo em particular.

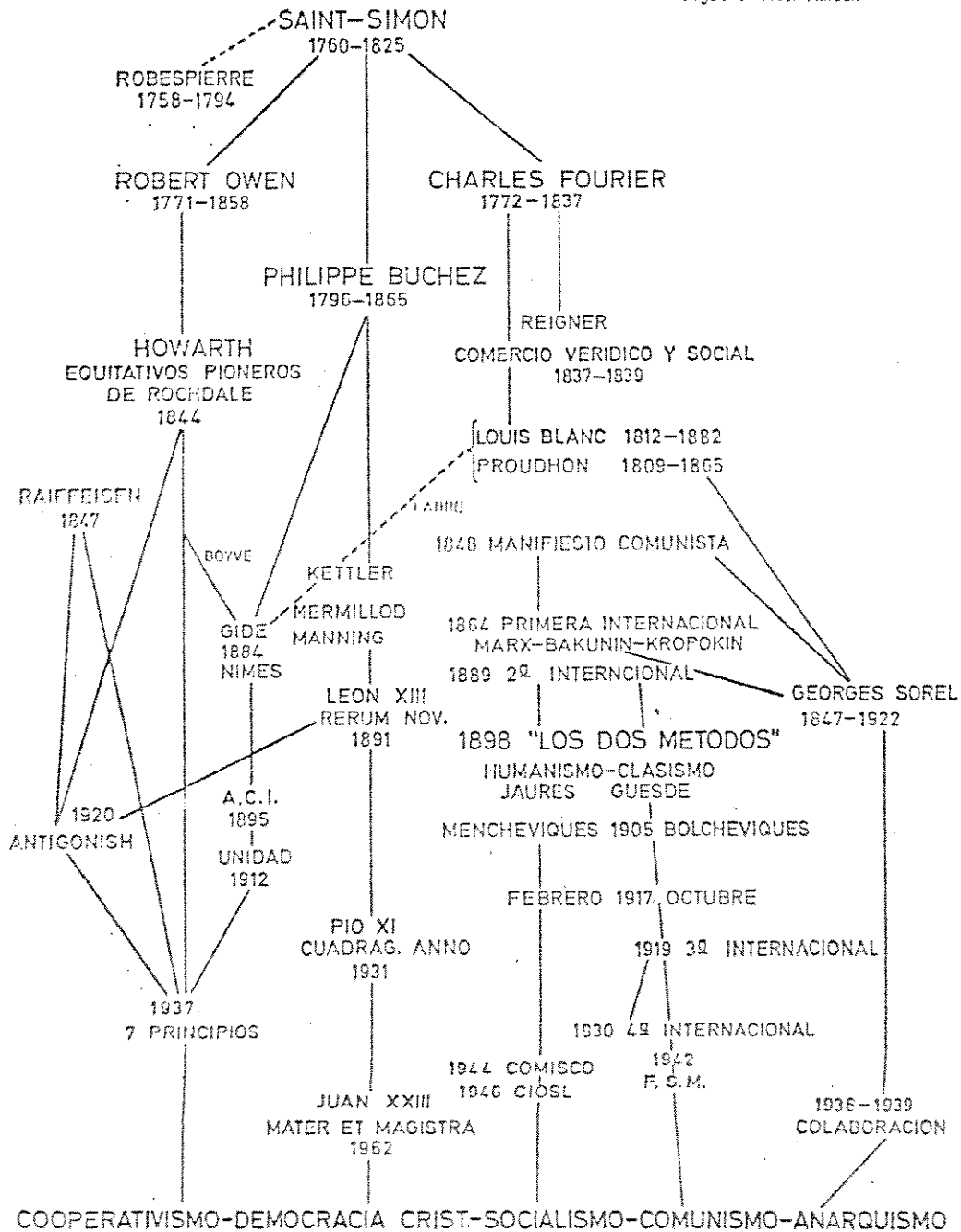
Consideraram-se também William King (1786-1865), que afirma que a libertação dos trabalhadores deve ser obra dos seus próprios esforços e que a sua força radica na sua capacidade de consumo, portanto devem organizar-se em torno ao poder de compra que todos, até os mais pobres, possuem; Philippe Buchez (1796-1865), na mesma linha de autonomia operária, propõe as associações de produção constituídas livremente por membros da mesma profissão; Louis Blanc (1812-1882), orientando o seu pensamento às massas operárias industriais, propõe as "oficinas sociais", associação de operários de uma mesma indústria, com uma base democrática e espírito de solidariedade fraterna, embora reconhecendo ao estado o papel obrigatório de apoiar financeiramente aos operários até que eles consigam reunir algum capital.

O cooperativismo se diferencia e é tributária de outras teorias sociais, preocupadas pela questão social, a transformação da sociedade, a situação das classes oprimidas, e que fundamentaram, teórica e politicamente, os movimentos populares e a organização operária no mundo (e no Chile): o cooperativismo propriamente tal, o social-cristianismo, o socialismo, o comunismo (socialismo marxista) e o anarquismo. Com elas houve convergências e divergências, sem chegar a se identificar. O quadro da página seguinte oferece um enquadramento dos seus fundamentos ideológicos. (40).

O cooperativismo é, em alguma medida, convergente com o

ESQUEMA DE ENCUADRAMIENTO IDEOLOGICO

Según Salvador Marbón



anarquismo (41) e, tributário da corrente mutualista proudhoniana, especialmente pela sua alternatividade ao estado, a crença na força dos trabalhadores para resolver os seus problemas, a ênfase no social sob o político, a base de sociabilidade como critério de organização social, o caráter educativo do cooperativismo e o valor da ética nas relações sociais (42).

Todavia, não pertencem à mesma corrente, nem de pensamento, nem de ação, especialmente pelo fato do cooperativismo manter e, em alguns casos fomentar, a propriedade privada assim como não descartar absolutamente as relações com o estado, pela fé na democracia direta do anarquismo, pela ênfase revolucionária deste último e reformista e evolucionista do cooperativismo, e, pelo fato deste nem sempre se orientar à transformação social senão à solução de problemas inerentes a cada grupo ou setor. (43).

Por isso o cooperativismo se insere mais no âmbito da tradição socialista não autoritária (utópica, democrática ou libertária) que anarquista. Tem tido também elementos de convergência e divergências com o marxismo: com Marx, Engels e Lenin os que, a respeito do cooperativismo, tiveram um comportamento e pensamento escéptico, em relação ao seu papel no capitalismo e oscilante - ao igual que com o pensamento libertário - entre uma concepção do socialismo como estado onipresente ou como associações de trabalhadores (44). As diferenças destes com o cooperativismo se marcam nas discussões filosóficas, económicas, políticas e educacionais, com as diversas correntes que se desenvolviam contemporaneamente a Marx e Engels e que tem se projetado até hoje no so-

cialismo: os defensores das formas comunitárias de ajuda mútua e produção na construção socialista (45) ; os socialistas utópicos (46); o anarquismo mutualista proudhoniano (47); e os socialistas democráticos (48). Correntes todas que defendiam uma transformação social pacífica, sobre a base de reformas sociais que fossem renovando a sociedade de uma maneira democrática e evolutiva.

Os princípios básicos do cooperativismo estavam desenhados já na metade do século XIX. Owen e Fourier expressaram os princípios fundamentais da cooperação: princípio da associação, princípio da democracia e princípio da atividade para o serviço. W. King, afirma o valor do carácter voluntário da cooperação e que esta deve ser obra dos próprios cooperadores. Buchez fala do princípio da devolução desinteressada do ativo neto em caso de dissolução da cooperativa e fixa as regras das cooperativas autónomas de produção (49).

Ficam estabelecidos assim alguns princípios básicos e característicos de este pensamento e modo de organização social, para um sistema económico e uma acção social unitária:

1. ...la idea de la asociación en si misma...

2. La cooperación es una acción emancipadora de las clases laboriosas de la nación...partiendo de la idea de la organización de los intereses del trabajo.

3. Esta organización del trabajo, esta acción emancipadora de las clases obreras se hace por propia iniciativa de los interesados...

4. ...hace un llamado al hombre para que se asocie con sus

semejantes...servir a los asociados...la eliminación del beneficio industrial o comercial.

5. La cooperación representa una economía colectiva...

6. Cada unidad cooperativa (é)...una célula de una gran organización federativa puesta al servicio del interés general.

Esta organización debe ser considerada como de carácter perpetuo...se persigue la formación de fondos colectivos" (50).

Posteriormente outros cooperativistas deram forma a uma teoria e princípios operativos, que converteram as idéias em experiências e sentaram as bases da cooperação moderna:

A Sociedade dos "Equitativos Pioneros de Rochdale", (1844) foi, senão a primeira cooperativa, a primeira associação que se estruturou formalmente, estabeleceu um regimento interno e um conjunto de princípios operativos que, até hoje, orientam o cooperativismo internacional e conseguiu se consolidar através da diversidade de serviços. Esta associação de operários tecelões ingleses é considerado o marco histórico inicial do cooperativismo moderno.

Posteriormente outros pensadores e homens "práticos" fizeram outras contribuições específicas. Três alemães -os dois primeiros de tendência liberal- se destacam neste sentido.

Hermann Schulze-Delitzsch (1808-1883), iniciador do cooperativismo alemão, orientou a sua ação às classes médias das cidades: pequenos proprietários, artesões e comerciantes. Trata-se de associações que visam a poupança e o crédito, sob a base da formação de um capital pelos próprios associados.

Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), criou um sistema orientado à agricultura. Propõe a constituição de cooperativas de produtores integradas a outras cooperativas prestadoras de serviços (crédito, comercialização e vendas) sob uma forma federativa, e a formação de bancos cooperativos para realizar operações financeiras em benefício das cooperativas associadas.

Wilhelm Hass (1837-1913), foi o impulsionador das Cooperativas agrícolas, isto é, por setores econômicos, organizadas em centrais e federações e, se necessário, contando com o apoio do estado.

Outros pensadores estabeleceram concepções mais globais do cooperativismo moderno.

Charles Gide (1847-1932), pertence à corrente de pensamento que acreditam que a cooperação será o sistema que organizará a sociedade do futuro (51). É quicá, um dos maiores intelectuais cooperativistas. Propõe a constituição de uma República cooperativa sobre a base de um plano -inevitável- de três etapas: 1. Organização do consumo; 2. Desenvolvimento da Indústria; 3. Desenvolvimento da agricultura. Sustenta a soberania absoluta do consumidor no processo econômico, e defende uma postura nem liberal, nem socialista.

Georges Fauquet (1873-1953), não comparte a ideia de Gide de uma República Cooperativa, senão que defende a existência do cooperativismo como um setor econômico, junto a outros: o setor público ou estatal, o capitalista, o privado não-capitalista e o cooperativista. Considera que o cooperativismo se deve situar nos

extremos inicial e final do processo econômico (agricultura e consumo), no entanto, a zona central (indústria e transformação) corresponde ao setor público ou capitalista.

A Escola de Nimes, influenciada por Ch. Gide, sistematizou os princípios cooperativos modernos opondo-os ao liberalismo e ao marxismo, criticando tanto as teorias do lucro quanto da plusvalia. Afirma: o livre ingresso e a não exclusão de ninguém; a democracia interna sob o princípio de um homem, um voto; distribuição das mercadorias ao preço comum, à vista e sem crédito; repartição dos excedentes segundo a operação; criação de um fundo coletivo de propaganda e educação; considerar a produção cooperativa (o trabalho) como fim último da associação de consumo.

Após várias sistematizações, o Congresso de Viena, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (52), em 1966, determinou os seguintes princípios básicos (53):

1. Adesão voluntária.

Sem restrições ou discriminações artificiais, sem pressões ou violência externa. A cooperativa não deve obstaculizar o ingresso com medidas discriminatórias ou artificiais, nem condicioná-lo à adesão a uma organização ou doutrina não diretamente vinculada ao objeto econômico e social da cooperativa. O sócio não pode ser obrigado a permanecer além do tempo que ele considere sob nenhuma situação. Deve haver um conhecimento e acordo mútuo prévio entre a organização e os sócios sobre as regras a seguir mutuamente.

2. Administração Democrática.

A sociedade cooperativa, sendo diante de tudo uma sociedade de pessoas -contrariamente à sociedade anônima- deve oferecer iguais possibilidades a todos os seus sócios em quanto a status e participação nas decisões e a expor os seus pontos de vista sobre a política a seguir, assim como substituir se consideram, representantes e funcionários (em casos graves). O princípio básico é que os sócios, administrem a sociedade segundo os seus próprios interesses e como aumente a sua educação, maior será a sua efetividade. Isto se consegue só, sob o princípio de "um homem um voto", sem excessões no caso das cooperativas primárias. A consequência desta democracia é a autonomia organizacional, isto é, a independência a respeito do controle externo.

3. Juros ao Capital.

Trabalhar com capital e não para o capital: a autofinanciamento da organização pelos sócios. A base do capital é a poupança individual sob a forma de quotas sociais. A estrutura de capital pode se dividir em três categorias; capital dos sócios; capitais das sociedades sob forma de reservas ou fundos especiais aos que os sócios não tem direito; e capital de empréstimos (em casos excepcionais pode-se solicitar créditos externos, mas não é recomendado). No primeiro caso, ou não há juros ou eles são limitados e pré-fixados (por períodos, valores iguais ou sob o mercado e não por sobre ele), no segundo, não pagam juros e no terceiro os acordados. De qualquer forma não se deve pagar mais que o juro legítimo.

4. Destino dos Excedentes.

Os benefícios econômicos das cooperativas aos sócios, podem ser em dinheiro, bens ou serviços; imediatos, de breve ou longo prazo; coletivos ou individuais. Os sócios devem determinar o objeto, proporções e quantidades de destinação ou distribuição dos excedentes. O critério privilegiado de distribuição é o retorno segundo as operações. Em geral, se destinam a assegurar a estabilidade e desenvolvimento da sociedade fundos para os serviços coletivos; retorno aos sócios de acordo ao volume de operações.

5. Política e Religião.

Se rejeita a idéia de neutralidade política e religiosa (acordo do Congresso da ADI de 1937), que já é uma posição política, para afirmar as idéias de independência e unidade. A cooperação é um terreno neutro no qual as pessoas que tem as mais diversas opiniões e professam os mais diferentes credos, podem se encontrar e atuar em comum. O objetivo é a promoção da unidade humana e evitar os conflitos procurando sempre o mais alto grau de acordo comum. Deve haver liberdade a todos os níveis da estrutura cooperativa para que sócios individuais, sociedades primárias e secundárias, organismos internacionais, tomem, respeito dos assuntos políticos, as atitudes que sejam necessárias ou mais apropriadas às circunstâncias de qualquer época e lugar, a condição de procurar o desenvolvimento cooperativo seguro e a unidade entre os cooperadores.

6. Métodos de Operação.

A respeito do princípio rochdaliano de venda à vista (e não pelo crediário) se afirma que hoje depende de um conjunto de

circunstâncias, pelo qual já não se considera como um princípio geral, senão operativo, que deve se adequar às diversas realidades econômicas. Neste campo também se reitera o compromisso dos cooperativistas com a qualidade dos produtos que vendem e serviços que prestam. Em todas as suas atividades e especialmente no seu tratamento com o grande público, devem se caracterizar por um sentido elevado de retitude moral e social.

7. Educação.

O esforço de reformar o sistema econômico sobre a base dos princípios cooperativos, requer uma disciplina diferente da das empresas individuais ou governamentais, devido ao seu caráter de ajuda mútua e as suas motivações diferentes aos impulsos do egoísmo, do interesse pessoal ou submetê-lo a uma autoridade devidamente constituída: a autodisciplina coletiva. E esta não é um produto espontâneo ou natural, senão cultivado, visando os valores superiores da associação cooperativa.

A educação é definida num sentido amplo: inclui variado ensino acadêmico e outros aspectos; o que as pessoas aprendem como o modo em que o fazem; é um processo que dura toda vida.

Todas as pessoas ligadas à cooperação devem partir destes processos de educação e re-educação. Distinguem-se três grupos destinatários da educação cooperativa: os sócios, os dirigentes (e funcionários) e os cooperadores principalmente potenciais. Para os dois primeiros, a educação deve contribuir com conhecimentos, aquisição de habilidades técnicas e adestramento em condutas e comportamentos cooperativos, considerando, tanto as for-

mas especiais de cooperação como o meio econômico e social em que opera a sua cooperativa. A educação de sócios corresponde a processos de educação de adultos. Para os dirigentes, especificamente, deve orientar-se a educação ao aprofundado conhecimento dos negócios, e para os empregados, tudo aquilo que os faça competentes: o exercício da democracia cooperativa requer capacidade técnica quanto econômica. Respeito dos cooperadores potenciais, devem ser informados na sua qualidade de público das atividades cooperativas, mas, também, ante eles devem-se oferecer os pontos de vistas do setor (como luta em defesa das suas idéias).

A tarefa educativa - embora possa se contar com apoio do sistema de instrução pública - é uma tarefa do próprio movimento e não pode ser delegada a ninguém. Para isto deve-se procurar a colaboração entre as próprias organizações cooperativas, até chegar ao nível internacional.

"La Comisión no vacila en aceptar la educación como uno de los principios de la cooperación, como el principio en verdad que hace posible la observancia y la aplicación efectiva de los otros... En última instancia, estos principios encarnan el espíritu de la cooperación, que debe ser reactivado y renovado cada vez que una nueva generación sucede a sus predecesores en los trabajos del movimiento. Esta reactivación y esta renovación depende más que nada del cuidado y la constancia con que en cada época se mantenga encendida la antorcha de la educación" (54).

A educação cooperativa, é concebida como um princípio central da cooperação cooperativa, responsabilidade permanente do

próprio movimento, orientada ao interior de sua estrutura e integrantes assim como à sociedade, condição principal para o desenvolvimento econômico e gestão democrática.

Ao longo da história podemos verificar que o pensamento utópico, as idéias de comunidade, as experiências de associativismo, sempre estiveram ligadas, de uma ou outra forma, a algumas pautas e princípios básicos:

O desenvolvimento humano em equilíbrio com a natureza e a comunidade; a ética e moral como resultado, expressão, condição necessária e objeto da sociabilidade; a ênfase nas relações sociais e culturais; todavia, levantadas sobre formas econômicas de produção e consumo socializadas; a relação harmônica entre indústria e agricultura, entre cidade e campo (em alguns casos, com maior ênfase nas atividades rurais, como reação ao industrialismo e massificação capitalista); a confiança na razão humana. E, finalmente, para atingir esses objetivos e o pleno desenvolvimento humano, pessoal e societal, uma ênfase nos processos educativos, pedagógicos, de formação humana.

De Tomás Moro e Campanella ao pensamento cooperativo moderno, a educação teve um papel significativo, necessário e integrador nas concepções de sociedade ou de organização social. Não se concebe a cooperação, a ajuda mútua, a solidariedade e fraternidade, a organização da produção e consumo socializada, a vida coletiva, sem razão, consciência, conhecimento, ciência, instrução e ética.

Como vimos, o cooperativismo nos seus predecesores (em

particular Owen e Fourier), primeiros cooperadores (Rochdale), alguns teóricos posteriores (como Gide) e nas suas organizações (como a Aliança Cooperativa Internacional), tem colocado como fundamento e preocupação, de princípio e prática, a educação. Já vimos algumas páginas mas atrás a concepção moderna da educação que sustenta a ACI, baseando-se na reflexão e re-formulação de anteriores propostas conceituais.

Esta concepção social teve expressão tanto no interior do movimento cooperativo quanto em alguns pedagogos do ensino escolar que assumiram vários dos seus princípios para construir propostas educativas originais. Pedagogos que incentivaram o cooperativismo social ou pedagógico, procurando o desenvolvimento da responsabilidade pessoal, a solidariedade social, o sentido de comunidade, a constância no trabalho, o hábito da poupança, o estímulo às iniciativas individuais, a disciplina livremente consentida, a busca do interesse geral e a prática de direitos e deveres democráticos. (55)

Entre estes destacam: o suíço Johann H. Pestalozzi (1746-1827) que incentivou cooperativas e escreveu "Leonardo e Gertrudis", um conto moral sobre esforços cooperativos de uma aldeia, precursor das cooperativas escolares. Nikolai S. Grundtuig (danês, 1763-1872) inspirador das Universidades Populares que contribuíram ao rápido e eficaz desenvolvimento do cooperativismo na Dinamarca. Friedrich Frobel (alemão, 1782-1852) que, influenciado por Fourier e Pestalozzi, criou os primeiros jardins de infantes. (56)

Entre os educadores preocupados pela educação escolar dos setores populares, com uma perspectiva cooperativa, destaca o fundador da "Escola Moderna", o francês Celestín Freinet (1896-1966) quem, das suas experiências em escolas rurais chegou a propor toda uma concepção e metodologia pedagógica que considerava, entre os seus fundamentos e operações o cooperativismo. No contexto rural da sua escola bi-docente, nos Alpes marítimos (1920) preocupou-se por restabelecer a continuidade entre a vida e a escola, ocupando-se também do desenvolvimento econômico da comunidade pelo estabelecimento de uma cooperativa. Sete anos após cria em Tours uma Cooperativa de professores primários, até que em 1934 abre a sua primeira escola cooperativa. (57)

Na América Latina uma das experiências de escola baseada nos princípios de cooperação, no contexto da cultura indígena, foi a desenvolvida na década dos 30, no altiplano da Bolívia. Foi a "escola-ayllú" Warisata, que recuperou a tradição comunitarista andina e a aplicou à organização e currículo escolar. (58)

NOTAS À INTRODUÇÃO.

1. Bruna, S. in Gonzalez C., P.;1985:106.
2. Barria, J. in Witker, A.;1978:311.
3. Id.ant.;1978:325.
4. In Witker, A.;1978:290-346.
5. Faúndez N., J. & Gross M., A. in Faúndez N., J. et alii; 1988:10.
6. Villalobos R., S. & Estellé M., F. in Villalobos R., S. et alii; 1984:164.
7. Bengoa, J.; 1983:92.
8. Bruna, S. in Gonzalez C., P.;1985:12.
9. Bengoa, J.;1983:99.
10. Pascual, María Inés & Vial, Luis; 1988:12.
11. Lovisolo, H.;1990:29.
12. Hobsbawm, Eric J.;1988:12.
13. Entenderemos por camponês (e campesinato) uma ampla variedade de habitantes rurais que vivem do trabalho direto da terra, sob modalidades de trabalho familiar e/ou comunitário, assalariado ou mixto, com baixa tecnologia familiar. Integram este conjunto: pequenos produtores (independentemente do seu capital, com menos de 12 hectares de regadio básico -HRB- aproximadamente), sejam este meeiros, arrendatários, proprietários tradicionais, parceleiros da reforma agrária, minifundistas; os comuneiros indígenas, do Norte Chico e outras formas; assalariados permanentes e temporários da agricultura; trabalhadores florestais; pequenos produtores que combinam a agricultura com outras formas de pequena produção: pesca, extração de frutos do mar, lãna, artesanato ou mineração.
14. Entenderemos -em sentido amplo- por movimento social, um abrangente campo de questões que se referem a ações coletivas, das mais diversas formas, que ocorrem através da história no meio rural. Algumas características são: mudanças sociais antecedentes; objetivos e ideologias; meios e métodos; base de massas; organização; alianças; condição de sucesso e fracasso; grau de consciência; grau em que a ação é coletiva; grau em que a ação é instrumental ou expressiva; grau em que se baseia em questões sócio-econômicas ou em que existem outros elementos em jogo (religiosos, nacionais). Dicionário de Ciências Sociais;1987:788.

Em sentido restrito, entenderemo-os como o conjunto de organizações de diversas orientações ideológicas e variados objetivos, formais e informais, constituídas por h o m e n s e mulheres camponeses.

15. O conceito de ajuda mútua se refere aos aspectos cooperativos de ação social, como fator de evolução em momentos de conflito e luta. Sociabilidade e luta são duas léis da natureza. Como princípios antagônicos, deve-se perguntar qual dos dois é predominante no sentido de tornar os seres mais aptos. Em resumo, quem são os mais aptos, os que se apoiam entre si ou os que lutam entre si?. A ajuda mútua se converte em condição de progresso e, ao mesmo tempo, cria formas mais progressivas nas comunidades de nível social mais elevado. Dicionário de Ciências Sociais;1987: 32-33.

16. Esta concepção é diferente do conceito de cooperação utilizado pelo capitalismo: organização e divisão do trabalho numa empresa que já não é familiar, nem artesanal, onde produzir é um objetivo de interesse comum a patrões e assalariados; também da concepção marxista, para a qual é sinônimo de produção socializada, produto da divisão do trabalho, em empresas integradas ao mercado capitalista ou em um sistema de produção -num estado socialista- de gestão coletiva de empresas pertencentes à sociedade; também não corresponde à divisão inter-nacional do trabalho, como tem sido colocado num exemplo clássico de uma xícara de chá: o chá é produzido por camponeses do Ceilão, transportado por navegantes indonésios, desembarcado por ingleses, vendido por belgas e consumidos por chilenos.

17. Da tradição histórica e de pensamento de Owen, Fourier, Blanc, e alguns outros cooperativistas influenciados pelas idéias renovadoras de fins do século pasado ou por princípios religiosos igualitaristas.

18. Da tradição socialista e religiosa (cristão ou judia) em geral. Em oriente, é possível encontrar elementos desta vertente, no pacifismo hinduista e outros movimentos sociais.

19. Owen assinalava que "la sociedad tiene que pasar por una reconstrucción integral...ha de ser total en cada una de sus partes, hasta que todas las viejas formas desaparezcan y todo se renueve". Owen R. et alii.;1970:30.

20. Buber, M.;1971:26.

21. Esta é basicamente a tradição do socialismo marxista e leninista que vê a cooperação e o cooperativismo, como levado a sua máxima expressão quando se termine -pela revolução política-com a propriedade privada dos meios de produção. Antes, tendo elementos positivos, no fim é funcional ao capitalismo.

22.P. Kropotkin en "El Apoyo Mutuo" (1946), afirma que a ajuda mútua e não a luta, tanto na natureza quanto na humanidade, é o fator principal da evolução. "Seguridad que la ayuda mutua (que conduce a la confianza mutua, primera condición de la bravura) y la iniciativa personal (primera condición de progreso intelectual), son dos condiciones incomparablemente más importantes en el desarrollo del mundo de los animales que la lucha mutua". (Id.ant.; 1946:41). O "principal papel en la evolución ética de la humanidad fue desempeñado por la ayuda mutua y no por la lucha mutua" (Id.ant.; 1946:336).

Esta tarefa, resulta tanto da influência das ideias e princípios fundamentais reconhecidos pelo homem sobre o destino de humanidade (Id.ant.; 1946:253) quanto da "lucha porfiada que sostiene la población rural y obrera con el fin de reintroducir (na sociedade moderna) las firmes instituciones de ayuda y apoyo mutuos" (Id.ant.; 1946:319), pois para "todo aquel que tiene siquiera una pequeñísima idea de la vida de las clases obreras, resulta evidente que si en su medio no se practicara en grandes proporciones la ayuda mutua, no podrían vencer las dificultades de que está llena su vida" (Id.ant.; 1946:322).

23.P.Kropotkin desenvolve -especialmente na sua longa pesquisa sobre a ajuda mútua na natureza e na história- esta concepção orgânica do homem e a sociedade: "...cuando un fisiólogo habla hoy de la vida de una planta o un animal, ve agrupación, colonia de millones de individuos independientes, más que personalidad indivisible y única. Habla de una federación de órganos digestivos, sensoriales y nerviosos... El individuo es un mundo completo de federaciones, un universo completo en sí mismo". (Kropotkin, P.; 1977:132). El anarquismo, assinala, "es una concepción global basada en una explicación mecánica de todos los fenómenos que abarca todo el conjunto de la naturaleza; es decir, que incluye la vida de las sociedades humanas y sus problemas económicos, políticos y morales" (Id.ant.; 1977: 168). "El hombre... no constituye una excepción en la naturaleza" (Id.ant.; 1946:147). "El sentido moral es en nosotros una facultad natural como el sentido del olfato o el tacto" (Id.ant.; 1977:107). Já que a partir dos estudos com animais se pode chegar a concluir que o princípio que permite qualquer tipo de sociedade é: "trata a los demás como te gustaría que ellos te tratasen a tí en las mismas circunstancias" ... "traducido en la palabra solidaridad" (Id.ant.; 1977:106) que responde ao "instinto de sociabilidad ... que enseñó por igual a muchos animales y hombres a tener conciencia de esa fuerza que ellos adquieren practicando la ayuda y el apoyo mutuos, y también a tener conciencia del placer que se puede hallar en la vida social" (Id.ant.; 1946:19-20).

24.No Chile o Dr. Humberto Maturana (1983) tem desenvolvido teses semelhantes.

25. Embora isto seja discutido por outros autores. Ver, por

exemplo, Etkin, William in Zúñiga, R.;1971:110.

26. Kropotkin, P.;1922.

27. Fourier, Ch.;1973.

28. Owen, R.;1970.

29. Da tradição de Fourier que não aceitava dissolver as heterogeneidades de interesses, paixões nem classes sociais, senão que procurava associá-las e fazê-las conviver visando a harmonia social na diversidade.

30. Para Buber (1971) coexistem na história e a sociedade, mesmo quando variem as proporções de força, tendências evolutivas centralistas e descentralistas, que afetam o caráter da autonomia.

31. Ao longo deste trabalho utilizaremos como sinônimo de organização o conceito de associação. Este último se refere à agrupação organizada de pessoas, com algum grau de formalidade e divisão do trabalho, na procura de resolver problemas comuns. De fato, a literatura social, ao referir-se às formas de cooperação social e econômica, assim como as atividades de orientação comunitárias, geralmente utilizam o termo associação mas que organização, que é ligado mais diretamente a formas burocráticas, empresariais ou sindicais, isto é, a certas modalidades de associação social ou políticas com objetivos exteriores e em gerais, de caráter formal.

32. Para o Brasil, pode-se encontrar uma reflexão sobre estas formas de associação vinculadas ao pedagógico popular, in: Costa Beatriz et al. Produção associada: pensares diversos (1989).

33. Neste caso fazemos a distinção de um cooperativismo adjetivado "popular", para diferenciar de um outro que existe em todo o mundo e se liga à hegemonia de setores dominantes das sociedades. Esta adjetivação se faz necessária no Chile, onde, como veremos, existe um cooperativismo camponês e outro empresarial. Estes últimos, em geral, não operam como sociedades de pessoas senão de capitais, sob forma jurídica de cooperativa, com o fim de aproveitar algumas vantagens tributárias e legais.

34. "Quando examinamos o caráter da sociedade capitalista onde surgiu o socialismo, observamos que se trata de uma sociedade estruturalmente pobre e que se tornará cada vez mais pobre. Por estrutura de uma sociedade deve-se entender sua riqueza em organismos sociais e comunais (...), comunidades de ação e trabalho e em suas subseqüentes agrupações. (...Numa) sociedade desse gênero, encontramos o tecido celular 'sociedade', isto é um agrupamento maciço de seres, uma convivência de criaturas humanas dotada de ampla autonomia e que se forma e reforma a partir do

seu interior. A sociedade, por sua própria natureza, não é constituída de indivíduos isolados, mas de unidades societárias e seus agrupamentos". Euber, M.;1971:25.

35. A auto-gestão, isto é, o modo de organização de empresa, e por extensão de sociedade, que se baseia no princípio de identidade (propriedade, decisão e trabalho nas mesmas pessoas), corresponde, em sentido estrito, às Cooperativas de produção. De fato, o cooperativismo e a auto-gestão, sem ser o mesmo, já que o cooperativismo em alguma de suas formas aceita mão-de-obra assalariada, pertencem à mesma concepção de empresa e sociedade.

36. Como tem assinalado Kropotkin (1946).

37. R. Nisbet (1973), coloca às diversas experiências de cooperação, na categoria das que chama "comunidades ecológicas", caracterizadas pelo valor outorgado à natureza, a concepção de "teia de vida", a cooperação, a associação autônoma e a simplicidade. O Dicionário de Ciências Sociais define que a "ecologia humana estuda a distribuição territorial e a organização das comunidades em relação ao meio em que vivem, dedicando especial atenção aos processos de competição e cooperação em que elas se manifestam". (Fundação Getúlio Vargas/ MEC; 1987:377).

38. Vide entre outros: Euber, Martin: O socialismo utópico (1971). Também Petitfils, Jean-Christian: Os socialismos utópicos (1977).

39. Vide: Horvart, Branko. Socialismo autogestionário. Origens e Evolução. (1990).

40. Marbán Santos, Salvador; 1968:41.

41. Na sua vertente comunista de orientação kropotkiniana, pela base de ajuda mútua que representa e a sua inserção no movimento histórico da cooperação humana. (Walter, N.; 1972).

42."El tipo de anarquismo que aparece cuando los individualistas comienzan a poner en práctica sus ideas es el mutualismo" que "postuló una sociedad constituída por grupos cooperativos de individuos libres que intercambian los artículos necesarios para la vida sobre la base del valor del trabajo, e intercambian el crédito libre a través de un banco del pueblo". (Walter, Nicolás; 1972:35).

43. Errico Malatesta (1962), nos inícios do século XX, afirma o valor da cooperação: "A atual sociedade é o resultado das lutas seculares que os homens travaram entre si. Os homens desconheceram as vantagens que podiam resultar para todos da cooperação e da solidariedade" (1962:7) à que atribui a forma de "solidariedade de consciênte e voluntária" (1962:39). (Malatesta; 1962:12).

Já no Congresso de Basileia (1869), o informe do Belga Hins, "desde una perspectiva totalmente nueva, semejante en cierto modo a las ideas de Robert Owen" teria demonstrado para os anarquistas "que las organizaciones de lucha económica obrera deben ser consideradas como unas células de la futura sociedad socialista y que la tarea de la Internacional es educar a estas organizaciones para hacerlas capaces de cumplir su misión histórica". (Rudolf Rocker: 1977:11)

44. Vide a Introdução de Daniel Guérin (1972) na que analisa a evolução e contradições no pensamento de Marx a respeito do papel central e totalizador do estado (no Manifesto Comunista) em relação as associações de trabalhadores, sobretudo a partir das Conclusões da I Internacional (Basilea, 1869) e da Comuna de 1871.

45. No caso das discussões com os populistas russos. Vide: Fernandes, Rubem César (org.). Dilemas do Socialismo. A controversia entre Marx, Engels e os Populistas russos. 1986. No conjunto de correspondência e textos sobre esta concepção da transformação social na Rússia, a partir das comunidades camponesas, o "Proyecto de respuesta a la Carta de V.I. Zasulich"

46. Marx-Engels (1987; O Manifesto Comunista; Marx, K. (1987; Salário, Preço e lucro); Engels, F. (s.d. Del Socialismo Utópico al Socialismo Científico). Sobre educação ver Marx, K. (1983; O Capital I); Marx, K. (1986; Teses sobre Feuerbach).

47. A disputa com os mutualistas que se deu nos diversos âmbitos da luta ideológica e política dos trabalhadores (nas internacionais) e os seus representantes e intelectuais, é clássica, alcançando a sua máxima expressão nos enfrentamentos entre Proudhon e Marx, entre "A Filosofia da Miséria" e a "Miséria da Filosofia". O Manifesto do Partido Comunista, incorpora ao mutualismo como parte do "socialismo conservador ou burguês". (Marx-Engels. O Manifesto do Partido Comunista. In: Marx-Engels; 1987:103-104).

48. A partir da análise do processo de desenvolvimento capitalista alemão e inglês, alguns socialistas marxistas começaram a evoluir a posições parlamentaristas e evolucionistas, que reconheciam um valor ao estado e sustentavam modelos cooperativistas ou próximos a eles. Marx enfrentou estes grupos encabeçados, entre muitos, por Fernando Lassalle (1825-1864) na Alemanha, (vide capítulo "Personagens históricos: Lassalle" in Wilson, Edmund; 1989) que propunha a constituição de um partido independente que lutara pelo sufrágio universal e a formação de cooperativas operárias com apoio estatal, devido a que não podia se contar com apoio liberal; Sidney Webb (1859-1947) e Beatrice Potter Webb (1858-1943) na Inglaterra, defendiam que o socialismo era uma série contínua de reformas sociais que se obteriam pela via parlamentar, para o qual sustentavam, entre outras posturas

sindicais, a necessidade de apoiar o cooperativismo de consumo e estabelecer acordos entre os consumidores e os produtores.

49. Lambert, Paul in Navas V., Daniel et. alii;1987:61.

50. Mladenatz, Gromoslav in Navas V., Daniel et alii; 1987:63.

51. Gide, Charles;1974.

52.Fundada em 1895, constituída num Congresso de unidade em 1912, terminou por fixar os 7 princípios cooperativos clássicos em 1937, para reformulá-los na sua versão atual em 1966.

53.Nuevos enfoques de los principios cooperativos en el mundo. ACI (Congreso Viena, 1966). In: Navas, D. & Saa, F.; 1987:97-128. Os pontos seguintes constituem um resumo ou adaptações deste texto; há parágrafos quase iguais ao original, as suas traduções e adaptações são responsabilidade deste autor.

54. ACI. In Navas V., D. & Saa, F.;1987:128.

55. Kaplán de Drimer, Alicia & Drimer, Bernardo;1975:323.

56. Id.ant.;1975:323-324.

57. Gilbert, Roger;1974:124-127.

58. Salazar Mostajo, Carlos;1983.

I. A EXCLUSÃO CAMPONESA: A COOPERAÇÃO ANTES DE 1960 E A EDUCAÇÃO COOPERATIVA NÃO SISTEMÁTICA.

1. A cooperação não cooperativa.

No Chile, não existe uma tradição de cooperação popular autóctona, mais ou menos orgânica, permanente e integrada na vida cotidiana da sociedade ou dos setores populares, como poderiam se encontrar em sociedades com fortes componentes indígenas (como Perú, México, Guatemala) ou com uma população rural significativa (como em muitos países africanos).

Mas, isto não quer dizer que não existam, nem tenham existido, formas de cooperação determinadas e diferenciadas na história do país, tanto nas cidades quanto nos campos. Afinal, a história do Chile não é só uma sucessão de fatos violentos: guerras, golpes militares, massacres. Também é uma história de solidariedade, ajuda mútua, cooperação, especialmente popular, as vezes no interior de conflitos, muitas outras na relativa paz que uma sociedade de classes pode oferecer a seus membros.

O cooperativismo camponês é parte dessa história. É um elo no processo social no qual os trabalhadores e nestes, os camponeses, vão criando uma sociedade mais justa sob alicerces econômicos mais solidários e relações sociais mais fraternais. O cooperativismo, como uma expressão formal de cooperação, se explica no contexto da construção histórica e popular da democracia e da construção da autonomia organizacional dos trabalhadores e dos pequenos produtores do campo. Mas, também, do

desenvolvimento e expansão capitalista, que contradiz os anseios da cooperação e que se coloca como um contexto e como uma alternativa para amplos setores cooperativistas. A história da cooperação cooperativista envolve a luta popular, a expansão capitalista e a atuação do estado no âmbito da sociedade civil.

Para demonstrar a pertença do cooperativismo a este movimento da história popular de cooperação, que se origina nos confins da existência de homens e mulheres neste território, é que vamos nos referir neste capítulo a formas de cooperação e cooperativismo descritas na literatura até 1960.

Muitas das questões ou experiências apresentadas ou analisadas neste capítulo, serão também, mais adiante retomadas em outros momentos e contextos na medida em que conformam parte de um mesmo devenir histórico.

Será uma apresentação de várias destas modalidades de solidariedade humana com base social (econômica e cultural), nem todas rurais, considerando que o cooperativismo propriamente camponês só começa na primeira metade deste século, porém, as experiências urbanas adiantavam no pensamento e no fazer, as idéias que se desenvolveriam no mundo camponês.

O período que culmina na década dos sessenta, no Chile do século XX, está marcado por alguns fatos que delineiam uma história de desenvolvimento com características nacionais e outras comuns ao resto da América Latina, nos contextos dos diversos estágios de sua dependência de mercados e potências internacionais.

No período da pré-conquista (faz 500 anos) um conjunto de povos ocupavam o atual território nacional. Uma parte, estabelecida -aymarás, diaguitas e outros- submetida ao Império Inca (ao norte do rio Maule) e outra, os mapuches (vários grupos), que viviam ao sul desse rio, sendo eminentemente nômades e recoletores; em situação semelhante encontravam-se um conjunto de povos que habitavam a zona insular austral : chonos, yámanas, alacalufes.

Com a conquista do Chile inicia-se a construção nacional a partir das miscigenação dos espanhóis com os nativos; da conquista progressiva, por meios violentos, culturais e econômicos (expansão mercantil) de territórios mapuches; da independência nacional (1818); da ampliação territorial em sentido norte sul, a partir das Guerras contra Perú e Bolívia (1879) e contra os mapuches, finalmente derrotados em 1881.

Neste processo que culmina no fim do século XIX após a Guerra Civil (1891), se estabelece a institucionalidade republicana (depois de um período parlamentarista, se assume o presidencialismo como forma de governo) que, com algumas exceções autoritárias se manterá até 1973.

É o período no qual se definem as duas grandes áreas de produção nacional que dominarão a economia nacional durante décadas: a mineria e a agricultura.

A primeira, situada principalmente no norte do país e de capitais principalmente internacionais: cobre, prata, ferro, nitratos. Ouro mais ao centro, carvão ao sul. Agrega-se a

extração de "Guano animal" no litoral norte. A segunda, de caráter mais nacional, explorada na zona central e após as imigrações, no sul: trigo e cereais em geral, legumes e frutas. Somam-se ovelhas na zona austral.

Com elas emergem os grupos e classes sociais que, aliadas ou antagônicas, constituirão a expressão dos diversos interesses passíveis de se encontrar na sociedade chilena e que se estenderão por diversos meios políticos e sociais ao longo da história nacional: liberais (de base urbana e industrial), conservadores (base agrária latifundiária), radicais (de base poli-classista: mineração nacional, médios e grandes agricultores do centro-sul, classe média urbana), democratas/socialistas de diversos tipos (representando o proletariado mineiro e portuario incipiente, trabalhadores independentes e classe média urbana). Deles surgirão, com o decorrer da vida política nacional e internacional, das idéias construídas no Chile e no exterior, do papel do estado e as contingências da vida nacional, assim como dos avanços do capitalismo industrial urbano, os partidos (e outras expressões sociais) que marcarão a história republicana: principalmente liberais, conservadores, radicais, comunistas, socialistas e falangistas/democratas cristãos.

No século XIX se definem as principais classes sociais que se desenvolverão no país, com graus de homogeneidade e presença diferenciadas, segundo os diversos estágios do desenvolvimento capitalista e o caráter que este assume no Chile.

Uma burguesia mineira, principalmente ligada a capitais

internacionais, que gera um proletariado mineiro no norte do país, acrescido pelos operários portuários (devido às exportações mineiras e agrícolas).

Nas poucas cidades grandes, em torno ao aparelho civil e militar do estado e da nascente burguesia financeira e comercial, se desenvolve uma incipiente classe média de burocratas, militares, profissionais liberais, clero e empregados em geral. Com a formação e crescimento das cidades surgem grupos de pequena burguesia comercial, artesões, rentistas, mestres de diversos ofícios, servidores domésticos. Começam a ter presença física os primeiros agrupamentos urbanos de miseráveis sub-proletários nas periferias urbanas (nos extramuros).

Nos campos, se mantem a velha estrutura fundiária: a Fazenda. Em torno a uma classe latifundiária (proveniente das famílias dos principais conquistadores e colonizadores espanhóis e após, "criollos"), que dominando grandes extensões de terra, produzia o necessário para a sua reprodução (pela exportação de trigo, cereais e frutas) e para o empréstimo de capitais através de um conjunto de Bancos Regionais, aos grupos urbanos -comerciantes e industriais- que requeriam de crédito. A Fazenda era, ademais de uma unidade econômica, uma organização social que determinava a convivência social, cultural e familiar de todos quantos moravam nela. Exercia o fazendeiro as funções de patrão, pai, árbitro, responsável pela instrução, vida moral e religiosa dos seus trabalhadores. Esta classe foi, até a metade do século XX, a hegemónica, entre as classes dominantes do país, quando

culmina a ascensão da burguesia industrial.

A Fazenda cria o "inquilinato", uma forma de trabalho servil, parte integrante do seu modo de produção: o patrão outorgava aos "inquilinos" um conjunto de direitos - casa com sítio para uma horta, um pouco de terra para plantações e pastagens, lenha, certa estabilidade laboral si se comportava bem, rações de alimentos - em troca do seu trabalho e daquele que ele pudesse cooptar na sua família ou fora do estabelecimento para lhe colaborar (os "peones"). Havia também trabalhadores temporários ("linyeras") sem terra, lar, nem trabalho fixo, que aumentavam a força de trabalho nos períodos de maior demanda. Os "inquilinos" e familiares conformavam a mão-de-obra permanente, "peones" e "linyeras", a temporária.

Em torno aos latifúndios se desenvolvem pequenas propriedades -que com o tempo e pelas diversas divisões se convertem em minifúndios- que passam a constituir o lugar onde se mantém a reserva de mão-de-obra necessária para diversos momentos do trabalho agrícola. Estes grupos geraram-se a partir da distribuição de parcelas a oficiais, soldados e servidores menores do exército espanhol e chileno. No interior da Fazenda labora um conjunto de empregados: administrador, mordomo, serviços domésticos, chaveiro, etc., ao serviço da família e dos negócios dos patrões. Estes, na sua imensa maioria, não moravam nos seus estabelecimentos, senão em grandes casas senhoriais nas principais cidades do país.

A setores marginais foram expulsos e neles concentrados os

mapuches, os que, até a decretação de diversas leis que estimulavam a sub-divisão de terras (décadas de 1930), mantiveram formas comunitárias de produção. No "Norte Chico" desenvolveram-se outras formas de comunitarismo camponês marginal, produto do abandono progressivo de terras pelos seus donos.

Esta estrutura fundiária, que vinha da Colônia, é a que se mantém quase inalterada até a Reforma Agrária, em 1967.

A partir dos anos 20 do século XX e sobretudo dos 30, após a crise do "Salitre" (na primeira grande guerra), da crise mundial da segunda década do século, e da Revolução Russa, se produz um processo de desenvolvimento do movimento operário e uma maior presença do estado na vida política, econômica e social da nação. O estado cresce e com ele a cada vez mais influente classe média urbana, desenvolvendo-se assim os partidos que representavam os interesses destes grupos populares: operariado e classe média. O Estado começa a apoiar e estimular o desenvolvimento industrial e a educação pública.

Em 1938 o estado começa a incentivar um modelo capitalista de substituição de importações, de industrialização nacional, sobre a base de apoio à burguesia industrial nacional, à inversão estrangeira na produção, e à criação de uma infraestrutura de base estatal. A Frente Popular (que -em 1938 até 1948- junto à de Espanha e França, foi uma das que se constituiu segundo a consigna estalinista de deter o fascismo a partir das alianças democráticas nacionais) consegue estabelecer uma aliança entre a burguesia industrial -principalmente nacional-, as classes médias

e o proletariado urbano organizado, para impulsionar este modelo de desenvolvimento económico que, se bem considerava a resolução de conflitos pela via parlamentar, ampliações de direitos democráticos e varias conquistas populares, não mexia nem com a estrutura fundiaria, nem com o poder dos latifundiários. O camoesinato ficava excluído de quaisquer benefício.

É a origem do que se tem denominado "Estado de Compromisso" e que dominou a vida republicana até 1973.

Este modelo entrou em crise a fins da década dos 50 quando a reforma agrária terminou por se converter num pesado lastre para a economia nacional (população excluída do mercado interno, gastos excessivos de divisas em importação de alimentos, subsídios à agricultura, etc. que geravam déficit público, inflação e falta de recursos para a inversão industrial e comercial) e para a troca, nas classes dominantes, da hegemonia do poder, em benefício da burguesia industrial nacional e a ligada aos capitais internacionais que, nesse momento, na prática, eram responsáveis pela maior parte da geração do produto interno bruto. Estas eram as classes mais fortes economicamente, em expansão embora com entraves, porém as mais fracas politicamente.

Neste século o movimento operário, como vimos de base mineira, portuária e industrial, se organiza a partir dos anos vinte na Federação Operaria do Chile (FOCH), após nos 30-40 na Confederação de Trabalhadores de Chile (CTCh) e, finalmente, nos 50 na Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se mantém até vários anos após o golpe de 1973. Nelas atuavam principalmente

comunistas e socialistas, com o tempo foram se integrando outras forças, com destaque, os partidos radical e democratas cristãos, embora sob a hegemonia comunista-socialista. Entre os anos 1948 e 1958, o movimento operário -sob o impacto da Guerra Fria- viveu um duro período de repressão.

Se bem no discurso, o movimento popular colocou em questão a estrutura fundiária do país e denunciou as condições miseráveis de vida e trabalho dos camponeses, foi, na prática, um movimento urbano que não impulsionou uma ação decisiva pela organização camponesa. Em parte, pelo seu caráter de componente do "Estado de Compromisso", em parte também pela prioridade dada ao proletariado urbano na direção do movimento popular.

No período que analisamos neste capítulo encontramos diversas experiências que, por diversos motivos, levaram os homens a se juntar, a maior parte das vezes, voluntariamente, para solucionar problemas comuns, enfrentar perigos, defender as suas condições de existência, satisfazer necessidades, construir um projeto coletivo de vida, etc. Algumas se mantêm até hoje, muitas foram expressões das circunstâncias em que se desenvolveram e duraram tanto quando as condições internas e externas o permitiram. Outras projetaram-se em novas formas de organização social.

Muitas tinham um importante componente de educação, formal em vários casos, de tipo "informal" em outros. Em geral, a cooperação sob suas diversas manifestações supõe um componente pedagógico, capaz de socializar os indivíduos nas pautas que amalgamam a organização, de integrá-los à cultura coletiva e à

convivência social, de treinar os sujeitos para tarefas econômicas, de defesa ou culturais necessárias à vida social do agrupamento. Neste sentido os clássicos do cooperativismo que enfatizavam os componentes educativos desta modalidade de associação, não faziam mais que reconhecer e recolher este dado da história humana e popular da cooperação no mundo: a cooperação só é possível com alguma forma de educação.

As experiências de cooperação que temos detectado na literatura disponível para nós, e que surgiram antes de 1960 (não são todas as existentes, há outras formas que não consideramos) as podemos agrupar segundo alguns critérios básicos.

Unidades Sócio-Econômicas de Sobrevivência.

Nesta categoria encontramos as variadas formas de agrupamento das primeiras populações do território chileno, com o objetivo de assegurar a sua reprodução pela atividade orgânica social.

As **Bandas, Tribus e Caserios**, constituem modalidades de existência coletiva em transição desde o nomadismo das Bandas até o sedentarismo dos caserios. Ao mesmo tempo representam modos específicos de organizar a vida social e cultural, a reprodução coletiva, a ocupação territorial e a produção e distribuição.

Existia alguma divisão do trabalho por sexo. Ao se estabelecerem surgiu uma primeira divisão entre "dirigentes" e "dirigidos", embora existisse um amplo sentido de igualdade, levantado sobre o trabalho comunitario necessário às formas coletivas de propriedade e uso da terra. (1)

Organizações de Defesa Social.

Várias formas de defesa armada civil expressam também um substrato de cooperação e ajuda mútua. O **Exercito Mapuche** é um caso. Os indígenas do sul não tiveram exercito permanente, senão uma força que se organizava, coletivamente, em respostas a agressões externas às bandas. Eventualmente várias destas uniam-se contra um inimigo comum. Elegiam um "toqui" que durava tanto quanto a guerra e logo deixava esse papel. (2) A guerra mudava o caráter da cooperação social tradicional já que obrigava a hierarquizar o que era um cotidiano de inexistência de um poder central. (3) Os espanhóis do século XVI, na Guerra de Arauco, tinham uma forma de operar semelhante: o **Exercito da Vizinhança** ("Ejército Vecinal"). Constituido pelos vizinhos - que colocavam os equipamentos e armas - frente a emergências bélicas, sob a direção de um chefe nomeado pelo "Cabildo" ou o Governador. Terminada a dificuldade se dissolvia e os homens voltavam aos seus fazeres habituais. (4)

Nestes dois casos a segurança era oferecida pelos próprios membros de cada coletividade (comunitaria ou de vizinhança) que cumpriam a função guerrera em situações específicas (conflitos com grupos exteriores); uma vez atingido o objetivo a organização se dissolvia e os indivíduos voltavam as suas tarefas de produtores. A mudança de organização social descentralizada e igualitarista a uma centralizada e hierárquica, durava tanto tempo quanto era conveniente para a sobrevivência coletiva, após se retomava a organização permanente.

Mas, há outros casos onde o caráter do agrupamento armado

têm a ver com a inexistência de condições pacíficas para a reprodução material das comunidades. e o caso dos **Grupos de resistência armada**. Um exemplo é o sucedido em 1934 no Alto Bío Bío, em Ranquil. As agressões do poder econômico e político, local e do estado, aos colonos de Lonquimay, para expulsar-los das terras e limitar o seu habitat geo-econômico, obrigaram a estes a se organizarem em grupos que saíram a procurar o seu sustento nas zonas baixas. Isto resultou em enfrentamentos que culminaram com a organização armada dos camponeses e seu posterior massacre por parte do exercito.

Constitui-se aí uma força civil, armada, provisória, voluntária, sob direção dos próprios camponeses, para enfrentar a agressão externa provocadora de fome, expulsão da terra e perda dos espaços e recursos necessários à sua reprodução. Para existir esta força com essas características é necessária a existência de uma comunidade capaz de dar apoio logístico. Por isto não são expressão de banditismo e sim de resistência popular comunitária.

Econômicas.

Expressões de cooperação orientadas basicamente - embora nem exclusivamente- a produção e distribuição de bens necessários à reprodução do coletivo. O "**lobche**", (5) grupo de parentes que produziam o necessário para a sua sobrevivência, pois controlavam os recursos produtivos: a terra, a força de trabalho e os instrumentos técnicos; possuindo tudo em comum. Também organizava a distribuição do produzido. Os "**Ejidos e Dehesas**"(6) eram uma forma de propriedade comunal, que os espanhóis mantiveram a

partir do século XVI, para a alimentação dos animais dos vizinhos e do exército. Os "Mingacos" (7) constituem uma outra expressão indígena de cooperação, em especial entre mapuches e picunches, que foi apropriada pelos espanhóis e chilenos e se projeta até hoje. É uma mistura de ajuda mútua e festa, na qual se trocava trabalho social (para plantações, colheitas, construções de moradias, etc.) por comidas e festanças. Responsável pela organização era o beneficiário que fazia o convite ao trabalho e a alegria. Semelhante é o caso do **Keluwñ**. (8) variedade de mingaco restrita a parentes e vizinhos próximos ao organizador.

No interior de estruturas de opressão.

Formas de cooperação que emergem no interior ou como consequências não esperadas, de um conjunto de imposições ou condições militares e jurídicas extremamente opressivas, que refletem uma determinada estrutura de dominação étnica, nacional e/ou de classes.

No Império Inca, do Tawantinsuyun, no Alti-plano nortista, a base da vida econômica e social era o "**Ayllú**", (9) aldeia habitada por famílias parentes, sendo a família a unidade de produção e consumo. Devido ao caráter da dominação incasica mantiveram vários dos seus costumes de ajuda mútua: esforços coletivos sob a direção dos seus "kurakas", nas "markas" (terras do Ayllú) haviam praderas para uso coletivo, proteção dos "waqchas" (os fracos e economicamente dependentes) e o trabalho agrícola fundado no "Ayni" (a ajuda mútua), isto é, no intercambio de trabalho entre as famílias para as plantações, colheitas e construções de moradias.

Durante o Império espanhol na América Latina, a conquista foi de caráter militar e religioso, as **Missões Jesuíticas** foram uma das expressões desta última dimensão. No Chile não tiveram a mesma importância que em outros lugares, como o Paraguai.(10) Respondiam a uma tentativa de gerar evangelização (culturação) por uma modalidade não militar, educativa e que respeitasse o modo de vida nativo, baseado em cooperação e comunitarismo. Até a sua expulsão em 1767, os jesuítas mantiveram poucas e pobres missões na Araucania que não alcançaram a render frutos sociais, embora, tenham contribuído a diminuir os conflitos locais entre espanhóis e mapuches.(11)

No mesmo contexto, em 1580, foram promovidas no continente, pela coroa espanhola, os **Pueblos de Indios**, agrupação de indígenas de onde estes saíam a alugar livremente o seu trabalho, pelo qual recebiam remuneração. (12) No Chile, a metade dos seus membros trabalhavam nas minas, e o resto em tarefas agrícolas, pecuárias e artesanais. (13) Tentou-se respeitar em algum grau os costumes locais para adaptá-los às necessidades de baratear a mão-de-obra, assim por exemplo, mantiveram-se lugares dedicados ao aproveitamento comum (14), como terras que trabalhavam de maneira comunal. (15) Nestas terras os nativos conseguiram manter algumas atividades de ajuda mútua o que lhes permitia sobreviver e se reproduzir. Eram "una cárcel con régimen de municipio"(16) que no Chile, na prática, fracassou. (17)

Finalmente, temos o caso das **Reduções ou Comunidades Indígenas**. Após serem derrotados na sua última revolta armada (1881), o

povo mapuche foi obrigado a se agrupar em reduções, formalizadas por um "título de merced" outorgado a caciques que representavam famílias pouco numerosas. Receberam terras de má qualidade e havendo perdido nas guerras os seus instrumentos de produção, a terra e o gado, incorporaram-se ao Chile como um dos seus grupos mais pobres. (18) Em leis de 1927 e 1931 se estabeleceu legalmente a possibilidade de parcelar as comunidades, caracterizando "la voluntad del estado de poner término a la propiedad indígena comunitaria (...) haciendo imposible todo reagrupamiento social, toda ayuda mutua, todo fortalecimiento de su unidad". (19) Com o tempo as comunidades mantiveram-se, como o indica o Censo de 1955, que assinala a existência de 60.000 famílias que, no Norte Chico e nas zonas mapuches, viviam em comunidade. Embora, na prática, estas estivessem organizadas internamente como minifundos, devido ao crescimento da população interna e a estabilização das terras disponíveis, com as suas consequências de esgotamento dos solos e empobrecimento. Operavam ainda atividades sociais e culturais comunitárias: operações econômicas como os "mingacos", o cuidado comum de animais, o planejamento do uso de terras comunitárias, a comercialização de alguns produtos, o empréstimo de instrumentos de trabalho; outras mais sociais, como os mutirões, para a construção de caminhos, pequenos açudes, escolas, etc. Muitas destas ações acompanhadas de festas.

Colonias Agrícolas.

Correspondem a experiências de colonização (abertura de fronteira agrícola) impulsionada pelo estado chileno em zonas de

difícil acesso, transferindo mão-de-obra, nacional e estrangeira, as que se outorgavam terras e algumas facilidades para trabalhar.

Entre 1893 e 1890 chegaram mais de 10.000 estrangeiros de ambos sexos para ocupar as terras além da fronteira da época, isto é, os territórios conquistados aos mapuches e zonas austrais. Os imensos desafios: frios, serrados, carência de água, banditismo, falta de mão-de-obra, converteram-se em grandes dificuldades. Em 1895 quase a metade tinha abandonado as atividades agrícolas. Nesses momentos a ajuda mútua e cooperação foi fundamental para assegurar a produção nas parcelas familiares. Até hoje se mantém esta cooperação econômica, em formas modernas (sobretudo Cooperativas agrícolas) e expressões que demonstrem como esta solidariedade social se entrelaça com a identidade cultural, mantida em vários setores do território nacional. (20)

Para os chilenos, em 1928 se criou a "Caixa de Colonização Agrícola", que visava distribuir terras estatais, promovendo uma espécie de trabalho cooperativo. Estabeleceram-se assim várias Colônias que até 1959 eram 94, beneficiando não mais de 5.285 famílias. (21) Algumas destas converteram-se em Cooperativas e desenvolveram algumas ações comunitárias sob o princípio de ajuda mútua (mutirões, troca de força e instrumentos de trabalho).

Organização Popular.

Corresponde às modalidades de organização dos trabalhadores industriais, mineiros, agrícolas, portuários e de outros grupos populares como as classes médias, artesãos, camponeses que consideram algum componente de ajuda mútua e superam, portanto,

uma orientação política ou reivindicativa com exclusividade.

As **Sociedade de Socorros Mútuos** foram as primeiras formas de organização popular. Impulsionadas por alguns operários e artesões do século XIX (em especial tipógrafos) e inspirando-se no mutualismo proudhionano e no cooperativismo europeu, visavam através da poupança e o cooperativismo, melhorar a condição econômica, cultural e moral dos seus associados. Em 1858 funcionavam Sociedades de Artesões em Santiago e Valparaíso. Integravam-se a elas alfaiates, chapeleiros, padeiros, cocheiros, carpinteiros, ferreiros, seleiros, etc. que em 1875 chegavam a uns 50.000 membros de estas sociedades. (22) Segundo alguns correspondem à pre-história do movimento operário, pois se bem a sua base de apoio era o artesanado, no seu interior operavam correntes socialistas. (23) O seu dirigente mais destacado foi Fermín Vivaceta Rubio (1829-1890), operário da construção, que formando-se de maneira auto-didata e em cursos noturnos chegou a ser um dos precursores mais destacados da cooperação popular chilena.

Estas Sociedades se consideram também como uma das formas tradicionais nas que se fundamenta historicamente o cooperativismo nacional.

"Los fines objetivos de las sociedades mutuales, explícitos, consistían en lograr suministrarse a sí mismos un sistema de seguridad social en el que ni el estado ni los patrones estaban interesados. Al mismo tiempo, realizaban actividades de tipo educativo y cultural. En algunos casos, estas sociedades mutualistas tomaron la tarea de actuar como sindicatos, especial-

mente quando a través de ellas se organizaron huelgas, entre 1880 y 1900, de artesanos que trabajaban en condiciones de cooperación capitalista simple, en particular en el sector de sastrerías, zapaterías, telabarterías, herrerías, panaderías, etc.".(24) En 1910 haviam mais de 400 mutualidades com 65.000 membros, em 1923 chegavam a 640 com 65.000 filiados. (25)

Com o tempo e devido ao crescimento das suas correntes internas socialistas, cada vez mais influenciadas pelo marxismo, ao desenvolvimento capitalista que fortaleceu o elemento operário por sobre o artesão no conjunto das classes populares, foi derivando o seu acionar ao campo reivindicativo e político. Fizeram-se tentativas de gerar organizações nacionais de Mutuais (1894/1901/1902). Entre seus membros se encontram fundadores do Partido Democrático de Chile assim como da Federação Operaria do Chile (FOCh, 1911). Esta, uma Sociedade Mutual, que integrando outros grupos -e sob direção de socialistas revolucionários que tinham substituído aos reformistas- deram origem ao Partido Operário Socialista que, com tempo, se transformou em Partido Comunista de Chile. Com isto o movimento popular tomou outra direção.

O mutualismo como primeira grande associação dos trabalhadores, termina, na prática, produto de um conjunto de fatores gerados na sociedade, no campo da luta de classes. O capitalismo se consolidava e expandia no país. Nesse contexto o movimento operário foi construindo organizações revolucionárias e classistas, anti-capitalistas e nacionais. Primeiro sob a direção de socialistas e anarquistas e posteriormente de comunistas. O pensamento

que chegou a ser hegemónico no movimento popular, por sua base mineira, operária industrial e portuária, foi o socialismo revolucionário, contrário ao mutualismo e ao anarquismo sindicalista. (26) Com isso a luta política e sindical substituiu a económica, ao esforço associativo. Por outra parte, no contexto nacional e como resultado da emergência das classes médias assim como do crescimento da burguesia industrial nacional (média e grande), o estado -a partir do Governo de A. Alessandri (1920/1925) - começa a tomar um conjunto de medidas que substituíam, na prática às Mutuais: leis trabalhistas, contrato de trabalho, seguro operário, acidentes do trabalho, tribunais do trabalho, sociedades cooperativas, construção de habitações populares, fomento às "Cajas de Previsión", etc.

No campo, só se dispõe da informação da existência de uma Sociedade Mutual ("Sociedad Mutualista Colonia Agrícola Balma-ceda") fundada entre 1936 y 1937 em Victoria. (27)

No movimento operário do Norte mineiro, a partir de 1900 se organizam as **Hermandades Mancomunales**. Operários das minas e portos estruturam -territorialmente e não por profissão- uma espécie de coletividade mixta de sociedade de socorros mútuos e de sindicato de resistência, (28) pois nem só cumpriam as funções da estrutura sindical clássica, sendo que, ao mesmo tempo, reuniam as condições de organização da vida cooperativa e comunitária dos próprios trabalhadores. (29) A primeira foi fundada em 1900, em Iquique, porto exportador de minérios do Norte, por Abdón Díaz do Partido Democrata, com 5.000 filiados.

Em 1904 se constituiu em Santiago a "Convención Nacional de Mancomunales" reunindo mais de 20.000 sócios. Integraram-se as tentativas de organização nacional das mutuais assim como a formação da FOCh. Além da luta política e social, desenvolveram uma ativa ação de educação operária (isto é cultural e moral) e de imprensa operária, atividades todas fortemente reprimidas pelo estado e grupos e classes dominantes locais e nacionais.(30) Um dos seus principais líderes foi Luis Emilio Recabarren, considerado fundador do movimento operário chileno, socialista e fundador do Partido Comunista de Chile.

Comunidades Socialistas utópicas ou anarquistas.

Constituem experiências sociais de levar à prática algumas das idéias do socialismo utópico e do anarquismo, sob a forma de comunidades.

Em 1866, Ramón Picarte, tentou instalar um **Falansterio** em Chillán, inspirado nas idéias de Fourier.(31)

Em 1903, e de acordo a uma tendência que percorria o mundo, se fundou uma **Colônia Tolstoiana** em Santiago. Formada por operários zapateros franceses, pintores e outras pessoas, com as suas esposas e filhos, constituía uma "comunidad fraternal; en las noches sus componentes charlaban sobre temas de arte y filosofía y en los días festivos incursionaban por los campos vecinos"-(32) Em 1905, Augusto D'Halmer, em San Bernardo, fundou uma outra Colônia deste tipo. Ambas comunidades fracassaram com o tempo. Na sua origem estava a emergência no país da "questão social", isto é, da preocupação dos intelectuais e artistas com as deploráveis

condições de vida das massas, nestes casos, contrastadas com o utopismo comunitarista que exponia Lev Tolstói na sua literatura.

Comunidades por evolução.

Organizações informais que resultaram espontaneamente da ocupação, por posse, de terras disponíveis ao longo do tempo.

O caso mais conhecido é o das **Comunidades do Norte Chico**. São agrupações informais de parceiros posseiros, orientadas a assegurar a posse das terras que constituíam o espaço reclamado coletivamente para todos e desenvolver algumas atividades econômicas e de cooperação. Surgiram frente ao abandono histórico dos estabelecimentos que, a partir do século XIX, deixaram os trabalhadores nas terras, sem que os herdeiros naturais as reclamassem. Estas comunidades rurais que, igual que os mapuches, na prática correspondem a uma aggrupação de mini-fundos (33) e formam parte dos grupos mais pobres do país, têm vivenciado atividades de cooperação: mutirões, empréstimo de instrumentos e força de trabalho, exploração em pequenos grupos de faixas de terra da comunidade, etc.

Outras formas de cooperação.

Encontramos na sociedade chilena e na sua história, outras formas de ajuda mútua e solidariedade humana. As **práticas organizadas de piedade e religiosidade popular** são manifestações comunitárias de satisfação de uma necessidade espiritual, quanto uma maneira informal de compartilhar soluções a um conjunto de problemas de saúde, recursos, desemprego, morte. No campo das religiões se encontram também os **Mosteiros** nos quais a organização

interna esta baseada em uma responsabilidade coletiva de uns a respeito dos outros. Frente a casos, tão comuns no Chile, de desastres naturais (terremotos, secas, maremotos, explosões vulcânicas, enchentes, etc.) a **solidariedade expontanea e organizada** tem sido sempre uma expressão de ajuda mútua coletiva, expontânea ou organizada pelo, estado, Igreja ou organizações civis de voluntarios. Os **Bombeiros**, são outra forma de serviço voluntário de cidadãos à comunidade, na medida que não recebem salario pelo seu acionar em casos emergenciais, responsabilizando-se o estado e a sociedade pela sua manutenção. Finalmente existiram durante várias décadas projetando-se algumas até hoje, as "**Cajas de Previsión**", como órgãos de trabalhadores de diversas corporações.

2. A educação nestas formas de cooperação

Nas formas de cooperação não-cooperativas que foram apresentadas, a educação jogava diferentes papéis, tendo uma importância relativa a cada uma. Talvez a característica comum seja a quase total ausência de processos formais, mais ou menos abrangentes e permanentes; salvo exceções, em geral a educação nas comunidades ou organizações coincide, no fundamental, com o próprio processo de desenvolvimento da organização. Porém, é possível reconhecer algumas formas específicas que são constituintes de algumas modalidades. A elas vamos nos referir, brevemente, neste ponto.

Nas bandas e tribus, a educação das crianças e jovens era feita ao longo da vida e a partir da vivência no próprio grupo. Como, em geral, coincidiam com famílias ampliadas, podemos dizer que será na família-comunidade onde se educavam os seus membros: a caçar, cazando, a pescar, pescando. Era a atividade cotidiana do grupo a que educava, orientada pelos adultos, segundo as suas características específicas: canoeiro, nômade, agricultor, etc., e tarefas que lhe correspondiam a cada um na divisão interna do trabalho (de tipo sexual). No fim deste processo educativo cada "miembro de la banda estaba capacitado para autoabastecerse en todas sus otras necesidades económicas" (34). O objetivo era fazer um homem ou mulher, integrado socialmente, capaz de contribuir eficientemente ao coletivo, tanto quanto de sobreviver só.

Em algumas bandas, como as "canoeras" ("chonos, alacalufes, yaganes") da zona austral e conhecidos como os "nomades do mar",

os ritos de iniciação à puberdade tinham também um caráter educativo. Treinavam os jovens nas tradições da comunidade; o ritual, as práticas religiosas eram uma oportunidade para a educação : "sólo en oportunidades especiales, siempre relacionadas con prácticas mágico-religiosas, las familias se reunían en ciertos parajes a fin de realizar, conjuntamente, los ritos de iniciación, mediante los cuales se consagraba el paso de la niñez a la pubertad con su correspondiente afirmación del sexo [...]. Entre bailes y canciones se les adiestraba en las tradiciones y normas de buena conducta. Luego de varios días se consideraba que los jóvenes estaban aptos para participar en la vida de la comunidad" (35). A educação nas tradições do grupo era condição para poder participar, ativamente, da vida da comunidade.

Entre os mapuches se dava também um tipo de treinamento religioso, especificamente, para a formação das "machis": "existían escuelas especiales en donde seleccionaban a las niñas que mostrasen especial inclinación para el oficio; a veces también lo ejercían homosexuales disfrazados de mujeres"(36). Uma função mágico-religiosa e, por tanto especializada, requeria também de um treinamento especializado e mais "sistemático".

Entre os mesmos mapuches vimos que uma das poucas associações comuns ao conjunto de comunidades era o que chamamos "Exército mapuche". O treinamento para a guerra e, por tanto, para integrar a comunidade militar quando fosse preciso, era um aspecto central da vida mapuche. "La raza guerrera por excelencia, el araucano, enseñaba al niño los juegos de destreza en la

vicio familiar misma y en seguida bajo la autoridad de algun cacique' (37). Alonso de Ercilla, no Canto I de "La Araucana", describe (com alguma imaginação) esta forma de treinamento:

"[...] obligación el Señor tiene
en los casos de guerra adoctrinarlos,
con tal uso, cuidado y disciplina
que son maestros después de esta doctrina.

En lo que usan los niños, en teniendo
habilidad y fuerza provechosa,
es que un trecho seguido han de ir corriendo
por una áspera cuesta pedregosa;
y al puesto y fin del curso resolviendo,
le dan al vencedor alguna cosa;
vienen a ser tan sueltos y alentados
que alcanzan por aliento los venados.

Y desde la niñez al ejercicio
los apremian por fuerza y los incitan,
y en el bélico estudio y duro oficio,
entrando en mas edad, los ejercitan,
si alguno de flaqueza da un indicio,
del uso militar lo inhabilitan,
y al que sale en las armas señalado,
conforme a su valor le dan el grado "(38)

Vemos um treinamento prático, orientado especificamente à aquisição de habilidades numa área de interesse do coletivo: a guerra, com estímulos sociais e um processo interno seletivo, de

tal maneira que os guerreiros capacitados fossem, efetivamente, os melhores. Cada grupo era responsável do treinamento dos seus membros, sem que existisse alguma instância coletiva de formação militar.

O treinamento militar implicava uma adequação aos interesses da criança e visava alcançar uma especialização, isto é, o treinamento acabado numa arma só:

" Cada soldado una arma solamente ha de aprender y en ella ejercitarse, y es aquella a que más naturalmente en la niñez mostrara aficionarse: de esta sola procura diestramente saberse aprovechar, y no empacharse en jugar de la pica el que es flechero, ni de la maza y flechas el piquero".(39)

No que se refere aos processos educacionais dentro das reduções/ comunidades mapuches, não temos praticamente informação. É provável que a importância educativa da família, assim como o princípio de "aprender fazendo", ambas características tradicionais da educação mapuche se mantiveram. Hoje ainda nos campos se fala a língua original (mapudugun), em alguns lugares ainda persistem as festas mapuches, e apesar ao fato de ter sido obrigados a se convertirem em agricultores, é possível supor, com algum grau de certeza, que essas características da educação mapuche não se perderam.

Por outra parte esta tradição têm-se encontrado e enfrentado

com a "invasão e dominação cultural" ocidental, moderna, espanhola e chilena, colonialista e capitalista. Não podem deixar de receber, e adotar, muitos dos rasgos culturais dos dominadores, internalizando-os na vida cotidiana:

"A través de la dinámica histórico-social, movilización-des-movilización de los mapuches (consecuencia de innumerables convenios resultantes de las guerrillas o levantamientos o viceversa), se introducía el conocimiento y uso de nuevos cereales, de nuevos vegetales, de animales domésticos (caballos y bueyes principalmente), el uso de los metales, etc.[...], todos estos aportes materiales a los cuales debe agregarse la miscigenación, la instalación de colegios, sobretudo dirigidos por misioneros católicos, la introducción del valor de cambio, de la economía monetaria en una sociedad que sólo conocía el valor de uso y la economía natural sin mercado. Consecuentemente, todos estos valores occidentales tienden a reconstituir adentro de la psique que los adopta, la estructura mental que ellos expresan"(40).

Nesse contexto, contraditório, entre a manutenção de costumes e de uma educação tradicional, produto do encerramento obrigatório nos limites das reduções, da força do costume e da tradição, e a invasão da cultura dos dominadores, debatiase a educação nas comunidades. O direito a uma educação formal -como instituição mediadora e instrumental respeito das classes dominantes, também lhes era negado (41), pelo qual não era através da escola que os mapuches educavam-se principalmente. Ficavam assim excluídos dos avanços dos conhecimentos da humanidade, com o qual

a distribuição social do conhecimento confirmava o seu caráter discriminatório.

Algumas organizações mapuches tentavam defender as suas manifestações culturais e através delas transmitir o legado cultural das gerações adultas às novas, mantendo assim o sentido de comunidades.

O Diário "Nuestra Juventud", em 1938, informa das atividades da "Federación Juvenil Araucana" que, nas regiões de Bio-Bio e Cautín "han realizado manifestaciones de defensa y práctica de sus costumbres y tradiciones" (42).

Nas Colônias de imigrantes os processos educacionais verificaram-se também, em primeiro lugar, através da família, onde a criança aprendia a língua materna, a religião dos pais e da comunidade e as habilidades necessárias para o trabalho no campo. Em algumas colônias instalaram-se escolas, reconhecidas oficialmente, porém, mantidas em importante medida, pelas próprias comunidades. Algumas destas convertiram-se em importantes centros de educação privada nas localidades onde estavam instaladas, outras ficaram como simples escolas rurais.

O Mutualismo deu significativa importância à Educação. Em 1870, imigrantes alemães, belgas e franceses, organizaram clubes para operários, um Centro de estudos chamado Carlos Marx e difundiram documentos da I Internacional.

"La educación desarrollada desde las mütuales tenía objetivos vinculados a la organización social: la lucha antialcohólica, difusión de la cultura general, buenas costumbres. La idea cen-

tral era impartir 'instrucción pública', y puede suponerse que respondían, entre otras, a la demanda de integración por parte de los migrantes" (43).

Esta preocupação pela educação dos trabalhadores, abrangia nem só aos operários e artesões masculinos, senão também às associações gremiais femininas.

As "organizaciones y gremios femeninos de comienzos de siglo, asignaban a la educación de las mujeres un papel fundamental para sacarlas del encierro y la ignorancia y promover su emancipación [...]. Antes de que se creara la FOCH - en 1916 - las organizaciones y gremios de camiseras, sombrerereras, corpiñeras, costureras y tantos otros gremios más, asignaban una especial atención a la educación de la mujer para luchar por su emancipación"; porém, coloca a seguir, a fundação da FOCH - como sociedade mútua, lembramos -prejudicou o processo de organização social e educação dos gremios femeninos: "comienza a pasar a un segundo plano la preocupación por la especificidad de la 'cuestión femenina' y en ese proceso de construcción de organizaciones de clase, las mujeres comienzan a perder terreno en relación a lo que había sido su propia práctica a comienzos de siglo"(44).

Nesta análise o processo que foi do gremio independente de mulheres à organização de classe (que culmina na 3a. Convenção da FOCH, em 1919) o que houve foi uma perda da "questão feminina" e da importância da educação para as organizações trabalhistas.

Esta situação se projetou no tempo. Por exemplo, as mulheres ficaram, em geral, excluídas dos processos de organização e

educação cooperativa exceto em aquelas questões tradicionalmente determinadas como "próprias do sexo feminino" (atividades domésticas e estéticas).

A FOCH, finalmente, na Declaração de princípios do 25 de dezembro de 1919, resultante da 3a. Convenção Nacional, e já tendo rompido com o mutualismo, coloca a educação e a organização numa relação de identidade: a organização é a educação.

"Esta Federación será la Escuela donde se moldee el mejor pensamiento que oriente al proletariado de ambos sexos a la perfección de su organización social e industrial, hasta obtener su integral emancipación" (45).

Assim, quando a "principios del Siglo XX el movimiento obrero tomó un caracter mas clasista [...] heredó del mutualismo su preocupación educativa" (46).

Nas "Mancomunales" coincidiam democráticos e socialistas, que otorgavam significativa importância à educação operária. Nessas, a inspiração de L. E. Recabarren, nesse então ainda influenciado pelo mutualismo e valorizando o cooperativismo, porém, cada vez mais próximo ao marxismo, foi sem dúvida fundamental. "Creía que la mejor propaganda socialista era el comportamiento moral, la ilustración y la firmeza ideológica de sus militantes. Luchar y estudiar fué el paradigma de su quehacer político: el libro, el folleto, el periódico, la conferencia y el teatro eran para él fundamentales para el éxito de la acción sindical y política de los trabajadores." (47). "Proponía la práctica político-pedagógica [já tendo aderido à III Internacional] como educación del prole-

tariado para aumentar su inteligencia y ponerlo en condiciones de liberarse a si mismo y a la humanidad" (48).

Entre as experiências nas "Mancomunales", ou próximas a elas, encontramos a importância da imprensa popular, como instrumento de formação operária.

Já vimos que o objetivo do jornal "El Trabajo", da "Mancomunal de Iquique", era "propagar la moral y la unión del movimiento obrero, a fin de mejorar su condición social y económica". O elemento ético, somado ao político, para atingir os objetivos da organização, foi uma questão central destas "irmandades": "las Mancomunales, justamente por esta característica de ser organizaciones de vida, ponían mucha fuerza en desarrollar un tipo de moralidad proletaria basada en la importancia de educar a los hijos, la prohibición de las bebidas, los juegos de azar y la prostitución" (49).

No número do 22.11.1903, define que a missão das "Mancomunales", é "imponer lo que sea justo, trabajaremos sin descanso a fin de atraer a los trabajadores bajo las banderas sociales, para que, educándonos en los ideales regeneradores, podamos presentarnos unidos a ocupar por derecho el puesto que nos corresponde en el concierto de los hombres civilizados" (50).

Além desse, houve uma série de outros jornais populares, embora não vinculados às "Mancomunales", porém que refletiam a importância dada a imprensa operária: "La Democracia" (Santiago, de janeiro de 1899 a 1901), "El Proletario", de Tocopilla (entre 1904 y 1905), "El Grito Popular", jornal democrata-socialista de

Iquique (1911), "La Federación Obrera", de la FOCH, (1910 e de 1921 a 1924), "Justicia", vocero da FOCH e do Partido Comunista (1924 a 1927); entre os jornais anarquistas estava "El Rebelde", do comunismo-anárquico, "El Acrata" (1900), "El Surco", etc.

Uma outra modalidade de educação, impulsionada também por Recabarren, foi a "Casa del Pueblo" de Iquique (resultado da fusão de 28 gremios) e semelhante às que "visitara en Madrid y donde levantaba tribuna 'el abuelo', Pablo Iglesias. En esta Casa se recibía a la gente del interior, que bajaba al puerto desde la pampa, se daban charlas educativas y políticas y en ellas Elías Lafferte organizó un cuadro teatral, un pequeño teatro obrero" (51). A "Casa del Pueblo" não pertencia à "Mancomunal", porém, estava vinculada através dos dirigentes e ações comuns.

As "Mancomunales" na zona mineira nortista, desenvolveram-se num contexto rico e variado de experiências de educação, agitação e propaganda proletária, e nesse sentido a educação dos seus sócios resultava precisamente da integração das organizações a esse contexto cultural popular.

O anarco-sindicalismo - assinala Puiggrás - rejeitou totalmente o ensino oficial e tentou desenvolver um sistema educacional paralelo, próprio. Organizou uma rede de escolas racionalistas orientadas pelas idéias do espanhol Francisco Ferrer.

Constatamos, por exemplo em Iquique, a existência (em 1912 ou 1913) de uma "Escuela Racionalista", na que "aparte de las clases preparatorias a cargo del compañero A. Calera Romero, se daban conferencias sobre diversos temas de sociología y otras

ramas de cultura social"(52).

"Aquellas eran escuelas liberales laicas, que negaban la idea de Patria. Tendían al desarrollo de la autoconciencia y a la formación de una actitud de desafío al poder establecido. Es interesante observar que en esas escuelas la palabra del alumno tenía un lugar destacado y se le otorgaba un papel político. Se llegó a formar un Comité de escuelas racionalistas vinculadas a la I.W.W. que articuló las experiencias de este tipo que se desarrollaron en gran parte del país" (53).

A mudança de orientação do movimento popular que enfatizou a luta política e sindical, colocando o componente de "ajuda mútua" das Mutuales e Mancomunales num lugar secundário, a hegemonia socialista-marxista no movimento sindical que terminou enfatizando a luta por uma escola pública, estatal, laica, gratuita e popular, e, o papel do Estado que a partir dos anos 30 se fez cargo da Educação nacional sob o princípio de "Estado Docente", terminaram na prática com todas estas modalidades de organização popular ligadas a organizações de cooperação.

Finalmente, no caso das "Colônias tolstoianas", e a partir do depoimento apresentado mais atrás, era a "conversação" em torno a temas "filosóficos e artísticos", uma das modalidades de educação que o grupo desenvolvia.

Esta panorâmica histórica mostra a identidade entre as experiências de cooperação e modalidades diversas de educação. Todas as formas populares de associativismo pre-supõem, implicam ou se constituem em processos formativos que atuam, ao mesmo

tempo, sobre a consciência dos seus integrantes procurando a identidade com os fins da associação, quanto num sentido prático: a orientação aos objetivos de ação comum. A educação é um componente da cooperação, nem só condição do seu êxito, senão elemento essencial a ela.

3. A Cooperação Cooperativa.

A cooperação cooperativa diz respeito de uma das formas que assume a cooperação no mundo: a reconhecida formal e, a maioria das vezes, juridicamente, sob essa denominação, como é o caso do Chile. É que se inscreve na tradição do movimento cooperativista que encontra fundamentos filosóficos e práticos no utopismo do século XVIII e XIX e nas experiências cooperativistas europeias dos séculos XIX e XX.

2.1. As origens do cooperativismo no Chile.

É, no século XIX, como vimos, que se encontram as primeiras manifestações cooperativas. Até 1924, quando se dita a primeira lei cooperativa, o setor era eminentemente emergente, desde a sociedade e inclusive do movimento popular, com autonomia do estado.

Em 1849 se publica em Valparaíso o folheto "El socialismo: derechos del trabajador" de Louis Blanc, um dos precursores das associações operárias de produção. Outros textos de Proudhon, Lammenais, etc. se juntam aos do economista clássico do cooperativismo de consumo, Charles Gide (1904). Em Maio deste ano se funda a primeira Cooperativa propriamente tal: a "Compañia Cooperativa de Consumidores de los Ferrocarriles del Estado" da empresa ferroviária estatal, com o objetivo de consumo. Esta Cooperativa funcionava sob a direção de um Conselho formado por 4 representantes da empresa e 3 dos sócios.(54) Meses após se constitui em Valparaíso "La Cooperativa" de seguros contra

incendios e em 1907 a "Cooperativa de vendedores de pescado".

O movimento popular organiza em Iquique, em 1910, a "Sociedad Cooperativa de Obreros" para comprar alimentos mais baratos para os operários.(55)

Luis Emilio Recabarren promoveu esta modalidade de organização antes de abandoná-la pela ação política-revolucionária, (a partir de 1916/17) como parte da estratégia mais global de luta proletária. Afirma -em 1912- que "la acción gremial, la acción cooperativa, la acción política y la acción educativa van a tomar mayores impulsos; todo para el bien de la clase oprimida y desvalida" (56). O mesmo ano se constitui em Iquique, a "Sociedad Cooperativa Obrera Tipográfica" para editar o jornal de 4 páginas "El Despertar de los trabajadores" (que publicou 1.384 números entre 1912 e 1927) e a "Cooperativa Obrera del Pan", para fabricar pão, bom e barato. Esta última seguia o exemplo de operários da Bélgica.(57) Fracassou porque os empresários lhe negaram a entrega de farinha. (58) Em janeiro de 1913 só tinha o pequeno número de 300 acionistas.(59)

A elas somavam-se as Cooperativas agrícolas e outras que foram surgindo em relação as necessidades de diversos grupos sociais.

No período de 20 anos entre a primeira Cooperativa legal (1904) e a primeira Lei de Cooperativas (1924) formaram-se no Chile 40 Sociedades Anónimas ou Corporações com denominação cooperativa (60) abrangendo a maioria dos setores que constituiriam ao longo do século, o setor cooperativo do país.

O desenvolvimento nacional do setor acompanhava o seu crescimento no mundo: na Inglaterra, por exemplo, os membros das Sociedades de Vendas ao Varejo passaram de 1,7 a 6,5 milhões entre 1901 e 1931; as escocessas estavam ligadas aos mercados internacionais; e todas se mantinham sob o princípio de solidariedade de classe que compartilhavam com os sindicatos e o trabalhismo (61). Na Alemanha, de 1849 o cooperativismo de crédito de consumo tinha se desenvolvido enormemente, assim como as Cooperativas de Crédito Rural (62). O modelo da cooperação agrícola da Dinamarca tinha tais características de modernização que servia de exemplo a F. Engels para as suas teses sobre a questão agrária (63).

Com esses antecedentes, no meio de um grave conflito entre o poder Executivo e o Parlamento, num momento de ascensão das classes médias urbanas, civis e militares, de ampliação da influência do estado na sociedade e de avanço na organização popular, em 1924, se promulga a primeira Lei de Cooperativas (Nº 4.058), sob pressão de uma Junta Militar que impôs ao Parlamento e ao Governo de A. Alessandri - da Aliança Liberal - um conjunto de medidas de benefício social. Esta Lei tinha sido rejeitada pelas Câmaras legislativas -de predomínio conservador- em 1919.

O seguinte governo esteve marcado pelo autoritarismo, burocratismo e nacionalismo impulsionados pelo General Carlos Ibañez, quem exerceu durante vários anos o poder real no Governo. Com ele se deu um forte impulso à reorganização do aparelho estatal, convertendo-o em um importante agente de desenvolvimento econômico, social e educacional; reprimindo por uma parte o movimento

popular classista e incentivando, por outra, a constituição de cooperativas, sindicatos e Juntas de vizinhos legais.

A partir desse momento o cooperativismo passa a se ligar fortemente às classes médias e ao estado, dismuindo os seus graus de autonomia. O estado estimula o setor como estratégia para encauzar recursos que beneficiem as classes médias, sobretudo urbanas.

O cooperativismo começa a ser difundido pelo estado (com a colaboração de membros da Igreja, sobretudo nos setores de consumo, poupança e em parte de crédito), com pouca informação à sociedade, sem educação aos sócios e substituindo às Mutuais de clara origem popular, autônomo e associativo. Mas, também se contribui com isto a uma melhor distribuição dos recursos públicos, a criar um tecido social mais estável e democrático, a uma maior concorrência nos mercados, à solução de um conjunto de problemas sociais e, em definitiva, à democratização social do país. Com a Lei de 1924 termina-se com o cooperativismo popular autônomo para construir um movimento mais atrelado ao estado.

Nesse marco jurídico o setor cresce interruptamente: entre 1925 e 1930 se constituíram 47 cooperativas de consumo e 65 habitacionais, que aumentaram a 213 até 1960. De poupança, entre 1956 e 1960 se formaram 150 associações. Neste último ano haviam cooperativas dos setores: consumo, habitacional, agrícola, Hortas operárias e familiares, serviços escolares, auríferas, pequenos agricultores, pesqueiras, eletrificação, seguros, trabalho, poupança, de férias, educacionais. Com algumas exceções, grande

parte dos sócios destes setores provinham das classes médias e setores populares em geral.

Ficavam excluídos principalmente os moradores pobres dos interiores e periferias das cidades e os camponeses, por não ter, nenhum destes setores capacidade de poupança (necessário no cooperativismo) nem de oferecer garantias reais para crédito.

As cooperativas funcionaram independentes umas de outras e no interior dos mesmos setores. Em 1954 se funda a primeira Federação: "Federación de las Cooperativas de Ahorro y Crédito"; em 1955 se cria a do setor consumo e três anos após a que agrupa as organizações ligadas a moradia. (64)

3.2. O cooperativismo agrário: agrícola e camponês.

No Chile não existe uma organização ou setor cooperativo que agrupe o conjunto dos produtores agrícolas. Existem dois: um empresarial e outro camponês.

O primeiro leva o nome de "Cooperativismo agrícola", surge no começo do século, representando principalmente os interesses de médios e grandes proprietários agrícolas; embora integre também alguns pequenos produtores, a hegemonia é de aqueles que contam com mais ações de capital.

O setor "camponês" tem tido duas expressões principais (além das dos "pequenos agricultores" e de "colonização", até os anos 60); a primeira o chamado "cooperativismo camponês", desenvolvido a partir de 1960, para pequenos agricultores e camponeses em geral, e o setor de "Cooperativas de Reforma agraria", emergente

da lei 16.640 de reforma agrária. Este último praticamente desaparece após o golpe militar. O "camponês", que é o que nos preocupa nesta tese, sobrevive dificilmente.

Esta distribuição formal manifesta hegemonias e histórias diferentes. Ambos setores, o empresarial e o camponês, são policlassistas, isto é, integram diversas classes e grupos sociais, porém sob hegemonia interna diferente. No primeiro, onde em muitos casos opera o voto segundo capitais, a direção está em mãos dos capitalistas do setor agrário; no segundo, onde o princípio é "um homem um voto", a direção está em mãos dos pequenos proprietários. Também as histórias tem sido diferentes, tanto durante a reforma agrária, quanto no governo da Unidade Popular e no regime militar (onde o setor agrícola colocou-se próximo ao governo e o camponês à oposição).

Para caracterizar adequadamente o setor camponês e diferenciá-lo de outros movimentos cooperativos agrários da América Latina, é conveniente fazer uma pequena introdução histórica a ambos setores, num período no qual o setor camponês era praticamente inexpressivo.

O cooperativismo "Agrícola".

A mais velha organização das classes dominantes nacionais é a "Sociedade Nacional de Agricultura" (SNA), fundada em 1838 e da qual se originou a Sociedade de Fomento Fabril (SOFQFA, 1883), como agrupação dos industriais do país, selando assim uma unidade política e de interesses entre as principais oligarquias chile-

nas. Nas primeiras décadas do século XX outros grupos de médios agricultores e latifundiários, criaram -com marcado caráter regional- as "Confederação de Produtores Agrícolas" (CPA) e o "Consortio Agrícola do Sul", de produtores das zonas centro e sul do país.

A SNA -pelo efetivo poder econômico que representava- teve, historicamente, uma grande influência econômica e política, nem só nas questões agrícolas senão nacionais, entre as quais, sobre a organização dos camponeses (para impedi-la), a educação rural e o ensino técnico agrícola, o funcionamento dos poderes locais e do parlamento nacional, etc..

Agricultores de Osorno organizaram em 1918 a "Cooperativa Agrícola y Ganadera de Osorno" (65) iniciando-se assim um processo que levou a que em 1924 tivessem surgido duas outras unidades econômicas semelhantes: em Cautín y Concepción. A expansão que continuou no sul do país, dever-se-ia, entre outros fatores, à influência de colonos alemães que teriam tido conhecimento destas formas de associação na Europa. (66)

Estas Cooperativas dos empresários agrícolas visavam prestar serviços complementares à produção agro-pecuária dos seus sócios. Em 1929 se aprovou a Lei 4.531 de Cooperativas Agrícolas, fortalecendo o emergente e excludente setor, não considerem a participação camponesa senão e em alguns casos, como ente produtor) por não dispor de garantías reais (67). O artigo 4º do Decreto com Força de Lei (DFL) 592 de 1933, as define como "las que se dedican a la compra, venta, distribución, transformación de bienes,

productos y servicios relacionados con la agricultura, con mejoramiento de la vida rural en cualquiera de sus aspectos" (68).

Em 1940 haviam 20 Cooperativas que agrupavam mais de 1.000 produtores capitalistas. A Frente Popular (1938) tomou medidas em benefício do setor considerando tanto a coerência com as políticas de desenvolvimento econômico de substituição de importações, como a força da base agrícola que o Partido Radical -eixo da coalizão- tinha no sul do país, assim como interesses dos outros Partidos que a integravam, inclusive o Socialista (69). A 1956 tinham-se criado dois terços das cooperativas que existiam em 1986.

A integração dos latifundiários foi vagarosa (70), sobretudo daquelas da zona central mais diretamente ligados à SNA, o que fez que as instituições que mais impulsionaram a modernização foram as associações de produtores especializados por rubro e as cooperativas agrícolas (71). Estas, na prática, operavam como sociedades anônimas disfarçadas de cooperativas para aproveitar subsídios e facilidades tributárias estatais a unidades agro-industriais (72).

. O Cooperativismo camponês.

Os anos anteriores a 1960 se caracterizam pela exclusão camponesa da vida social e política nacional. O cooperativismo é, nesse período quase inexpressivo.

Várias razões contribuem a esta situação.

Em primeiro lugar a estrutura agrária, baseada na relação "latifundio-minifundio", que não facilitava o associativismo

camponês, como se dava em outros países europeus e nos Estados Unidos, onde existia uma grande quantidade de médias e pequenas propriedades.

Em segundo lugar, o objetivo das forças sociais mais "progressistas" da época, de impulsionar a democratização e industrialização nacional, obrigava a negociar com a representação política das classes dominantes agrárias o apoio parlamentar, em troca, postergavam-se as tentativas de organizar o campesinato.

Estas mesmas forças privilegiavam outros setores com aparente (segundo os diagnósticos de cada setor) maior capacidade de mobilização social ao projeto impulsionado: o proletariado e as classes médias urbanas. Eventualmente, tentou-se a organização de operários agrícolas, ficando sem apoio os pequenos agricultores.

Finalmente, não se pode desmerecer as ações de repressão do estado e dos latifundiários. Massacres como o de Ranquil, perseguição à sindicalistas, as ações de anti-banditismo, as "rurales", as Polícias comunales, eram parte de uma estrutura e ação repressiva estatal nos campos. A elas ligavam-se e somavam-se medidas dos fazendeiros: "listas negras" para impedir a contratação de sindicalistas ou rebeldes, castigos, expulsão de fazendas.

Todavia, não faltaram algumas tentativas de promover o associativismo por parte de diversos grupos sociais.

Latifundiários descobriram o cooperativismo como uma estratégia que lhes permitia alcançar ao mesmo tempo três objetivos:

a) diminuir os conflitos sociais externos e internos às fazendas, pela concepção da cooperativa como uma unidade de

conciliação de classes, na qual os camponeses educar-se-iam na administração dos seus interesses, no contexto das delimitações da estrutura fazendária:

b) esta seria uma ação de baixo custo pois parte da mão-de-obra necessária seria colocada pelos próprios camponeses;

c) permitiria a alguns mostrar respostas aos questionamentos que, a partir do levantamento da "Questão Social", acusavam a estrutura fundiária de estagnação nacional e da miséria nas populações rurais.

Uns poucos, nesse marco, receberam influência das Encíclicas Sociais papais, em particular de Leão XIII (1891) e Pio XI (1931), de algumas Pastorais de Bispos chilenos e denúncias de sacerdotes social-cristãos.

Domingo Eyzaguirre, primeiro presidente da SNA, foi um exemplo de esta concepção paternalista e conciliadora de setores latifundiários, católicos e conservadores. Nos fins do século passado, reuniu na sua fazenda perto de Santiago alguns trabalhadores e lhes repartiu terras segundo um plano elaborado para eles, onde todos deviam trabalhar em comum, repartindo da mesma forma gastos e utilidades. A experiência fracassou (73). Anos depois, Jaime Larraín, ligado ao Padre jesuíta, católico-social, Fernando Vives, organizou na fazenda do seu pai, uma cooperativa de vendas e consumo (74).

Mas, nem toda aproximação ao cooperativismo camponês resulta da tentativa de concretizar a mensagem social da Igreja. A defesa da exclusão camponesa de qualquer forma de participação

é - no contexto da luta de classes- uma outra razão.

A partir de 1919 a FODh começa uma campanha de organização dos trabalhadores rurais na zona central do país (75). Levantam-se reivindicações (1920) e no ano seguinte estouram várias greves. A SNA, reage fortemente e entre outras medidas, envia uma carta ao Presidente A. Alessandri, em 1921, em que alertavam-o para o "perigo" do sindicalismo rural, pelas nefastas consequências que poderia ter na alimentação das populações mais pobres das cidades, propondo, entre várias medidas alternativas, a organização de cooperativas dentro das fazendas (76).

Alguns estabelecimentos, como a de Calleuque, em San Fernando, tomaram medidas para melhorar as péssimas condições de vida dos camponeses, entre as quais formação de sindicatos para efetuar compras e vendas de forma cooperativa (77).

Tenta-se propor esta modalidade de associação como agrupação operária, social, no interior das fazendas e portanto no âmbito de controle direto dos patrões. Assim se afirma o caráter de instrumento de conciliação de classes que o conservadorismo católico das oligarquias agrárias, lhe outorgam a esta forma de associação. Assim também se detém o avanço do sindicalismo rural.

Na década dos 50 se inaugura uma nova modalidade de cooperativa dependente dos fazendeiros. As "Pulperias" (78) são entregues a "inquilinos" e empregados para a sua administração.

O cooperativismo deste tipo visa dois objetivos: (79)

a) Estabelecer novas relações sociais de produção, que permitam reformar e manter, ao mesmo tempo, a estrutura tradi-

cional do sistema de produção, através de um melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, (mas, não pela empresa, senão pelos próprios pobres da terra), na aplicação do princípio de que antes de impulsionar sindicatos, é preciso educar os camponeses, sendo o cooperativismo um bom meio. Esta última é a idéia central: educar pelo cooperativismo os camponeses, para mudar aspectos das relações sociais de produção sem risco de transformações mais profundas.

b) Em segundo lugar, ao se fazer responsáveis os próprios trabalhadores das atividades de benefício comum e do consumo, os custos administrativos seriam menores para os fazendeiros o que aumentaria a sua renda global.

Nestes anos a expressão de um cooperativismo camponês é mínima.

Em 1936 umas organizações mapuches de Cautín ("Sociedad La Moderna Araucanía" e a "Colonia Agrícola Araucanía") propõem um projeto de lei a consideração do Parlamento, no qual sugerem a organização de cooperativas em cada redução isolada ou grupos de reduções (80).

Em 9 de agosto de 1939, por lei Nº 6.382 se estabelecem as Cooperativas de Pequenos Agricultores. Em 1940 se funda em Chiloé a "Cooperativa de Pequeños Agricultores de la Comuna de Quellón Ltda.", primeira do setor (81).

A elas se somam as Colônias de tipo cooperativas organizadas pela "Caja de Colonización Agrícola" a partir do ano 1929.

Com isto confirma-se o caráter excluído, marginal, limitado,

sem projeção e descapitalizado, do cooperativismo camponês, em qualquer das suas expressões, durante este período.

4. A educação cooperativa dos camponeses

Como vimos, é pouco o que se pode dizer com relação ao cooperativismo camponês neste período; menos ainda é o que se pode escrever sobre a educação cooperativa.

Nas cooperativas informais das fazendas, não parecem ter havido experiências mais ou menos sistemáticas de formação.

Os fazendeiros consideravam as cooperativas como associações educativas, no sentido de que a prática social estabelecida nelas ia formando o caráter, o pensamento e os comportamentos sociais que permitiriam manter o essencial da cultura protegida pelas fazendas. Nas Cooperativas os trabalhadores aprenderiam a resolver os seus próprios problemas por uma via não conflitiva. Por outra parte, consideravam, ao menos no discurso, a possibilidade de formar sindicatos por fazendas, porém exigiam antes um processo formativo aos camponeses: esse processo seriam estas Cooperativas patronais. Ao contrário do pensamento socialista de inícios do século que -como vimos com Recabarren (até 1916)- ligava estreitamente o sindicalismo e cooperativismo ou -como afirmava Mariategui- que a cooperação surge do sindicalismo, os fazendeiros conservadores, fazem da cooperação a escola do sindicalismo, de um sindicalismo dependente das classes dominantes agrárias e com área de atuação no interior das fazendas, ou seja, evitando a contradição entre capital e trabalho.

Além desta visão dos fazendeiros sobre a educação cooperativa dos camponeses, encontramos poucas outras experiências.

Uma delas é o projeto de lei apresentado pelas sociedades mapuches "La Moderna Araucanía" e a "Colonia Agrícola Araucanía" (1936) que, a partir de uma reformulação dos Tribunais de Indios, solicitavam a formação de cooperativas e algumas medidas complementares a estas questões centrais, entre elas, a educação.

O artigo 14o. da proposta assinala que o "Tribunal de indígenas será el que oriente la producción, la organización de la enseñanza indígena" e no art. 15o. se coloca que "para los efectos de realizar una enseñanza agrícola de acuerdo con las necesidades de la Región se establecerán escuelas en todos aquellos lugares en donde haya una población superior a 50 alumnos. En estas escuelas se enseñará preferentemente la teoría y la práctica agrícola" (82).

Não há nenhuma referência a algum programa de educação ou formação administrativa cooperativa. A ênfase está na formação de um sistema de educação rural indígena, através de escolas, que terão como ênfase fundamental o ensino da teoria e prática da agricultura a partir das necessidades regionais. Responsável desta instalação não seriam as organizações mapuches, senão o Estado, através dos Tribunais de Indios, onde todavia, a presença de indígenas seria maioritária. Porém, se a proposta do projeto era de constituir cooperativas, podemos supor que a educação agrícola teria que ser coerente com os objetivos e modalidades de organização econômica estabelecidos no projeto. Isto é, teria que se

referir à cooperação.

Pela sua parte, na Igreja Católica, a "Fundación Alberto Hurtado", decidiu constituir uma escola de capacitação para os trabalhadores que os preparara para a ação sindical (1953). Como devia oferecer cursos de cooperativismo, chamou-se "Escuela Sindical y de Cooperativismo 'Padre Alberto Hurtado'". Funcionou unida à "Ação Sindical Chilena" (ASICH) até 1962 quando se integra a outros órgãos da Igreja. "En los primeros cinco años de existencia pasaron por sus cursos 1.065 alumnos, y casi la totalidad de los dirigentes campesinos de base, participaron en sus Jornadas de Estudio" (83). Nestas atividades, das quais participaram camponeses, dirigentes de organizações, é provável que o cooperativismo, desde uma perspectiva social-cristã, tenha sido um conteúdo, pelo menos referencial, no conjunto de conteúdos tratados. De qualquer forma, ele já se afirma no social-cristianismo, como uma forma de organização camponesa desejável.

Em 1954, inicia as suas atividades o "Instituto de Educação Rural" (IER), fundado pelo padre Rafael Larraín, de tradicional família latifundista, expoente de uma linha católica-social conservadora, em relação a outros setores que começavam a desconfiar do sistema capitalista. Este Instituto, ligado à Igreja Católica, viria a desenvolver na década seguinte, um papel fundamental na educação de técnicos camponeses, que tiveram importante participação no processo de reforma agrária e, especificamente, na formação de cooperativas camponesas. O IER desenvolveu uma linha de pensamento cooperativo que enfatizava o

desenvolvimento comunitário, a partir da formação de lideranças camponesas. Sua atuação neste campo da organização se desenvolve a partir dos anos 60 e visa -entre outros objetivos- enfrentar a ação da esquerda marxista nos campos.

O Instituto, se constituiu como "organización particular e independiente, creada para elevar el nivel de vida del campesino mediante la educación y el desarrollo de la comunidad rural" (84).

Procurou integrar o empresariado agrícola às suas ações educativas e sociais: "Aunque el IER procura impulsar la auto-determinación de la población rural a la solución de sus problemas, resulta indispensable en la estructura social y económica del campo incorporar al sector patronal a todo proyecto de desarrollo de la comunidad" porque "en la comprensión de los empresarios, el mejoramiento de nivel de vida de los campesinos sería difícil de lograr debido a que su cultura, su influencia social y política y su poder económico lo constituyen en un sector motor de la vida rural. Es necesario despertar en ellos la responsabilidad que les corresponde en el mejoramiento general del sector agrícola". (85)

Não podia enfrentar à estrutura fundiária tradicional com esta base e objetivos sociais e pedagógicos. Em 1962 a Federação Nacional Campesina e Indígena (FCI), de orientação marxista, comunista e socialista, assinalava com a linguagem característica da esquerda da época:

"Una de las peores cuñas del imperialismo yanqui y de los

terratenientes es el IER. Con engañosas promesas pretende detener la lucha de los campesinos cuya rebeldía y firmeza les causa espanto". "Este instituto antipopular, enemigo hipócrita de los campesinos, ha hecho público en sus siete años de vida que ha educado para sus oscuros fines de mantener oprimidos a los campesinos unos cuatro mil jóvenes y que tiene listos unos dos mil activistas para que vayan por todo el país, junto con unos 70 agentes del imperialismo yanqui llamados cuerpo de paz, conquistando voluntades para la causa de los explotadores de los campesinos" (86).

A luta entre a corrente social-cristã, que enfatizava a organização social e a educação para chegar à política, e a marxista, que privilegiava a luta política directa, se encontrava no meio do enfrentamento ideológico da Guerra Fria, das circunstâncias geradas pelas eleições presidenciais no Chile, que permitiam considerar a factibilidade da esquerda chegar ao Governo. Más, em geral, eram resultados de um processo que considerava "la sostenida resistencia a la organización del campesinado, como expresión autónoma de sus intereses, de parte de los sectores terratenientes dominantes de la economía del país, a pesar de no controlar directamente el gobierno; y a la contemporización de los gobiernos de orientación popular que (...) utilizan los intentos reivindicativos campesinos como moneda de negociación para atenuar la intolerancia de los partidos conservador y liberal, expresiones de la clase dominante". (87)

As críticas da esquerda ao IER -como expressão de luta

ideológica e política pela hegemonia da organização camponesa- se projetaram no futuro. A educação camponesa, a capacitação técnica, a formação organizacional, foram, nas décadas seguintes, campos de enfrentamento entre marxistas e católicos-sociais e, posteriormente, no interior de cada uma destas correntes.

NOTAS DA PRIMEIRA PARTE.

1. Pode-se ver o capítulo de D. Silva G. in Villalobos, S. et alli;1974.
2. Id.ant.;1974:52.
3. GIA;1984:20
4. Estellé M., P. in Villalobos R., S. et alli;1974:105
5. Ver, entre outros: "El Pueblo Mapuche: historia antigua y reciente", GIA;1984.
6. Estellé M., P. in Villalobos R., S. et alli;1974:120.
7. Os "Mingacos" constituem para o cooperativismo nacional e camponês um dos seus antecedentes originais. Incorporaram-se aos programas de educação cooperativa de CAMPOCDOF. Ver, entre outros: Silva G., G. in Villalobos R., S. et alli;1974:41 e 51. GIA;1984:13. Villalobos R., S. et alli; 1974:492. INDISO;s.d.:2.
8. Jeannot, B. in Witker, Alejandro;1978:210.
9. Cardoso, C. & H. P. Brignoli;1984:133.
10. Ver o livro: Haubert, Maxime. "Indios e Jesuitas no tempo das Missões". São Paulo, Companhia das Letras, 1990 (Circulo do Livro, A Vida Cotidiana).
11. Villalobos R., S. & Estellé M., P. in Villalobos R., S. et alli; 1974:290.
12. Estellé M., P. in Villalobos R., S. et alli;1974:118.
13. GIA;1984:24
14. Estellé M., P. in Villalobos R., S. et alli;1974:121.
15. GIA;1984:24.
16. Martinez Pelaez, S. in Figueroa I., C.;1980:49. No interessante livro de Carlos Figueroa Ibarra, "El Proletariado Rural en el Agro Guatemalteco" (Editorial Universitaria de Guatemala, Guatemala, 1971) se verifica o carater de verdadeiro "ghetto": de onde saíam os indígenas a vender o seu trabalho, forçadamente e pagando tributos.
17. Estellé M., P. in Villalobos R., S. et alli;1974:119.
18. GIA;1984:60. Entre 1884 y 1929 se outorgaram 475.423 hectares em beneficio de 77.751 indigenas (aproximadamente 6,1 hás. por

pessoa). No mesmo período o estado chileno distribuiu a colonos 9.000.000 de has em lotes de 500 hectares. Jeannot, B. in Witker, A.;1978:206.

19. Jeannot, B. in Witker, A.;1978:207.

20. Silva, F. in Villalobos R., S et alli;1974:580-581.
Entre estudos sobre várias destas colônias pode-se ver:Blancpain, Jean Pierre. "Los Alemanes en Chile (1816-1945)". Santiago, Marchette, 5ª ed., 1985.

21. Informe "Chile: Tenencia de la Tierra y Desarrollo Agrícola". Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA), Unión Panamericana, Washington, 1966.

22. Witker, A.;1984:78.

23. Godio, J.;1983:226.

24. Id.ant.;1983:226.

25. Silva V., F. in Villalobos R., S. et alli; 1974:727.

26. Ver Godio, J., 1983. Capítulo II: "Chile: hegemonía socialista en la acción sindical".

27. Affonso, Almino;1973:17.

28. Jobet, Julio Cesar in Witker, A.;1974:244.

29. Godio, J.;1983:228.

30. Luis Emilio Recabarren foi detido por quase oito meses, gráficas de jornais destruídas, esforços cooperativos boicotados, greves reprimidas sendo o caso do "Massacre da Escola Santa Maria" um dos fatos mais trágicos, já que foram assassinados, pelo exército, mais de 2.000 pessoas indefesas.

31. Witker, A.;1984:81.

32. Jobet, J. C.;1960:51.

33. Chonchol, Jacques;1972:278.

34. Silva G., D. in Villalobos R., S. et alli;1984:10.

35. Id. Ant.; 1984; 60-61

36. Id. ant.;1984:54.

37. Labarca, Amanda; 1939:6.

38. De Ercilla, Alonso in Labarca, A.;1939:6.
39. De Ercilla, A. in GIA;1984:18.
40. Jeannot, B. in Witker, A.;1978:202.
41. Id.ant.; 1978:211
42. Diario "Nuestra Juventud" de Santiago. 1ª quincena de Noviembre de 1936 (Año 1, Nº 13). Órgão da Juventude Comunista.
43. Puiggrós, Adriana;1984:102.
44. Riquelme, V. in Valdés X. et alli;1987:96-97.
45. Jobet, J. C. in Witker, A.;1978:265.
46. Puiggrós, A.;1984:101.
47. Witker, A.;1984:89.
48. Puiggrós, A.;1984:102.
49. Godio, J.;1983:231.
50. Jobet, J. C. in Witker, A.;1978:245.
51. Godoy Urrutia, Cesar in Witker, A.;1978:286.
52. Cortés, F. in Diario "El Hombre";1946:1.
53. Puiggrós, A.;1984;103.
54. Gross, A.;s.d.;17-18.
55. Diario "El Grito Popular". 28/05/1911. In Cruzat, X. & Devés, E.;1986.II:149.
56. "El Despertar de los Trabajadores". 01/11/1912. In Cruzat, X. & Devés, E.;1986.II:149. Outros artigos em que Recabarren trata da difusão do cooperativismo, aparecem publicados em diversos jornais populares, entre 1904 e 1916: Em "El Marítimo" (03/09/1904); "El Grito Popular" (18,21,24,26 e 28/05/1911), "El Despertar de los Trabajadores" (31/10 e 01/11 de 1912 e 18/01/1913); "La Aurora" (10 e 24/11/1916).
57. Id.ant.;31/10/1912;1986.II:187.
58. Godoy U., C. in Witker, A.;1978:286.
59. "-El Despertar de los Trabajadores". 18/01/1913. In Cruzat, X. & Devés, E.;1986.II:210.

60. Gross, A.;s.d.;23.
61. "Cooperativismo". Enciclopedia Internacional de Ciencias Sociales; 1974.
62. "Cooperativismo". Enciclopedia Mirador Internacional;1975.
63. Engels, F. in Marx, C. & F. Engels;s.d.;667.
Ver também os escritos de Engels "El Problema Campesino en Francia y Alemania" y "Acerca de la Cuestión Social en Rusia", onde faz referências ao cooperativismo como alternativa de organização da produção camponesa.
64. Gross, A.;s.d.;27-37.
65. Decreto Nº 33 (10/11/1919) do Ministerio de Fazenda.
66. Silva, F. in Faundes N., J.;1988.a:01.
67. Gross, A.;s.d.;22.
68. CONFECDOOP;1983:17.
69. Urzúa V., G.;1968:195. Assinala que um dois deputados socialistas, tinha um cargo de direção numa Cooperativa agrícola.
70. Balmaceda R., C. in Corvalán, A. (org.);1973:152. Este artigo analisa criticamente -da visão de um empresário- o difícil processo de colaboração e agrupação dos capitalistas da agricultura.
71. Gomez, S.;1987:10.
72. Chonchol, J. in Pinto, A. et alli;1970:280.
73. Correa V., L. in Corvalán, A. (org.);1973:27-28.
74. Larson, O.;1966:14.
75. Ligada à organização do Partido Comunista de Chile. Bruna, S. in Gonzalez C., P.;1985:93.
76. Id.ent.;1985:94.
77. Mac Bride, J. in Witker, A.;1978:197.
78. Armazéns de vendas de mantimentos para os camponeses situados no interior das fazendas, de propriedade do seu dono e no qual os trabalhadores faziam compras com dinheiro ou fichas.
79. Ver o trabalho de Cox B., R. in Corvalán, A.;1973 que apresenta a visão da modernização da fazenda, da perspectiva dos empresários agrícolas modernos da época.

80. Diario "Bandera Roja", Santiago, 12 Sem. de Sept. de 1936:2.
81. Gross, A.;s.o.;33.
82. Diario "Bandera Roja";1936:2.
83. Vial, M. C.;1982:21.
84. Domínguez, O. "El campesino chileno y la Acción Católica". Iers Friburco y Cia. Santiago, Chile. 1961. Cit. in San Miguel B., J.;1973:60.
85. Id. ant. Cit. in San Miguel B., J.;1973:61.
86. Federación Nacional Campesina e Indígena. Periódico "Unidad Campesina", Nº 2, Santiago, Chile. Cit. in San Miguel B., J.: 1973:66.
87. San Miguel B., J.;1973:61.

II. 1960-1973: ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA CAMPONESA. A EDUCAÇÃO ORIENTADA À ORGANIZAÇÃO.

Na etapa anterior vimos como, na história do país tem-se desenvolvido de diversas formas a cooperação, não necessariamente cooperativa. Verificamos que a ajuda mútua é um princípio de vida social que não se esgota numa forma determinada de organização e que responde às necessidades objetivas, tanto dos indivíduos e grupos, quanto - modernamente - a um corpo ideológico específico. É nesse conjunto de ações, marcadas pelos valores da solidariedade (consciência ou não), e nas características do modo de produção capitalista que se instalava no país, progressivamente, com suas consequências políticas, sociais e culturais, onde começa a desenvolver-se o cooperativismo. Num momento, ligado ao nascimento do movimento popular e ao surgimento da classe média, noutro à setores empresariais agrários do sul; ações esporádicas do Estado e da Igreja, apontavam a esta modalidade de organização social; os fazendeiros o instalam nas suas fazendas. Isto é, o cooperativismo nasce, como organização, sob a influência de variados setores sociais, inclusive com interesses contraditórios entre eles. Com o passar do tempo, é hegemonizado por setores das classes dominantes, e das classes médias urbanas e rurais.

Em 1924, com a primeira lei de cooperativas, o Estado passa a ser um importante impulsionador desta forma de associação, em particular, a partir dos Governos da "Frente Popular" (1938-1948). O cooperativismo se determina a partir deste momento, em relação ao aparelho de Estado e não de forma emergente e expon-

tânea, como haviam sido algumas tentativas anteriores. A sua ação alcançava só até os cercos das Fazendas, onde atuava, onipotente, o fazendeiro e os seus administradores, na construção de um cooperativismo camponês, limitado e precário, mas adequado aos interesses específicos das classes dominantes agrárias. Isto é resultado da aceitação, pela "Frente Popular", das condições estabelecidas pelos terratenentes, para não dificultar, politicamente, o projeto de industrialização nacional impulsionado.

Em fins dos anos 50, existiam o Cooperativismo Agrário (dos empresários agrícolas, por rubros); um cooperativismo de colonização (ligado ao Estado) e um outro, camponês (dependente dos fazendeiros).

Em nas cidades, houve germens de organização espontânea, no campo, e para os camponeses, foi estimulada e imposta. A educação cooperativa sistemática era quase inexistente, embora, organizações, ligadas à Igreja católica (camponesas ou de apoio), difundiram esta modalidade de organização através de palestras, cursos e seminários de formação de líderes.

O período que vai de 1960 à 1973 é uma etapa da história camponesa na qual o Estado assume um papel reformador das relações sociais no campo: de organização e de integração do campesinato à vida nacional (embora com um caráter secundário e dependente). O fundamental deste período, é o processo de Reforma Agrária (Lei 16.640 de 1967), que transformou, rápida e radicalmente, a estrutura fundiária (com isto, o mundo cultural e social rural). Embora aprofundando e desenvolvendo as relações capita-

listas de produção, e mantendo na exclusão da terra e organização à vários grupos camponeses. Este processo, somado à lei de sindicalização camponesa (1965), ao Decreto regulador das Cooperativas camponesas (1969), e a outras medidas de organização comunitária (Programa de "Promoción Popular", tendente à organização de "Juntas de Vizinhos", "Centros de Mães", "Clubes esportivos"), permitiu desenvolver um contexto favorável para o cooperativismo camponês, que entrou num ritmo rápido de crescimento.

Sobre a Reforma Agrária há uma grande variedade de estudos, mas, poucos foram feitos sobre o cooperativismo. Não vamos nos estender nesse processo, já que, não é objeto deste trabalho, porém nos referimos, na Bibliografia à diversos livros, artigos, conferências, sobre o tema, que poderão ser consultados (1). Centrar-nos-emos nos seus processos organizacionais e educacionais, mais que nos aspectos estruturais do processo; isto é, vamos nos aproximando à construção do movimento cooperativista camponês, mais que ao conjunto de componentes sociais, econômicos e políticos do processo da Reforma Agrária.

Podemos distinguir, da perspectiva cooperativa, ao menos três etapas do período 1960-73:

a) 1960-65. Onde começa a se desenvolver o cooperativismo camponês de uma maneira legal e sob a influência principal da Igreja Católica, com algumas ações iniciais do Estado.

b) 1966-1970. É o período em que começa a se desenvolver o cooperativismo sob a influência principal do Estado (governo democrata - cristão), que contava com a colaboração de institui-

ções ligadas à Igreja Católica e algumas outras regionais.

c) 1970-1973. Continua o processo de desenvolvimento, embora com elementos qualitativos novos, sob influência do Estado (governo da Unidade Popular), num contexto nacional de conflitos com a oposição democrata - cristã, pela hegemonia e direção do movimento camponês.

1. 1960:1965. Primeiras Manifestações Legais Cooperativas.

O cooperativismo agrário, até fins dos anos 50, portanto, em grande parte sob o regime da "Frente Popular"- serviu a três objetivos específicos:

a) Integrar e desenvolver setores empresariais agrários, que desejavam se modernizar explorando determinados rubros, orientados ao mercado interno e/ou externo, para o qual precisavam de cooptar excedentes de produção de médios e pequenos produtores (Cooperativas Agrícolas);

b) Distribuir terra a alguns camponeses, numa concepção paternalista de colonização, visando diminuir tensões sociais originadas na demanda pela terra de minifundistas e trabalhadores sem terra (Colônias agrícolas cooperativas);

c) Organizar os trabalhadores das fazendas, visando, a curto prazo, diminuir potenciais conflitos no interior dos latifúndios e, a longo prazo, promover sindicatos manejados pelos proprietários (cooperativismo camponês informal nas fazendas).

Praticamente não encontramos cooperativas com algum grau de autonomia, e controle, pelos camponeses.

Isto nos mostra um cooperativismo camponês estimulado e controlado de fora (pelo Estado) e pelas classes dominantes agrárias (empresários agrícolas e fazendeiros), sem nenhuma participação camponesa significativa nas decisões. Um setor visava modernizar-se, os outros, diminuir potenciais conflitos sociais, estruturais ou no interior das fazendas. O cooperativismo se concebe como fator de equilíbrio social que evita conflitos de classes; e como incentivador da colaboração "entre classes".

Ao mesmo tempo, as Cooperativas ligam-se estreitamente à estrutura fundiária de "latifúndio-minifúndio", em benefício do primeiro e mantendo dependente o segundo. Ideologicamente, o cooperativismo é levantado, pelos conservadores, como alternativa aos avanços, embora ainda limitados, do reformismo católico-social (ruptura "progressista" do partido conservador que, se constituiu na Falange Nacional, década dos 30- e, ao se fusionar com o Partido Social Católico deu origem à Democracia Cristã nos anos 50; utilizaremos como sinônimos los termos "católico-social" e "social-cristãos", embora não sejam necessariamente coincidentes") e das forças socialistas nos campos, sobretudo a partir das greves de Molina (1953), que contaram com apoio, inclusive, de bispos. Todavia, para os setores social-cristãos era uma alternativa ao marxismo. Finalmente, se o setor mais desenvolvido orienta as empresas cooperativas - apoiadas pelo Estado - ao crédito, comercialização, serviços de insumos, isto é, à modernização agrícola, as organizações camponesas, se limitam ao consumo, em

especial ao abastecimento alimentar das famílias sócias.

A educação cooperativa, nesse período, não existe em forma massiva e sistemática. No caso camponês, e da perspectiva dos fazendeiros, conservadores, objetiva consolidar a ideologia conservadora, embora, com maior ênfase nos seus componentes sociais, e, desta maneira, manter a cultura interna à Fazenda, reproduzindo as relações hierárquicas dominantes nesta forma de organização agrária. Objetivava também, "preparar" o campesinato para o posterior exercício do sindicalismo no interior dos estabelecimentos, permitindo assim manejar as reivindicações e os conflitos, num nível que não afetaria à estrutura fundiária, na medida em que se defendia a empresa agrícola, como uma tarefa de cooperação entre proprietários, empregados e trabalhadores.

A educação se desenvolvia na prática organizacional mesma: era na cooperativa onde se aprendia o cooperativismo, pela prática e participação nela, sem instâncias formais de reflexão ou formação. Podemos imaginar, com alguma probabilidade de acertar que, os fazendeiros (e os seus administradores e empregados de confiança), devem ter dedicado algum tempo a oferecer palestras e ensinamentos sobre cooperativas, numa perspectiva de conciliação.

Esta situação começa a se modificar a partir dos anos 60, quando -produto de fenômenos internacionais (Aliança para o Progresso, Concílio Vaticano II, Revolução Cubana, Guerra Fria modificações tecnológicas na produção agrícola) e nacionais (avanços das forças "progressistas" da sociedade e em especial da esquerda socialista-comunista, crise do modelo econômico de substituição

de importações, reforma eleitoral de 1955)- a questão da Reforma Agrária começa a ser colocada como uma das medidas necessárias para solucionar o conjunto dos problemas nacionais.

O cooperativismo começa a ser percebido, como uma organização, não ligada necessariamente ao latifúndio, senão como componente de uma estratégia de mudança, que a considera uma solução para o problema do minifúndio e da pequena propriedade (tendendo a formar uma "classe média" rural entre os empresários e os assalariados). Começa a se entender como uma empresa comunitária, capaz de ser combinada tanto com fórmulas de produção capitalistas quanto socialistas. (2). Como um modelo simples, de organização de produtores e consumidores (3), capaz de contribuir tanto à modernização rural e ao aumento da produção agrícola, quanto à integração dos camponeses aos mercados e a vida social e política nacional. A sua flexibilidade adaptativa a diversos modelos dinâmicos sociais e econômicos globais e agrícolas, parece se constituir num fator que recomenda a sua implementação.

O cooperativismo camponês começa um longo caminho a procura da sua autonomia, tensionado entre a sua integração ao sistema imperante (capitalismo), ao procurado por outros (socialismo) ou ao desenvolvimento de um "projeto" próprio realizável em qualquer modelo social aplicado.

Em 1960 o "Decreto com Força de Lei" (DFL) No. 326 (06.04.1960, posteriormente incorporado ao Decreto regulamentador da Reforma Agrária, R.R.A. No. 20 de 23.02.1963) permitiu a constituição de cooperativas formadas exclusivamente por campones-

ses: meeiros, assalariados, "inquilinos" e pequenos proprietários. Isto permitia a legalização das Cooperativas das fazendas.

Este Decreto foi muito discutido, pois permitia a presença dos patrões nas associações e instaurava o princípio da "multiatividades", que vinha romper a tradição do cooperativismo agrário, "por rubros" (4). A oposição do Ministério de Economia (Departamento de Cooperativas) ao princípio da "multiatividades", somava-se o IER, que assinalava que os camponeses não estavam preparados para se integrar a esse tipo de cooperativas.(5)

A "multiatividades", isto é, um cooperativismo polivalente, legalmente autorizado para atuar em qualquer atividade econômica, social e cultural, portanto, "próximo" a um sentido de "comunidade integrada", se coloca como um princípio fundamental no alicerce do setor. Os opositores a esta concepção afirmavam que, por um lado, rompia uma "tradição" que teria demonstrado a efetividade do cooperativismo "por rubro", e/ou que, por outro, introduzia um elemento de "complexidade", numa empresa que teria que ser dirigida por camponeses sem preparação adequada.

Surge aqui um segundo elemento que acompanhará o setor ao longo de toda a sua história: a educação cooperativa. A questão que se colocava era a de se era ou não- condição prévia para desenvolver o cooperativismo, preparar os camponeses (isto é, alguém "de fora" os educar), para que, após isso, pudessem participar. De fato, assim como uma "sociedade nova" demanda também uma "educação nova", as mudanças tecnológicas e sociais, as relações sociais estabelecidas sobre as dinâmicas mudanças

econômicas exigem processos educativos específicos e adequados.

Esta questão da formação "prévia" ou "na" organização, será uma variável que atravessará a reflexão, o pensamento e a prática cooperativa ao longo dos períodos da sua história. Embora, na grande maioria dos casos a principal educação tenha se dado após o início do processo de organização.

Começa uma experiência na zona central do país: o "Plan de Cooperativas de Rengo". Incentivada pelo Estado, culmina em 1961 com a formação da Cooperativa camponesa "Caupolicán", a primeira constituída dentro dos marcos do novo Decreto e a primeira a ter caráter legal no país.

O IER ao observar a experiência cooperativa, terminou por adotar este sistema e a converter os seus "Clubes de Compras" em Cooperativas, enfatizando a sua ação na província de Ñuble.(6)

As organizações camponesas também começam a considerar o cooperativismo, em especial as ligadas à Igreja (embora não exclusivamente). O manifesto do Congresso constitutivo da "Asociación Nacional de Organizaciones Campesinas" (ANOC, fundada por delegados e promotores do IER) propunha a integração camponesa às cooperativas (7); seus melhores resultados os obtiveram em Cautín (8); em 1965, contava com 19 cooperativas filiadas (9). A "Unión de Campesinos Cristianos" (UCC) promoveu grupos cooperativos, em especial em Aconcagua e Valparaíso (10). Na formação da ANOC e da UCC - e portanto de suas ações cooperativistas- teve influência especial a "Acción Católica Rural" (ACR), criada pela Igreja, em 1952, para promover o "desenvolvimento comunitário"; contava com

a plena tolerância patronal (11). Em 1961, se constituiu a "Federación Nacional Campesina e Indígena" (FNCI) a partir de várias organizações ligadas aos Partidos Socialista e Comunista; no seu Congresso Nacional (maio, 1961), haviam representantes de várias cooperativas de pequenos agricultores (12).

Porém, o fato mais importante deste período (além da normatividade jurídica que se cria), é o que tem se chamado "La Reforma Agraria de la Iglesia" (católica). No ano 1962, os bispados de Talca e Santiago, entregaram os seus estabelecimentos agrícolas a camponeses, para que os trabalhassem sob diversas formas cooperativistas.

Este processo expressa a força que o pensamento social-cristão tinha alcançado na Igreja, a partir da segunda metade da década dos 50; e, em particular a partir dos 60 (do Concílio Vaticano II); a influência que ia tendo na sociedade, até se constituir em governo, como Partido Democrata Cristão (PDC) no ano de 1964.

Nas greves camponesas de Molina (1953), alguns bispos, inclusive o Cardeal José María Caro, defenderam a causa dos grevistas - entre outros, também dirigidos por militantes sindicalistas e profissionais católicos - contra os fazendeiros. Em 1957 se produz a "Toma de La Victoria", onde milhares de famílias "sem-casa" ocuparam terrenos na cidade de Santiago. Foi organizada por diversos partidos políticos e grupos católicos. Em 1958, o candidato do PDC à Presidência da República, Eduardo Frei, ficou em terceiro lugar, porém com um 20,48 % dos votos. O pensamento so-

cial-cristão e o seu Partido, desenvolvimentista e reformista, iam se constituindo em reais alternativas, ideológicas e políticas, para o país. Tirava também do Partido Conservador uma importante votação católica, o apoio de parte significativa da hierarquia eclesiástica, assim como, a hegemonia do pensamento social. No setor agrário, concorria com a direita e a esquerda, pelo voto camponês. Com o apoio do IER, da ACR e após da INPROA, organizava sindicatos e outras formas de organização, construindo assim, uma base social e política camponesa, que se identificava com o social-cristianismo (que embora rompido com o conservadorismo, representava também elementos de continuidade) e o PDC.

Na quaresma de 1962, os bispos deram a conhecer uma "Pastoral Colectiva del Episcopado Chileno", titulada "La Iglesia y el problema del campesinado chileno". Esta Pastoral, que tenta dar resposta às "inquietações camponesas" e à "sêde de reformas", faz uma análise crítica da realidade agrária e denuncia as consequências da injusta estrutura fundiária: desagregação, discriminação entre operários e patrões, desemprego, incumprimento da legislação laboral, mortalidade infantil. Entre as causas se denuncia o latifúndio e se reclama uma "profunda transformação da estrutura rural", afirmando o caminho pacífico para as mudanças e o sentido social da propriedade privada, orientada ao "Bem Comum".

Nesta Pastoral fazem uma proposta de reestruturação da terra que enfatiza parcelação individual, complementada com iniciativas cooperativistas. Não há uma proposta de socialização da terra (seja de forma cooperativa ou estatal), senão de afirmação de uma

propriedade privada pequena (que permita viver "dignamente"), combinada com formas solidarias de organizaçao (que poderiam dispor de terra comum). Os bispos assinalam que "no se puede olvidar que en el sector agrícola, como por lo demas en cualquier otro sector productivo, la asociación es actualmente una exigencia vital. Los trabajadores de la tierra deben sentirse solidarios los unos de los otros y han de cooperar para dar vida a las iniciativas cooperativistas" (13). Fundamentam a opção cooperativista na Doutrina Social da Igreja: "nos es grato expresar nuestra complacencia, dice el Papa en su Encíclica Mater et Magistra, a todos aquellos hijos que en diversas partes del mundo se ocupan de las iniciativas cooperativistas" (14). Neste momento, a Igreja, formalmente, propõe e opta por apoiar uma Reforma Agrária (sob condições que assinala o documento) e define a prioridade pelas pequenas parcelas combinadas com cooperativismo.

As razões imediatas que podem explicar esta Pastoral teriam sido as seguintes(15):

a) A Encíclica "Mater et Magistra" do Papa João XXIII (1961), onde se colocam as bases de uma Reforma Agrária de inspiração cristã com participação ativa do campesinato: "los protagonistas del desarrollo económico, del progreso social y de la elevación cultural de los ambientes agrícolas rurales deben ser los mismos interesados, es decir, los obreros de la tierra".

b) A "Conferência de Punta del Este" (Agosto, 1961), que, num contexto de discussão continental sobre a Reforma Agrária, "reconoce implícitamente que el atraso agrícola es el obstáculo

mas serio para el desarrollo del continente y propone, entre otras, dos metas fundamentales: mejorar considerablemente la productividad y la producción agrícola y promover programas de reforma agraria integral".

c) As discussões que, em 1962, começaram na Câmara dos deputados sobre a Reforma Agrária e que culminaram com a Lei 15.020 (1962) sob o Governo liberal-conservador de Jorge Alessandri.

Em junho de 1962 os bispos de Talca (Mons. Manuel Larraín) e de Santiago (Raúl Silva Henríquez), começaram a entregar 5 Fazendas de propriedade, dos seus bispados com cerca de 3.200 hectáres de regadio a 220 famílias camponesas (16). Dada a baixa relação homem/terra existente nos estabelecimentos (estavam alugados), integraram os camponeses que trabalhavam neles e alguns outros de fora, em geral dirigentes ou líderes da ACR e do IER (17).

As modalidades de reestruturação da terra variaram de uma a outra experiência: terras trabalhadas em comum e pequenos sítios individuais; distribuição aos camponeses de parcelas segundo um sistema de pontos e, posteriormente, organização de uma Cooperativa; uma associação com INPRDA (18). De qualquer forma o princípio e a modalidade cooperativa constituíram parte integrante da forma organizacional que cada estabelecimento assumiu após a aquisição da terra pelos camponeses.

Para assessorar as organizações nascentes, em 1963, criaram o "Instituto de Promoción Agraria" (INPRDA). Começou apoiando às Cooperativas e com o tempo estendeu a sua ação a um conjunto de outras organizações.

A ação do INPROA (se agregava ao IER, à ACR, como instituição católica atuante no campo) com estas organizações, teve consequências no processo posterior de Reforma Agrária.

" Experimentación de modelos de organización que fueron referencia obligada de los programas nacionales de reforma agraria que se implementarían después. Capacitación de personal profesional y técnico que luego ocuparía posiciones de responsabilidad en la reforma agraria del Gobierno. Formación de un semillero de dirigentes campesinos que [...] animaron y todavía animan el movimiento campesino en sus niveles local, regional y nacional. Asesoría prestada para organizar estructuras diocesanas para el trabajo rural en diferentes obispados" (19). Posteriormente, apoio à formação de uma base social, camponesa e técnicaagrária, do PDC.

Este processo, fundamentou, praticamente, o que a Pastoral Coletiva tinha colocado como orientação para ação. Ao mesmo tempo, validava "religiosamente" a "Reforma Agrária", tida até então, pelos conservadores católicos, como uma questão que levaria à desagregação da sociedade. Os fazendeiros, conservadores, perderam um argumento decisivo na sua luta ideológica contra as transformações agrárias, ao mesmo tempo em que setores modernos da burguesia industrial e em geral, as forças progressistas da sociedade, ganhavam motivos "morais" (nem só econômicos) para defender as transformações agrárias.

Assim, o pensamento social-cristão, expressado religiosamente na Igreja Católica, socialmente em várias instituições de apoio e organizações camponesas e, politicamente, no Partido

Democrata Cristão, se liga às mudanças rurais e, em especial ao cooperativismo camponês.

Esta influência ideológica, que constitui um dos principais alicerces do cooperativismo moderno e legal, se enraizará profundamente na mentalidade camponesa, em particular nos cooperativistas. Vários dos seus dirigentes históricos e atuais, -como um Presidente da CAMPOCDDP- pertenceram a organizações de inspiração cristã ou as Cooperativas originárias deste processo eclesial.

Este período de formação inicial de Cooperativas, sob forte influência da Igreja, e organizações de apoio e camponesas ligadas a ela, aproveitando um contexto legal favorável e um "ambiente" de discussão sobre a "questão agrária", está marcado por um desenvolvimento precário, ainda marginal no conjunto dos processos sociais e produtivos rurais.

Até 1964, existiam umas poucas cooperativas que funcionavam mal (20); a dezembro desse ano haviam 26 Cooperativas operando, com 1.718 sócios (66 sócios por organização)(21).

2. A Educação Cooperativa Neste Período

A informação sobre educação deste período é limitada; não temos tido acesso a dados quantitativos.

O IER começou a difundir o cooperativismo nas suas atividades educacionais, em especial, nas suas ações de desenvolvimento comunitário. Houve também preocupação pela formação cooperativa dos seus promotores e quadros técnicos.

INFRDA, desenvolveu atividades de capacitação ligadas ao

desenvolvimento administrativo das organizações, assim como a assistência técnica necessária para a reestruturação da produção. Isto, no contexto das ações definidas para a reformulação dos processos sociais e tecnológicos no interior dos estabelecimentos, que tinham como perspectiva uma "assistência e formação integral" com o objetivo de formar uma classe média rural: "La división de la tierra -assinaleva um bispo- por si misma no resolverá nada. Educación, salud y elementos sanitarios, un sentido de la dignidad y un capital activo; todas estas cosas deben venir juntas si queremos ver el crecimiento de una clase media rural" (22). A educação e a assistência técnica são componentes desta estratégia de constituição de uma nova classe no campo, apoiando-se na pequena propriedade parcelada e no cooperativismo.

A educação cooperativa, promovida principalmente pelo IER, INPROA e algumas outras instituições ligadas à Igreja, orientava-se a três objetivos:

a) Difundir e desenvolver o cooperativismo como modo de organização sócio-econômica camponesa.

b) Difundir uma ideologia comunitarista, social-cristã, que integrasse, organizada e pacificamente, o campesinato à sociedade nacional (projetando-se no PDC).

c) Difundir novas tecnologias de organização da produção e dos serviços.

Em Agosto de 1963, se funda o "Instituto Chileno de Educación Coperativa" (ICECOOP), sociedade auxiliar de cooperativas, ligada ao movimento nacional e com objetivos de difusão,

capacitação e educação cooperativa a nível nacional (23), urbano e rural . Este Instituto terá um papel significativo nos processos formativos do movimento cooperativo nacional. Nesses anos a tarefa principal do ICECOOP foi a sua estruturação interna .

Uma avaliação -estatal- das atividades de educação cooperativa da época, assinalava que os problemas desta área tinham sérias consequências no funcionamento das Cooperativas: inassistência de dirigentes e sócios a Conselhos e Assembléias, não pagamento de obrigações sociais, operação de sócios com empresas concorrentes às Cooperativas, espírito de crítica permanente à gestão dos executivos. As principais deficiências estariam na incapacidade de obter uma compenetração da doutrina e filosofia cooperativa, pelos camponeses; o fato das instituições operarem com critérios de amadores e não científicos, com mais entusiasmo que eficácia; sem utilizar tecnologia educacional ("procedimentos de educação de adultos e técnicas de persuasão que permitem determinar etapas e metas quantitativas muito aproximadas ao seu resultado") e baseando-se (os promotores de campo) unicamente na sua experiência pessoal, sem fazer uso do material audiovisual. Embora assinale que, o IER estaria tentando elaborar uma metodologia que combinasse critérios científicos com a vivência de lideranças, afirma que a incapacidade de se comunicar e integrar a outros grupos, criando um clima de confiança, teria feito fracassar os promotores, nas suas tarefas de organização.(24)

Das Cooperativas sob tutela dos latifundiários não temos maiores informações sobre este aspecto, embora, possamos imaginar

-como já colocamos- que não devem ter faltado conversações com camponeses "mais sabidos", sobre a importância do cooperativismo de consumo, para as famílias e para o funcionamento harmônico das fazendas.

Não dispomos de antecedentes sobre as ações estatais deste período. Não sabemos -embora tenha sido possível- se houve programas educacionais específicos no Plano desenvolvido em Rengo.

Temos que, neste período, a educação cooperativa dá os seus primeiros passos, principalmente, sob a orientação da Igreja Católica (através de várias ações, instituições e organizações). A educação se liga à formação e desenvolvimento das Cooperativas, embora seja discutido qual o momento mais adequado para outorgá-la e sobre o seu papel como componente de êxito social e econômico da organização. Finalmente, como já se colocava, não havia um método mais ou menos definido para a ação de educação, que se ligara, conceitual e praticamente, às tarefas de constituição de associações. A experiência pessoal e a acumulada pelo IER, pare-

cem ter sido as principais fontes metodológicas dos processos formativos cooperativos. A educação cooperativa, se tinha conteúdos definidos pela "doutrina" tradicional, não dispunha de métodos, técnicas e instrumentos adequados. Estas deficiências educacionais eram coerentes com baixo (e inicial) nível de formação, crescimento e desenvolvimento, social e econômico, das cooperativas nesse momento.

2. 1965 -1970: A Organização Cooperativa sob influência do Governo do Partido Democrata Cristão (PDC).

Como vimos, no período que precedeu o governo democrata-cristão começou a se gerar um cooperativismo camponês, ligado à Igreja Católica (setor social-cristão) num contexto jurídico favorável. Em 1964 ao assumir o governo, o PDC, enquanto agrupação política dos católicos não-conservadores, recolhe o pensamento e a prática cooperativa anterior e a converte na estratégia de organização dos pequenos agricultores (tradicionais e de Reforma Agrária). A partir desse momento será o Estado o principal agente de organização, ficando as ações da Igreja, do IER, INPROA, outras instituições regionais e organizações camponesas, como colaboradoras da ação estatal e já não como importantes agentes de organização. O cooperativismo ligado aos latifúndios vai desaparecendo progressivamente até se extinguir.

A definição do modelo cooperativo camponês não deixou de se colocar em meio a contradições que refletiam diversas posições ideológicas e políticas ao interior do partido governante.

Vimos que, no anterior período, se discutiu a conveniência da "multi-atividade" ou do cooperativismo "por especialização"; assim também se discutia se era ou não necessário capacitar aos camponeses "antes" ou "depois" de ingressar à organização. A estas contradições que se mantiveram nos inícios do governo do PDC, agregaram-se outras, que alimentaram a discussão e, talvez, não terminaram de ser resolvidas totalmente.

O caráter alternativo - ou não - ao sindicato e o fato de ter um certo sentido de classe (organização só de camponeses), poderia atentar contra o objetivo conciliador do cooperativismo: "se atribuyó a sus inspiradores el propósito de presentar una alternativa distinta al sindicato agrícola. También se dijo que era un peligroso experimento clasista que impediría la cohesión social de los diversos estratos de nuestra población agrícola" (25). Isto rompia o modelo tradicional poli-classista (classes dominantes e dominadas) das Cooperativas Agrícolas.

Havia também um conflito entre setores que defendiam um cooperativismo mais "comunitarista", próximo à comunidade camponesa, como integração econômica-social-cultural- localizada, que considera o sentido de pertencer a uma unidade social de objetivo e ação como critério chave para a associação, e outros que defendiam um cooperativismo mais "empresarial", isto é, que enfatizavam o papel econômico da organização como base de poder camponês, e como fator de modernização. Estas discussões que se levantavam no "Instituto de Desarrollo Agropecuario" (INDAP), organismo responsável pelas ações de desenvolvimento social rural e de organi-

zação camponesa, se tornaram mais frequentes a partir de 1965.

"Había un conflicto en la época de INDAP, cuando se creó, que consistía en lo siguiente: la mayor parte de la gente que comenzó a trabajar en Desarrollo Social y en Cooperativismo provenían del Instituto de Educación Rural. Ya habían tenido alguna formación. Ahora bien, muchos de ellos a pesar de haber sido formada en el Instituto reaccionaban bastante negativamente contra el IER, lo consideraban muy paternalista. Entonces, en el equipo de cooperativas, había un equipo excelente, el que lo dirigía era Omar Gallegos [...], esa gente tenía un concepto muy particular, querían cooperativas que fueran pequeñas, pues decían cooperativas grandes la gente no tiene mucha participación [...] con una buena formación [...], eran [...] casi místicos del cooperativismo. Toda la vida habían luchado y por primera vez tenían la oportunidad de realizarlo, el desarrollo del cooperativismo.

Pero no concebían las cooperativas como grandes empresas, como grandes instituciones con poder económico sino como pequeños grupos campesinos, que no podían ser muy grandes, pues una cooperativa muy grande, para ellos, era la negación del cooperativismo, de la relación humana, entre la gente; entonces esos fueron los primeros que organizaran cooperativas de consumo, después pasaran a cooperativas de crédito [...], pero ya se planteaba un conflicto con aquellos que decían, eso está muy bien, pero si las cooperativas son muy chicas, no van a tener ningún peso económico, entonces vamos a tener que ir a crear cooperativas mas grandes. Pero, en fin, la línea fué fundamentalmente que la gente

no viniera a la cooperativa sino cuando tuviera una cierta preparación. Entonces núcleos de estos cooperativistas eran educadores en el sentido de educación para la cooperativa" (26).

A questão do tamanho (número de sócios) tem a ver com a participação, isto é, com a capacidade efetiva (ou não) de que todos os sócios possam determinar as principais decisões, e com a possibilidade real de enfrentar um mercado monopólico e oligopólico. Se pequenas cooperativas favoreceriam a participação interna, não teriam condições reais de concorrer no mercado e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida rurais e a participação camponesa na vida nacional. As grandes cooperativas anulariam o caráter social e educativo da organização e as relações pessoais diretas, objetivo da doutrina cooperativista, que procura conciliar o interesse individual com o coletivo. Para J. Chonchol esta questão se resolveria com cooperativas grandes, com poder econômico real, porém, homogêneas e coesas internamente e com objetivos claros (27). Isto representava uma contradição respeito da ênfase conceitual da cooperativa: organização ou empresa?

O PDC fez uma opção pelo cooperativismo como modo de organização rural: apoiou as Cooperativas Agrícolas, desenvolveu o cooperativismo camponês. A Reforma Agrária seria feita sobre a base das Cooperativas.

Um diagnóstico de 1964 afirmava que "el cooperativismo campesino se alza vigorosamente constituyendo uno de los instrumentos de cambio más eficaces en nuestro medio rural" (28) pois teria permitido a participação consciente e deliberada dos campo-

nesses, operado uma mudança de mentalidade e espírito, ao promover o "auto-governo" que substituiu patrões e pais pelos seus dirigentes, liberando o camponês de ser servil ao lhe permitir consumir livremente, melhorado as suas condições de vida, etc.

Se somamos, a essa visão, o pensamento comunitário dos cooperativistas "históricos", e as contribuições de intelectuais como Chonchol, encontramos que o cooperativismo era sem dúvida a opção democrata-cristã. Coerente com a ideologia social-cristã que enfatizava a formação de grupos intermediários (princípio de "subsidiaridade") que tenderiam a diminuir potenciais (ou reais) conflitos sociais, ao mesmo tempo que modernizariam o campo sob uma perspectiva comunitarista (e não de classes). Nisto, a influência, prática e ideológica, da Reforma Agrária da Igreja foi fundamental.

Os antecedentes desta opção se encontram na decisão de alguns bispos da Igreja Católica por reestruturar a propriedade das suas terras, de forma cooperativa, seguindo as linhas da Doutrina Social da Igreja. Também no exemplo do cooperativismo urbano e agrícola, embora sem considerar as formas de cooperação tradicional que se deram no campo (29); e, nas experiências das poucas cooperativas que funcionavam em 1964.

De qualquer modo isto não significava uma "cooperativização" de propriedade, senão uma maneira de fortalecer a pequena e média propriedade, tirando parte do seu caráter individualista ao estabelecer uma institucionalidade, "supra-propriedade" capaz



de estimular a construção de laços de solidariedade. Assim, conseqüentemente, se fortaleceria e modernizaria o capitalismo agrário, diminuindo os conflitos sociais. Isto se verifica no caso da Lei de Reforma Agrária que permite às Cooperativas camponesas o acesso à terra (30). Todavia, isto resulta mais que de uma prioridade de princípios, de razões técnicas que inviabilizam a produção individual camponesa (31) ou mapuche (32). A opção primeira é distribuir a terra, adquirida por CORA, em "unidades agrícolas familiares [...] asignadas a campesinos en dominio individual" (33). A opção pela propriedade individual e não cooperativa (exceto por razões técnicas) é colocada pelo Presidente Frei na Mensagem que acompanha o Projeto de Lei: "Las tierras adquiridas por la Corporación de la Reforma Agraria serán destinadas fundamentalmente a ser asignadas en dominio individual a los campesinos. No obstante, si por razones de orden técnica debido a la naturaleza de la explotación, no fuere posible hacer este tipo de asignaciones, las tierras podrán ser asignadas a Cooperativas Campesinas o en co-propiedad a campesinos y Cooperativas Campesinas" (34). A opção de propriedade cooperativa era técnica e não de princípios. Privilegiar-se-ia assim o cooperativismo de consumo e serviços, por sobre o de produção. De fato só duas Cooperativas Camponesas receberam terra no período do PDC (35).

As metas da Reforma Agrária, referidas ao Cooperativismo camponês orientaram-se aos pequenos agricultores: "organizar en cooperativas y prestar asistencia técnica a los pequeños propietarios agrícolas constituidos por 200 mil familias" (36) [...] "pa-

ra que pudieran mejorar las condiciones de comercialización tanto de sus insumos como de su producción y para que tuvieran oportunidad de incorporarse al uso del crédito y de la asistencia técnica, de los cuales habían estado marginados" (37). Isto é, procurava-se integrar os pequenos proprietários à modernização capitalista através de cooperativas de "serviços" que seriam canais de distribuição de benefícios do Estado.

A estratégia básica foi a de utilizar o aparelho de Estado para organizar os camponeses.

Para isso se reformulou o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário - INDAP - ao que lhe foi colocado como objetivo: "Promover la organización de los campesinos y pescadores artesanales en Comités, Cooperativas y otras formas de asociaciones o confederaciones de las mismas cuyas finalidades se relacionen directamente con la producción, industrialización o comercialización de productos agropecuarios, forestales o pesqueros y con el mejoramiento de la vida rural en cualquiera de estos aspectos. Podría también participar en las correspondientes Sociedades Auxiliares Cooperativas" (38).

Com isto o Estado reformula o seu papel e se atribui a função de organizador do campesinato, tarefa até então desenvolvida pela sociedade civil, principalmente a Igreja Católica. De alguma forma a ação do Estado foi uma continuidade da ação do setor social-cristão da Igreja. Isto se expressava na coerência ideológica social-cristã, no objetivo cooperativista (embora agora mais desvinculada da terra) como modo de organização, na cola-

boração das suas instituições as tarefas do Estado (do IER, INPROA ANOC, etc.) e no fato de que vários dos seus técnicos, de diversos níveis, foram trabalhar no aparelho de Estado. Assim do ponto de vista dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento cooperativo, não houve ruptura quando o Estado assume a tarefa principal de organizar o campesinato, em vez de alguma instituição católica.

O Estado desenvolveu as suas ações pela atividade de organização direta no campo (através de militantes ou funcionários), assim como fixando um critério básico para se beneficiar de serviços (de crédito, assistência técnica, capacitação, etc.): estar organizados (39). A organização fica assim sendo um conduto de distribuição de serviços do Estado (40) (com maior grau de autonomia nas Cooperativas de Consumo, por sinal, a maioria), com o qual, nem só à sua origem -na maior parte dos casos- deve-se a ele, senão à sua existência econômica. Porém, se o Estado impulsionou esta forma de organização, foi o serviço de consumo o que mais se desenvolveu. Como não dependia do Estado, operou com baixos volumes de operações; nas que abordaram problemas de produção, comercialização, serviços, etc., não conseguiram investimentos que contribuíram, significativamente, ao desenvolvimento econômico dos seus associados (41).

INDAP - no contexto de sua estratégia de organização cooperativista - organizou paralelamente duas formas de organização: os "Comités de Pequeños Agricultores" e as "Cooperativas Campesinas". A idéia era que os primeiros fossem uma organização de tipo "pré-cooperativa" e de transição ao coopera-

tivismo; o seu objetivo era servir para distribuição de créditos a pequenos grupos locais. Porém, na prática se desenvolveram autonomamente, sem cumprir essa função de trânsito.

Em Fevereiro de 1968, apoiado na Lei de R.A. se publica o D.F.L. No. 13 do Ministério da Agricultura, que regulamenta o cooperativismo camponês.

Em 1965 (Dezembro) haviam 43 Cooperativas com 3.204 sócios (numa média de 74 sócios por organização) (42). Nesse ano se realiza em Santa Rosa de Chiñique (Melipilla) o "Primer Encuentro Nacional de Cooperativas Campesinas".

Dois anos depois, quando já haviam 123 organizações com 11.452 sócios (média de 93 sócios por organização) (43) se constitui a "Federación Nacional de Cooperativas Campesinas" (44). Após vários Congressos Regionais se realiza no mesmo ano, o "Primer Congreso de Cooperativas Campesinas".

Neste primeiro Congresso se enfatiza a autonomia do setor em relação ao "capitalismo" e ao "estatismo". A autonomia se afirma no Acordo Nº 1 das suas Conclusões, quando se assinala que "el cooperativismo tiene que ser un movimiento libre, manejado y dirigido exclusivamente por los socios, sin ingerencias extrañas, eliminando toda participación ajena al movimiento mismo". No Acordo No. 3 se afirma o caráter ideológico cooperativista autónomo e alternativo ao capitalismo e estatismo. "El cooperativismo en América Latina y especialmente en Chile está basado en los principios de Rochdale [...] cualquier revisión en la aplicación de estos principios llevará inevitablemente al movimiento a

convertirse en una estructura neo-capitalista o neo-estatista".

Esta "alternatividade" deve se entender no contexto do projeto democrata-cristão de se converter uma alternativa ao "individualismo capitalista" e ao "coletivismo marxista". A cooperação se concebe, com uma identidade própria, jogando um papel semelhante: a "terceira via", o "caminho intermediário".

Em 1969, em Padre Hurtado (perto de Santiago) se realiza o "Segundo Congreso Nacional de Cooperativas Campesinas" com a participação de 167 dirigentes de base. Conclui-se na necessidade de se constituir como uma força social camponesa, para o qual se acordou trabalhar pela constituição de Federações Regionais e converter a Federação Nacional em Confederação. Propõe-se uma organização nacional vertical de Cooperativas, Federações e uma Confederação Nacional; afirma-se a conquista de uma "economia camponesa", e a unidade entre os cooperativistas e os outros camponeses como condição para assegurar uma participação ativa e decisiva no desenvolvimento nacional: "La unidad campesina debe tener como base las necesidades de todos los trabajadores campesinos [...] no permitiendo grupos partidistas ni religiosos para la verdadera unidad" (Acordo No. 1) [...] se hace necesario buscar por todos los medios la unidad con todas las demas organizaciones campesinas, para formar un puente común, que permitirá abrir todas las fuentes que formarán una economía campesina que otorgue la posibilidad de ser parte activa y decisiva en el desarrollo chileno" (Acordo No. 3) (45).

Em 19 de Dezembro de 1969 é constituída a "Confederación

Nacional de Federaciones de Cooperativas Campesinas de Chile Ltda." (CAMPOCCOOP). Em Fevereiro de 1970 CAMPOCCOOP obtém a sua "personalidad jurídica" (46). Recebe os bens e fundos da antiga "Federação Nacional" e um crédito de INDAP por cem mil escudos, que conformam os principais recursos da organização. Os aportes sociais da Federações Regionais foram 10,14% dos totais, os outros 89,85% foram "doação" da Federação; ambos recursos não alcançavam os emprestados por INDAP (47) o que demonstra que o Estado - recursos da Federação e crédito - foi o sustentáculo econômico principal da nascente organização.

Procurando um financiamento autônomo, em Março de 1970, uma "Junta General Extraordinária" aprova a contribuição de 1% sobre os créditos que INDAP entregava às Cooperativas, dividindo-se uma metade para financiar CAMPOCCOOP e outra, para as Federações (48).

Até 1970 só haviam 3 Confederações Cooperativas (49) o que coloca o setor camponês como um dos mais organizados nacionalmente, do cooperativismo chileno.

Em 1970, CAMPOCCOOP organiza um "Congreso Regional Cooperativo" das provincias de Valdivia, Osorno, Llanquihue e Chiloé (Julho) visando estender a sua base social. Participa também de um outro Congresso, organizado por INDAP, na cidade de La Serena (50) com o mesmo objetivo.

No fim de 1970 o movimento estava organizado, nacionalmente, na Confederação, com 9 Federações Regionais e Provinciais que representavam 2/3 do total de Federações cooperativas do país (51), e com 226 Cooperativas de base (52) que representavam uns

14% do total de organizações cooperativas de primeiro grau e que, somado ao setor habitacional (45,9% do total) representavam 60% do cooperativismo chileno (53).

Porém, só uma parte minoritária dos pequenos agricultores estava integrada a Cooperativas Camponesas ou "Comitês de Pequenos Agricultores", sendo que a maioria dos organizados não integrava as cooperativas, senão os Comitês, que eram superiores tanto em número de organizações, quanto de sócios, embora a média de sócios por organização fosse maior nas Cooperativas.

Segundo A. Affonso, em Outubro de 1970, estavam organizados 1.781 Comitês de Pequenos Agricultores, com 54.069 sócios e 226 Cooperativas Camponesas, com 28.251 sócios (54). Do total de organizações (2.007), os Comitês eram 88,7% com 65,68% dos sócios (82.320), embora a média destes fossem superior nas Cooperativas (125 sócios por Organização) que nos Comitês (30 sócios por organização). Por outra parte si se considera que os pequenos proprietários, segundo o Censo de 1965 era de aproximadamente 200 mil famílias (55) temos que entre estas duas formas de organização se agrupava 41,16% dos pequenos proprietários, sendo a representação cooperativista minoritária (uns 16%). Se considerarmos que os Comitês estavam organizados na "Confederación Nacional de Pequeños Agricultores" (com sede em Linares e ligada ao PDC), podemos concluir que fracassou a estratégia de transição ao cooperativismo a partir dos Comitês e que estes consolidaram-se no tempo; ou, duvidar da prioridade real de promover o cooperativismo camponês, como modo privilegiado de organização governamental.

O fato é que houve um desenvolvimento independente (56).

Todo este processo se dá num contexto de crescimento da organização camponesa: o movimento sindical cresce de 1.500 camponeses sindicalizados legalmente em 1963 para 140.293 em 1970 (57); perto de 150 mil mulheres incorporam-se aos "Centros de Madres" (58); 17.412 famílias são assentadas entre 1965 e 1970 (59); etc. A Reforma Agrária implicou um importante desenvolvimento da organização, embora não atingisse à totalidade do setor.

Isto implicou um frequentes conflitos de classes no campo, que não exclui o cooperativismo camponês, que se constitui como um setor popular, parte da Reforma Agrária.

A burguesia agrária apoia os latifundistas na sua luta anti-popular, que incluía sindicatos e cooperativas (60), boicotam as empresas cooperativas, como foi no caso das de produção avícola (61), ou tentaram cooptar as organizações na constituição de uma frente comum "em defesa da agricultura", que integraria algumas organizações cooperativistas camponesas e latifundistas, nas quais, estes ficavam com a direção (62). Porém, considerava o cooperativismo como um setor que não estavam em condições de manejar. Por isto optaram por se aproximar à "Confederación de Pequeños Agricultores de Chile", quando se constitui o "Consejo de Agricultores de Chile" em 1967 (63).

O Cooperativismo, no meio dos conflitos de classe, na sua origem e evolução, enquanto movimento, tem um desenvolvimento autônomo das organizações empresariais agrárias, embora ligado ao Estado, e com uma base social absolutamente camponesa (64).

O cooperativismo patronal é substituído por um cooperativismo mais independente dos latifundiários, embora mais atrelado ao Estado, dirigido por setores defensores do capitalismo, desenvolvimentistas e reformistas. Portanto, se rompe com as classes dominantes agrárias para se integrar a aliança poli-classista que controlava o Estado. O cooperativismo, marginal ao latifúndio e ao desenvolvimento capitalista, começa a se libertar desta velha relação (tanto pelos novos objetivos, no novo contexto, quanto pela expropriação das grandes fazendas) para se integrar ao mercado e economia capitalistas.

As cooperativas foram fundadas a partir de uma legislação que favorecia a cooperação formal, institucionalizada e vinculada aos serviços que o estado oferecia aos pequenos agricultores. E, nesse sentido legal, pode-se dizer que a organização dependeu da iniciativa do estado: do seu ativo trabalho de mobilização social e distribuição de recursos que empreendeu à época.

Todavia, seria um erro afirmar que a organização cooperativa camponesa começa no momento da lei, como se não houvesse nenhuma modalidade associativa anterior. O fato de que a lei -e o legislador- não considerara as experiências existentes de cooperação para impor um modelo geral, implica negar juridicamente a associação informal, todavia não nega o fato. As nossas pesquisas apontam a um processo mais complexo.

Encontramos na história de várias cooperativas, organizações sociais anteriores que se constituíram em cooperativas camponesas frente ao incentivo estatal. Algumas formas que abrem um interes-

sante campo para outras pesquisas preocupadas pela passagem do informal ao formal, ou de um modo de associação a outro, são as seguintes:

a) Existia uma "Comunidade" e os seus membros ou parte deles constituíram uma Cooperativa de serviços: Huentelauquén, nos comuneiros do Norte Chico; Nahuentín Peñi, nos pahunchues do Alto Bío Bío.

b) Existia uma Associação de Camponeses (sub-locatários) que conseguiu comprar o prédio em forma de cooperativa: Viñita La Marqueza, no Valle de Elqui.

c) Existia um Sindicato de trabalhadores rurais que -durante a reforma agrária- ocupou uma fazenda e conseguiu que lhe entregarem a terra em forma de cooperativa de produção: El Corazón, em Curicó.

d) Existia um "economato" e "Comité pro-adelanto" que se fusionaram para dar origem a uma cooperativa de serviços: Chacayal, em Los Angeles.

e) Existia um Centro de Pais na escola, um Comité de desenvolvimento camponês e um Comité de pequenos agricultores que se transformou em cooperativa: El Sol de Chile, comunidade La Galleta, em Llanquihue.

Provavelmente hajam outras modalidades: antigas cooperativas de colonização, comunidades indígenas, clubes de compra. O caso das Comunidades se expressa de várias formas no Norte Chico e em regiões de predominância indígena; os "economatos" e Comitês de pequenos agricultores podem ter sido mais comuns.

Por tanto não seria correto afirmar que o cooperativismo não se sustentou em alguma modalidade prévia de associação. Parece-nos que há casos nos quais isto pode ter sido e outras em que não. É provável que as primeiras cooperativas formadas se tenham constituído como organização resultante de outras anteriores. Talvez aquelas mais tardias tenham resultado de um incentivo direto do estado.

Mas, no caso das primeiras a questão é saber se a Cooperativa recuperou o "espírito" de associação que tinha a iniciativa anterior ou implicou a ruptura com ela e a construção de uma nova institucionalidade local que parecia não se levantar sobre a base da que lhe outorgava a origem social - isto é, como continuidade social natural - senão como uma outra associação impulsada na comunidade - , quer dizer, como substituição exterior, pelo estado. Neste último caso se repetiriam os problemas que se produziram com os assentamentos de reforma agrária, os que, ao superar o sindicalismo, o anularam, sem recuperar as suas potencialidades sociais, baseada na história de luta que detinha, como fator de coesão social a procura de objetivos comuns.

Agora, além do problema da "continuidade social natural" ou "substituição sem continuidade", é interessante se questionar o modo em que a ação estatal modificou a essência local dessas associações de vizinhos e o cooperativo subsequente.

As comunidades, Comitês de pequenos agricultores ou de desenvolvimento, armazéns, etc. eram organizações de desenvolvimento local, agrupações de vizinhos, resultantes de uma

história social de sujeitos e famílias conhecidas entre si.

A reforma agrária, os objetivos políticos dos governos do PDC e da UF, as análises dos intelectuais, apontavam a questão do poder e este se baseava na constituição de organizações poderosas -social e economicamente no caso cooperativo, para chegar ao político- capazes de influir na vida regional e nacional.

Esta perspectiva teórica e política ia de encontro ao caráter local -e portanto limitada, numa perspectiva de economia de escalar- das associações existentes. Com organizações locais parecia não ser possível "acumular forças" para a reforma ou revolução política, ou enfrentar os contrários. O conflito que se deu no período do PDC entre as visões comunitaristas e desenvolvimentistas tenderam a ir progressivamente fortalecendo a ênfase no crescimento e com isso o papel diretor do estado, promovendo organizações maiores que locais, e superando a condição de existência e limitação dos vizinhos para crescer: a falta de capital.

"Esta cooperativa que fué formada el año 67, adquirió su personería jurídica, em 1970... veíamos que no se lograba desenvolver. Hablamos con el Ministro de Agricultura de la época y le planteamos que queríamos mejores créditos... Chonchol planteó también la idea. Bueno, crédito para los campesinos había, e importantes habían, pero, dijo, en una organización tan pequeña, de 40-50 personas, es bien poco lo que se puede entregar, porque aquí queremos abarcar, que tengan mas respuestas sociales importantes. Y de allí pasamos nosotros inmediatamente, ya que teníamos esa personería jurídica, y la colocamos a disposición ojalá

de toda la comunidad de Puerto Montt. Yá, dijo él, miren, nos dijo, aquí me dice la gente de INDAP que hay 54 Comités de Pequeños Agricultores en la Comuna de Puerto Montt y embarquemoslos a todos aquí y hagamos una empresa grande, una Cooperativa, que sea campesina, pero en calidad de empresa, Y eso hicimos" (65).

O depoimento do dirigente de uma Cooperativa de Llanquihue se refere a um diálogo com Jacques Chonchol, em 1970, quando recentemente tinha assumido o Ministério da Agricultura na UP, reflete a perspectiva que o estado tinha sobre a questão local. Mostra o processo, que já vinha do governo do PDC e que se acrescentou na UP, de estímulo à ampliação regional e crescimento de sócios.

Poderíamos assinalar então que os processos de formação de um conjunto de cooperativas seguiu, aproximadamente, os seguintes passos:

- a) Organização de alguma modalidade de associação local, formal ou informal.
- b) Constituição de uma cooperativa camponesa (por conversão ou fusão).
- c) Ampliação da base social e territorial.

Desta forma teriam sido três os momentos da dinâmica organizacional de formação de cooperativas, na qual a dinâmica foi determinada pela abrangência quantitativa (social e territorial) que terminou modificando e determinando os fatores qualitativos que permitiam ou favoreciam as relações de vizinhança.

Esta questão, adiantava a discussão sobre o "desenvolvimento

local" que se coloca nos anos 80, ligadas à descentralização e administração pública, a novos conceitos de poder. Não foi resolvida. Também não tem sido pesquisada. Abre-se aqui um estudo histórico-social com projeção aos desafios que deve enfrentar uma sociedade democrática moderna.

4. A Educação Cooperativa Camponesa neste período.

Nesse contexto, os processos educacionais orientaram-se a apoiar a organização e administração cooperativa camponesa. Visou difundir a ideologia comunitarista social-cristã, com influência do pensamento pedagógico de Paulo Freire e como alternativa ao socialismo marxista. Enfatizou-se a doutrina cooperativa tradicional, os objetivos econômicos do cooperativismo, oferecendo-se capacitação tecnológica orientada à pequena produção camponesa. Em geral, se tentou fazer funcionar e funcional, o cooperativismo camponês, nos marcos desenvolvimentistas e reformistas da etapa capitalista que se vivia.

O principal agente de educação cooperativa é o estado, através das ações de CORA e em especial de INDAP. Conta com a colabo-

ração do IER e INPRDA, de algumas ONG's regionais como FREDER, ADE, etc., e, em especial, do "Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria" (ICIRA), resultado de um convênio entre FAO e o Governo.

A ação destes órgãos se dava de diversas maneiras: palestras nos campos por técnicos de campo; organização de cursos e seminários; cursos para dirigentes; integração dos conteúdos cooperativos a programas técnicos. Realizaram-se nos estabelecimentos ou em "Centrais de Capacitação".

Em termos gerais, concebia-se, em 1964, a capacitação camponesa ligada ao desenvolvimento organizacional e à transformação agrário. Nesta perspectiva, a capacitação das massas camponesas era considerada uma "condição complementar", porém necessária, às políticas de pleno emprego e intensificação da agricultura, e fator de transferência e desenvolvimento tecnológico, que eram objetivos de qualquer Reforma Agrária.

A educação atribuíam-se três objetivos prioritários:

"... Hacer salir a esta población campesina de su mentalidad tradicional en el más breve plazo que sea posible, en enseñarle a pasar de una agricultura extensiva y de mono-producción hacia una agricultura intensiva, diversificada y preocupada del problema de la conservación de los recursos [...], para sacar el mejor provecho posible de sus recursos, para utilizar bien su ingreso [...] e para asegurar a su incorporación [...] a la comunidad nacional" política, cultural, econômica e social (66).

Estas questões expressavam-se de diversas maneiras, e com

contradições, nas concepções sobre o cooperativismo camponês e a educação cooperativa no interior da equipe agrária que assumiu o governo a fins de 1964.

Já vimos que um grupo de técnicos do governo, originado no IER e com base social-cristã, comunitarista, enfatizava o caráter educativo do cooperativismo: este era concebido como uma organização social que permitiria a formação de homens solidários, fraternais, integrados à comunidade, e servidores destas. Assim como os fazendeiros, consideravam o cooperativismo, o exercício da cooperação, como uma escola de formação social, com um valor educacional intrínseco.

Apresentava-se uma contradição fundamental neste campo, e que também já assinalamos: era - ou não - preciso preparar os camponeses antes de integrá-los ao cooperativismo? A cooperativa, concebida como organização e empresa, era uma institucionalidade de manejo administrativo complexo, que impediria a real participação camponesa, dado o analfabetismo e baixas taxas de escolaridade rural (67), assim como era uma organização que respondia a uma doutrina solidária que obrigaria a superar o individualismo tradicional camponês (68). Estas razões - segundo um setor do PDC - faziam necessária uma mínima preparação prévia, ou inicial, e integração às cooperativas.

Para outro setor, com uma visão mais modernizadora que cooperativista-doutrinária, que concebia a cooperativa como um instrumento estimulador do desenvolvimento rural e da mudança tecnológica, esta era uma questão falsa, mais próxima ao pensa-

mento conservador que ao reformador.

Referindo-se à questão da Educação em geral, porém, respondendo à mesma problemática cooperativa, se coloca que existe em geral, "uma extraordinaria subestimación de la capacidad real del campesino. Esto ha hecho pretender a mucha gente de mentalidad conservadora que no se pueden hacer cambios sin educar primero a la gente. Una vez que se logre educar a la gente, se puede proceder a efectuar los cambios institucionales que se deseen. A nuestro parecer, esto constituye una falacia, porque la educación de las masas campesinas latinoamericanas no significa nada si simultaneamente no va acompañada por cambios estructurales que les den las oportunidades que hoy carecen. Así pues, Educación y cambio estructural son dos cosas que deben realizarse en forma simultánea y complementaria" (69).

Estas duas visões da educação refletiam também duas concepções cooperativas e da transformação social. Os primeiros enfatizando a organização social, a comunidade local, a empresa social-econômica; os segundos enfatizando os processos de transformação estrutural (a Reforma Agrária) e o papel das cooperativas como empresas sociais, porém de grande importância econômica, que permitiriam a mudança tecnológica, social e política. Os primeiros enfatizam os aspectos de coesão interna para, a partir dessa pequena comunidade influenciar a sociedade; os segundos, enfatizam o papel econômico das organizações e da sua contribuição direta, como componentes das transformações globais. Ambos consideravam a necessidade de agentes externos de capacitação.

Esta é uma discussão que ainda permanece vigente no interior do cooperativismo camponês. De qualquer forma, a prática do processo de organização superou a estratégia de "educar primeiro" e só depois se integrar à organização. No mais, os camponeses, poderiam ter assistido à algumas palestras ou ouvido falar de cooperativas, porém a entrada deu-se mais para atingir objetivos familiares económicos, que coletivos ou ideológicos, estimulados pela ação distributiva do Estado. Nesse sentido a educação se deu na prática e durante a prática, portanto, nem sempre de uma maneira formal e refletida.

De qualquer maneira, concebia-se a educação, como uma condição fundamental para o desenvolvimento cooperativo camponês, com componentes sociais e económicos. A idéia dominante era a de não desvincular a organização da educação. Os cooperativistas deveriam ter uma mínima formação social.

A educação orientava-se ao desenvolvimento da organização e não à formação individual dos camponeses sócios. Adquiria assim o seu carácter social.

No setor agrário houve uma divisão institucional de tarefas.

A CORA correspondeu impulsionar o processo de Reforma Agrária nos seus aspectos de reestruturação da propriedade da terra e de organização posterior dos camponeses nos estabelecimentos expropriados; as suas tarefas educacionais principais centravam-se na alfabetização básica e na capacitação administrativa e técnica para a operação dos "Assentamentos" e "Cooperativas de Reforma Agrária".

A INDAP correspondeu a organização camponesa dos setores de pequenos produtores e em geral das comunidades rurais, assim como, a constituição de sindicatos agrícolas; a sua tarefa educacional principal, foi a "educação social" (organizacional e ideológica) e a assistência técnica a camponeses e organizações.

CORA considerava que para atingir os dois principais objetivos da Reforma Agrária: "a integração camponesa à comunidade nacional" e o "aumento de produção agrícola nacional" era necessário capacitar os camponeses participantes da Reforma Agrária, com os objetivos específicos de "mudar valores" e oferecer uma "capacitação instrumental". Para isto desenvolvia diversos Programas: a) Educação Básica (alfabetização); b) capacitação técnica (agronômica); c) Organização camponesa; d) Edição de Material Didático.

Houve uma ênfase nesse primeiro período, até 1968, na formação dos seus quadros técnicos, incluídos os cooperativistas. Entre 1965 e 1968, manteve 58 bolsistas no exterior, dos quais 8 funcionários se aperfeiçoando em cooperativismo. No mesmo período, realizou 41 cursos para 1.412 funcionários, sendo que 519 eram "Práticos Agrícolas" e 473 "Profesionales y técnicos", o que demonstra a prioridade pela formação das equipes técnicas. A formação dos "práticos agrícolas" (isto é, do pessoal de campo) se fazia num curso de 80 horas, das quais 53,30 horas eram de disciplinas e o resto de seminário, leituras e outras atividades, entre as "disciplinas", incluía-se "La Cooperativa como Estructura Post-Assentamiento" (70) isto é, o cooperativismo ligado dire-

tamente ao processo de Reforma Agrária. Publicou (15.000 exemplares) dois folhetos sobre cooperativismo (71).

CDRA mantinha convênios com INACAP, MINEDUC, SAG, IER (até 1969), orientados à formação de técnicos e camponeses ligados à Reforma Agrária e aos Assentamentos. O Convênio CDRA-ICIRA, tinha programado para 1970, atividades de capacitação cooperativa, para 831 novos proprietários (72).

ICIRA, era um organismo resultante de um convênio entre FAO e o Governo chileno, que cumpriu um papel fundamental na reflexão e capacitação cooperativa do setor camponês. Brasileiros exilados como Paulo de Tarso Santos e, especialmente Plínio de Arruda Sampaio, Almino Affonso e Paulo Freire, (73) estiveram ligados a ICIRA, jogando um importante papel intelectual nas definições da educação camponesa e cooperativa. Correspondia-lhe planejar, executar e coordenar, programas de capacitação de técnicos e profissionais, de pesquisa e avaliação, em Reforma Agrária, apoiando as tarefas e objetivos governamentais. Até fins de 1970 havia impulsionado 265 cursos, dos quais tinham participado 4.453 funcionários e 1.847 camponeses (74) o que confirma a prioridade outorgada ao setor técnico e profissional responsável pela implementação da Reforma Agrária, e aos quais se treinava em cooperativismo ligado a esse processo de mudanças. Vários destes técnicos terminaram trabalhando com Cooperativas Camponesas.

O principal órgão encarregado das questões sociais e educacionais (não-escolares) dos camponeses era INDAP. Entre os seus objetivos estava o de "organizar, mantener y participar en

la organización de cursos de capacitación y entrenamiento de todas aquellas personas que estén relacionadas con la agricultura o la pesca, en especial de los campesinos y pescadores artesanales" (75). INDAP operava com técnicos de campo que tinham entre os seus objetivos o de capacitar os camponeses que incorporariam-se às cooperativas (e outras organizações). Isto se realizaria através de palestras, encontros e cursos, em terreno ou em Centrais de Capacitação. Orientavam-se a dirigentes e sócios de base. O quadro seguinte mostra a labor formativa de INDAP entre 1966 e 1969 (76).

Quadro de Capacitação Organizacional de INDAP

Formação de Dirigentes

Ano	Coop.	Sindic	Peq. Agric.	Org.Femen.	Outros	Total
1966	328	452	380	220	52	1.432
1967	523	1.223	432	480	191	2.849
1968	324	1.396	739	934	301	4.194
1969	1.749	2.115	1.656		494	6.014
TOTAL	2.924	5.186	3.197	1.634	1.038	14.489

Formação de Base

1966	287	970	274	450	184	2.165
1967	445	2.737	367	561	298	4.408
1968	2.196	6.274	2.568	1.621	334	12.993
1969	11.365	21.629	22.873		322	56.189
TOTAL	14.293	31.610	26.082	2.632	1.138	75.755

Podemos verificar o significativo número de participantes das atividades de formação de INDAP. Entre 1966 e 1969 participaram delas, 90.244 pessoas (embora haja repetidos entre estes); a maioria em atividades de capacitação de base. Todavia, foi grande o número de dirigentes capacitados. Isto demonstra o importante papel atribuído às tarefas de educação neste processo.

Tanto a nível de dirigentes, quanto de base, a prioridade de formação esteve ao nível sindical, em segundo lugar os "Comitês de Pequenos Agricultores" e só em terceiro as Cooperativas. Isto é coerente com o maior crescimento, em organizações e sócios, dos Comitês, em detrimento das Cooperativas, que seguiram um ritmo mais lento.

Finalmente se verifica que a capacitação cresce em número de beneficiados, na medida em que aumentam as organizações camponesas, o que estabelece uma relação direta entre as atividades de "promoção" de organizações e a "educação" ao serviço destas. Pode-se verificar o importante crescimento produzido entre 1968 e 1969. Se parte destas ações podem-se atribuir ao fato de 1969 ser um ano pré-eleitoral o que teria levado a impulsionar mais atividades de campo, a razão fundamental deve-se atribuir à maior capacidade de atuação de INDAP, em termos de responder às também crescentes demandas vindas das organizações que, para esse ano, já tinham praticamente se consolidado a nível nacional, estando ainda em processo de crescimento de base.

Há um outro fator que pode contribuir para explicar este avanço quantitativo, que é também qualitativo: uma certa

integração conceitual, teórica e, em parte, metodológica, dos programas de educação camponesa. O que se deve, em grande medida, às contribuições de Paulo Freire, cujas propostas educacionais ajudaram a fundamentar a concepção de capacitação do INDAP, num sentido crítico, participativo e político.

Em 1964 se reconhecia que não existia um método educacional adequado à realidade latinoamericana, capaz de contribuir aos desafios que os processos da Reforma Agrária faziam à Capacitação (como uma das suas condições de êxito), num contexto de poucos educadores para formar milhões de camponeses; e que os métodos usados eram transplantados de realidades muito alheias à nacional (77). Além de "métodos importados" que não passavam por uma análise crítica, os mais usados eram o empírico (baseado exclusivamente na experiência e intuição) ou o escolar (aplicado nas Centrais de Capacitação).

Frente aos imensos desafios da capacitação não haviam respostas conceituais nem metodológicas adequadas. Paulo Freire vem precisamente oferecer essa contribuição (78). Isso também explicaria o êxito das propostas de Freire no Chile.

As avaliações sócio-políticas sobre o trabalho do educador brasileiro, são variadas.

Para uns foi aproveitado e utilizado pelo reformismo democrata cristão, visando a integração camponesa à sociedade, ou seja, favorecendo mais a adaptação social que a subversão da ordem dominante (79). Outros afirmam que limitações teóricas do método psico-social, somados à ideologia humanitarista dos agentes

de educação camponesa, impediram superar a reflexão individual ou em pequenos grupos (80) portanto sem ter maiores consequências políticas. De uma perspectiva da contribuição transformadora, se coloca que o método psico-social, pelas suas consequências na consciência dos camponeses (permitiu gerar a contradição entre os interesses destes e a política agrária reformista) foi um dos fatores fundamentais da organização camponesa, em particular da sindical, que terminou rompendo com o reformismo (81).

Todavía, para J. Chonchol, Diretor de INDAP na época, e posteriormente, Ministro da Agricultura da Unidad Popular, uma das maiores contribuições esteve no campo da formação ideológica e educacional dos técnicos responsáveis pela organização camponesa.

"Yo diría, o lo que conozco, P. Freire jugó un rol muy importante en la formación de los organizadores, en la época de INDAP. O sea en la filosofía de los promotores, la educación de los promotores, etc. Esa fué la gente que les dió la primera organización a los campesinos y por eso fueron influidos por la visión ideológica que tenía P. Freire. No trabajó directamente con las bases campesinas, o sea formó, le dió una cierta conciencia, a aquellos que después se dedicaron a formar a los campesinos y muchos de los cuales, a medida que fué pasando el proceso, se iban radicalizando también políticamente. Lo más importante fue para aquellos que iban a formar" (82).

As idéias e propostas metodológicas de P. Freire tiveram grande influência na conceituação de uma capacitação que deveria enfatizar o diálogo, a conscientização, o caráter político da

educação, a participação dos educandos, a cultura popular. Isto foi assumido pelos técnicos do Instituto, do nível central e de terreno, entre os quais os que atuavam na formação de cooperativas e cooperativistas. Isto permitiu dar uma coerência às estratégias de capacitação.

Sua proposta não era alternativa a nenhuma outra "porque no había otra. El IER había sido una propuesta mas paternalista, que le daba una asistencia a los campesinos, pero una visión muy paternalista" (83). O quadro técnico do INDAP, em geral, pertencia ao setor democrata-cristão que postulava o "socialismo comunitário" como uma via não-capitalista de desenvolvimento, alternativa ao capitalismo e ao marxismo (vários dos seus quadros se integraram, a partir de 1969 à Unidade Popular). Isto os aproximava mais às propostas de Freire que às do IER.

As suas idéias influenciavam também uma outra linha de atuação do INDAP: a assistência técnica.

Até então utilizava-se o conceito "extensão rural" para designar as tarefas de apoio tecnológico. Freire critica esta visão, importada dos Estados Unidos, a partir da Aliança para o Progresso, junto aos "pacotes tecnológicos" agrícolas: num lugar, se pesquisavam avanços tecnológicos que se transferiam ("extendiam"), pela extensão rural, aos campos. Freire chama esta estratégia de "invasão cultural" e propõe o conceito de "comunicação rural" para substituí-lo, baseado na concepção "dialógica" da libertação e educação. No livro "Extensão e Comunicação" Freire coloca a sua crítica a este processo a

partir da Reforma Agrária chilena. J. Chonchol assinala o seu impacto transformador nos "extensionistas" rurais (84).

Tudo isto teve consequências nos técnicos responsáveis pela organização associativa, o que lhe deu um conteúdo específico, nem só doutrinário, à educação cooperativa: assim como permitiu reavaliar os métodos utilizados, para colocá-los numa perspectiva mais crítica e transformadora. Se bem, P. Freire chegou ao Chile nos fins de 1964, a sua influência começou a ser maior a partir de 1968, quando um conjunto de fatores políticos internacionais (morte de "Che Guevara", revoltas estudantis) e nacionais (Reforma Universitária, Reforma Agrária) colocavam a questão política, e da consciência política, como um fator central nas transformações sociais. Assim, o pensamento freiriano foi sendo assumido - na época - pelo setor mais progressista do PDC, e por alguns setores da esquerda (em especial o "Movimiento de Izquierda Revolucionário - MIR").

No setor cooperativo camponês, além da formação dos técnicos, os processos de pesquisa e diagnósticos locais começaram a ser influenciados pelas idéias de Freire.

Uma pesquisa em Colchagua, de INDAP, ICIRA e a Federação Regional de Cooperativas Camponesas (85), tentava definir um "Método de Programação Campesina", baseado numa "Pedagogia de Consciência", proposta por Marcela Gajardo e que encontrava "su fundamento más profundo en la pedagogia desarrollada por Paulo Freire a través de todos sus estudios" (86). O método da pesquisa incorporou os dirigentes da Federação e camponeses da comuna de

Chépica, socios da Cooperativa Comunal Camponesa "Chépica". A metodologia, participativa, foi concebida como uma instância formativa, ao mesmo tempo que considerou atividades sistemáticas de capacitação. Todavia, não oferece informação sobre atividades de formação cooperativa na Comuna nem região.

O Relatório do trabalho, expressa as mudanças produzidas, nos pesquisadores, pela metodologia empregada: passaram de uma análise de tipo filosófica, sociológica e econômica a uma mais política; reconhecem que o educador, o capacitador, não pode desconhecer a necessidade de orientar politicamente o seu trabalho; comprovam como os fatores de produção limitam a ação camponesa. Mudam também a visão da Reforma Agrária que aceitavam, inicialmente, como uma mudança de estruturas, para passar a entendê-la como um ajuste corretivo do sistema (87). Todavia se faz pouca reflexão sobre a questão propriamente cooperativa, organização que era o objeto do trabalho. Isto demonstra e explica a pouca reflexão social acumulada sobre este setor camponês. Porém, ao mesmo tempo, assinala a integração de novos elementos teóricos e metodológicos no cooperativismo camponês, que, em alguma medida, começaria a mudar a prática pedagógica tradicional.

O conceito de "política" que se utiliza, não tem a ver, exclusivamente, com Partidos. De alguma maneira, o trabalho do Estado e das organizações colaboradoras, assim como das organizações camponesas, estavam ligadas aos Partidos e, portanto, à política. O conceito se refere "à consciência da necessidade e possibilidade da transformação social", o conceito de "política" as-

sume um caráter histórico, aproximando-se mais a uma "opção consciente não-capitalista" (não necessariamente marxista). A questão política da educação, liga-se, conceitual e metodologicamente, a uma opção transformadora (não-reformista) estrutural (não-capitalista), que considera a participação (consciente) das classes oprimidas do campo e cidade que se integra numa transformação nacional.

No Relatório de pesquisa não fica claro qual a especificidade cooperativa nessa concepção. De qualquer forma, verifica-se que o pensamento Freiriano teve alcances também neste setor cooperativo. Qual o seu impacto, no cooperativismo, e, em geral na educação (de adultos, popular e escolar) do Chile, é tema para outra pesquisa.

Mas, nem só o Estado atuava no campo cooperativo.

Vimos que INPROA desenvolvia ações, educativas e de assistência técnica com as cooperativas originárias da Reforma Agrária da Igreja. Neste período continuou o seu acionar, desta vez, ampliando a abrangência do seu serviço a outras cooperativas e organizações. No fim de 1970 atendia a 23 cooperativas camponesas, para o qual recebia ajuda internacional da Alemanha, França e do Programa US/AID para Chile (88).

Embora não orientasse as suas atividades ao setor cooperativo, atingia também esta modalidade organizacional. Entre 1965 e 1970 capacitou 17.197 pessoas nas Centrais de Capacitação (com internato) e 20.737 em cursos e "estágios" de equipes móveis(89).

O Instituto tinha diversas linhas de trabalho, entre elas

uma de desenvolvimento da comunidade, encaminhada a satisfazer os requerimentos de organizações camponesas, sindicatos, cooperativas, etc., que "procuran - a través da capacitación - formarse solidamente en ideales cristianos de unidad, igualdad y justicia, para lograr deste modo una auténtica democracia" (90).

A prática educacional do IER -vinda de 1954- ligava-se, estreitamente a uma orientação cristã e católica, de caráter reformista e conciliadora, que estimulava a formação de "líderes" de base, para ensinar camponeses e comunidades a se integrar à vizinhança, à cidade e à nação. Não existia uma perspectiva transformadora da sociedade. Isto levou a que, muitos dos seus promotores e líderes camponeses, ao se integrar ativamente na luta camponesa anti-latifundista, tomaram consciência dos limites dessa proposta educacional e organizacional, romperam com o IER e se integraram aos Partidos que, desde 1969, constituíram-se, a partir de rupturas no interior do PDC: o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU) e a Esquerda Cristã (IC). Não sabemos a repercussão que isto teve entre os técnicos que trabalhavam no setor cooperativo e entre os dirigentes do movimento que vinham do Instituto ou outras instituições católicas, embora dirigentes ligados ao IER, mantiveram-se social-cristãos.

Uma história do cooperativismo camponês, elaborada pelo INDAP criticava à atuação organizacional e educacional do IER.

"La mística revolucionaria inherente al cooperativismo auténtico, nunca la conocerían las comunidades campesinas a que tenía acceso el IER, porque éste no enseñaría jamás a los cam-

pesinos a dissentir: podría enseñarles a usar mejor un bajo salario, antes que inducirlos a solicitar un reajuste; podría entretener a los campesinos enseñándoles como pasar el tiempo libre, antes que sugerirles como conseguir más tierras para trabajarlas [...]. "El IER estuvo presente en el cooperativismo campesino prácticamente desde que éste nació hasta fines de 1967. Y si en su accionar contradictorio y polémico hay un denominador común, es el de haber pretendido someter a sus propios principios a aquellos campesinos a que tuvo acceso" (91).

A análise que leva a este comportamento paternalista, semelhante ao empregado pelos fazendeiros, é que o problema camponês reside principalmente na sua incapacidade de administrar adequadamente os seus escassos recursos, e não na forma desigual de distribuição de renda. Daí a ênfase no cooperativismo de consumo (seguindo os padrões norte-americanos) e de poupança e crédito (seguindo o modelo alemão das Caixas Raiffessen). Com a orientação de organização a estes serviços, não conflitivos socialmente, se assegura um controle ideológico, através da educação, sobre o campesinato.

Até 1970 existiam 16 órgãos que, a nível nacional, desenvolviam capacitação aos camponeses, entre eles, os que já apresentamos. Destes, sete eram do setor público e nove do setor privado (organizações camponesas e de apoio).

Ademais das instituições que já descrevemos com maior detalhe, várias outras realizaram educação cooperativa: Governamentais (CORA, INDAP, ICIRA), sendo que -segundo o quadro que se a-

apresenta a seguir- elaborado com dados do FEES e ICIRA, só INDAP teria atividades com pequenos agricultores, que se integravam no cooperativismo camponês. A orientação das outras era para o setor reformado. A Universidade de Chile, a CUT, IER, ICECOOP, as Confederações Sindicais e a Confederação de Cooperativas, também desenvolviam atividades com pequenos proprietários.

Teria que se agregar a ação de INPROA, que não aparece no quadro, chegando assim a 17 instituições.

O quadro seguinte, em dados de 1970, apresenta uma síntese destas atividades, onde se percebe que o conteúdo "cooperativo", é incluído nos programas de 11 das 16 instituições.

Capacitação Camponesa até 1970 (92)

- 1- Teoria de R.A.
- 2- Capac. Econ.
- 3- Capac. Coop.
- 4- Capac. Técn.
- 5- Capac. Sindic.
- 6- Educ. Básica

órgão /	CAPACITAÇÃO						Estrato Camponês
	1	2	3	4	5	6	
CDRA	X	X	X	X		X	Assentados
INDAP		X	X	X	X	X	Assal.e Peq. Prop.
SAG	X	X					Assent.e Peq.Prop.
ICIRA	X	X	X		X	X	Assent. e Assal.
INACAP							
(agrícola)		X		X			Assent.e Peq.Prop.

FEES	X				X	X	Assalariados
MINEDUC						X	Assent. e Assal.
U. de Chile (DESCO)		X	X		X		Assent.e Peq.Prop.
U. Católica (CEA)	X				X		Assalariados
CUT	X	X	X		X	X	Assal.e Peq.Prop.
IER	X	X	X	X	X	X	Assent. e Assal. Peq. Proprietários
ICECOOP Confed.		X	X				Peq. Proprietários
Ranquil Confed.	X	X	X		X	X	Assal.e Peq.Prop.
Triunfo Camp. Confed.	X	X	X		X	X	Assal.e Peq.Prop.
Libertad Confed.	X	X	X		X	X	Assal.e Peq.Prop.
Cooperativas	X	X	X			X	Peq. Proprietários

Porém esta atividade de capacitação campesina, segundo a avaliação de Barraclough & Fernandez (1974), apresentava os seguintes problemas: repetição de programas e linhas de ação com orientações diferentes para o mesmo setor; divórcio entre as capacitações econômicas, técnica e social; irracionalidade na utilização dos recursos humanos e materiais; falta de informação (por falta de avaliação) sobre os seus resultados, se eram positivos ou negativos. A capacitação, por estas razões, segundo os autores, em vez de ajudar ao desenvolvimento das organizações, contribuiu ao seu desconcerto e mau funcionamento.

Deve-se constatar a existência de órgãos de apoio que, nos anos 80 se denominarão "Organizações Não Governamentais", atuando no campo, em apoio às organizações: IER, ICECOOP, INPROA, CEA e outras não tratadas aqui, como CAVE e INCASIS.

O movimento cooperativo tinha ampliado as suas ações educativas através de Seminários e Cursos Latinoamericanos; atividades

a nível nacional; edição de documentos e livros; programas de TV (1965-66), radio-cursos e palestras, prensa e propaganda. A nível superior, a Universidade de Chile criou o Centro de Estudos Sindicais e Cooperativos (CESCO, 1953), posteriormente a carreira de Técnicos em Cooperativas e a Escola de Técnicos em Cooperativas (1966). Este ano a Universidade Católica constituiu o Instituto de Cooperativismo, que em 1972, se transformou no Centro de Estudos Cooperativos (CECUC). A eles se agrega o Departamento de Cooperativas do Ministério de Economia e Comércio (93).

Uma outra ação, embora secundária, não poderia deixar de ser assinalada, pelo valor que teve na formação de quadros técnicos e políticos do PDC e da esquerda, assim como no setor cooperativo.

Os "Trabalhos Voluntários", em campos e povoados, que realizavam os estudantes universitários desde 1960, e que haviam se expandido a partir de 1965, (organizados pelas Federações universitárias, com apoio estatal), tinham também ações cooperativas. Em 1965 se colocava como objetivo a formação de Cooperativas Camponesas. Em 1967, quando se integraram os secundaristas, 3.070 voluntários se dedicaram especialmente à educação camponesa em "escolas populares" onde se alfabetizava, proporcionava educação cívica e ensinava cooperativismo. Nos Programas para 1968 das Federações de Estudantes da Universidade de Chile e Católicas de Santiago e Valparaíso incorporavam a educação cooperativa (94).

O que isto reflete era a aceitação do cooperativismo camponês como um movimento popular, independente do poder patronal, e

que se colocava como uma alternativa de organização para o campesinato, no contexto da Reforma Agrária. Colocava-se nem só como alternativa econômica senão como opção ideológica, ou pelo menos, como modalidade de organização sócio-econômica ligada a um processo de transformações sociais. Por isto, as Federações de Estudantes, nos momentos prévios à Reforma Universitária, integravam, nos seus programas de ação, a educação cooperativa.

De alguma maneira, poderíamos encontrar velhos antecedentes desta visão, os jovens e intelectuais indo ensinar o campesinato, no movimento "Ir ao Povo" que impulsionaram os populistas ("Narodniks"), na Rússia de fins do século XIX, e que visava, precisamente, promover o socialismo a partir da educação camponesa e das formas associativas e de cooperação tradicional (os "MIR") (94). Esta questão de tarefa cultural dos estudantes junto ao campesinato, tinha se desenvolvido também no Brasil, no período do Governo João Goulart (96), embora de uma maneira mais sistemática, política e cultural, num sentido estrito, que através dos Trabalhos Voluntários. De qualquer forma, estes Trabalhos tem marcado até hoje uma estratégia dos estudantes universitários e secundaristas de aproximação, serviço e educação ao povo, assim como de aprendizagem e formação dos estudantes. Em vários casos estiveram ligados à Cooperativas Camponesas.

Não há uma análise específica da educação cooperativa nestes anos, embora existam trabalhos que abordem a educação rural (97).

Castro assinala que, neste período, houve duas etapas: uma entre 1964 e 1968, onde a prioridade da ação estatal esteve

orientada à institucionalização da capacitação camponesa, permitindo ainda uma forte presença das instituições privadas na educação rural; e a que vai de 1968 até 1970, quando se concentrou o trabalho na capacitação mesma, se colocando, o Estado, como principal agente de capacitação, num contexto de disputas internas -entre setores - do PDC, de aumento das contradições sociais no campo e de crescimento da organização sindical (98). e neste momento, quando o Estado, através da expansão da educação extraescolar, transforma a educação de adultos, em aparelho ideológico do Estado (99), para o qual monta uma completa e complexa estrutura de capacitação camponesa, que abrange diversos Ministérios e Programas, e ao qual se subordinam as instituições privadas tradicionais, assim como as que começavam a se constituir.

Com isto se visava constituir um instrumento de ação governamental, que terminara com a estratificação rígida do campo, suprimindo a intermediação dos fazendeiros nas relações "Estado/Governo"- "Camponeses", e substituindo-a, em parte, por organizações intermediárias (entre as quais as Cooperativas Camponesas); sob as quais se exercia influência ideológica, através dos processos de formação das organizações e de capacitação dos seus sócios e dirigentes.

Porém, a institucionalidade, não alcançou uma total unidade ideológica, operando sobre os camponeses diversas instituições governamentais com propostas, mais ou menos, contraditórias, em especial, as atividades de INDAP que tinham uma visão mais política, no sentido crítico e transformador das relações

sociais, com as de CODA e do Ministério de Educação (Programas de Alfabetização), que tinham uma visão mais adaptativa, visando integrar o campesinato ao mundo rural e urbano, em vez de tentar contribuir à superação desta contradição.

Estes conflitos manifestaram-se como ruptura em 1969/70 quando um setor do FDC se separou, para formar o MAPU e a IC: técnicos de INDAP passaram a ocupar papéis importantes no governo da UP; camponeses formaram a Confederação "Unidad Obrero-Campesina" (UDC) excindida da democrata-cristã, "Triunfo Campesino", técnicos e promotores do IER foram excluídos do Instituto ou se retiraram e passaram a atuar nos campos como funcionários do Estado, a partir de 1970. Finalmente, as tendências integradoras terminaram dominando grande parte do conjunto de programas de educação rural, o que se verifica em duas questões: a ênfase na formação de dirigentes e nas estratégias de "multiplicação", e, o pouco valor dado nos seus programas à questão da Reforma Agrária (100). Isto é, privilegiava-se a formação vertical, do Estado aos líderes e destes ao povo, em vez de uma educação de base, embora esta não tenha deixado de receber capacitação específica.

Enquanto aos conteúdos, as instituições do setor agrário adaptavam os conteúdos ao tipo de organização ao qual se dirigia a capacitação.

As organizações sindicais estudavam "os aspectos econômicos da empresa", "os contratos coletivos frente à política anti-inflacionária do governo", "a Reforma Agrária enquanto futuros proprietários", etc. As Cooperativas agregavam "a comercialização

dos produtos" e "a direção empresarial da organização" (101).

Depoimentos de alguns cooperativistas podem nos ajudar a conhecer os processos, metodologias e conteúdos da educação cooperativa da época (101).

Os promotores de campo, nas suas palestras a grupos e conversações com autoridades informais locais - duas técnicas de uso comum na época - enfatizavam duas questões fundamentais na educação cooperativa: a) os benefícios econômicos que se poderiam obter para os camponeses, se estes se organizavam em Cooperativas, graças ao apoio do Estado; e b) formação cooperativa, em especial a "Doutrina Cooperativa" dos 7 Princípios. A isso se agregava a assistência técnica.

"Nos capacitaban en el cooperativismo, [...] habían varios prácticos agrícolas, como se debía sembrar, como implementar mejor las tierras para que tuvieran mejores rindes, cuales eran las nuevas técnicas, o sea si uno no tenía plata estaba el INDAP".

Sobre os conteúdos específicos da educação cooperativa "decían que por el hecho de inscribirse en la Cooperativa él pasaba a denominarse socio de la Cooperativa, con todas las atribuciones, tanto digamos, de los servicios que podía prestar la Cooperativa y la Cooperativa en este caso eran Cooperativas Campesinas, que podían ser multiactivas en el cual organizándose todos ellos podían tener un negocito de abarrotes; que aquí siempre ha sido caro lo que es el negocio, así que en la Cooperativa, los socios mismos podían colocar un negocito, se lo permitía la ley de Cooperativas y ellos mismos podían colocar una persona que

vendiera. Bueno y todo lo que fueran depositando ahí de ganancia, era para ir aumentando el negocio y que ese negocio iba a ser de ellos, que no iba a ser del dueño del boliche, porque con el dueño del boliche, toda la ganancia es para una sola persona. El mismo caso era el de la tierra: si tenían que pedir un crédito, lo podían pedir a través de la Cooperativa". Sobre a doutrina "hablaban de los 7 Principios de la Cooperativa, claro, pero yo creo que no éramos muchos los que los detectábamos, creo que eran muy pocos los que captaban eso; yo creo que más tenía que poníamos nosotros en saber para que servía la Cooperativa".

Neste depoimento vemos que os mesmos "práticos" (técnicos e/ou promotores) de campo, cumpriam as tarefas de assistência técnica, formação organizacional e educação cooperativa. A capacitação e o trabalho de organização se confundiam na prática social impulsionada pelos agentes do Estado (e/ou dos seus colaboradores privados) numa mesma atividade. Nesta etapa, quando estava se difundindo a organização, não havia, necessariamente, programas especiais de formação cooperativa. Na lembrança do dirigente ficou o principal do discurso dos técnicos de campo: a necessidade de organizar-se legalmente, o que lhes permitiria montar um armazém de mantimentos, e poder obter crédito do Estado. O crédito e o consumo, parecem ter sido os principais benefícios colocados pela capacitação, para o fato de organizar legalmente cooperativas; ambas questões de importância para a sobrevivência camponesa.

A capacitação se ligava à organização e esta às necessidades mais imediatas dos possíveis sócios; não há referências em nenhum

depoimento a questões de ordem política mais geral, como a Reforma Agrária, embora isto possa ter sido tema de conversações informais. Por outro lado, os conteúdos "cooperativistas" se teriam reduzido a aprendizagem dos 7 Princípios clássicos do Cooperativismo Rochdaliano; o que nem sempre era de interesse dos camponeses ou, estas não os compreendiam. A sua motivação cooperativa não era ideológica senão econômica, e em especial, a solução de problemas de curto prazo.

Afirma-se na capacitação o valor do cooperativismo de consumo (alternativo ao do comerciante local que se apropria individualmente do lucro) e de serviços, através do oferecimento do crédito e outros serviços, como maquinaria, o que o ligava estreitamente ao Estado. Não há referências a questões de acesso à terra ou à água, que teriam mais a ver com uma reestruturação da propriedade e da produção e, portanto, do poder. Também não parece que se conseguiu obter uma integração conceitual e metodológica entre a educação para a organização e os conteúdos cooperativistas: a relação entre os 7 Princípios e a organização cooperativa legal. Todavia alguns assinalam um ponto de encontro: os 7 Princípios surgiram de um armazém cooperativo, igual que a estratégia proposta para o associativismo nacional: montar armazéns. Fora esta coincidência histórica, explicável pela orientação cooperativista nacional, Rochdaliana, e a ênfase do social-cristianismo (e do IER sobretudo) na questão alimentar da família camponesa, não se verificam maiores relações entre a doutrina, os objetivos e a prática cooperativa.

Outro dirigente formula as críticas aos processos a partir de outras óticas: ". "INDAP y la Cooperativa, [...] habian asesores, para enseñar lo que era educación, como se hacia, pero casi nada, eso no nos llevaba a mayores cosas; pero es que en la producción, sí empezábamos nosotros a trabajar, a aprender más".

Verifica-se aqui a mesma dicotomia entre educação e trabalho cooperativo, na opinião do dirigente, era na produção onde aprendiam mais; a "educação não lhes servia para nada", isto é, para resolver os seus problemas imediatos, emergentes a partir da Reforma Agrária. Frente à pergunta de que si se fazia muita educação cooperativa, respondeu: "Nó, nada, nada, pero sí había algún cooperativista, de éstos, que vienen y se van. Pagado por el Gobierno, justificando su sueldo". Isto reflete uma lembrança de falta de uma apoio cooperativo mais sistemático e permanente; a educação teria se reduzido a visitas esporádicas, o que deve ter tido consequências sérias na deficiente formação da base social do cooperativismo.(103)

Não havia uma reflexão cooperativa que tivesse construído um pensamento cooperativo nacional, adequado à realidade camponesa, e que pudesse servir de subsídio aos conteúdos dos programas de capacitação cooperativista, assim como à formação dos quadros técnicos responsáveis pela constituição e desenvolvimento destas organizações. A isto se agrega o fato de que não haviam experiências sociais, mais ou menos permanentes e tradicionais, de cooperação agrícola. Os programas e atividades de educação neste campo, reduziam-se a reproduzir uma doutrina, originada na Europa

dos séculos XVIII e XIX, projetando-se ao século XX, desvinculada da realidade nacional, agrária e camponesa.

Isto se reproduziu também na formação de lideranças cooperativas.

"El 17 de Enero de 1967, por primera vez escuché la palabra cooperativa. Y me interesó mucho, entonces a partir de ahí participé en muchos cursos, seminarios de Capacitación que hacía el Instituto de Desarrollo Agropecuario, donde íbamos masivamente". Ensinaram-se os "Principios cooperativos mas que nada: las reglas ...", "principalmente la regla de oro, cierto?, el Comité de Educación de las Cooperativas, y todo lo que tuviese relación con el funcionamiento de las Cooperativas. Que tienen que cumplir con esto los socios, para que tengan derecho a esto otro, que las Cooperativas son a-políticas, a-religiosas...", "el funcionamiento de la Cooperativa, la Cooperativa como empresa, se habló tanto de la Cooperativa como empresa desde un comienzo".

Este depoimento confirma que INDAP organizava cursos e seminários para líderes. Reitera os conteúdos de "Principios Cooperativos" colocando especial ênfase em três questões: a educação cooperativa, direitos e deveres dos sócios e a-politicismo e a-religiosidade do cooperativismo. Estes principios, reproduzidos sem uma crítica e adequação, colocam algumas questões interessantes que tem tido importantes consequências no pensamento e consciência cooperativa camponesa.

Por uma parte se estabelece a estreita ligação entre cooperativismo e educação, a partir da consigna Rochdaliana de que a

educação é uma das principais condições de êxito da cooperação organizada. Por outra, se afirma o critério de organização e distribuição de benefícios que liga os direitos (rendimentos pessoais) aos deveres (contribuições); isto é, a participação individual na distribuição do ganho social, depende da contribuição individual, o que supõe negar a igualdade de rendimentos, sendo a participação na empresa o critério de distribuição.

Finalmente, coloca-se a questão da "neutralidade" política e religiosa do cooperativismo. Se bem isto foi extremamente útil no contexto de luta ideológica-partidária da época, na medida em que reconhecia o pluralismo ideológico e religioso, o que permitiu que o cooperativismo fosse o único setor organizado num só movimento, ao mesmo tempo negavam, formalmente, a luta política no interior da organização. Esta se desenvolvia fora dos limites formais da Cooperativa, limitando assim as discussões às questões mais específicas da organização. Se isto isolava em certa forma o cooperativismo dos conflitos de classes e processos sociais e políticos do contexto, de outra forma permitia manter a coerência e coesão interna do setor, não sem conflitos e lutas internas.

Por outra parte, esta questão reflete a simples transferência de conteúdos que se fazia, na medida em que o princípio que se difundia correspondia ao original, dos "Pioneiros de Rochdale", formulado como "neutralidade política e religiosa" pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) em 1937 e não as reformulações do Congresso da ACI de 1963, que o exclui como princípio, afirmando a livre adesão, a independência política, religio-

sa, racial e nacional de cada organização, chamando a atenção para a correta escolha de métodos que assegurem essa independência em benefício do setor. Não é esta concepção de atitude política das organizações a que era transmitida, em 1967, (quatro anos após o Congresso da ACI) aos camponeses, senão a visão passiva e excludente da neutralidade. Provavelmente a disponibilidade de textos antigos foi a base da elaboração dos programas de capacitação, assim como cooperativistas formados antes de 1964 devem ter sido os professores dos promotores de campo. Por outro lado, pode não ter havido uma integração entre o INDAP, o ICECOOP (fundado em 1963) e, a partir de 1968, com a CONFECOOP. Se esta aprendizagem permitiu passar os períodos do PDC e da UP, gerou enormes problemas nos anos do governo militar, onde pela primeira vez se enfrentava o totalitarismo.

Pese a todos estes problemas, a ênfase no ensino dos princípios cooperativos, era uma tentativa de promover uma organização que superara uma visão economicista da organização, a simples distribuição de recursos, para se constituir numa organização sócio-econômica, comunitária, cultural. Com um papel de exemplo para os outros camponeses. Nesse sentido a educação cooperativa não deixou de tentar dar um significado cultural, mais moderno, ideológico e social, à esta modalidade de organização, a respeito, por exemplo, dos Comitês de Pequenos Agricultores. Tudo isto nos contextos, limites e possibilidades que a ideologia social-cristã e a prática política do PDC, e dos seus quadros em INDAP, colocavam nesse momento histórico.

No fim dos anos 70, apesar dos esforços feitos, e considerando os problemas conceituais e metodológicos, assim como as políticas estatais, os resultados da "educação cooperativa" eram precários.

Os 88,5% do total das atividades de "educação cooperativa" correspondia a formas irregulares e pouco definidas de difusão, por palestras ou filmes, o que afirma o mero caráter informativo da capacitação e comprova a inadequação dos conteúdos à problemática rural. Só uns 15% dos sócios pesquisados registrava um grau aceitável de "educação cooperativa"; esta carência se constituía numa das principais dificuldades à incorporação às cooperativas da população ativa, vinculada à economia regional. Em Choapa (em 1966) aproximadamente 60% dos camponeses não dispunha de conhecimentos sobre o cooperativismo e os que tinham, se referiam ao setor consumo, uma maioria com imagem desfavorável. Na região de Maule (1966) uns 71% dos camponeses de 25 Comunas não tinha nenhuma imagem da Cooperativa e o resto a imaginava semelhante às "pulperias" das fazendas ou como instituições de empréstimos de ferramentas (104).

O nível de "educação cooperativa" era baixo nos fins de 1970, o que, efetivamente, constituía um fator limitante ao desenvolvimento das organizações e à participação camponesa, permitindo assim a sua manipulação pelo Estado e os seus funcionários, assim como por Gerentes e empregados. Desta maneira a educação não contribuiu suficientemente à libertação e autonomia camponesa, senão - por ausência - a mudar o caráter da dependên-

cia. Mais ainda, se se considera que a nível de gerência e empregados, também houve sérias deficiências de capacitação, o que constitui um outro grave problema para o funcionamento das organizações (105).

Finalmente, qual era o pensamento das organizações cooperativas camponesas sobre a questão educacional? Não temos antecedentes para responder essa pergunta, porém podemos nos aproximar a partir da fala de um dos máximos dirigentes de CAMPOCOOP, num Seminário realizado em Abril de 1970 (106).

Na sua Palestra o Vice-Presidente da Confederação apresenta o cooperativismo camponês como diferenciado do agrícola, pela origem de classe dos sócios e a desigual capacidade tecnológica; defende a unidade de todos os camponeses - até as crianças - para derrotar os patrões; assim como o reconhecimento do pluralismo político, porém subordinado a uma unidade superior. E coloca alguns comentários que fazem referências à questão educacional, à produção e uso do conhecimento tecnológico.

Afirma a necessidade da assistência técnica, para o desenvolvimento e libertação camponesa, colocando algumas condições.

"[...] Hemos estado pidiendo siempre más asesoría, más asistencia técnica, no dispuesta desde arriba sino que la discutamos mano a mano en la realidad. Que no se nos quiera tomar como simples títeres, sino que discutamos en terreno de igualdad los problemas, con toda clase de franquezas [...]. Personalmente entiendo la doctrina cooperativa como una doctrina de amor social. En ella prima la persona y no el capital. Así entiendo

esta doutrina cooperativa, de modo que nosotros estamos empeñados primeramente en nuestra integración campesina y luego en la obtención de asistencia técnica y ayuda contable".

Neste trecho da sua exposição, afirma a necessidade de assistência técnica (e contábil), só que feita de maneira democrática, discutida, de diálogo entre técnicos e camponeses. Estreitamente ligada a uma doutrina social de cooperação. Não há rejeição à modernização e mudança, todavia se exigem condições para que sejam aceitáveis: relações tecnológicas democráticas e fundadas numa doutrina humanista. Rejeita-se uma "modernização" "arbitrária" ou "tecnocrática". Em parte é o pensamento de Freire, sistematizado em "Extensão e Comunicação", assumido pelos camponeses. Estas questões se subordinam, ainda, a um objetivo maior: a integração e unidade camponesa; há uma superação da visão localista à que, em certa medida, leva o comunitarismo. A libertação camponesa das classes dominantes agrárias, pela unidade, começa a ser colocado como um objetivo cooperativo. O discurso começa a mostrar influências do pensamento socialista.

Assinala outras questões que formam parte do ideário cooperativo. A prioridade da pessoa sobre o capital: a contradição não é "capital-trabalho", senão "pessoa-capital", afirmando o conteúdo "personalista" e "humanista" do homem, que supõe o trabalho, segundo é colocado pelo social-cristianismo). A importância do "social" (amor social) que fundamenta a doutrina cooperativa e que resulta também do pensamento cristão.

Faz uma crítica - semelhante à que adiantamos num dos depoi-

mentos anteriores - aos técnicos do Estado: "que los técnicos que están trabajando en el sector agrícola poderoso es mejor que no se engañen porque cuando no pueden entrar directamente, buscan una segunda o tercera forma y usan una parte del Estado para arrastrarnos, para que les sirvamos de alfombra o de puente para seguir disfrutando de todos sus privilegios actuales" [...]"han habido personas totalmente negativas en lo que se refiere al movimiento cooperativo, y han habido otras intervenciones completamente positivas. Estas nos interesan ..."

Há uma radical crítica à burocracia estatal (e aos seus técnicos) diferenciação entre o campesinato e ela. Por outro lado distingue entre técnicos afins ao cooperativismo e os contrários, considerando o seu interesse em trabalhar com os que acreditam verdadeiramente, "completamente", na cooperação; que não querem utilizar e dirigir os camponeses em benefício próprio. Que colocam os objetivos "sociais" por sobre os "individuais". A partir de algumas experiências com estudantes universitários que "están dispuestos a colaborar" integrando "la teoría con la práctica", afirma que "los técnicos que necesitamos van a salir de esta nueva generación". Propondo a contratação de técnicos, pelas organizações, chama à "gente de buena voluntad" que lhes ajudem "para alcanzar los conocimientos que aún nos faltan".

Encontramos nesta fala a tradução da diferenciação "camponeses/não-camponeses" (cidade/campo; camponês/patrão) numa nova dimensão: campesinato/burocracia estatal (técnicos). Mas isto não é uma crítica às contribuições dos técnicos. Nem só lhes valori-

za, senão que considera que devem trabalhar, não "para" as organizações senão "nelas"; e lhes atribui um papel de cooperação e educação técnica fundamental. O grande questionamento tem a ver com uma categoria central no pensamento dos camponeses cooperativistas: a primazia do "social" por sobre o "individual".

A grande crítica é o aproveitamento das organizações e camponeses, para utilizá-los não em benefício de algum grupo ou partido (o que criticam por outras razões, em particular porque atenta contra a unidade camponesa) senão em benefício individual, para ascender na burocracia ou manter privilégios. E isso é inaceitável, para quem tem a missão fundamental de educar, técnica e doutrinariamente (lembramos a necessária unidade destas dimensões da capacitação) um campesinato que luta por se organizar, sobre a base da solidariedade, da ajuda mútua.

Estas colocações da estrutura superior do movimento não sabemos se representava as bases, porém, pré-anuncia a evolução da Confederação a posições unitárias, e próximas ao Governo socialista que se iniciaria em Novembro de 1970.

5. 1970-1973: O Desenvolvimento Cooperativo durante o Governo da Unidade Popular.

O processo iniciado com a Lei 16.640 (12.08.1967) da Reforma Agrária, se desenvolveu com continuidade até 1973 embora de maneira diferenciada entre os Governos da Democracia Cristã e Unidade Popular.

Vimos que a política agrária do PDC, na prática, estabeleceu

quatro sistemas econômicos na economia agrária, paralelos e nesse sentido, concorrentes entre si.

a) A agricultura tradicional, de estabelecimentos médios e grandes, com organizações econômicas próprias, mão-de-obra assalariada, patrões e trabalhadores organizados em sindicatos.

b) A agricultura nas organizações da Reforma Agrária, Assentamentos e Cooperativas, que operavam como empresas estatais ou mixtas.

c) Uma área "comunitária", associativa, que considerava Cooperativas Camponesas, Comitês de Pequenos Agricultores;

d) A pequena agricultura e o minifúndio tradicional, não integrado diretamente à Reforma Agrária.

Esta diferenciação, na prática, enfraquecia o setor reformado e associativo, na medida que consolidava e expandia o setor capitalista, assim como mantinha uma mão-de-obra disponível, nos minifúndios e pequenas propriedades.

Forém, ao mesmo tempo, foi um importante avanço democrático. Integrou o campesinato à vida política, embora com muitas limitações qualitativas e quantitativas, e problemas. Foi uma oportunidade de construção de cidadania: muitos direitos alcançados já várias décadas pelas classes trabalhadoras, começavam a chegar ao campo: previdência social, educação, contratos coletivos, moradia, saúde, comunicações. E, sobretudo, o direito a organizar-se: o setor sindical, em 1970 abrangia 131.397 pessoas que representavam uns 40% do total de assalariados agrícolas chegando a atingir, em 1971, após o primeiro ano

da UF uns 62% (107). Uma parte significativa da população rural começou a se integrar a uma grande variedade de formas de organização políticas, sociais, econômicas, religiosas, culturais e esportivas.

Se não foram mudadas as relações fundamentais de poder e grandes contingentes de trabalhadores continuaram sob dependência patronal, as organizações sociais mudaram as formas em que essas relações se estabeleciam (ao estar os trabalhadores organizados). Ao mesmo tempo se construíram alicerces de organizações econômicas que, com todas as suas deficiências e limitações, permitiram que alguns camponeses experimentassem o manejo de empresas associativas.

O Cooperativismo camponês se integra a esse processo, como estratégia de cooptação dos pequenos produtores pelo Estado reformista ao seu projeto ideológico e político, e, como instrumento de modernização agrária. Se o que respondia também, a uma concepção considerada alternativa: o comunitarismo social-cristão. E, nesse sentido, se para o Estado foi um instrumento modernizador, para os que operavam a nível de campo e para alguns ideólogos da cooperação, o associativismo era um projeto "em si" de mudança social e dignificação camponesa que, inclusive, tinha contradições culturais com as mudanças tecnológicas e sociais impulsionadas pelo projeto modernizador.

Esta visão é a que domina a educação cooperativa, que é assumida no período, preferencialmente pelo Estado (com importante influência do pensamento de Paulo Freire), contando com a

colaboração de instituições privadas ligadas à Igreja Católica, e a algumas outras de caráter regional. Com o apoio do Estado, cresce, tanto na formação de dirigentes quanto de base, embora neste último nível não se tenha conseguido estabelecer um programa sistemático de formação.

A pesar das intenções e discurso, a educação oferecida é: esporádica; orientada à organização; visando colocar os objetivos imediatos (em forma de benefícios) que a cooperação legal teria para os sócios; e difundir a doutrina cooperativa internacional, segundo critérios anteriores a 1960, sem passar por uma "re-construção" nacional; com resultados quantitativos e qualitativos precários.

Em setembro de 1970 é eleito Salvador Allende, da "Unidade Popular", coligação de esquerda que se estruturava em torno aos Partidos Socialistas e Comunistas (marxistas-leninistas) e que aglutinava o Partido Radical (social-democrata), o MAPU e a IC e outros grupos. A Jacques Chonchol (do MAPU e após da IC) lhe correspondeu assumir o Ministério da Agricultura na primeira etapa do Governo.

Este período caracteriza-se por um alto crescimento das organizações sociais e dos filiados a ela, assim como por um aprofundamento cada vez maior dos conflitos nos campos, no contexto da frequente luta de classes a nível nacional, resultante das ações empreendidas pelo governo e o movimento popular, que geraram reações na oposição, democrática e subversiva, de diversas índoles.

O "Estado de Compromisso" como campo de negociação das classes e de resolução de conflitos, assim como condição consensual da industrialização nacional e do papel regulador do Estado, terminou por se quebrar quando as classes dominantes, (agrárias, financeiras e industriais, nacionais e internacionais) começaram a ver os seus interesses estratégicos afetados pela política da UP. De outro lado, a democracia liberal mostrava os seus limites, os limites outorgados, quando uma coalização popular a utiliza para terminar com o capitalismo e construir as bases do socialismo.

Pesse a algumas intenções contrárias e considerando a desfavorável correlação de forças no Parlamento, o Governo da UP continuou utilizando a antiga lei de R.A. Do ponto de vista formal, não houve diferenças entre os dois governos. Estas se expressaram fundamentalmente no papel do Estado. Coerente com o novo projeto ideológico, económico e político (expressado no Programa Básico de UP) e nas características do movimento camponês, mais reivindicativo e em alguns casos, mais combativo. Assim, não houve uma grande diferenciação formal entre os dois períodos, embora tenha havido nas prioridades, características e condições em que se deram.

No caso do cooperativismo camponês, as mudanças na administração do Estado não foram traumáticas, na medida em que representavam uma certa continuidade de pessoas.

Técnicos da Igreja que atuavam com cooperativas até 1964, passaram, parte importante, ao Governo DC, dando seguimento à

proposta desta vez na estratégia da reforma e modernização agrária. Técnicos do PDC que superaram o reformismo, se integraram ao Governo da UF, outorgando algum grau de continuidade embora agora numa estratégia de construção socialista.

Existe um fio contínuo no cooperativismo camponês que vai dos fazendeiros conservadores, passa pelos técnicos social-cristãos do PDC e culmina com os socialistas cristãos (ou de origem cristã) no período da UF. Será neste momento onde se coloca em questão essa concepção, favorável ao cooperativismo camponês.

O programa da Unidade Popular incorporou o cooperativismo como uma das modalidades de organização a ser desenvolvida na perspectiva mais global de obter e utilizar o poder para aprofundar a democracia, fazendo mais efetivos os direitos e conquistas dos trabalhadores. É um instrumento para avançar a uma nova ordem institucional: o Estado Popular, transformando as instituições para instaurar um novo Estado, onde os trabalhadores e o povo tivessem o exercício real do poder. Isto com o objetivo de construir o socialismo, a partir da institucionalidade democrática liberal; ou seja através da via política e pacífica, denominada "Via chilena de transição ao Socialismo".

O "Programa Básico de Governo" (108) afirma que para os casos de distribuição individual de terras da Reforma Agrária devem impulsionar-se "la organización del trabajo y de la comercialización sobre bases de cooperación mútua" (ponto No.3). A respeito dos minifundistas, no ponto No. 5 assinala a neces-

sidade da "reorganización de la propiedad minifundista a través de formas progresivamente cooperativas de trabajo agrícola". Finalmente, assinala, no ponto No. 6, a respeito dos médios e pequenos camponeses, a incorporação às "ventajas y servicios de las Cooperativas que operan en su area geográfica".

O Programa compreende o cooperativismo com as seguintes características:

a) Valoriza a cooperação e o cooperativismo como forma de organização, integrada à sua estratégia mais global de transformações; b) Mantém a estrutura cooperativa para os estabelecimentos e parcelas, resultantes da Reforma Agrária; c) Estabelece uma relação direta entre "Cooperativismo" e "Proprietários" (minifundistas, parceleiros de Reforma Agrária, pequenos e médios proprietários), mais que em relação aos assalariados; d) Sustenta diversas formas de cooperativismo, em relação aos distintos grupos de camponeses com terra, com objetivos específicos para cada um; e) Fala de "cooperativas" e "cooperação" deixando a possibilidade de associações não-cooperativas.

Em termos gerais o cooperativismo seria a estratégia de incorporação econômica e social dos médios e pequenos proprietários, com o qual tendem a atuar na questão do "minifúndio", ao mesmo tempo que se atacava o latifúndio. Outras formas de cooperação serviriam para o setor de Reforma Agrária. Se ademais se privilegiava o sindicalismo, temos que estas duas modalidades, mais as comunidades (indígenas e do "Norte Chico") eram as formas organizativas privilegiadas no Programa.

A política agrária do Governo apontava a um planejamento dos diversos setores. Assim se pretendiam superar as contradições e dificuldades originadas pela co-existência de diversas "economias" no setor agrário. Esta perspectiva, era parte do processo mais global de transformações que se perseguia na sociedade. Do ponto de vista social propunha-se a constituição de uma organização, única e pluralista: os Conselhos Camponeses. Ao mesmo tempo não diferenciava -como na época do PDC- entre Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária. "La reforma agraria y el desarrollo agropecuario no serán hechos aislados, sino integrados en el plan global de transformación de la economía capitalista en una economía al servicio del pueblo", assinala o programa agrário da UP (109).

Ampliar as organizações camponesas, estabelecer relações e ações comuns entre elas (em especial setor reformado, sindical e cooperativo) numa mesma perspectiva de transformações e desenvolvimento, e mudar o modo de atuar do Estado (e da sua burocracia), eram alguns componentes desta estratégia (110).

O cooperativismo camponês se concebe como parte da estratégia de transformação social e econômica, que procurava:

a) A constituição de uma área econômica dominante de propriedade social, formada pela cooperativização da agricultura e a nacionalização das riquezas básicas; b) o Planejamento do desenvolvimento, por meio de um sistema nacional de normas e controles; c) Participação popular através da democratização da sociedade e a mobilização organizada das massas, constituindo-se

uma nova forma de Estado e uma nova estrutura de poder (111).

Não podemos, nem é nosso objetivo aqui, fazer uma análise da Reforma Agrária neste período, nem esgotar o Cooperativismo no seu conjunto. Uma completa avaliação da primeira pode-se encontrar em S. Barraclough e J. A. Fernandez (1974) e do segundo em A. Garcia (1972). De qualquer maneira são poucos os estudos referidos ao cooperativismo camponês desta época, por não constituir uma área política (e partidária) prioritária para a UP (era um setor, em geral considerado como pró-PDC), assim como porque vários trabalhos ficaram interrompidos com o Golpe Militar de 1973.

A opção para o cooperativismo camponês era a "Cooperativa Comunal ou Regional" que agrupava os produtores de um Município ou de uma Região; assim se esperava superar a visão "comunitarista" de cooperativismo. Isto permitiria integrar as Cooperativas ao desenvolvimento de uma região, a partir da sua contribuição a um planejamento vindo desde a base, que permitiria uma mudança da mentalidade tradicional, restrita ao mundo rural e comunitário, na medida em que a Cooperativa diagnosticaria e determinaria metas regionais, estabelecendo novas e maiores relações com o resto da sociedade, o que, por sua vez, abriria a mentalidade a uma perspectiva de transformação agrária. Finalmente se considera uma resposta às deficiências próprias das pequenas cooperativas, que as impede de crescer com futuro (112).

Nos primeiros meses de governo, no INDAP, discutia-se o

papel e a proposta cooperativa camponesa do Governo (113). Define-se a etapa como "de conquista do poder para os trabalhadores, para transformar o Estado burguês num poder no qual o povo se faz dono de todo o aparelho de Estado". A luta de classes se entende como o enfrentamento entre latifundistas (fazendeiros tradicionais e grande burguesia agrária) e anti-latifundistas (média e pequena burguesia agrária, campesinato e proletariado agrário) que constituíam uma aliança: o movimento camponês.

Entre as tarefas do INDAP definidas num Encontro (Millanue) estavam as relacionadas ao fortalecimento da organização social, da organização do poder político e da organização econômica. O primeiro caso, implicava a necessidade de estender a aliança base do governo às Cooperativas Comunais e à Confederação Nacional de Cooperativas Camponesas. No segundo, impulsionar os Conselhos Camponeses como germens de poder local, do Estado Popular no campo, e nos quais integrar-se-iam as Cooperativas. No terceiro, se propõem as Cooperativas Comunais.

Concebia-se a cooperativa como uma organização social e econômica para o setor de pequenos agricultores (pequena burguesia agrária). Colocaram-se como tarefas: integrar as cooperativas como forma de unir os pequenos agricultores e ampliar as bases da UF; implementar a unidade cooperativa e não o paralelismo; fortalecer as Federações Provinciais e cooperativas em fases de produção agrícola; trabalho estreito com a Confederação e, através delas, com as Federações; encontros de

cooperativas em comissões de trabalho com participação das bases, dirigentes e representantes de CAMPOCDOF.

Começava a se levantar a questão da assignação de terras em propriedade, uso ou arrendamento as Cooperativas. Para uns, isto era urgente, por razões de aumento da produção e de construção de infraestrutura de propriedade da organização, quanto para aumentar a base social do Governo. Para outros, a prática dos que já tinham obtido terras, desaconselhava esta estratégia, que poderia ser substituída por uma agrupação e exploração coletiva das pequenas propriedades.

Para o INDAP, nesta etapa, o Cooperativismo é considerado prioritário: enfatiza os aspectos de produção (por sobre o de consumo) e o apoio às agro-indústrias associativas (produtoras de porcos e aves), dentro das políticas globais e os problemas de distribuição e produção de alimentos. Por outro lado prioriza o apoio a um movimento cooperativo, único, nacional, pluralista. Opta por um modelo comunal de organização de base. é um setor que deve concorrer à aliança de sustentação do Governo.

A esta concepção cooperativa opõe-se uma outra, no interior da UP, que afirma a impossibilidade do cooperativismo no capitalismo; só se desenvolverá quando chegar o socialismo.

Esta segunda concepção aceita a cooperação e o cooperativismo como uma nova e superior forma de organização econômica e social, que não deve se restringir aos pequenos agricultores senão abranger o conjunto dos trabalhadores.

Porém nega a possibilidade de que no capitalismo possa se

desenvolver, como forma de cooperação, na medida em que :

a) A cooperação como forma superior de solidariedade e desenvolvimento humano, nega a dependência, a exploração do homem pelo homem, o individualismo, o mercantilismo, características do capitalismo; b) por isto, a cooperação que tinha se dado no Chile, respondia às necessidades e exigências do neo-capitalismo, negando as suas características para se converter em expressão capitalista: enfatiza o individualismo pela orientação aos serviços, manutenção da propriedade privada e a capitalização individual em detrimento do coletivo, como se manifestavam nos marcos legais; mantém a exploração do homem pelo homem ao não outorgar iguais direitos a camponeses com ou sem terra e permitir o trabalho assalariado; favorece os serviços e não a produção; reproduz as formas tradicionais de propriedade da terra, com o qual não contribui a unificar a estrutura agrária; não permite o controle do mercado pelos produtores.

Fazia uma crítica ao modelo impulsionado, importado como "proposição" do "imperialismo" (era uma forma de "dependência cultural"). Por isso o modelo não serviria ao socialismo, nem seria adequado para o capitalismo pois tinha, no seu delineamento, muitas falhas internas e de relação com o contexto.

Essa corrente afirmava que o socialismo era o único sistema capaz de criar as bases materiais e culturais que permitem desenvolver formas superiores de cooperação, já que, nem só substitui o capitalismo, senão que o destrói, terminando com os limites à cooperação, criando novas bases a partir das

necessidades e poder dos trabalhadores.

As concepções eram politicamente diferentes. Para a primeira, na medida em que o cooperativismo amoliava a aliança de sustentação do Governo (ou pelo menos neutralizar parte da oposição), apoiava o programa de transformações dirigido pela UF e por isso, a construção dos alicerces socialistas. A segunda concepção, considerava que, pelo contrário, ao serem delineadas para servir o capitalismo, elas só poderiam cumprir essa função e, por isso, consolidar o que estava querendo se destruir.

Para uns o cooperativismo era possível no capitalismo, e necessário para um governo popular, por razões econômicas, na medida em que contribuía a aumentar a produção, batalha econômica central no contexto da luta de classes que se vivia e, por razões políticas de acumulação de forças, em torno do projeto popular; havia uma ênfase na questão econômica associativa, a partir da qual se construía a dimensão política e socialista. Pelo contrário, a outra concepção, se bem aceitava tomar medidas de apoio às Cooperativas, privilegiava a luta política de destruição do capitalismo, momento em que surgiria o socialismo e com ele as bases materiais e culturais que permitiriam a verdadeira cooperação. Da perspectiva do caráter de classe das organizações haviam também diferenças conceituais. A primeira concepção as ligava as diversas formas de proprietários do campo (medios, pequenos e minifundistas) sendo que os segundos, as concebiam como ao serviço tanto de trabalhadores com terra, quanto dos sem terra, fazendo assim dos cooperativistas não

"proprietários-sócios" senão "co-operários".

Estas concepções resultavam de uma análise política da realidade nacional, do projeto popular e o seu governo e do próprio cooperativismo nele, que se explicava por posições políticas contraditórias ao interior da UP.

Um setor privilegiava as ações políticas de acumulação de forças em torno à classe operária e de medidas anti-capitalistas do Governo apoiados na mobilização das massas; levantava a questão da construção de um "poder popular" alternativo ao "poder burguês" (setores dos Partidos Socialista, do MAPU e de IC e o MIR). Outros afirmavam a necessidade de avançar pelo caminho democrático e nos marcos constitucionais, assegurando as conquistas democráticas e econômicas dos trabalhadores, definindo uma área social da economia (empresas estratégicas) oferecendo garantias às empresa privada, não incorporadas a ela, para o seu desenvolvimento (outros setores do PS -entre os quais Salvador Allende- e do MAPU, os Partidos Comunistas e Radical). Estas concepções se expressavam nas consignas "avanzar sin transar" dos primeiros, e "consolidar para avanzar" dos segundos.

Mas também respondem a uma concepção cooperativa originária do pensamento social-cristão evoluído ao socialismo, e outro que se fundamentava no marxismo e especialmente, na concepção leninista da cooperação.(114)

As contradições ideológicas, que se deram sob diversas formas, nos governos do PDC e da UP, contribuíram à uma discussão sobre o cooperativismo camponês em relação à realidade

nacional, todavia, de alguma forma, dificultaram o apoio do Estado ao setor.

"La línea desarrollada por el gobierno de la UP no es distinta a la del gobierno anterior; esto es la falta de una política clara y consensual de la UP hacia las cooperativas, reduce la acción del Estado a la colaboración en la administración de las mismas" (115).

Todavia nos poucos anos de governo da UP houve alguns indícios de mudanças em relação ao governo anterior.

Propunha-se a construção de um modelo cooperativo alternativo aos Assentamentos e Cooperativas de Reforma Agrária: os "Centros de Reforma Agrária" (CERAs), que após cinco anos poderiam se converter ou em "Cooperativa de Trabalhadores" ou em "Centros de Produção" (Fazendas Estatais). Na prática os CERAs quase não alcançaram a se implementar.

No setor tradicional, se tenta modificar a orientação ao consumo e serviços por um apoio à produção. Isto através de políticas de desenvolvimento de experiências, em particular de frangos e porcos; e da construção de uma infra-estrutura física e institucional, estatal e cooperativa, de apoio à comercialização. A questão da produção passa a ser colocada -no contexto dos objetivos de aumento da produção - como uma das principais linhas de discussão e orientação dos recursos e das cooperativas.

Uma outra questão que começou a se colocar com maior ênfase foi a distribuição de terras às Cooperativas, aproveitando a Lei 16.640. No "Primer Mensaje al Congreso" o Presidente Salvador

Allende G. (Maio, 1971) afirmou:

"El Programa ha tenido como finalidad el contribuir al avance del proceso de reforma agraria a través de la asignación directa de predios agrícolas a las Cooperativas Campesinas, mediante la cual el campesino organizado pueda tener acceso a la tierra con el objeto de contar con otros factores productivos que le permitan vigorizar el desarrollo económico de movimiento campesino [...].

Las Cooperativas fueron orientadas basicamente hacia los servicios y se organizaron sin considerar los factores tierra, capital y sub-empleo de los implicados en ella.

Así es necesario un real acceso al recurso tierra" (116).

De qualquer maneira os resultados foram precários: para fins de 1972, só 12 Cooperativas tinham recebido terra. Delas 10 no período da UP (117).

Embora, devam agregar-se Cooperativas que, com créditos de INDAP, compraram estabelecimentos para plantios agrícolas ("Chépica") ou exploração de gado ("Cachillalfe"), para explorações avícolas ("Chacayal") ou pequenas agro-indústrias ("Flor del Bosque"), com o qual o número de Cooperativas com propriedades rurais aumenta significativamente. Houve casos de sub-locatários que iniciaram os trâmites para comprar a fazenda em que moravam ("Viñita La Marqueza"). Assim, uma parte significativa das Cooperativas dispõe -em 1973- de terra própria, embora não sobre o sistema de "de Produção".

Uma outra mudança que afeta o cooperativismo é a maior

ênfase do INDAP na distribuição de crédito às organizações que aos produtores individuais, através das organizações. Se em 1970 ("último ano do Governo do PDC) o "Crédito Direto a Organizações" representava 25,25% do total de créditos outorgados por INDAP, em 1972 correspondia a uns 48,76% (quase a metade do total) (118). Se em 1969 e 1970 se atendia por este crédito a 83 e 130 organizações, respectivamente, em 1971 aumenta a 158 (crescimento de 17,71%), porém, em volume de recursos, o crescimento é de 42,61% (119). Se bem o crédito geral, bancário, continuou concentrado no setor privado, esta mudança no crédito rural, implicou a possibilidade de capitalizar as Cooperativas (uns 64,73% dos recursos eram "linhas orientadas de Capital") (120) e através destas apoiar o desenvolvimento dos produtores. Por outra parte, aumentaram os recursos que Federações e CAMPOCDDOP recebiam como percentual destes empréstimos, o que permitiu um maior desenvolvimento das organizações superiores do movimento.

De qualquer forma nem todas as Cooperativas eram beneficiárias de crédito, o que demonstra um limite ao potencial transformador deste fator econômico (121). Por outra parte, haviam sérios problemas de devolução dos empréstimos, já que uma parte substancial deles não retornavam ao Estado, convertendo-se, na prática, em fundos perdidos.

Uma terceira questão que muda é o papel e opção política do movimento, num contexto de polarização social e ideológica e de agudização da luta de classes.

O cooperativismo reflete os processos sociais e ideológicos do contexto, que colocam em questão o princípio da "neutralidade política".

A partir de depoimentos de alguns dirigentes, se pode afirmar que no período anterior a hegemonia interna ao movimento era democrata-cristã embora existissem independentes e esquerdistas. No período da UP, algumas das organizações superiores se constituíam com dirigentes de esquerda.

A análise dos técnicos de INDAP, assinala que quase todas as Cooperativas "eram DC ou pró-DC", sendo as próximas a UP minoritárias. Das 10 Federações, 4 eram da UP e 6 do PDC. Na Confederação, dos cinco dirigentes do Conselho Nacional, os três do Comitê Executivo eram da UP (122).

Isto demonstra que o cooperativismo não estava alheio às disputas político-partidárias, não deixava de ser um campo de confronto ideológico, em especial a partir do últimos anos do PDC, quando a organização camponesa se desenvolve num contexto de fracasso do reformismo (não se conseguiu atender a todas as necessidades dos camponeses, em especial aos minifundistas e trabalhadores sem terra, temporários, arrendatários, etc.) e de luta de classes mais aguda. O confronto entre a UP e o PDC, que levou a alguns dirigentes ligados a este último a se excluir das tarefas de direção (como nos assinalou um dos dirigentes históricos que conversamos), teve algumas características: se desenvolvia no plano interno da organização; nenhuma corrente tentou criar uma organização paralela; para dirimir as opções se

utilizavam os mecanismos democráticos formais das Cooperativas.

Isto assinala o fato de que não se nega a opção partidária e ideológica individual, e, inclusive, a oportunidade de lutar pela hegemonia interna; isto é, se afirma o valor do pluralismo ideológico interno.

Porém, podemos colocar como hipótese que, para a maioria dos sócios, e talvez para muitos dirigentes, não seria este o critério fundamental de eleição de dirigentes, senão a capacidade pessoal, o ascendente sobre as bases, a história na representação cooperativa e outros critérios. Isto explicaria o fato de que 95% das organizações de base fossem democrata-cristãs, porém nas Federações e Confederação, a esquerda ter uma representação significativa (portanto com votos dos camponeses pró-DC's). A esse ascendente social, individual dos dirigentes, acrescenta-se o fato da proximidade ao Governo de turno (dirigentes DC no Governo PDC, e de esquerda no da UF) que permitiria melhores condições de negociação com o Estado, e, conseqüentemente, maiores benefícios para o setor; isto refletiria uma visão que faria do Estado fator central da solução dos problemas camponeses e das organizações sócio-econômicas, assim como caracterizar um sentido pragmático de atuação organizacional. Pode atribuir-se também ao fato de que alguns tenham sido democrata-cristãos e ao escindir-se o MAPU, um importante setor camponês, tenham continuado os mesmos dirigentes históricos, porém com outras posturas políticas.

O fato de não existir uma correlação ideológica equivalente

entre a base (95% PDC; 5% UP), as organizações de 2o. grau (60% PDC; 40% UP) e de 3o. grau (40% PDC; 60% UP), estaria indicando a existência de outros critérios, inclusive prioritários aos ideológicos, na seleção dos dirigentes: as características individuais já colocadas, a maior ou menor proximidade ao Estado (capacidade de interlocução com o sistema), ou a capacidade de representar os interesses de classe e da organização sustentado por um discurso mais cooperativista que político, o que pode ter a ver com a formação organizacional e dirigencial, assim como com a formação escolar (pelo menos a nível de alfabetização).

Parece-nos que este conjunto de fatores explica mais essa diferenciação ideológica, que a opção consciente pela escolha de dirigentes representantes, no interior do movimento, de correntes ideológico-partidárias. Assim, se manteria, internamente, o princípio de "neutralidade política", na medida que as considerações ideológicas ficam subordinadas aos interesses comuns na escolha dos dirigentes. Isto apesar de que, como constatamos no nosso trabalho de campo, houve em algumas cooperativas, enfrentamentos ideológicos, fortes e explícitos, com acordos políticos prévios às Assembleias. Todavia, houve também conflitos internos à aderentes do PDC, entre representantes de Províncias e de Santiago (alguns colocados por grupos urbanos e não considerados "autênticos" camponeses), o que reflete conflitos em termos da "centralização-descentralização" do poder, das decisões.

Assim, parece ser que a eleição dos dirigentes passava por

um conjunto de fatores individuais, de "prestígio cooperativo", culturais, de proximidade ao poder do Estado, do caráter "camponês" ou "urbano", etc. e, secundariamente, por questões ideológicas, embora este fosse um critério de apresentação e seleção de candidatos, sobretudo no período da UP.

E qual foi o comportamento "político" do movimento?

Numa "Junta Geral Extraordinária", em Junho de 1972, se discute a integração a outros órgãos. A Confederação optou por se integrar à Confederação Geral de Cooperativas de Chile (CONFEDCOOP), com o qual, se fazia parte do movimento cooperativo nacional. Após uma discussão sobre a conveniência de se integrar à Central Única dos Trabalhadores -CUT-, (vários assembleístas defendem a incorporação sob o argumento de que os camponeses também são trabalhadores), e sobre o caráter político ou organizacional destas discussões, a opção tomada pelas 11 Federações foi de que era mais conveniente se integrar ao Conselho Nacional Camponês (CNC), organização proposta pela UP como instância de integração de todas as organizações e a que se opunham organizações pró-DC. Por nove votos a favor e uma abstenção se aprova a incorporação. Autoriza-se ao Conselho de Administração de CAMPOCOOP, a colaborar na regulamentação e legalização dos Conselhos nos seus diversos níveis (123).

A diretiva de CAMPOCOOP rejeitou incorporar-se à Central Unica Campesina (CUC), que agrupava três organizações do PDC ligadas à oposição mais radical à UP: "Confederación de Asentamientos", "Confederación Triunfo Campesino" e "Confederación de

Pequeños Agricultores" (a Confederação Libertad não a integrava) (124). Por outro lado, participa do "Acuerdo entre las organizaciones campesinas y el Ministerio de Agricultura" (23-08-1973), junto as Confederações Sindicais "Ranquil", "Unidad Obrero-Campesina", "Pedro Aguirre Cerda", e a "Confederación de Asentamientos"; o acordo visava impulsionar um conjunto de medidas convenientes para beneficiários da R.A., assalariados e cooperativistas (125).

Com a incorporação à CONFECDOOP, CAMPDOOP afirma seu caráter cooperativo, parte de um movimento social específico, onde encontra a sua fundamentação ideológica, social e econômica. Integra-se a um movimento que supera o setor rural para abranger o nacional, todavia, com um caráter setorial (cooperativo) e plural (várias modalidades).

A opção por participar do CNC e não da CUT, não passa por questões de ideologia partidária. Ambas instâncias eram pluralistas partidariamente e, em ambas, a oposição ao Governo tinha representação e poder específico. Porém, ambas eram organizações "de classe". A CUT representava a "classe trabalhadora", entendida a partir do discurso e da tradição do movimento popular, como a classe operária urbana; se camponeses agora encontram que o termo "trabalhador" os inclui, não deixam de observar que, a hegemonia interna, segue sendo dos trabalhadores das cidades. Pelo contrário, os Conselhos (de base, regionais e nacional), representam uma instância unitária camponesa e dirigida por (ou para) os camponeses especificamente. O CNC

defenderá melhor os seus interesses.

Todavia, a questão não se agota na distinção "urbano-rural". A CONFECOOP era uma organização controlada -igual a CUT- pelos trabalhadores e classe média da cidade; mas, se aprova a integração, sem discussão. Porque então se incorporar à CONFECOOP (hegemonia real urbana) e à CNC (hegemonia aparente, e caminhando ao real, camponesa)? Porquê o critério principal de escolha não é, novamente, o ideológico, senão onde poderão se defender melhor os interesses do movimento. Se o cooperativismo é camponês, será no interior das organizações cooperativas e camponesas onde se encontrarão os melhores espaços para lutar pelos seus interesses. Na CONFECOOP, se luta na sociedade, com o apoio de todo o setor cooperativo em defesa do "espaço econômico, cultural, social e político cooperativo", que permite o funcionamento legal e desenvolvimento do setor camponês. No CNC se luta pelos interesses propriamente camponeses, de produção, saúde, trabalho, crédito, etc., para o qual se conta com o apoio do resto das organizações camponesas. O critério central de integração é a defesa dos seus interesses como organização camponesa e setor cooperativo.

Porém, esta opção não é, necessariamente, uma opção corporativa; ela tem algum grau de "opção de classe" (de "classe camponesa"). Não há nenhuma tentativa de se aliar as organizações da burguesia agrária ou dos latifundistas tradicionais. Todas as opções que se discutem (CONFECOOP, CUT, CNC, CUC) estão ligadas aos trabalhadores, a diversos setores do povo, in-

dependente das suas posições ideológicas. Não há, nos registros que revisamos, nenhuma tentativa de aproximação a organizações sociais das classes dominantes. Embora a nível de base, algumas Federações e Cooperativas tivessem relações econômicas com Cooperativas Agrícolas, estas não abrangiam a representatividade do setor camponês, e em geral, existia um caráter específico do cooperativismo camponês: a sua inserção junto aos pobres, aos camponeses, aos trabalhadores, ao povo. Esta opção era estimulada ou reforçada desde o Estado, sob dois governos que faziam do discurso (e em parte da prática) do "popular" e "camponês" uma questão central.

A constituição de um setor cooperativo rural, diferenciado e independente do empresarial (excluindo este, legalmente), afirmou essa visão "campesinista" (e oposta aos "ricos", aos "grandes", aos "patrões", aos "fazendeiros"). Distingue-se ao menos, duas classes no campo: os "camponeses" e os "fazendeiros". Cada um deve ter suas organizações: o cooperativismo camponês para os "pequenos" e o agrícola para os "grandes".

Há ainda outro critério que ajuda a definir opções: a unidade e pluralismo camponês. Entre as opções por se integrar ao CNC (proposição do Governo da UP, porém pluralista, inclusive em muitos níveis, com domínio da oposição) (126) ou à CUC (Central definida como opositora ao Governo, de ideologia e controle democrata-cristão), opta-se pela primeira. O que representa uma afirmação do princípio de lutar pela unidade camponesa (definida no último Congresso de 1969) e de respeito pelo pluralismo, como

consequência da própria realidade interior do movimento cooperativo camponês, e da internalização do princípio de "neutralidade política", entendida como "não-identificação" com alguma ideologia partidária e "defesa dos interesses comuns". A unidade camponesa em organizações pluralistas é a condição fundamental para defender os interesses dos camponeses. Defender-se implica um outro que agride. Há - embora não sempre explicitamente - um reconhecimento da existência da luta de classes. Embora não a considerem a principal contradição agrária, soma-se à da "cidade-campo" e de "Estado-organização" que têm um caráter principal. A luta de classes se insere nesses conflitos principais.

A preocupação por se vincular a organizações populares, camponesas, únicas e pluralistas, portanto democráticas, manifesta uma estratégia de construção de alianças, em diversos níveis e "frentes" de ação social, capaz de contribuir à defesa do desenvolvimento do setor, ao mesmo tempo que se faz solidário das outras organizações. Dessa forma se mantém, também a coesão e unidade interna, e se consolida um só movimento cooperativo camponês.

Todo este processo organizacional está descrito na fala de um dirigente nacional ao qual já nos referimos (127):

"Hace 40 años que soy inquilino [...]. Mi patrón es miembro de una cooperativa vitivinícola y yo soy su inquilino. Soy miembro de una cooperativa [camponesa] y lo he sido toda la vida. Soy un inquilino. He dado todo mi esfuerzo al servicio del

patrón pero nunca me ha devuelto el excedente del trabajo que le he prestado durante toda una vida.

Entonces, como diría yo a mi señor que defiende a brazo partido al latifundista, al terrateniente, que dice que nosotros, con toda la inteligencia que tenemos, podríamos integrarnos perfectamente a las cooperativas agrícolas y tomar así, como acostumbramos decir, la sarten por el mango ...!, con la alta tecnología que nosotros, los campesinos, tenemos [...].

Pero, cuando hayamos hecho la integración total de los campesinos, sin excepción ni de los niños, porque tal es el planteamiento formulado por las bases en nuestro último Congreso Nacional, cuando hayamos logrado la integración total de los campesinos conjuntamente con nuestras compañeras, compañeras de iniciación y sufrimientos y no de placer; cuando hayamos hecho la integración total de los asentamientos, sindicatos, cooperativas, juntas de vecinos, centros de madres, clubes deportivos, reunidos todos en solo bloque, entonces los vamos a desafiar.

Todavía no es tiempo porque aún se mantiene la manera de dividírnos, porque manteniéndonos divididos es la forma mas fácil de dominarnos".

Não se encontram declarações em favor do socialismo, nem de outra ideologia política. As opiniões se referem a questões específicas e ligadas diretamente ao campesinato. Porém, os conflitos de classes, cada vez mais agudos na sociedade chilena, não deixam de afetar o movimento cooperativo nacional e camponês.

"La izquierda política percibe el cooperativismo como una

máscara 'reformista' em que el 'capitalismo' quiere detener la revolución'. Al interior del propio cooperativismo se polarizan los sectores populares integrados en los sectores campesinos, trabajo, pesqueros, vivienda, con respecto al sector servicios y las cooperativas empresariales. Los dirigentes y técnicos de las cooperativas gigantes tienden a aislarse del contexto para asegurar la sobrevivencia" (128).

Esta opinião vem a demonstrar o que colocávamos anteriormente, a respeito da opção cooperativa camponesa, por se situar como parte do movimento popular, num momento em que se exigiam posições, dicotomizadas, a todos os setores sociais. Todavia não é efetivo que todos os grupos de esquerda consideraram o cooperativismo -pelo menos o camponês- como fator de impedimento da revolução. Vimos que haviam duas tendências - pelo menos a nível de idéias - ao respeito: uma que afirmava a contribuição à construção socialista (alguns socialistas, cristãos e marxistas), e outra que o considerava funcional ao capitalismo, e somente apoiando o socialismo, quando este se instaurasse.

Existia um cooperativismo empresarial, capitalista, interessado em brejar as transformações sociais. Entre eles o Cooperativismo Agrícola, que, já em 1967, havia formado parte do "Conselho de Agricultores de Chile", formado pelo conjunto de organizações representativas das classes dominantes agrárias, com o intuito de defender os interesses do empresários agrícolas no processo de R.A. (129).

Esta posição no movimento popular é aceitação implícita da

luta de classes, deve colocar-se mais como uma construção, em primeiro lugar, alternativa e própria, de uma organização camponesa e, em segundo lugar, para enfrentar os poderosos, sobretudo na distribuição de recursos do Estado e na concorrência econômica no mercado. O cooperativismo camponês não se vê a si mesmo se enfrentando as classes dominantes, diretamente, senão, em espaços de confronto (o Estado e o Mercado) onde a vitória dependerá da capacidade e força de se impor ao outro. Como o ponto de partida é muito desigual para concorrer no mercado (espaço principal de conflitos) se deve lutar pelo domínio dos recursos do Estado (que é ao mesmo tempo campo de luta e "ator" principal) e, pela afirmação cultural e social do campesinato enquanto tal, como classe e/ou grupo social diferenciado.

No entanto, a luta de classes não é colocada como uma questão ideológica ou de princípios, até pelo contrário: o cooperativismo tem sido considerado, como vimos, uma alternativa válida para a conciliação das classes. Porém, há um reconhecimento explícito de interesses diferentes (e conflitantes) entre camponeses e empresários/fazendeiros, que, num contexto radical, de luta social, faz o cooperativismo se posicionar, emergendo a opção de classe ou de aliança de classes, numa tendência não-capitalista.

Se alguns setores assumem posições de defesa do capitalismo, a CONFECDOF, no "Encontro Nacional de Dirigentes de Cooperativas" (Novembro de 1971), assume, em parte, a proposta de socialização da economia do Governo da UP: constituição de uma

área econômica socializada, formada pelas empresas estatais e estatizadas e pelas empresas cooperativas, auto-gestionárias, associativas.

"Desde 1971 a 1973 se pensó que las Cooperativas pueden contribuir a sustituir el sistema capitalista por la libre asociación de productores, trabajadores y consumidores y que aspiran a transformar la realidad, distinguiéndose de las demás áreas de la economía, e integrando, con otras formas de empresas, el sector social de la economía" (130).

De qualquer maneira não se deve sobre-estimar a extensão, no interior do movimento, destas discussões e atitudes políticas. A diretiva nacional do movimento apoiou o Governo porém sem que as suas bases participassem ativamente nos conflitos (131). Teria sido mais uma atitude "super-estrutural" que de bases. O fato de que a correlação de forças fosse favorável à DC nas bases e à UP na Confederação, estaria dando razão à essa afirmação. As nossas pesquisas de campo, baseadas em depoimentos de antigos dirigentes, nos mostra que, a nível de Cooperativas também haviam ações de luta partidária - como já assinalamos - o que relativizaria o caráter só super-estrutural da questão política. O mais provável é que ela não tenha sido uma discussão que passou pelo conjunto dos sócios do movimento, senão pelos três níveis de dirigentes. Seriam estes os que colocariam a questão política - com as características que já assinalamos - na discussão cooperativa camponesa. Os conflitos políticos, referidos às relações com o Governo estariam mais ao nível dos

dirigentes dos três níveis da organização, com maior ênfase, na medida que se aproxima e atinge o nível nacional. De qualquer forma, o comportamento político de dirigentes e bases, em todos os níveis, seria um interessante tema de outro estudo, que tratara da relação "política-socialismo-cooperativismo".

Outros problemas resultam do modelo cooperativo impulsionado, das condições e características do aparelho de Estado, das políticas implementadas. Se as enunciarmos, considerando os objetivos deste trabalho.

Mantiveram-se problemas nas mudanças de comportamento dos técnicos do Estado, com os camponeses, na medida em que os primeiros não conseguiram adaptar sua prática às rápidas transformações do contexto (132). Agudizaram-se os problemas contábeis das cooperativas, já que nunca tinham se formado contadores especiais, nem se tinha dado importância real a este aspecto, o que dificultava o acesso a vários benefícios, privados e públicos; a isto somou-se, na UP, a distribuição de cargos entre os Partidos e a incapacidade de alguns de preencher todas as suas vagas, o que colocava o critério político por sobre o técnico nesta área (133).

A participação no CNC foi frustrante para o setor pois não tinham conseguido obter os benefícios que dele se esperavam. De fato, até fins de 1972 tinha se reunido 6 vezes: as dificuldades legais para operar; as indefinições a respeito deles no interior da UP, tanto na sua função de "poder popular", alternativo ao burguês ou legal, quanto, sobre o seu caráter consultivo ou de

decisão: o sectarismo político dos partidos de esquerda, devido a maioria opositora nele; terminaram relegando o CNC a uma posição secundária e consultiva (134).

Começavam problemas com Cooperativas e Federações: a Federação "Colchagua" ficou sob intervenção durante vários meses (algumas "intervenções" duraram até 14 meses) (135), duas Cooperativas foram dissolvidas em 1972 (136), outras estavam em recesso (137), ou tinham visto fracassar os seus negócios por problemas de distribuição de insumos controlados por monopólios que, ante a escassez do período da UP, favoreceram a empresa capitalista (138).

Algumas causas desta situação arrastavam-se do anterior governo: problemas vários ligados à gestão e em particular a falta de mecanismos de controle e contabilidade; outros, resultavam de falta de recursos humanos (técnicos e dirigentes) qualificados o que gerou um conjunto de problemas administrativos (onde comportamentos "pouco éticos" não estiveram ausentes) que inviabilizaram negócios e empresas; finalmente, na UP, se soma o boicote empresarial que tende a dificultar os empreendimentos camponeses e a afetar a consciência dos sócios respeito do seu compromisso com a operação da organização. O Governo criou uma comercializadora cooperativa (SACCOOP) que não conseguiu superar os problemas de burocratismo e foi, na prática, incapaz de captar a produção cooperativa.

Nas poucas cooperativas com terra, isto é, de produção, se encontravam outros problemas. Não estariam produzindo como se

esperava e como seria possível. Pesse a experiências que tinham algum êxito inicial, como a Cooperativa "El Corazón", de Curico, que conseguiu uma modalidade especial de operação, que incorporava os pequenos produtores (no fundo, funcionavam internamente duas cooperativas: uma de serviço para os pequenos agricultores e outra de produção destinada a explorar a propriedade) (139), a maioria operou como projetos pilotos isolados, com sérios problemas de falta de racionalidade econômica no seu delineamento, administração e operação, ao igual que os Assentamentos (140). Também significou que um pequeno grupo de camponeses concentrassem altas inversões (141). Em alguns casos se reproduziram relações pré-capitalistas de produção, entrando em contradição a micro-exploração camponesa com a produção coletiva, sendo que a primeira se desenvolveu melhor (aumentou a produção e produtividade), em detrimento da segunda (142). Não incorporaram os minifundistas, que continuaram sem terra. Comercializavam, às vezes, fora dos canais estatais que as financiavam, com o que a produção chegou a sair do mercado formal, para ingressar no "mercado negro" controlado pelos grupos monopolistas e subversivos.

Por outro lado, as Cooperativas em geral, recebiam assistência técnica. Em 1970 INDAP a oferecia a 75.000 produtores (143).

Doutros tinham tido acesso à compra de maquinaria agrícola como tratores, colhedeiças, etc., (p. ex. "Huentelauquén", "Loncopangue"), ou haviam iniciado explorações diversificadas

como artesanato ("Domingo Mansilla"), gado ("Cachillalfe"), gansos ("Quilacahuín"), vinhedos ("Viñita La Marqueze"), porcos ("Putando"), exploração madeireira ("Flor del Bosque").

O seguinte depoimento mostra a situação em que se encontravam a maioria das Cooperativas em 1973:

"Llegamos a tener cuatro hectareas de terreno, varios tractores, un camión, se inició la construcción de uno de tres pabellones avícolas, pero para ello nos endeudamos" (144); esta Cooperativa dispunha, ademais, de telefone e correios.

Nas Comunidades do "Norte Chico" -segundo verificamos em campo- as relações com o Cooperativismo foram várias: houve algumas que receberam, como Cooperativa, terras de CDRA ("Farral de Quiles"); em outras a "Cooperativa" administrava a Comunidade e fazia inversões, organizava serviços e representava economicamente a comunidade ("Quebrada de Talca"); ou membros de comunidade formavam uma Cooperativa para prestar-se serviços (extensivos aos não-sócios), alugar terras da "comunidade" ou montar pequenas agro-indústrias ("Huentelauquén", "Canela Alta")..

Todavia, esta ação cooperativa no interior das comunidades, se contruiu como uma organização alternativa, com o qual se perdeu a contribuição que a modalidade tradicional podia fazer, ao mesmo tempo que se converteu em fator de ruptura da coesão interna do grupo, convertendo-se num fator de dispersão (145). Ao invés de fortalecer um modo de organização sócio-econômica estável e instalado na tradição local, criou "sub-grupos" formais no seu interior o que contribuiu a debilitar a

força comunitária acumulada historicamente.

No caso mapuche, algumas comunidades contruíram armazéns de consumo cooperativo ("Nahuentin Pefi", embora tivesse sua pessoa jurídica outorgada em 1974), outras tiveram terras expropriadas por CDRA ("Lumaco"), em outras, mapuches minifundistas fundaram Cooperativas de consumo e serviços de insumos ("Tirúa"). Em Maio de 1971, o Governo apresentou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei que se baseava nas Conclusões do 2o. Congresso Nacional Mapuche (organizado pela "Confederación Nacional de Asociaciones Mapuches"), realizado em Temuco (dezembro, 1970). O projeto propunha substituir a propriedade individual, pela cooperativa: "sustitución del sistema de propiedad individual de pequeños lotes e hijuelas, por un sistema cooperativo que convierte a las comunidades en unidades perfectamente organizadas de producción" (146). Este projeto é coerente e semelhante ao projeto que já nos referimos das sociedades Mapuches de 1936 e não alcançou, como em 1936, a se converter em realidade.

Como temos dito em capítulos anteriores, as carências de informação sobre este setor são significativas (Bruna, S., 1985; Barraclough, S. & Fernandez, J. A., 1974), nos contextos gerais de falta de informação sobre o movimento cooperativo (Faúndez, J. et alii, 1988.a). Ainda mais, nem sempre as informações disponíveis são coincidentes entre diversas fontes. Esta carência, além de fazer mais complexas e menos confiáveis as análises dos problemas, manifestam o descaso dos órgãos públicos pelo setor, na medida que não houve um sistemático e difundido acompanhamento.

O número de cooperativas e sócios deste período pode ser acompanhado no quadro seguinte:

Número de Cooperativas Campesinas (1970-1973)

Data	No. Coops.Camp.	Sócios	Sóc.xCoop.
Outubro 1970	226	28.251 (a)	125
Fevereiro 1971	257	42.642 (b)	165
Dezembro 1972	239	50.000 (c)	209
Dezembro 1973	261	s.i. (d)	--
Dezembro 1973	306	90.000 (e)	294

(a) Affonso, A.; 1973:36. Utilizando dados de INDAP.

(b) Barraclough, S. & J.A. Fernandez; 1974:184. Utilizando dados de INDAP.

(c) Klingerberg, G. in Ortega, H. edit.; 1981:63. Utilizando dados de ICADES: "La Agricultura chilena, rasgos definitorios" (Dados aproximados de sócios).

(d) Gross, A.; s.d.:41. Utilizando o Diário Oficial.

(e) Durán, E. & B. Larrain; 1986:18. Dados aproximados de sócios.

Se utilizarmos os dados de Affonso temos que, no início da UP, haviam 226 Cooperativas e ao compará-las com as 306 de Durán & Larrain, no fim da UP, no período haveriam-se formado 80 Cooperativas, isto é, um 26,14% das constituídas até 1973. Mas, utilizando somente os dados de Gross, temos que, em 1970 haviam 205 organizações formadas e 261 em 1973, o que significa que no período haveriam se formado 56 organizações, o que representaria um 21,45% do total. Podem haver diferenças ao utilizar, uns, dados de INDAP, que falam de Cooperativas sem especificar se já tinham ou não formalidade jurídica, e, os de Gross, que se referem só às legalizadas.

Se consideramos os últimos dados (Durán & Larrain), temos que no fim de 1973 haviam 306 Cooperativas com aproximadamente

90 mil sócios. Isto daria uma média de 294 sócios por organização. Utilizando os dados de Klingerberg (1972) a média de 1972 seria de 209. Isto nos estaria indicando que as Cooperativas teriam entre 200 e 300 sócios como média, o que não seria, segundo um critério arbitrário (menos de 100 sócios = pequena; mais de 500 = grande), um tamanho nem grande nem pequeno. Porém, segundo testemunham alguns dirigentes, as suas Cooperativas chegaram a ultrapassar os 1.000 sócios registrados: por exemplo, o caso da Cooperativa "Sol de Chile" que chegou a ter 22 Comunidades e 1.200 sócios em 1973. Isto mostra que talvez a média não represente a heterogeneidade quantitativa dos sócios, já que se havia algumas cooperativas que ultrapassavam os mil sócios, ou os dados estavam errados ou haviam muitas cooperativas com poucos sócios e outras com muitos.

Nesse sentido a disputa entre os defensores das grandes e pequenas cooperativas, travada desde os primórdios do governo DC, ao parecer, teria se resolvido : a) com uma média de cooperativas de tamanho mediano, ou; b) na coexistência de cooperativas grandes e pequenas. Ao parecer não teria havido nem na DC, nem na UP, uma decisão a respeito.

Porém, os dados parecem indicar uma tendência no sentido de um aumento da média de sócios por cooperativa: 1970=125, 1971=165, 1972=209, 1973=294.

Esto poderia se explicar a partir de várias hipóteses, alternativas ou complementares: maior integração de sócios às cooperativas produto da opção por esta modalidade (no período da UP,

talvez por sobre os Comitês), para distribuir o crédito (de fato, houve um aumento do crédito que passava pelas organizações); de uma maior legitimidade do setor frente ao campesinato, como organização vinculada à produção e/ou distribuição; ou pelo desenvolvimento de uma consciência organizacional que levou a setores de camponeses a integrar-se a esta forma de organização.

Hoje uma pesquisa sobre razões de integração às cooperativas provavelmente indicaria a opção primeira (é o que nos colocaram vários entrevistados). Todavia não poderiam ser excluídas, aprioristicamente, outras explicações. Esta é uma questão que fica em aberto para outros estudos e pesquisas, desde uma perspectiva histórica e de filosofia social.

No período entre 1971 e 1973, criaram-se segundo Gross, 56 Cooperativas (1971=15, 1972= 21, 1973=20) (147). Mas, também e por primeira vez, foram dissolvidas em 1972, 5 Cooperativas.(148) Isto poderia indicar o início de problemas no interior do movimento; em todo caso, não temos informações sobre a razão destas dissoluções, nem a quais cooperativas se referem. Como dado comparativo, temos que, entre 1967 e 1971, período no qual não houve dissoluções de Cooperativas Camponesas, houve 6 de Cooperativas Agropecuárias. Em 1972, houve 25 dissoluções, das quais as camponesas representavam um 20 %, e um 9,8 % de todas as do período 1971-1973. As 5 Coops. representavam, por outra parte, um 2,1% das 239 que funcionavam a 1972.(148) Este pequeno número aparece como isolado no conjunto e na tendência de crescimento do setor, já que são só 5 num período de 7 anos (1967-1973).

Portanto poderíamos afirmar que a fins de 1973, a tendência do setor não era à dissolução ou diminuição do movimento, senão a de manter um crescimento regular, menor que em outros períodos, porém permanente: a média de formação entre 1971 e 1973 foi de 19 Cooperativas por ano.

Enquanto à organização de 2o. Grau, entre 1971 e 1973, fundaram-se as Federações de Cooperativas Camponesas de Aysen (1971), Llanquihue (FECOSUR, 1972), Coquimbo-Atacama (FECODAT, 1973) e Regional de Cooperativas Campesinas de Aconcagua e Valparaíso (1973). (150) Com estas, a 1973 haviam 13 Federações Regionais ou Provinciais. A informação de Barraclough & Fernandez, haveriam ainda duas mais, sem formalidade jurídica (151). Segundo depoimentos de dirigentes, poderiam ser as de Osorno e Bio Bio, que estariam em formação, quando o golpe militar e não teriam podido se legalizar. Todavia na primeira Junta General de Sócios (Junho, 1972) assistiram representantes das Federações em formação "Maule" e "La Araucaria de Osorno".

O quadro seguinte mostra os sócios das Federações, filiadas a CAMPOCOOP, em Fevereiro de 1971: (152)

Sócios segundo Federações de Cooperativas Camponesas, 1971

Federação	No. Sócios
1. Colchagua	4.208
2. Nuble	3.027
3. Linares-Maule	2.910
4. O'Higgins	2.649
5. Santiago	2.240
6. Cautín	2.145
7. Concepción-Arauco	1.519
8. Talca	1.411

9. Aysén	902
10. Curicó	864
11. Llanquihue	617
TOTAL	22.492

As cinco primeiras agrupavam o 76% dos sócios filiados às Federações integradas em CAMPOCCOOP, o que demonstra que a maior parte dos camponeses cooperativistas concentravam-se na zona central do país (de Santiago a Nuble), às que se agregou a de Aconcagua-Valparaíso, aumentando a representação da zona central no total. Se a essas cinco somamos Talca e Curicó, chega a 86,5%.

Isto significa que o grosso dos cooperativistas camponeses ficavam na zona central do país, com toda a sua história agrária, camponesa e cooperativa, que analisamos em capítulos anteriores, e que girava na relação latifúndio (a Fazenda) e minifúndio (a pequena agricultura de proprietários, minifundistas, arrendatários, meeiros). Na região das Fazendas, das relações sociais, econômicas, culturais e políticas, que se davam em torno a ela; da influência e dominação latifundiária, católica, conservadora. Os setores com comuneiros e mapuches tinham menor organização cooperativa, pelo menos desde a perspectiva demográfica de número de sócios. Nas zonas do centro-sul e sul do país onde abundavam as cooperativas agropecuárias, também cai a representação.

Em fevereiro de 1971, e segundo dados de INDAP, 11 Federações formavam a base de CAMPOCCOOP. Estas Federações agrupavam o 52,74% do total de sócios de Cooperativas (22.492 sócios de um total de 42.642)(153); isto é, CAMPOCCOOP, se bem representava o setor de cooperativas camponesas, não tinha na sua base formal,

todo o conjunto de camponeses cooperativistas, (alcançando algo mais de 65%). Isto quer dizer que agrupava às Federações e os seus sócios e mais alguns outros, provavelmente das Federações ainda sem legalizar. Mas, indica também que haviam cooperativas que não estavam filiadas a Federações e, portanto, à Confederação; ou, que ainda, por não estar legalizadas, não podiam pertencer a organizações de 2o. Grau. Os dados de filiação também não são tão precisos, no sentido de que, por exemplo, para Durán & Larrain, todos os cooperativistas estariam afiliados a CAMPO-CDDP o que elevaria a 90.000 os seus sócios. Barraclough & Fernandez, assinalam que, pelo menos até o segundo semestre de 1972, os últimos dados sobre sócios que tinham sido colhidos por INDAP, eram de fevereiro de 1971; já estavam atrasados.

Os filiados das Cooperativas, a fevereiro de 1971, responderiam aos seguintes estratos:

Estratos camponeses dos sócios de Cooperativas Camponesas, 1971.

Estrato	No. sócios	%
1. Pequenos proprietários	19.169	45
2. Assalariados	9.664	23
3. Minifundistas	7.852	18
4. Assentados	3.167	7
5. Meeleros	1.693	4
6. Arrendatários	1.097	3
TOTAL	42.642	100

(Obs. nos minifundistas incluem-se mapuches e comuneiros do Norte Chico). (154)

O quadro mostra a clara preponderância dos pequenos proprietários no setor. E, era precisamente a eles que as Cooperativas se colocavam como opção específica. Se somamos pequenos proprietários

tários, meeiros, arrendatários e minifundistas, temos que um 70 % são agricultores independentes; ao se excluir os minifundistas, sob a consideração de que para sobreviver precisavam, obrigatoriamente, de ter um trabalho assalariado complementar, teríamos que este percentual se reduz a um 52 %; ou seja, a maioria continua sendo de pequenos agricultores independentes. Somando os pequenos proprietários aos minifundistas, temos que um 63 % dos sócios tinham terra, entre uma e vinte hectares, com os assentados aumentaria a 70 %, e os camponeses sem terra seriam um 30 %.

O cooperativismo, então, agrupava fundamentalmente a pequenos agricultores e camponeses com terra (de diversos tamanhos, estratos e condições de vida).

Todavia, um 23 % dos sócios eram assalariados. As cooperativas também eram uma opção para um setor de trabalhadores (e que não se confrontava ao Sindicato). Isto não se dava inversamente. Uma amostra de filiação por estratos a sindicatos camponeses (Abril, 1972), em 7 províncias mostrava os seguintes percentuais:

Sindicatos Camponeses: estratos dos filiados.

Provincia	Assalariado	Assentado	Peq. Propr.
	%	%	%
Tarapacá	92,2	3,2	3,5
Coquimbo	79,0	13,14	7,5
Aconcagua	55,0	38,1	6,4
Santiago	86,6	11,2	4,1
O'Higgins	84,6	6,6	8,2
Colchagua	81,6	13,5	4,8
Linares	72,9	20,1	5,7

(155)

No quadro aprecia-se que o Sindicato representa fundamentalmente aos assalariados do campo. O ingresso de pequenos proprietários

rios era mínimo. Uma média das 7 províncias indica um 5,7% de pequenos agricultores incorporados a Sindicatos (na zona central é semelhante = 5,8 %), frente ao 23% de assalariados (provavelmente sindicalizados) que se integravam às cooperativas, que, somados aos assentados (com uma média de 15% nos sindicatos) dão 30%.

Ou seja, o sindicato não se via como alternativa pelos pequenos proprietários e sim as cooperativas para os assalariados. O fato de que estes estiveram em ambas organizações poderia indicar, também, que elas não se viam como concorrentes, senão complementares.

Esta questão deve ter passado pela diferenciação entre produção e consumo. Temos visto que as cooperativas orientadas ao crédito e assistência técnica, isto é, referidas à produção (embora não "de" produção), chamavam aos pequenos agricultores, e as de consumo aos assalariados; e, haviam outras, talvez a maioria, mixtas, que tinham ambas modalidades. A multiatividades, permitia que se incorporaram diversos estratos camponeses.

Desta perspectiva poderíamos dizer que as cooperativas são organizações mais "policlassistas", para usar um termo descritivo, que os sindicatos, na medida que estes abrangem majoritariamente (78,8%) assalariados. Isto é válido, apesar da advertência de Barraclough & Fernandez, no sentido das diferenças entre comunas, já que em algumas cerca de 90% dos sindicatos estariam formados por pequenos proprietários. (156)

Em síntese, o quadro seguinte mostra a integração a organizações dos 350.000 camponeses que compunham o setor da

pequena agricultura:

Integração a Organizações de Pequenos Agricultores, 1971.

Organizados a Fev.1971	No.sócios	% s/tot.setor (350.000)
1. Tot. Organiz.em Coops. Camps.	42.642	12,18
2. Tot. afiliados a CAMPOCOOP	22.492	6,42
3. Tot. Comitês Peq. Agric.	61.395	17,54
4. Tot. Sindic. Peq. Propr.	5.576	1,59
TOTAL ORGANIZ. (1+3+4)	109.613	31,31

Este quadro mostra que, no começo do governo da UF, praticamente 1/3 (31,31%) dos pequenos agricultores estavam incorporados a organizações; que a maior parte deles continuava organizada em Comitês de Pequenos Agricultores, e, em segundo lugar, nas Cooperativas Camponesas. Estes dados divergem dos de Affonso (1973), no sentido de que, segundo este, em 1970 seriam um 40 % os pequenos agricultores organizados e não há elementos para supor que tenha diminuído a integração a organizações. Porém, seja qual for a informação mais correta, os dados mostram que menos da metade dos pequenos agricultores estavam organizados em 1973. Seguindo a Barraclough & Fernandez, não seria possível pensar que a integração -embora tenha crescido- haja superado muito mais do 50%, se consideramos que a formação de cooperativas foi num ritmo menor que nos períodos anteriores e os Comitês não foram estimulados, como foram no período DC, embora continuassem sendo a organização com mais sócios. Se, hipoteticamente, todas duplicaram os números de sócios até 1973, apenas se alcançaria o 60 % do total.

A participação de CAMPOCOOP na representação dos pequenos

agricultores organizados se verifica no quadro seguinte.

Participação em organizações segundo camponeses organizados, 1971.

Organizados a fev. 1971	No. Sócios	% s/total de Pec. agr. org. (109.613)
1. Tot. Org. em Coops. Camps.	42.642	38,90
2. Tot. Afiliados CAMPOCCOOP	22.492	20,51
3. Tot. Comitês Pec. Agric.	61.393	56,01
4. Tot. Sindic. Pec. Proc.	5.576	5,08
TOTAL ORGANIZ. (1+3+4)	109.613	--

O setor, incorporado formalmente, às bases da CAMPOCCOOP, era, nesse momento, apenas de um 6,42 % do total de pequenos agricultores. Isto é, se CAMPOCCOOP era a organização representativa do setor cooperativo e uma das representativas dos pequenos agricultores, na prática agrupava algo mais da metade dos cooperativistas (53%), um 20,51 % dos pequenos agricultores organizados e um 6% do total deste setor de camponeses. Isto colocaria a CAMPOCCOOP como a sua segunda organização representativa, após a "Confederação de Pequenos Agricultores", (17,54 do total de pec. agric. e 56,01 dos organizados) supondo a total filiação aos Comitês embora não contemos com maiores dados. Ao considerar o conjunto de cooperativistas, isto é, incluindo as Federações em formação, e cooperativas que, não pertenciam a Federações, por estas não ter existência legal, e supondo que CAMPOCCOOP representaria o conjunto dos sócios cooperativistas, a percentagem no total dos organizados, se eleva a 39 %.

Comitês e Cooperativas seriam as duas organizações fundamentais dos pequenos agricultores representando ambas quase

o 95 % dos que pertenciam a alguma organização. Nesse conjunto a integração a CAMPOCCOOP estava próxima ao 40% , o que era significativo, na medida que os Comitês eram mais antigos que as Cooperativas e tinham sido especialmente apoiados pelo Estado nos primeiros momentos do processo de organização camponesa.

é possível que estes dados tenham mudado em 1973, aumentando o número de filiados a CAMPOCCOOP, considerando a formalização de varias Federações (requisito necessário para que as Cooperativas pudessem se integrar à Confederação) e o aumento da média de sócios por Cooperativa, como já vimos anteriormente. Com estes critérios de adesão, é possível dizer que, em 1973, todos os camponeses agrupados em Cooperativas sócias de Federações legalizadas, constituíam a base de CAMPOCCOOP. Não temos dados exatos sobre o número de cooperativas integradas às Federações, porém, segundo arquivos revisados para o processo de reorganização do movimento, a grande maioria das Cooperativas estavam incorporadas às Federações sócias de CAMPOCCOOP, e as que não (de Osorno, Bio Bio, Maule, Valdivia) estavam em processo de fazê-lo.

Se trabalharmos com os dados de Durán & Larrain, que indicam 90 mil socios de cooperativas integradas ao movimento cooperativo dirigido por CAMPOCCOOP, em 1973, e projetássemos os 61.395 camponeses integrados aos Comitês da "Confederação de Pequenos Agricultores" de fevereiro de 1971, num ritmo de crescimento qualquer (para atingir o numero de sócios assinalados por Durán & Larrain para o cooperativismo, precisariam crescer em 10.000 sócios por ano), teríamos que, a fins de 1973 CAMPOCCOOP, pelo menos, dispu-

tava o primeiro lugar como organização nacional de representação dos pequenos agricultores organizados (embora também integrasse assalariados). Isto demonstra o crescimento quantitativo, e a importância social e política, que CAMPOCCOOP ia tendo no setor agrário e camponês.

A respeito do nível nacional, temos que entre os dias 22 e 24 de Junho de 1972 realizaram-se as primeiras "Juntas Ordinárias e Extraordinárias" em Curicó, com a participação de 36 representantes de 10 Federações (a "Colchagua" estava sob intervenção) e algumas cooperativas de base. As atas destas reuniões, e a Memória de Atividades 1970-1971 do primeiro Conselho de Administração de CAMPOCCOOP nos ajudarão a formarmos uma idéia do setor à época.

Da direção nacional eleita em 1970, 6 dos 10 cargos titulares (Conselho de Administração e Junta de Vigilância) pertenciam a 4 Federações da Zona Central, sem presença da Zona Sul; não havia nenhuma mulher no Conselho (157). A Confederação dispunha de imóveis, bens e uma camionete próprias, tinha funcionários assalariados e uma administradora, pagava gastos de representação aos conselheiros e Comitê Executivo (74% dos gastos administrativos), e se financiava com a contribuição de 1% sobre os créditos outorgados por INDAP às Cooperativas, ou seja, pelas bases. (158) Igual a muitas Cooperativas, regia-se por um estatuto, praticamente idêntico, um "Estatuto-tipo", elaborado por INDAP, a partir do DFL 13. Isto representou uma uniformidade normativa a organizações que tinham origens diferentes, representavam populações étnicas e produtivas heterogêneas, com interesses econômicos e

sociais variados.

Nas eleições de 1972 mudou a conformação do Conselho terminando com o centralismo, na medida em que todas as Federações ficaram representadas no Conselho e Junta de Vigilância, em cargos titulares e suplentes (exceto FEDECOAR que ficou com duas suplências). Isto mostra um avanço na democratização interna do movimento, um acordo para que todas as Federações tivessem representação, e uma maior estruturação orgânica da Confederação (159).

O pensamento interno de CAMPOCOOP também se desenvolvia. Na "Junta Extraordinária" se constituíram três comissões de trabalho para definir as "Políticas Gerais da Confederação" e analisar os problemas de "Terra e Produção", "Assistência Técnica, Crédito e Comercialização" e "Capacitação Cooperativa e Previdência Social" (160).

A primeira Comissão afirma a necessidade que se entreguem, em propriedade definitiva, terras às Cooperativas, dando cumprimento ao art. 67 da Lei 16.640. Ao mesmo tempo exige que, por lei ou decreto, se determine a inexpropriabilidade dos estabelecimentos de menos de 40 HRB, como meio de consolidar e planejar a produção que gera a pequena propriedade.

Afirma-se assim: o valor da terra como fator principal da produção agrícola; que as terras incorporadas pelo setor não serão para parcelar, senão explorar coletivamente; que o desenvolvimento do cooperativismo se levantará não sobre a integração de pequenos lotes privados senão sobre a incorporação de novas terras à propriedade comunitária; não há oposição à expropriação

de latifúndios. Isto se traduz na reivindicação por terra para as Cooperativas.

Por outra parte, há uma defesa da pequena propriedade. Não se defende a "propriedade privada" em geral, em abstrato, senão, aquela de menos de 40 HRB.(161) Se aceita a expropriação dos latifúndios. A justificativa de uma legislação específica se baseia na necessidade de oferecer segurança aos produtores não-latifundiários e de facilitar o planejamento econômico do setor (se aceita um planejamento estatal da produção).

Mas pode ter se devido também a um temor a respeito dos grupos mais radicalizados da UP e do MIR que "invadiam" terrenos: as "tomas" tinham aumentado de 152 em 1970 para 1.280 em 1971, chegando a 309 no primeiro quadrimestre de 1972 (162), sendo que a metade das invasões, entre 1970 e abril de 1971 foram na zona central do país. A oposição ao governo colocou esta questão como um elemento central da batalha ideológica, levantando a defesa da "propriedade privada" em geral, afirmando que até a pequena propriedade corria perigo, "denunciando" as ocupações de estabelecimentos de menos de 40 HRB. Na prática, isto não foi assim. Dirigentes camponeses de Nuble (um dos lugares escolhidos como exemplo, pela oposição) afirmaram que elas se produziam excepcionalmente: alguns por estar totalmente abandonados, outros tinham sido oferecidos a CODA pelos seus proprietários, outros por servir de ponto de reunião a grupos de ultra-direita. De fato, segundo os grandes agricultores de Nuble, apenas 11% das expropriações (nem todas resultantes de ocupações) foram a estabe-

lecionamentos de menos de 40 HRE (163). Esta preocupação, por outro lado, demonstra o papel hegemônico dos pequenos produtores (proprietários) no setor.

Assim o documento: a) mantém a necessidade de consolidar a pequena propriedade; b) assegurando legalmente seu desenvolvimento e inexpropriabilidade; c) aceita a expropriação da grande propriedade; d) reivindica a entrega de terras, produto da expropriação, em propriedade às Cooperativas e não aos seus sócios.

Isto resulta da necessidade de consolidar o setor da pequena produção, quanto de desenvolvê-lo através do planejamento. Ao mesmo tempo, se verificam os seus limites: se reivindica terra em forma coletiva, visando aumentar os ingressos familiares pelo aumento de demanda de mão-de-obra, sem que se destrua a pequena propriedade.

Esta nova empresa permite libertar-se do salário: "inquilinos" e operários podem chegar a ter ingressos permanentes. Também se fomenta a modernização da pequena produção, na medida em que, a uns, lhes permite complementar ingressos que revertem em maior disponibilidade de recursos para investimento, e a outros lhes significa montar uma estrutura de apoio à produção.

A respeito desta última se afirma o compromisso do setor com a campanha de aumento de produção "en que está empeñado el país en general". E também reconhecida a necessidade da produção de ser planejada e dirigida a nível nacional, provincial e comunal visando o abastecimento dos produtores agrícolas e o incremento dos produtos exportáveis. A necessidade de criar unidades mais

racionais de produção, a partir da distribuição de terras às Cooperativas, é uma outra consideração.

A segunda Comissão afirma, a respeito da Assistência Técnica, o positivo de concentrar num só organismo estatal, esta função. Colocam que o Estado deveria nomear técnicos para ficar nas Cooperativas, prestando assim um serviço permanente e não esporádico, como era comum. Sobre a utilização de maquinaria agrícola, esta devia ser entregue às Cooperativas e a "pools" por Zona. Operariam a partir de um planejamento estatal.

Sobre o Crédito, se reivindica que deve assegurar o financiamento completo do processo em que se utilize. Deve ser dirigido às organizações, as que os redistribuiriam aos sócios, assegurando assim a sua recuperação. As Cooperativas Camponesas devem participar dos órgãos financeiros que outorgam crédito visando uma distribuição equitativa. Deve ser oportuno, expedito, adequado ao campesinato e com juros não superiores a 12%. Se recomenda às Cooperativas buscar outras fontes financeiras não estatais e convenientes.

A respeito da comercialização, a Comissão assinala que, sendo a culminação do processo produtivo agropecuário do camponês, é tarefa fundamental do Estado, se preocupar porque o seu "sacrifício" e "esforço" tenha sua "justa recompensa". Para o qual o Estado deve: a) fixar preços justos; b) abrir e manter "poderes compradores" permanentes; c) permitir a participação das organizações camponesas nos órgãos do Estado que fixam políticas de comercialização; d) fixar políticas claras, com participação campo-

nessa. Respeito das Empresas Estatais e Cooperativas, aos acordos tomados e contratos efetuados.

A terceira Comissão diz a respeito da Previdência Social aos pequenos agricultores, que estes estavam na prática, sem previdência nenhuma. Propõe a formação de uma "Caixa de Previdência" para o setor.

Este documento mostra que as preocupações tinham superado o consumo, como principal expectativa, para se orientar à produção, que passava a ser agora, o fator fundamental sobre o qual se levantava o movimento. Entende-se a "produção" num sentido amplo, que incorpora a "produção" propriamente tal (a transformação direta de matéria-prima em mercadoria para a troca no mercado), o seu planejamento, normas legais sobre propriedade, infraestrutura, crédito, comercialização, assistência técnica, etc.

Mas, esta mudança não implica a substituição dos armazéns de consumo. Em geral, estes continuam operando. As preocupações e atividades ligadas à produção agregam-se às atividades de consumo, com o qual as Cooperativas mantêm uma dimensão de "ajuda mútua", mutual até, junto a um desenvolvimento empresarial e produtivo. A multiatividade permite desenvolver atividades paralelas de consumo e de serviços (e às vezes, mutuals e de produção). Em geral, no setor "consumo" atende a todos os tipos de sócios, nos "serviços" aos produtores e na de "produção", também a todos. Isto permite diversificar as atividades aos diferentes tipos de sócios, adequando a Cooperativa aos distintos interesses, resultantes da heterogeneidade da base social da organização.

O Cooperativismo camponês não envereda por uma dimensão única de atividades, senão, por uma modalidade mais complexa que combina -com diversas consequências- o consumo, a distribuição e serviços, ações mutuais e a produção. A ajuda mútua e a atividade econômica tendem a se juntar. Isto e outras condições fizeram que as modalidades do Cooperativas implementadas foram várias (164).

6. A Educação Cooperativa neste período.

A informação quantitativa que dispomos sobre este período é reduzida. Um conjunto de publicações que tratam da educação rural ou do desenvolvimento cooperativo camponês trazem poucas referências à educação cooperativa e os seus resultados quantitativos. Por outra parte, vários dos comentários feitos para o anterior período tem alguma validade para este, na medida em que não houve uma ruptura radical nas instituições públicas nem privadas, ao passar de um governo a outro. O pouco tempo da UP também não permitiu alterar substancialmente, a estrutura burocrática do Estado,

Poucos meses antes da vitória da UF, J. Chonchol, futuro Ministro da Agricultura - colocava as suas idéias sobre capacitação cooperativa.

Ao pensar -assinalar- o cooperativismo camponês como grande e poderoso, capaz de manejar regiões e empresas de envergadura, se descobre a falta de capacidade empresarial e capacidade gerencial. Afirma que não há porque pensar que os camponeses dirijam as suas empresas; nem os capitalistas o fazem. Estes contratam especialistas. A questão está na capacidade de controle que os sócios tenham sobre esses técnicos.

"Hay que compatibilizar un doble problema: partir de la base que las grandes cooperativas campesinas tienen que ser manejadas por personal profesional usado por los campesinos y al servicio de los campesinos; pero por otro lado, los dirigentes campesinos o por lo menos muchos sectores de la cooperativa, tienen que tener una cierta capacidad económica o empresarial como para poder controlar, para poder vigilar a estos sectores, sin lo cual, evidentemente, se corre el riesgo de que estos se transformen en organismos manejados exclusivamente por unas cuantas personas" (165).

Há aqui uma visão diferenciada daqueles que concebem a cooperativa como organização "comunitária", dos camponeses, dirigida por camponeses, e das empresas "auto-gestionadas" que não ocupam mão-de-obra assalariada. A cooperativa é concebida como empresa econômica, em primeiro lugar, que deve ser eficiente, grande, com poder econômico e para isso precisa

contratar os recursos humanos necessários. A capacitação cooperativa, nesta concepção de "empresa com poder econômico", deve se orientar sobretudo a capacitação para o controle dos funcionários, dos processos e das decisões. Mas isto não significa capacitar as Juntas de Vigilância responsáveis pela função de controle na organização, senão capacitar a todos os dirigentes e setores de base, de tal forma que a participação camponesa, se processe a partir da possibilidade de exercer uma autoridade sobre os técnicos, baseada não só na qualidade de proprietários da empresa, senão do conhecimento real do seu funcionamento. Isto supõe, então, uma capacitação que prioriza a formação administrativa.

Alguns anos após, se reconhecia que esta proposta não tinha se desenvolvido suficientemente. "La inexistencia de una capacitación campesina en los problemas de la conducción económica (contabilidad, costos y mercados) o en los métodos operacionales del cooperativismo agrario, anula la posibilidad de cualquier tipo de control democrático" (166).

As coerências de formação administrativa dos camponeses demonstram que, tanto no fim do governo do PDC quanto da UP (nos nove anos de 1964 a 1973), a capacitação cooperativa não conseguiu dar soluções a um dos problemas principais da gestão econômica cooperativa: o conhecimento administrativo dos camponeses. Isto terminou reforçando a divisão social do trabalho, na medida em que deixa o trabalho "técnico" em mãos dos "funcionários" (e as principais decisões), e o trabalho físico,

às vezes burocrático (fazer trâmites) e certas decisões (na verdade um papel "consultivo") nos camponeses. Mas, estas deficiências de capacitação resultavam também dos limites da burocracia em delinear programas e projetos administrativos adequados à realidade cooperativa (p. ex., formas e processos contábeis especiais, instrumentos operativos de gestão e controle adaptados às características culturais camponesas, formulários de informação simples, etc.). Isto, por sua vez, resulta da implementação de modelos cooperativos internacionais, sem a necessária reflexão e adaptação à realidade nacional (exceto na questão do princípio de "multiatividade" que procura se aproximar à noção de "comunidade rural"), sobretudo nos procedimentos operacionais.

Por outro lado, na outra parte do problema, os funcionários, também geraram-se dificuldades, em termos das suas relações com os camponeses. Os problemas de formação de gerentes, assinalados no período anterior, continuaram. Muitos desses administradores eram nomeados pelo Estado, o que desloca o problema ao aparelho burocrático do Estado (167).

A UF, como projeto de transformação social de construção socialista teve que usar, desde o começo, do aparelho burocrático do Estado já existente, como um instrumento essencial no processo de transformação. Nele existiam funcionários que vinham dos regimes anteriores, o que obrigava a ter que modificá-lo e ajustá-lo às novas exigências. Do ponto de vista educativo, os técnicos continuavam com a escassa formação especializada

recebida anteriormente, o que, em grande medida entrava em contradição (por seu caráter paternalista, burocrático e às vezes "tecnocrático") com as exigências de democratização e participação que o novo governo e contexto político e social, colocavam para as organizações. De fato, não faltavam - como vimos - as críticas dos camponeses à burocracia estatal. Em outros casos, os gerentes, nomeados ou selecionados, eram técnicos agrícolas ou pessoas sem qualificação especializada com uma mínima qualificação para os desafios a enfrentar, o quê, na prática levou a criar grandes problemas administrativos e financeiros. A formação especializada de gerentes, técnicos e funcionários das cooperativas e do Estado, foi deficiente.

"Siempre se ha dicho que faltó preparación a los campesinos para asumir el proceso de cambio en que se vieron envueltos. Decimos que no sólo le faltó a los campesinos, también le faltó a los técnicos y administrativos" (168).

Os problemas de capacitação cooperativa foram gerais.

Um outro problema era a excessiva quantidade de órgãos que realizavam atividades de capacitação, sem coerência programática nem coordenação (169).

Atuavam na área: ICIRA, INACAP, INDAP, SAG, CORA, FEES, CORFO, MINEDUC e o IER (cujo orçamento corrente era 90% de contribuição estatal, embora fôsse instituição privada); isto é, nove órgãos públicos para uma população, muitas vezes igual (170).

A UP tentou resolver os problemas gerados por esta diversificação (perda de recursos, falta de racionalidade, orienta-

ações diferentes que chegavam, aos mesmos ou vários grupos camponeses) integrando as ações públicas sob um mesmo programa e direção.

Cria-se assim, sob a coordenação de ICIRA o "Comitê Técnico Nacional de Capacitação" (CTNC) do qual dependeria todo o pessoal do setor público, ligado à capacitação; criaram-se os Comitês Técnicos Zonais de Capacitação. No CTNC estavam incorporados órgãos do Estado, o IER, a CUT, algumas Confederações sindicais e a das Cooperativas (171).

Vários problemas enfrentou este Comitê que afetaram o seu funcionamento: não se tomaram medidas para obrigar os órgãos a seguir suas orientações, cada instituição podia ter várias unidades de capacitação, nem todas integradas no CTNC o que deixava algumas sem controle, esforço dos órgãos por manter seus programas e clientela tradicionais sem aceitar se reorientar a outros grupos, os acordos não chegam a comprometer as hierarquias mais altas das instituições, problemas de localização interna das unidades de capacitação (lugares diferentes e, às vezes, secundários, nas estruturas) e de falta de técnicos no campo, falta de recursos para que ICIRA operasse permanentemente, pluripartidarismo o que dificultava as decisões sobre conteúdos e distribuição de recursos, etc. (172). O CTNC operava através de "Programas de Capacitação".

A capacitação camponesa era considerada como um apoio fundamental para a Reforma Agrária, embora se mantivesse uma separação entre uma educação agro-econômica e agro-técnica,

orientada à produção , e uma capacitação social e básica, que tratava das questões políticas (172).

A breve descrição e análise do "Programa de Capacitação" do CTNC para o período de Março de 1972 a Março de 1973, nos ajudaria a aproxima-nos melhor, das ideias, propostas e programas desta tentativa de racionalidade, na qual se integra, como órgão /membro do CTNC, CAMPOCOOP, e como população à qual se orientaria a sua ação, as Cooperativas, os seus sócios, dirigentes e funcionários (174).

Os seus objetivos, que contribuíam a "transformar las actuales estructuras de poder tanto en lo social, económico y político de la nación, como así mismo consolidar y ampliar las conquistas de la clase obrera y campesina", eram os seguintes:

"1. Aumentar la producción agropecuaria hasta los niveles que sean necesarios para asegurar el consumo popular de alimentos y el desarrollo permanente de este sector de la economía nacional.

2. Dar una nueva organización social y económica a la agricultura posibilitando el funcionamiento eficiente de los mismos.

3. Apoyar al campesino en el desarrollo de su movimiento, cohesionado, unido a la clase obrera y dirigido a lograr la unidad campesina y a posibilitar una participación autentica de las bases en el processo de toma de decisiones.

4. Contribuir a que la masa campesina eleve por sí misma sus niveles políticos e ideológicos, orientados a la gestación de

una nueva conciencia" (175).

O Programa se integra nas estratégias mais globais das políticas do governo da UP: aumento da produção, reorganização da vida social e econômica agrícola, organização e participação camponesa, e gestação de uma nova consciência. Nesse sentido a capacitação se orienta à transformação capitalista e construção das condições sociais, econômicas e ideológicas, que permitiriam o socialismo.

Qual a presença do cooperativismo camponês no Programa?

É um dos setores no qual se prestaria atenção, especialmente aqueles que tinham empresas de produção (4a. prioridade). Tinha prioridade anterior para as Unidades Reformadas, Sindicatos e Conselhos Camponeses (comunais e provinciais); há também, ao longo do Programa uma especial preocupação com o apoio aos Centros de Reforma Agrária (CERAs), considerados pela UP, como alternativa associativa, melhorada, nos assentamentos e Cooperativas de Reforma Agrária.

Para o período de "Março de 1972 - Março de 1974" se previa capacitar 80.000 camponeses, destes, 4.950 seriam sócios de 450 Cooperativas camponesas envolvidas, com uma média de 11 pessoas por organização. Para 1974 se previa alcançar 350.000 pessoas.

O Programa tinha quatro áreas: a) Educação Básica; b) Educação Social; c) Educação Agro-Econômica; d) Educação Agro-Técnica.

A área de "Educação Básica" tem poucas referências ao setor que nos interessa, assinalando que corresponde a uma unidade de

reforçamento para trabalhadores - entre outros - de Cooperativas camponesas da Reforma Agrária.

A área de "Educação Social" se centra numa análise da estrutura agrária capitalista em termos de estrutura fundiária, relações de poder e classes sociais e, na compreensão do processo da Reforma Agrária impulsionado pela UP. Não há nenhuma referência ao cooperativismo, nem ao setor cooperativo camponês. As outras duas áreas também não fazem nenhuma referência ao cooperativismo camponês, enfatizando as ações com os CERAs.

Enquanto a "Formas de Educação" se determina que se realizaria em "Centrais" e "basicamente em terreno", e que esta se dividiria em dois aspectos: a) capacitação sistemática; e b) capacitação massiva. Os objetivos da primeira são informar e motivar o campesinato sobre campanhas específicas e apoiar a capacitação de terreno e das Centrais; o segundo se define pelos instrumentos: meios de comunicação de massas e instrumentos locais de comunicação.

A educação sistemática visava a formação dos Conselhos Comuns (C.C.C.) e CERAs, para o qual propunha uma metodologia específica, como um "sistema global", que incorporava "Campanhas", "Cursilhos em terreno", "Jornadas", etc. A culminação do processo em três etapas, "debiera ser la organización de un CERA" (176).

Atribui-se à educação poder para organizar o campesinato em empresas associativas que, além de complexas, vinham a agregar uma outra forma de empresa cooperativa às já existentes. Não há

referências do setor cooperativo camponês, pois o seu objetivo era outro.

A educação massiva incorpora de alguma forma o setor que nos interessa. Aparece entre os beneficiários dos programas de TV. Entre os temas de "participação camponesa", "setor reformado", "Unidade operária-camponesa", "Produção e Produtividade" se inclui "Sindicatos e Cooperativas". No caso do cinema, ao mesmo tema, se agrega "cooperação e integração".

Orienta-se os Comitês Zonais a implementar -sob as orientações do "Programa Nacional"- o programa concreto para 1972. Para isto deveria se realizar uma reunião ampliada da qual participariam representantes dos Conselhos Comunitais Camponeses, dos Sindicatos, de CERAs, Assentamentos, instituições de capacitação da Zona e "dois representantes do Comitê de Educação das Cooperativas Camponesas".

No Programa Nacional, ao menos como conteúdo, o cooperativismo camponês tem uma posição secundária em relação ao Sindicato, CERAs e Conselhos Camponeses. Não haviam programas específicos que o incluía, embora se considere a participação do setor nos Comitês Zonais, através dos membros dos "Comitês de Educação", que são considerados como os órgãos específicos das Cooperativas para as tarefas de capacitação. Por outra parte, não deve ser esquecido o fato de que nos Conselhos também participavam as Cooperativas, o que significa que, através deles, se integravam, de alguma forma, ao programa.

Nos Anexos dos Documentos que nos serve de base a esta des-

criação tem algumas propostas de objetivos e conteúdos temáticos para programas de capacitação referidos à organizações. Há também "Conselhos Camponeses Comuns", Sindicatos, CERAs e Cooperativas.

A questão cooperativa é tratada em 6 unidades ou temas, com objetivos específicos e conteúdos para cada um. Uma breve descrição dos temas nos permitirá conectar qual os conteúdos que se pretendiam difundir - ou se difundiram - na capacitação cooperativa da UF.

a) Cooperativas. Visava fortalecer a organização cooperativa, discutir o papel do cooperativismo na conjuntura histórica do momento e procurar alcançar uma real participação na gestão das Cooperativas.

Os conteúdos tratavam de: a) análise do movimento cooperativo camponês chileno; b) o cooperativismo camponês numa sociedade socialista; c) movimento camponês e papel das cooperativas; d) cooperativismo e participação na produção; e) papel dos seus projetos no aumento da produção agropecuária; f) Cooperativas Camponesas, os Comitês Comuns Camponeses (C.C.C.s) e as CERAs.

b) Administração Cooperativa - Contabilidade. Referia-se ao conhecimento, compreensão e manejo dos princípios e elementos de administração cooperativa. Tratava principalmente de contabilidade e manejo de cheques.

c) Financiamento Cooperativo. Visava o conhecimento e compreensão das fontes de financiamento, interno e externo, e a

utilização de recursos. Desenvolvia conteúdos referentes a Financiamento, uso de recursos, crédito, orçamento e técnicas de orçamento.

d) Manejo Comercial e Estudos de Mercado, que procurava conhecer e analisar os fatores produtivos, assim como a comercialização e os estudos de mercado.

e) Legislação Cooperativa, que tratava sobre o contexto jurídico e normativo do setor.

f) Administração Cooperativa. Centrada nos processos de Planejamento, organização, direção e controle.

Sem fazer uma análise "curricular" que nos levaria a um conjunto de observações metodológicas, críticas, sobre a forma de definir objetivos (às vezes gerais e sem poderem ser avaliados), sem uma relação nítida com os conteúdos (mais específicos), separados da metodologia, etc., podemos fazer alguns comentários a estes programas.

Existem duas áreas de conteúdos. Um (o primeiro) de ordem mais política, ligado estreitamente ao processo de construção do socialismo, à Reforma Agrária e à conjuntura nacional. Os outros são de ordem técnica: apontam a questões de administração das organizações. Não se apreciam relações entre ambas. Nesse sentido si se diferencia, nos Programas do CTNC, entre educação social (política) e técnica (técnica), aqui a diferença específica é entre uma área cooperativa (política) e outra administrativa (técnica). A separação entre capacitação e produção, que se expressa no sistema escolar formal, na educação de adultos, na

capacitação camponesa, se expressa aqui entre cooperativismo e administração, entre o político e o técnico.

Por outra parte, se exclui qualquer conteúdo dos tradicionais, ligados à "educação cooperativa" com ênfase no doutrinário. No programa não há nenhuma palavra sobre "princípios", "história", "precursores", etc., cooperativos. Aceita-se a estrutura cooperativa, os seus objetivos sócio-econômicos gerais, e ponto. Se definem, como empresa e organização, não pelos seus fundamentos ideológicos, doutrinários ou legais, senão pela sua funcionalidade histórica no contexto da realidade e do projeto da UP. Também não há a tentativa de substituir os fundamentos teóricos tradicionais do cooperativismo por outros, por exemplo, marxistas. A análise parte da base do que está, para chegar a definir o seu papel no contexto histórico do momento.

Não temos resultados quantitativos sobre a atividade de educação com as Cooperativas. Em geral, em 1971 realizaram-se 237 cursos beneficiando 9.333 pessoas, das quais 4.159 eram camponeses. Nas jornadas (de um dia) participaram 33.731 camponeses. No primeiro semestre de 1971, implementaram-se 200 cursos com 4.590 pessoas (4.103 camponeses) e nas jornadas, participaram 6.151 camponeses (177). Porém, não se deve sobreestimar o efeito educativo destas atividades, já que os cursos (de 5 dias) e jornadas (de 1 dia) não permitem falar realmente de que os camponeses tenham sido capacitados efetivamente, ainda mais si se considera o número de trabalhadores do campo, que são os potenciais educandos (700.000) (178).

Haviam três problemas que afetavam o desenvolvimento das ações (e que se agregavam as dificuldades de operação do CNTC já assinaladas) e que colocavam em questão a exequibilidade de um programa único de capacitação.

Em primeiro lugar, a nível de concepção e objetivo. A incapacidade de traduzir os objetivos de política geral em objetivos educacionais. Não se concebe a capacitação como uma política, entre outras, que contribuía ao êxito das transformações que se produzem pela Reforma Agrária. Se considera, na prática, como um processo geral, e independente, com fins em si mesmos. A capacitação é concebida como com fins próprios pois, si limita ao âmbito formal, de um processo de instrução, desligado dos processos de produção e organização. Este teria sido um dos erros do processo de capacitação (179).

Por outro lado, a nível metodológico, houve uma incapacidade de transformar instrumentos de trabalho ("planes de explotación", manejo de caixas, maquinárias, etc.) em instrumentos de capacitação (180), o que é resultado da dicotomização existente entre os processos educativos e a realidade produtiva concreta.

O terceiro problema era a nível de conteúdo. Havia uma grande dificuldade para definir conteúdos, mais ou menos comuns, para orientar o Programa Nacional. Na prática, em cada lugar se oferecem conteúdos definidos localmente, inclusive por pessoas de correntes ideológicas diferentes. Se tentava resolver esta questão a partir das sugestões do CNTC (que já vimos) e da

elaboração de textos que, ou não foram aprovados pelo CNTC o que, se o foram, não se distribuíram racionalmente. Isto é, não havia unidade de conteúdo para a capacitação empreendida (181).

Em termos gerais todos estes problemas colocavam em questão, já na época, a possibilidade, real, de impulsionar uma política nacional de capacitação, considerando a "força da tradição" a nível de técnicas (conhecimentos e comportamentos internalizados, resultantes da formação "comunitarista" ou "liberal") e institucional (aparelho burocrático inadequado às novas exigências históricas do país e do movimento popular). Por outro lado, o governo não deu toda a atenção e prioridade que a capacitação merecia (182).

Outro enfoque do problema afirma que, na prática, a educação cooperativa se concebia dentro dos marcos tradicionais da extensão rural. Os métodos seriam quase os mesmos: formais, precários, irregulares, sem capacidade para desencadear motivações internas na comunidade camponesa, desvalorizando o papel das massas como agentes de mudança. O núcleo da capacitação estaria constituído pelo enunciado dos grandes princípios e não pela compreensão dos problemas que deve afrontar uma comunidade para se desenvolver de dentro, aprendendo a mobilizar os seus recursos internos (183). Esta opinião coincide em parte com o assinalado por Barraclough & Fernandez, porém diverge dos programas apresentados para 1972/73 pelo CTNC, que excluíam os conteúdos tradicionais, e incorporavam propostas metodológicas e instrumentais mais ricas.

A questão de fundo está na diferença entre as propostas políticas, as elaborações do planejamento, e os conhecimentos, habilidades e ideologia, dos burocratas e técnicos de nível intermediário, e dos camponeses, formados em outra e para outra realidade. A diferença entre as políticas educacionais renovadoras (embora possamos criticá-las como pouco inovadoras em questões fundamentais) e a prática, é que a capacitação muda num outro ritmo, na medida em que deve romper a sua inércia prática, resultante da falta de espírito crítico, produto do ativismo, do sectarismo, da falta de instâncias de reflexão e sobretudo, da falta de um pensamento educacional adequado à realidade nacional, camponesa e cooperativa camponesa, que se expressava numa concepção e metodologia específica e nem sempre adequada, para o contexto e momento histórico, de construção socialista, que se vivia na época. As concepções de Paulo Freire aparecem como transfundo de algumas concepções, e sobretudo de método, porém relacionadas a um desenvolvimento de consciência dos participantes, mais que ligado à organização popular e ao desenvolvimento econômico local.

O depoimento de um dirigente da Zona Sul, nos ajudará a reconstruir, a partir das suas lembranças, a prática capacitadora da época (184).

"La capacitación yo creo que, era en cierto modo... yo no diría que venía del Gobierno, diría que venía más del deseo de la gente querer, que se yó, que si yo le entrego alguna capacitación a esas personas, lo gane, digamos, de forma proselitista, para mi

causa, que se creía en ese tiempo que podía ser la única y la mejor, entonces, no se educa, digamos, no se capacitaba a la gente con la abertura ... con el espacio que la gente quiere" ... "Se hacía capacitación, los funcionarios de INDAP ... Entonces la capacitación era envuelta, digamos, envuelta en política, entonces, la persona que, a veces, demostraba ciertas discrepancias, como que se le aislaba ...".

Uma primeira afirmação era que a capacitação tinha um certo objetivo de cooptação política e um caráter de propaganda político-partidária. Era um instrumento - seguindo o depoimento - de ação mais partidária que de política de Estado. Isto implica que o cooperativismo camponês, a nível de base, se considerava um espaço de disputa ideológica. Os objetivos cooperativistas se subordinavam aos fatos políticos conjunturais e à ideologia que se tentava difundir.

Entre os conteúdos tratados "nos enseñaban partiendo... de unos tejedores ingleses, algo por allí, comenzamos con esos principios, habían algunos principios del cooperativismo, digamos, que tiene que ser el cooperativismo mas libre, libre ingreso, libre retiro de un cooperativa, de que todo lo que se produzca en una cooperativa, tiene que ser...las ventas al contado, por ejemplo, y que el cooperativismo es, a-político y a-relig... no puede haber religiones en esto. Cosas así. Y eso nosotros lo reconocíamos, plenamente, creíamos que las cosas así tienen que ser, porque entonces no confundíamos una cosa por otra, sino que estábamos atentos de prepararnos para poder

solucionar nuestros problemas y necesidades"... "Como empezaron a funcionar en Europa, en Inglaterra propiamente tal, los primeros pioneros cooperativos; porqué se formó la primera cooperativa de tejedores, como funcionó, como fue desarrollándose".

Os conteúdos da capacitação enfatizam, precisamente, os termos tradicionais da educação cooperativa: os princípios cooperativos e o "nascimento" em Rochdale do movimento a nível mundial. Isto estaria contradizendo, radicalmente, as orientações dos Programas Nacionais de Capacitação, e seriam extensões -ideológicas, conceituais e metodológicas- dos programas implementados no Governo anterior. O caráter mais ou menos político dos conteúdos, seria dado por um discurso expressamente ideológico, que, os funcionários difundiriam em diversas instâncias e momentos. A diferenciação entre ambos aspectos deve ter sido tal, que o dirigente assinala que os camponeses ouviam o que lhes interessava (isto é, se ligava à solução dos seus problemas imediatos) e deixavam de lado o discurso político (que era de interesse individual). Novamente se dicotomiza o caráter político-ideológico da educação técnica propriamente tal.

Ademais se ensinava "la ley de Cooperativas, lo que era el Estatuto de la Cooperativa ya formada, como funcionaba cada estamento, el Consejo de Administración, cuales son las responsabilidades, se nos hacían minicursitos, que le llamábamos nosotros, muy chicos, sobre administración, con ejemplos muy concretos".

A educação cooperativa noutro conteúdo tradicional: a

administração, também não inovava: se centrava na normatividade que estabelecia as possibilidades e limites da organização (a Lei, o Estatuto, os regulamentos).

Não sabemos se esta capacitação se deu em 1971 ou em 1973, quando poderia ter mudado. Todavia, nos mostra que, a formação dos agentes educativos reproduziam uma concepção cooperativa, ideologicamente fundamentada numa história européia e "des-contextualizada", e concebida, a gestão, como manejo de normas, leis e regulamentos, mais que como um instrumento de exploração de recursos internos e externos, potencializando-os.

As metodologias usadas eram várias: os "mini-cursitos" de administração, cursos mais longos, e os "Círculos de Estudio" (resultado de influência Freiriana).

"Se hacia en grupitos, por ejemplo, círculos de estudio que se llamaban, no mas de cinco, en torno a una mesa, por allá otro grupito, en alguna otra sala, por ahí, entonces a lo mejor se le hacia una pauta de trabajo sobre esto mismo, que lo discutan, que lo conversen, entonces después se iban viendo, se recogiendo todos esos antecedentes ... las cinco personas tenían que participar [...] había una pauta de preguntas, sobre cooperativismo y ahí estaban los antecedentes de como empezaron a funcionar en Europa [...] entonces nosotros aplicábamos esto a cada quehacer que tenga el hombre, en cada uno de los quehaceres de la vida misma [...] nos hacíamos una serie de interrogantes; nosotros mismos íbamos descubriendo otras cosas para discutir, y allí el grupo se iba afiatando, se iba mejorando, iba madurando,

iba creciendo en la discusión de distintos terminos [...]. Eso se nos hacia todas las semanas, dos veces a la semana [por] quizas mas de un año. Venia un técnico ... o nos ponian movilización e ibamos 10, 12 personas, nos llevaban a la oficina ahí, con diapositivas, así y todo, preparado en autofolio, nos enseñaban a manejar todo es-te tipo de trabajo. [Nos mini-cursitos de administração se usavam] ejemplos muy concretos: si habia un almacencito, se hacia formar un inventário, de todos los apuntes que habia que llevar a diario, de todas las boletas, como se podian hacer los resúmenes mensuales, trimestrales, a utilizar planillas".

A metodologia geral, de longa duração e intensidade, assumia aspectos da proposta de P. Freire dos "Círculos de Cultura" adaptados sob o nome de "Círculos de Estudo", formados por pequenos grupos de camponeses, que discutiam a sua realidade cooperativa. Todavia isto iria de encontro às propostas de P. Freire de levantar as ideias, concepções (os "modelos" neste caso) da realidade à abstração, na medida em que a discussão era sobre conteúdos já dados, outorgados ao grupo.

Esta metodologia pesse a opinião em contrário do dirigente, dificultava o desenvolvimento de uma criticidade nos camponeses, na medida que, da perspectiva epistemológica, se refletiria a partir de um conhecimento já dado e aparentemente válido pela prática e história. A tarefa do camponês era a de adaptar e integrar esse conhecimento, à realidade local. Tudo é dado previamente: a doutrina, a história, o modelo de organização, as

leis e normas e até o Estatuto. A tarefa camponesa não é a de criar, é a de adaptar. A função da pedagogia não é desenvolver a criticidade como método de pensamento, senão a análise da realidade a partir de matrizes lógicas, epistemológicas, prévias, dadas, permanentes e "válidas". Nesse sentido, o esforço metodológico, que tentava ligar a teoria ao cotidiano camponês, que tentava utilizar um método libertador, terminava reforçando uma mentalidade integradora e adaptativa de modelos pré-concebidos à realidade. E esta adaptação nem sequer se exigia que fosse prática (onde poderia se descobrir a contradição e iniciar um caminho crítico), senão se resolvia na discussão, no discurso, na sala de reuniões, na sala de capacitação do INDAP.

Não foi em vão que a sua cooperativa "funcionó en un estado muy precário, 3 o 4 años, no más". Não é que a capacitação seja sozinha responsável por este fracasso. Não acreditamos que a capacitação por si possa organizar, nem CERAs, nem Cooperativas. Todavia, é um fator importante, que contribui, potencializando ou atrasando, recursos humanos e processos de participação.

ICIRA considerava como beneficiários das suas ações específicas as Cooperativas Camponesas, e o cooperativismo como temática das suas atividades de "adiestramento". Elaborou também alguns materiais de capacitação ("Manual de Capacitación No. 1 - La Capacitación Organizada") assim como alguns estudos ("Cooperativas y Estructura Agrária" e "Las Cooperativas en el Capitalismo" de Enrique Astorga; e "Hacia un análisis de la conciencia de los campesinos" de David Lehmann) que se referiam

ao setor (185).

Em 1971 se criou e construiu o "Instituto de Capacitação Mapuche", em Temuco, com capacidade para 160 pessoas. O Instituto tinha por objetivo -entre outros- oferecer uma capacitação adequada, que promovesse o desenvolvimento econômico, social e cultural do povo mapuche (186). É possível prever -embora não tenhamos certeza- que, nele, deveriam ter se incluído objetivos e conteúdos cooperativistas, se consideramos que a Lei Indígena, proposta pelos mapuches e apresentada ao Legislativo, pelo Governo, colocava a Cooperativa como modalidade de organização econômica para as comunidades.

Em forma paralela às ações do Governo, operavam as instituições privadas de educação extra-escolar e MCM, sob orientação, direta ou indireta, da democracia cristã, expandindo as suas ações (187). Algumas instituições privadas, como o IER, que operavam recursos públicos, atuavam, descentralizada e autonomamente, sem controle público (188). A "Fundación Departamento Universitario Obrero Campesino de La Universidad Católica" (DUOC), que em 1971 capacitou cerca de 15.000 pessoas, tinha entre a sua clientela, as Cooperativas Camponesas (189). Outras instituições, como INPROA, operavam suas atividades de capacitação e assistência técnica a 23 Cooperativas Camponesas, com recursos de doações e subvenções estrangeiras (órgãos católicos europeus, créditos do BID, recursos da US/ AID e de fontes financeiras internas) que chegavam a 2.425.000 dólares (190). Operavam algumas regionais, como a "Asociación Cristiana

Evangélica" (ADE), e a "Fundación Radio Escuelas para el Desarrollo Rural" (FREDER), de Osorno, que atuava com "radio-escola" rural. A eles se deve agregar o "Peace Corp" (Corpo de Paz) (191) que nos marcos da US/AID, atuava, através de "voluntários" em labores de assessoria técnica e capacitação cooperativa.

Em termos gerais temos que, no período, a educação cooperativa camponesa não parece ter se convertido num processo preponderante no êxito das organizações.

Diversos fatores explicam isto. O caráter secundário atribuído à capacitação, em relação a outras políticas públicas, em especial as ligadas à questão política e econômica. A coexistência, dentro da UF e do aparelho de Estado, de diversas concepções e práticas educacionais, muitas vezes contraditórias entre si, sem integração nem unidade. A existência de dois aparelhos, contraditórios e em oposição (ideológica e política) na capacitação camponesa: um setor estatal, de orientação socialista (com contradições internas) e outro, privado, de orientação democrata-cristã (social-cristã, com maior homogeneidade). A incapacidade dos órgãos públicos superiores de impulsionar políticas de capacitação, que se traduziram em políticas coordenadas e efetivas, a nível de base. Finalmente, a incapacidade nacional e setorial de desenvolver uma concepção cooperativa e de educação cooperativa, adequados ao novos pensamentos e circunstâncias históricas. Isto fez com que se reproduzisse o discurso e método "comunitarista" num contexto

socializante e de aguda luta "ideológica" de classes. O apoio que se verifica às organizações em termos políticos, produtivos, de crédito, etc., não se verifica com igual intensidade no caso da capacitação cooperativa.

E qual era a atividade educacional do movimento cooperativo na época?

Neste período se realizaram importantes eventos cooperativos que integram, nas discussões a educação cooperativa: Encontro Nacional de Dirigentes de Cooperativas (1971) e Seminário de Difusão Cooperativa (Setembro, 1972). Neles se discutiram as proposições elaboradas em 1972 pelo ICECOOP num documento de base, (192) que nos permite conhecer o conteúdo colocado na agenda da discussão cooperativa da época.

A educação, assinala o texto, entende a cultura como síntese de todas as conquistas humanas em proveito do homem e que eles, por serem homens, estão criando e recriando. A educação é um processo que, em forma dialógica permite ao homem se integrar ao mundo com os seus riscos e vantagens, com os seus direitos e obrigações. Deve fazer do homem um sujeito da sua própria história; um sujeito livre, justo, crítico, criador e solidário, que seja capaz de orientar o seu esforço e trabalho diário visando o benefício de todos. Após, assinalar o valor desta concepção para a democracia cooperativa, define a "Educação cooperativa -numa concepção de capacitação permanente- como "el proceso de formación y capacitación que permita a los miembros del movimiento ser partícipes reales y eficaces y que, al mismo

tiempo extienden los efectos y beneficios al mas amplio sector de la comunidad en la cual operan" (193).

Esta concepção enfatiza duas questões, da qual a segunda é consequência da primeira: a participação real e eficaz no movimento é o que produz resultados benéficos para a comunidade na qual atuam. Sem dúvida que os problemas da participação social organizada e a transformação social, que constituíam o pano de fundo das práticas sociais da época, se expressam nessa definição.

A seguir se assinalam os objetivos essenciais da educação cooperativa:

a) A tomada de consciência sobre a realidade nacional e o papel do cooperativismo como fator de equilibrio numa economia de mercado; b) fazer mais eficaz e eficiente a participação nas decisões, no usufruto de direitos e desempenho de obrigações; c) capacitação técnica de alto nível; d) incorporar os novos elementos tecnológicos para aumentar os serviços cooperativos; e) divulgar os principios, valores e métodos do cooperativismo a toda a comunidade para conseguir a sua adscrição e colaboração.

Finalmente se listam os principais problemas educacionais do momento:

"a) Ausência de objetivos compartidos y multiplicidad de tendencias;

b) Carência de recursos suficientes y desintegración de los existentes;

c) Ausência de planificación y excesiva programación sin

metas generales;

d) Ausência de integración real y excesiva institucionalización;

e) Ausência absoluta de comunicación entre la base a niveles horizontales;

f) Ausência de contacto con los sectores universitarios, tecnológicos y cooperativos extranjeros e internacionales;

g) Ausência de intercâmbio de experiências educacionais;

h) Limitación al sistema y falta de penetración en el mundo sindical y de educación sistemática". (194)

Os objetivos se orientam a três questões centrais:

a) Consciência para compreender o meio e participar, em consequência, de um modo eficiente e eficaz; b) capacitação tecnológica; c) obter o apoio cidadão através da difusão da filosofia e prática cooperativa.

Destes, o primeiro e o último se encontram como fios condutores; todavia, a ênfase na formação técnica e tecnológica, implica uma precisão moderna que, em outros momentos, tem sido substituída por uma mais geral e burocrática noção de "administração cooperativa". Isto demonstraria o valor atribuído a modernização tecnológica que se previa para o cooperativismo da época.

Os problemas listados constituem um conjunto de dificuldades sintomáticas a 1972 e que se projetaram no tempo, na medida em que nem todas conseguiram se resolver até 1973; pelo menos no que diz respeito do setor camponês.

Cabe aqui fazer um breve apartado sobre o financiamento do ICECOOP, como principal instituição de educação cooperativa.

Até 1973 é possível estabelecer três etapas, da perspectiva do financiamento que permitia o seu acionar: (195)

a) 1963-1966. Contou com a ajuda da US/AID para sentar as bases da Instituição e a infraestrutura necessária ao seu funcionamento. Neste período as ações principais eram cursos ou seminários de duração variável que apontavam a difundir o cooperativismo na sociedade, como doutrina econômica e social;

b) 1966-1969. Manteve-se graças às contribuições de cooperativas socias e pela prestação de serviços. Foi um dos momentos mais difíceis. Culminou quando o Decreto 782 criou o Fundo Nacional de Educação Cooperativa, com recursos dos remanescentes das cooperativas;

c) 1970-1973. Graças aos recursos do Fundo não houve problemas econômicos, todavia, pelas condições econômicas do país que afetavam os rendimentos das cooperativas, eles alcançavam justo para financiar a instituição.

A partir de 1974 se criou o Fundo de Assistência Técnica e Educação Cooperativa (FATEC) que, durante vários anos e até ser dissolvido, permitiu continuar sustentando economicamente a educação cooperativa impartida pelo ICECOOP.

Nesse contexto educacional cooperativo podemos nos aproximar à visão que a Confederação tinha sobre este processo, a partir do documento de "Políticas Gerais" que já revisamos anteriormente (196).

A Comissão Nº 3 parte colocando como um grave problema a falta de capacitação:

"Estando en estos momentos los campesinos cooperados, aislados o apartados de toda Capacitación Estatal, ya sea mediante la entrega directa de fondos para las Organizaciones de Cooperativas campesinas, la efectiven, o de la entrega de una Capacitación por intermedio de un Organismo Gobernamental, creemos que se debe buscar una pronta solución a este grave problema".

Isto é, se a capacitação era um fator considerado secundário, a educação cooperativa, era mínima. Isto coincide com a escassa informação existente sobre atividades com cooperativas camponesas e com o pouco valor atribuído ao setor nos programas curriculares de capacitação.

Para conseguir que os sócios tomem consciência das tarefas empenhadas, se propõe que CAMPOCCOP conte, através de Convênios ou Lei, com recursos necessários para desenvolver por si a capacitação a nível nacional, Provincial e Comunal. A organização decide se fazer cargo da capacitação frente à incapacidade do Estado, a todo nível: nacional, regional e local.

A Capacitação deve entregar os elementos que permitam ao sócio de base, racionalizar sua ação e atuar conscientemente na sua Cooperativa. Afirma-se a capacitação para as bases por sobre os dirigentes, visando que a sua ação seja racional e consciente, fatores chaves da participação. Os métodos para isto são os de análise da realidade, instrumentos de programação, sistemas de

controle e contabilidade, etc. e aproveitar as experiências das organizações.

Para a organização interna, a capacitação dos sócios orientar-se à capacidade de exercer um controle eficaz sobre os dirigentes e sua gestão.

Se reforça a formação de base dos sócios visando desenvolver os mecanismos e comportamentos de controle sobre os dirigentes. Procura-se, pela capacitação, gerar o equilíbrio interno, necessário para o funcionamento eficaz da empresa: gestão e controle. A preocupação com a organização e a comunicação visa melhorar as relações verticais no movimento, e a relação entre dirigentes e as suas bases; fatores que influenciam na participação, na tomada de decisões e no compromisso dos sócios com a organização.

Para elaborar e financiar os programas, poderá solicitar apoio do Estado. Porém se coloca, também, que as Cooperativas devem contar com os seus próprios técnicos capacitando jovens das organizações, através de bolsas e nívelações. Sem negar o apoio técnico e financeiro estatal, se retoma uma questão colocada para a administração e assistência técnica: contar com funcionários próprios, neste caso, capacitadores, para solucionar os seus problemas e responder às suas necessidades, com independência, autonomia e eficiência.

NOTAS À SEGUNDA PARTE.

1. Não há uma história do Cooperativismo camponês neste período, porém, há referências ou trabalhos que podem ser consultados e que tratam do setor. Podem se consultar obras (de diversas tendências sociológicas e ideológicas) como as seguintes: "Las Cooperativas en el Desarrollo Agrario de Chile". A. Garcia, 1970; "Información y Diagnóstico del Cooperativismo Agropecuario. 1962-1964". G. Sanchez R., 1964; "La cooperación agraria en el Desarrollo de Chile", A. Garcia, 1972; "Diagnóstico de la Reforma Agraria chilena", S. Barraclough & A. Fernandez, 1974; "Capitalismo y lucha de clases en el campo. Chile 1970-72". A. Saavedra, 1975; "Poder y Reforma Agraria en la experiencia chilena". J. Chonchol, in: Chile Hoy, 1970.

Outros documentos, livros, conferências e artigos, encontram-se na Bibliografia Geral. Entre os artigos cabe assinalar o de Cristobal Kay, 1978 ("Reforma Agraria y movilización campesina en Chile") que faz uma interessante análise das publicações sobre a reforma agrária e o papel do campesinato nela, mostrando as contradições entre os diversos autores.

2. Chonchol, J.; 1964:102-103.

3. Id. ant.; 1964-:85.

4. Islas, P.; 1979:1.

5. Id. ant.; 1979:1.

6. Id. ant.; 1979:2.

7. Affonso, A.; 1973:31. O Congresso se realizou em Lautaro, do 29.04 ao 05.05. de 1962.

8. Islas, P.; 1979:2.

9. Bruna, S. In: Gonzalez C., P.; 1985:105.

10. Islas, P.; 1979:2.

11. Witker, A.; 1984:118.

12. Affonso, A.; 1973:31.

13. Secretariado General del Episcopado de Chile; 1962:29.

14. Id. ant.; 1962:29.

15. Vial, M. C.; 1982:23, 24.

16. INPROA; s.d.:3. Os estabelecimentos foram: "Los Silos de

Pirque", "Las Pataguas Cerro", "Alto Melipilla", "San Dionísio" e "Alto Las Cruces".

17. Gomez, S.; 1982:54.

18. INPROA; s.d.:5.6.

19. Gomez, S.; 1982:99-100.

20. Chonchol, J.; In: Chile Hoy, 1970:284.

21. Garcia, A.; 1972:82.

22. Mons. Manuel Larrain, in "Ercilla", Abril, 1961, In: INPROA; s.d.

23. Miquel, J. E.; 1989:29. "Personeria Juridica" concedida o 21.08.1963 por D. D. No. 377, do Ministério da Economia.

24. Sanchez R., G.; 1964:13, 14, 15.

25. Id. ant.; 1964:41.

26. Chonchol, J.; entrevista a G. Williamson; 1987.

27. Id. ant.; 1970.b:3. Palestra no "Seminario las Cooperativas en el Desarrollo Rural de Chile".

28. Sanchez R., G.; 1964:41-42 .

29. Trivelli, Hugo; s.d.:21. Entrevista de H. Acosta a Hugo Trivelli, ex-Ministro de Agricultura do PDC.

30. Artigo 67 e 67, letra f, que autoriza a distribuição de terras adquiridas por CDRA a Cooperativas, e às suas Federações, Uniões ou Confederações.

31. Artigo 67.

32. Artigo 132.

33. Artigo 67.

34. "Mensaje del Ejecutivo" (1965). In Vodanovic, A.; 1967:29.

35. Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:42.

36. Molina, S.; 1972:77.

37. Id. ant.; 1972:73.

38. Artigo 225 de Lei 16.640 de R. A. que modifica o artigo No 4

- do DF-RRR No 20. In: Vodanovic H., A.; 1967:143.
39. Klingerberg, G.; in Ortega, H. ed.; 1981:83.
40. Bengoa, J.; 1983:64.
41. Klingerberg, G.; in Ortega, H. ed.; 1981:156.
42. Garcia, A.; 1972:82.
43. Id. ant.; 1972:82.
44. Gross, A.; s.d.:37.
45. Conclusões do Congresso. In CAMPOCCOOP, Boletim "Su Informativo", No. 2; 1979:7. As Atas do I e II Congresso estão tiradas do resumo "Lo socio-político y el cooperativismo campesino" (CAMPOCCOOP, 1986) do trabalho de Williamson C., G.; 1985.
46. "Resolución No 22" do 13.02.1970 do Ministério de Agricultura, publicada no D. O. do 25.02.70.
47. CAMPOCCOOP. "Copia fiel anexos Balance general a fecha 13 de febrero de 1970 al 30 de Junio de 1971.
48. CAMPOCCOOP. Primera Memoria 1970-1971.
49. As outras eram a "Confederación de Cooperativas de Productos hortalizas, frutas y otros productos similares" (1970) e a "Confederación General de Cooperativas de Chile" (1969).
50. CAMPOCCOOP. Primera Memoria 1970-1971.
51. Gross, A.; s.d.:37.
52. Affonso, A.; 1973:38.
53. Gross, A.; s.d.:41.
54. Affonso, A.; 1973:36.
55. in Bengoa, J.; 1983a.:26.
56. Klingerberg, G. in Ortega, H. ed.; 1981:147.
57. Durán, E. & B. Larraín; 1986:16.
58. Bengoa, J.; 1983b.:62.
59. Id. ant.; 1983a.:36.

60. Bruna, S. in Gonzalez C., P.; 1986:114.
61. Chonchol, J. in Chile Hoy; 1970:320.
62. Id. Ant.; 1970:312-313.
63. Formado pela SNA, CAS, CONSEMACH, "Federación Nacional de Cooperativas Agrícolas" e ligado à "Confederación de la Producción y el Comercio". Saavedra, A.; 1975:284.
64. Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:185.
65. Depoimento de dirigente da Cooperativa Sol de Chile, Comunidade La Goleta. Transcrição direta da fita.
66. Chonchol, J.; 1964:74.
- 67.. O nível educativo médio da população rural, em 1964, era de 2,4 anos . Castro, P.; 1977:50.
68. Uma pesquisa demonstra como o 78 % dos camponeses da amostra prefere, frente à comercialização, uma resposta individual, a uma cooperativa. DESAL; 1968:94. De qualquer forma este individualismo é uma questão que deve ser tratada mais globalmente, já que é possível encontrar também, muitas atividades solidárias na cultura rural, e, inclusive, na economia camponesa.
69. Chonchol, J. 1964:93.
70. CDRA; 1968:14, 15.
71. Id. ant.; 1968:49.
72. Castro, P.; 1977:78.
73. ICIRA publicou trabalhos de Plinio de A. Sampaio (numa coletânea sobre reforma agrária "Notas sobre la organización campesina"), de Almino Affonso ("Trayectoria de movimiento campesino"), e de Paulo Freire ("Sobre a acción cultural").
74. ICIRA; 1972:12.
75. Lei 16.640. Cap. VII. Art..225.2.f. in Vodanovic, H., A.; 1979:143.
76. Castro, P. 1977: 76.
77. Chonchol, J.; 1964: 41, 74, 75, 77.
78. Esta hipótese é a que tentamos demonstrar na nossa monografia: "Paulo Freire: 1965-1969. Su paso por Chile y el Chile por que pasó". (1990).

79. Castro, P.; 1977:74-75.
80. Castro, P.; 1977:85. Referindo-se ao trabalho "Paulo Freire: la mythe de sa methode d' alphabetisation et de conscietization. Une experiencie au Chili: 1966-1969" de Barbara Larrain (Paris, 1972).
81. Gajardo, M.; 1981:117-120.
82. Chonchol, J. Entrevista a G. Williamson. (1987).
83. Id.; ant.
84. Freire, P.; 1973:13.
85. Barria, L. (coord.); 1971.
86. Id. ant.; 1971:8, 9.
87. Id. ant.; 1971: 144, 145.
88. Garcia N., A.; 1970:147, 148.
89. Castro, P. 1977:76.
90. Barros, G. 1974:206.
91. In Garcia N., A.; 1970:146.
92. Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:22.
93. Gross, A.; 1975:12-13.
94. MINEDUC; 1968:49, 50.
95. Ver Fernandes, R. C. (org.), 1982.
96. Ver Paiva, Vanilda, 1983.
97. Ao de P. Castro (1977) agrega-se, entre outros, o de Marcela Gajardo: "El desarrollo de la Capacitación campesina en Chile: 1960-1970" (2 vol. Santiago, 1974).
98. Castro, P.; 1977:77.
99. Id. ant.; 1977:70.
100. Id. ant.; 1977:79.
101. Id. ant.; 1977:75, 76.
102. Varios depoimentos de antigos dirigentes cooperativos,

resultantes de nossa pesquisa de campo. Extratos das gravações.

103. Uma pesquisa do DESAL assinalava em 1967 que 42% da amostra de camponeses da Região do Maule, tinha ouvido falar de cooperativas, embora não estivesse ligado a elas. DESAL:1968:39.

104. Informações de pesquisas do "Servicio de Cooperacion Técnica", "Departamento de Cooperativas" y "Centro de Investigaciones Sociológicas de la Universidad de Chile" In. Garcia, A.; 1970:76.

105. Id ant.; 1970:118.

106. Hernandez, I.; 1970.

107. Bruna, S. in Gonzales C., P.; 1985:42.

108. O "Programa Básico da Unidade Popular", que utilizamos como fonte é o exposto por A. Witker, 1978.

109. Huidobro, V.; 1970:26.

110. Chonchol, J.; 1970c:40. In entrevista a Jorge Uribe Navarrete.

111. Garcia, A.; 1972:16.

112. Chonchol, J.; 1970b.:6-8.

113. Para estas discussões ao interior de INDAP, utilizaremos um "Acta de reunión de Departamento de Desarrollo Social (DESOC) de INDAP", sob a coordenação de I. Llona, em agosto de 1971, e da qual participaram cerca de 10 pessoas de diversos partidos políticos da UP. Xerox da original.

114. "É certo que num Estado Capitalista as Cooperativas são instituições capitalistas coletivas" (Lenine, V. I.;1983:360). Todavia quando o "Estado é exercido pela classe operária e em que o Estado detém todos os meios de produção, só nos resta efetivamente agrupar a população em Cooperativas" (Id.ant.;1983:356).

115. Bruna, S. in Gonzalez C., p.;1985:128.

116. In Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:62.

117. Id. ant.; 1974:42.

118. Id.ant.; 1974:90-93.

119. Id. ant.; 1974:92.

120. id. ant.; 1974:94.

121. id. ant.; 1974:95.
122. In: "Acta de la reunión de Departamento de Desarrollo Social (DESOC) de INDAP". 1971.
123. "Acta de la Junta Extraordinaria de socios de la Confederación Nacional de Cooperativas Campesinas Ltda" realizada em Curitiba nos dias 22 a 24 de Junho de 1972.
124. Barraclough, S. & J. A. Fernandez; 1974:186.
125. Gomez, S.; 1982:150.
126. Seguindo a composição dos seus dirigentes, os Conselhos apoiavam ou rejeitavam as políticas impulsionadas pelo Governo (Gomez, S.; 1982:35). Em Lautaro haviam, em 1971, dois Conselhos Comunitários paralelos, um controlado pelo MIR/PS e outro pelo PDC (Bruna, S. in Gonzalez C., P.; 1985:138). O CNC (nível nacional criado pelo Decreto 481), contava com maioria de delegados de oposição. (Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:210).
127. Hernandez, I.; 1970.
128. Silva, P. in Faundez N., J. et alii; 1988a.:11.
129. Formado (13.08.1967) pelo Consorcio Agrícola del Sur (CAS), a "Confederación Nacional de Sindicatos de Empleadores Agrícolas" e a "Federación Nacional de Cooperativas Agrícolas". Saavedra, A.; 1975:284.
130. Faundez, J. & A. Gross; 1988b:4.
131. Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:186.
132. Ver o texto de J. Chonchol, "O Sistema burocrático: instrumento e obstáculo no processo chileno de reforma agrária".
133. Ver "Acta de la reunión del Departamento de Desarrollo Social (DESOC) de INDAP". 1971.
134. Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:210.
135. "Acta de la Junta Extraordinaria de CAMPOCOOP". 1972.
136. Gross, A.; s.d.:43.
137. Por exemplo, a Coop. "Victor Schenke", que, segundo a sua Memoria Anual 1971-1972, se encontrava em recesso de atividades de direção e manejo.
138. O caso da Coop. "Tomé" que, em 1972-73, na prática, faliu no

negocio de produçãõ de frangos.

139. Barria, L. & L. Careceda; 1984:73.

140. Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:280.

141. Id. ant.; 1974:187.

142. Id. ant.; 1974:261-281.

143. Id. ant. 1974:60.

144. Ramirez, E. Entrevista in Revista "Chile Cooperativo", No. 2; 1987:16.

145. Barraclough, S & A. Fernandez; 1974:192.

146. Jeannot, B. in Witker, A.; 1978:214.

147. Gross, A.;s.d.:41.

148. Id.ant.;s.d.:43.

149. Id.ant.;s.d.:41.

150. Id.ant.;s.d.:37.

151. Barraclough, S. & Fernandez, J. A.;1974:185.

152. Id.ant.;1974:186.

153. Id.ant.;1974:185.

154. Id.ant.;1974:185.

155. Id.ant.;1974:178.

156. Id.ant.;1974:179.

157. Primera Memoria 1970-1971.

158. Copia Fiel Anexos Balance General fecha 13 de Febrero 1970 al 30 de Junio de 1971. CAMPOCODEF recebeu do 1 % aos créditos, 70.000 Escudos em 1970,e 122.000 no primeiro semestre de 1971, superando, desta forma, o crédito de INDAP.

159. "Acta Junta General Ordinaria de Socios da la Confederación Nacional de Cooperativas Campesinas de Chile".

160. Documento " Politicas Generales de la Confederación".

161. HRB. Hectárea de Riego Básica. Módulo Básico Rural equi-

valente a 6 Has. físicas na Zona do Maipo.

162. Cit. de Bengoa, J. in Bruna, S., in Gonzalez C., F.; 1985:132, 133.

163. Larraín, A., s.j.; 1972:293.

164. O trabalho de Garcia (1972) descreve várias modalidades diferentes a partir do estudo de caso de algumas cooperativas "tipo".

165. Chonchol, J.; 1970:9,10.

166. Garcia, A.; 1972:98.

167. Ver o artigo de J. Chonchol sobre Burocracia agrária da cit. 129.

168. Williamson, G.; 1984:13.

169. Barracclough, S. & A. Fernandez (1974) analisam, no cap. V a organização do Estado para a Capacitação.

170. Id. ant.; 1974:220.

171. Id. ant.; 1974:230.

172. Id. ant.; 1974:231,232.

173. Id. ant.; 1974:202.

174. Comité Técnico Nacional de Capacitación. 1972.

175. Id. ant.; 1972:1.

176. Id. ant.; 1972:17.

177. Barracclough, S. & A. Fernandez; 1974:236.

178. Id. ant.; 1974:319.

179. Id. ant.; 1974:235. Esta é a análise básica dos autores, que exemplificam com algumas afirmações de uso comuns.

180. Id. ant.; 1974:236.

181. Id. ant.; 1974:319.

182. Id. ant.; 1974:320.

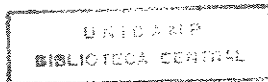
183. Garcia, A.; 1972: 43-44.

184. Depoimento colnido em noesso trebainho de campo.
185. ICIRA. 1972.
186. Jeannot, B. In Witker; A.; 1978:215.
187. Castro, F.; 1977:171.
188. Barraclough, S. & A. Fernandez; 1974:221.
189. DUOC; 1972: 1.4. Oferecia Cursos numa área de "Problemas Camponeses" e outra de "Cooperativismo", entre os quais um de "Capacitado em Cooperativas" (1 Semestre). Entre os seus "Programas de Educação" desenvolvia uma linha de "Programa de Educação Cooperativa", de 4 Semestres, nos quais os participantes iniciavam um programa básico de introdução e nivelção, continuavam a nível de monitores, o terceiro Semestre de "Auxiliares" e o último culminava como "Experto".
190. Garcia, A. 1972:11a.
191. Id. ant.; 1972:114.
192. Gross, A.; 1975.a.; 14-18. As traduções são do autor da Tese.
193. Id. ant.; 1975.a:17.
194. Id. ant.; 1975.b:44.
195. Id. ant.; 1975.
196. CAMPOCCDDP. Documento "Políticas Generales de la Confederación".

GUILLERMO JOSÉ M. J. WILLIAMSON CASTRO

*EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO: HISTÓRIA SOCIAL
EDUCACIONAL DE UMA ORGANIZAÇÃO
CAMPONESA*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
1992



Tese apresentada como exigência parcial
para a obtenção do Título de DOUTOR EM
EDUCAÇÃO na Área de Concentração em
Filosofia e História da Educação da
Universidade Estadual de Campinas.

Orientador:

Prof. Dr. Hugo R. Lovisolo

III. 1973-1986: RESISTÊNCIA, REORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO COOPERATIVISTA CAMPONÊS. A EDUCAÇÃO PELA ORGANIZAÇÃO.

1. 1973-1986: O difícil caminho da autonomia no autoritarismo.

11 de Setembro de 1973, as Forças Armadas dão um Golpe de Estado e é derrubado o Governo constitucional da Unidade Popular, encabeçado pelo Dr. Salvador Allende G. Termina, nesse momento uma etapa da vida democrática no país, e se inicia uma outra, autoritária e anti-popular. Com o Golpe culminam também um conjunto de processos políticos, sociais e econômicos que tinham entrado em crise com os fracassos das alianças conservadoras-liberais e do reformismo democrata-cristão, assim como, pelas dificuldades e incapacidades da Unidade Popular de administrar os crescentes conflitos e problemas econômicos levantados a partir da sua gestão, num contexto de luta de classes e crise econômica.

Existia, um acordo de fato, dos anos 30-40, a partir dos Governos da Frente Popular, entre a burguesia industrial e os seus Partidos, a classe trabalhadora (organizada na Confederação de Trabalhadores de Chile e, posteriormente, na Central Única dos Trabalhadores), a classe média (organizada em Associações Gremiais e Profissionais) e os Partidos populares e progressistas, no sentido de assegurar a industrialização nacional, permitir os avanços sociais a partir de uma ação específica do Estado, em benefício dos diversos grupos de trabalhadores urbanos, a solução dos conflitos pela via democrática e as transformações sociais

pela via parlamentar. As classes agrárias, avalizavam este acordo tácito, na medida em que supunha uma não-intervenção nas relações económicas, sociais e de poder, da estrutura fundiária. Eis o que se chamou "Estado de Compromisso" (1).

Esta situação, de equilíbrio cada vez mais precário, termina quando a esquerda tradicional, já nem só ameaça (como em 1958 e 1964) com atingir o poder, senão o obtém de fato (1970). O "Estado de Compromisso" não pode mais se sustentar como estratégia de desenvolvimento nacional.

As classes dominantes, em parte abaladas com a Reforma Agrária do Governo do PDC, opõem-se, desde antes de assumir o poder, à nova coaligação. O Governo dos Estados Unidos inicia também uma campanha de desestabilização económica, política e social. Estas duas forças começam a se aproximar ao "centro político" (composto, principalmente pelo Partido Democrata Cristão - PDC- e segmentos do Partido Radical -PR-) e a setores populares (de classe média, assalariados, operários, etc.) na busca de ampliar a base social da sua estratégia opositora, que incorporava todos os meios de luta: da utilização dos Meios de Comunicação de Massas aos atentados terroristas, da "Campanha do terror" ao assassinato de Oficiais, da utilização da tribuna parlamentar à sedição nos quartéis, do boicote económico ao movimento gremial opositor, do discurso em defesa da nação e da família ao retiro de bens e capitais do país. A profundização da luta de classes e o acesso ao poder de forças transformadoras, demonstram que o acordo que sustentava a democracia nacional, tinha limites determinados, prin-

principalmente, pela sustentação econômica e ideológica das classes dominantes, nacionais e internacionais.

Um segundo fator que entra em crise, em 1973, é a própria democracia liberal. De fato, ela não teve condições de integrar um projeto de transformações socialistas que, inevitavelmente, colocava em questão princípios básicos capitalistas, como a predominância da propriedade privada, as altas taxas de lucro, e a necessidade de dispor do poder político pelas elites dominantes para operar o seus projetos econômicos. Ao mesmo tempo que, necessariamente, levaria a uma agudização de contradições, na medida em que se tentava terminar com os monopólios, cartéis, dependência internacional, etc. A democracia tradicional foi incapaz de sustentar um projeto de transformações radicais da sociedade, embora nos seus mais iniciais estágios.

O centro político, em especial a Democracia Cristã e alguns setores do radicalismo, no fim terminou sucumbindo as opções insurrecionais, sem conseguir manter as suas posturas democráticas até o fim. Com contadas e honrosas exceções, de dirigentes e militantes, que terminaram - após o golpe - nos porões e cadeias, exiliados, assassinados ou perseguidos, até no exterior. O centro político frente à agudização dos conflitos sociais, cada vez mais radicalizados e hegemonizados pela oposição não-democrática (aliança de setores nacionalistas, da direita tradicional, do Governo dos Estados Unidos), terminou tendo que fazer uma opção e, pese às tentativas de alguns dirigentes de estabelecer diálogos com o Governo da Unidade Popular, no fim terminou, praticamente,

junto à estratégia subversiva.

Uma terceira questão que entra em crise, é a própria esquerda política. Tradicionalmente democrática, optou pelos avanços evolutivos e nos marcos da legalidade, como estratégia de aprofundamento democrático, na perspectiva de criar as bases do socialismo. A "Via Chilena ao Socialismo", pacífica, respeitando a Democracia e a Constituição, demonstrou ter deficiências: não considerava a questão militar, se construía a partir de uma posição social minoritária (se, nas eleições de 1973 a UP recebeu quase o 50 % dos votos, ainda assim, a outra metade da população tinha votado contra), não houve uma adequada integração entre as medidas econômicas e as políticas, etc. Por outro lado, no interior da esquerda e da UP, haviam também concepções alternativas sobre o carácter político do momento e sobre as estratégias para avançar no projeto socialista e no Programa da UP. Alternativas que, ao não se conciliar suficientemente, nem teórica, nem praticamente, não permitiram manter uma direção política e ideológica, única e pluralista, nem contar com o apoio do conjunto do movimento popular, que, continha importantes setores de trabalhadores, operários e de classe média, urbanos e rurais, ligados ao centro partidário. Isto terminou enfraquecendo o Governo, o movimento popular (em especial a Central Única dos Trabalhadores) e oferecendo inúmeros motivos, para as campanhas políticas e ideológicas das classes dominantes.

Finalmente, a participação popular que tinha começado no governo anterior, ultrapassou neste período, em alguns momentos e

lugares, os limites democráticos, e em outros às próprias direções políticas e sociais (como nos casos dos "Cordones Industriales" e algumas formas de "poder popular").

A estratégia socialista da Unidade Popular, por razões intrínsecas, de operação prática, de contradições internas políticas e ideológicas, de direção, de não consideração da questão militar, num contexto de violenta luta de classes, subversão e crise econômica, não teve condições de se impor, nem as forças populares de levá-la adiante.

Assim, em 1973, o país assiste à quebra do "Estado de Compromisso", como estratégia de construção nacional sobre a base de um acordo entre algumas classes; à incapacidade da democracia liberal de sustentar um processo radical de transformações sociais e socialistas; e à dificuldade e impossibilidade do movimento popular de levar adiante, um programa de construção das bases do socialismo, num processo radical de luta de classes. Economicamente, terminava também o desenvolvimentismo - fracassado - e dava-se início a uma nova fase de expansão capitalista.(2)

No regime militar podemos encontrar diversas etapas, políticas e econômicas, que permitem compreender os momentos em que se desenvolveram as organizações cooperativas.

Nos primeiros anos de governo (até 1977/78) as medidas econômicas tomadas tenderam fundamentalmente a um controle da inflação, por vias tradicionais (controle do déficit público, controle de salários, alguma modernização tecnológica, etc.). A partir desse ano, o Governo inicia o seu projeto econômico próprio, de

caráter neo-liberal, monetarista. Um grupo de economistas, ligados à "Escola de Chicago" e ao "Gremialismo", assumem a direção do setor econômico e começam a implementar uma política que se caracterizava, entre outras, pelas seguintes medidas: liberalização total da economia (abertura às importações, desregulamentação do mercado, impulso às exportações, etc.); privatização de quase todas as empresas estatais (setor muito importante, pela acumulação histórica de empresas e as incorporadas durante a Unidade Popular); controle rígido do gasto fiscal na procura do equilíbrio das finanças públicas; modernização tecnológica; colocar a livre concorrência como principal estímulo para a produção de bens e serviços e outorgar ao mercado o papel central da sua distribuição; a livre negociação de salários; abandono do Estado da sua ingerência econômica direta.

Pesse às crises econômicas de 1978 e 1981, com graves consequências sociais, produzidas tanto por fatores internacionais, como resultantes das medidas adotadas, o projeto neo-liberal foi imposto e se consolidou.

Em 1973 começa um dos períodos mais repressivos da história nacional.

São perseguidos, exiliados, detidos, assassinados, ou se encontram desaparecidos, milhares de militantes, dirigentes, trabalhadores nacionais e estrangeiros, de partidos e organizações populares. É um período de sistemática violação aos direitos da pessoa humana e de perda dos direitos de cidadania. A repressão e as políticas econômicas fazem com que -segundo informação da

Igreja Católica- quase um milhão de chilenos deva, a partir desse ano, emigrar do país.

Como consequência do "revanchismo" das classes dominantes, da necessidade política de destruir o forte e abrangente tecido social e popular democrático, desenvolvido e consolidado até 1973, e de destruir toda oposição ao novo projeto político e econômico, se estrutura e impulsiona um intenso trabalho de perseguição e desarticulação, legal e ilegal, formal e orgânico, das organizações populares.

As organizações da comunidade são colocadas sob autoridade das forças armadas: "as Juntas de Vizinhos", entram em recesso; o controle militar sobre o setor esportivo é fortalecido; agrupações culturais locais são dissolvidas e a atividade cultural é colocada sob a direção das Prefeituras (cujos prefeitos eram designados pelo regime autoritário).

Os Centros de Mães se constituem numa fundamental organização do regime; colocam-se sob direção direta da esposa do General Augustot Pinochet. Outorga-se à mulher, um especial papel na luta ideológica do regime, para constituir uma base de apoio massiva e orgânica. Estes Centros recebem recursos financeiros para desenvolver as suas atividades, que, na prática se convertem em pequenos projetos que ajudam, de uma ou outra forma, a gerar ingresos no grupo familiar popular, empobrecido pelas políticas laborais e o modelo econômico do próprio regime.

O governo militar assume a "Doutrina da Segurança Nacional" como ideologia orientadora do seu acionar. Entende a Nação

como organismo social e cultural, com uma identidade cristã-ocidental, economicamente capitalista, descentralizada, com tendência à expansão, guiada por valores permanentes e imutáveis, cujos guardiões são as Forças Armadas. Implica conceber que a democracia tradicional (liberal) mostrou-se incapaz de defender os altos interesses da Nação e, por isto, é necessário construir um novo modelo institucional, sob a proteção militar, que permita assegurar o desenvolvimento do país, defendendo-o de ideologias estranhas e alternativas.

É preciso elaborar, construir, e consolidar, um "novo projeto nacional". É a "refundação da nação" o que se persegue através das mudanças econômicas, institucionais, culturais e sociais, impostas ao país, pela força militar, que se considera a si mesma, investida da "missão" de interpretar e defender, os altos "interesses" e "objetivos" permanentes da nação.

O regime militar, e o seu projeto nacional, resultam, então, dos interesses das classes dominantes (burguesia financeira e exportadora, empresas multinacionais, principalmente, à que se somam, setores da burguesia industrial e agrária), administrado por técnicos ligados ao movimento gremialista e, secundariamente, a setores da direita tradicional e outros nacionalistas, sob a direção e proteção das Forças Armadas.

Este projeto se caracteriza por ser "neo-liberal" no econômico e guiado, política e culturalmente, pela "Doutrina da Segurança Nacional". Para impô-lo era necessário terminar com as tradicionais estratégias desenvolvimentistas e com o modelo democrá-

tico liberal. Era necessário também, eliminar as oposições a ele, em particular, as que poderiam ser levantadas pelo movimento popular.

A descentralização é levantada como a estratégia de reorganização administrativa do país. Uma medida administrativa, resultante desta características do projeto nacional impulsionado, foi a "Regionalización". Uma tentativa de modificar a administração pública, orientando algumas decisões às Regiões, a partir de um programa global de investimentos, de desburocratização, de privatização e de desenvolvimento regional. Embora, sem chegar a um federalismo, na medida em que as Regiões não dispõem de formalidade jurídica própria, e, são administradas por autoridades nomeadas pelo Presidente da República.

Junto à "Regionalização", impulsionou-se à "Municipalización", como unidade menor de cada Região. Vários serviços estatais, como educação e saúde, passaram a ser parte das Prefeituras, (3) as que dispunham de recursos próprios e outros provindos de um Fundo Especial, para o seu funcionamento. Defensores da "Escola Pública", o "Estado Docente" e da "Medicina Social", protestaram energicamente contra estas medidas, denunciando a perda de qualidade dos serviços para as populações carentes e as negativas consequências para a estabilidade e qualidade dos funcionários e serviços públicos. Constituíram-se um conjunto de "Consejos", regionais e municipais, de tipo "corporativistas", para substituir as extintas Câmaras de Vereadores. Com estas medidas o Governo tentava melhorar a administração pública, racionalizar

recursos e evitar a politização na geração das autoridades locais

Na prática, havia algum grau real de descentralização administrativa. Todavia existia também um direto e centralizado controle político dos administradores públicos, da participação da comunidade (inexistente como cidadã) e dos processos e programas desenvolvidos.

Em 1980, sob condições sociais e políticas restritivas, e sob o protesto de organizações sociais, políticas e da Igreja, é aprovada, plebiscitariamente, uma Constituição (elaborada por uma Comissão especial), que será o marco institucional que regirá o país a partir desse momento, e o que, com algumas mudanças produzidas em 1989, permitirá chegar à eleições presidenciais assumindo o Governo, em 1990, uma coalização democrática.

Esta Constituição (como a anterior de 1925, resultou de uma intervenção militar) é de caráter autoritário, impondo restrições à participação e organização popular (não há participação dos trabalhadores nos Conselhos Desenvolvimento Comunal ou Regional, requisito de 2º Grau para postular a eleições, etc.) e outorgando especiais poderes controladores (conformou-se um Tribunal Constitucional afin ao projeto militar, senadores designados para evitar uma maioria democrática, etc.) e repressivos (Conselho de Segurança Nacional sob hegemonia militar) ao Estado.

Neste contexto o cooperativismo chileno continuou operando, sob diversas circunstâncias, agindo e reagindo a elas, e deslocando-se de uma posição favorável ao Golpe, nos primeiros momentos, a uma postura opositora, após sofrer as consequências das

políticas autoritárias.

Verifica-se como a política em geral e a partidária em particular, operam e agem sobre o cooperativismo. Constatase também, como, nos movimentos sociais, os princípios não deixam de se adequar às exigências das "estratégias de sobrevivência" das instituições. Os princípios sociais, nem sempre têm um valor "em si", senão que se afirmam, permanentemente, na dialética com a realidade, na contradição-contrastação, com as possibilidades ou restrições do meio.

A Confederação Geral de Cooperativas de Chile - CONFECOOOP-, poucos dias após o golpe militar, deu a conhecer uma declaração na qual, praticamente, apoiava a ruptura democrática, embora em nome da defesa da democracia.(4)

Após uma análise da situação anterior ao golpe militar, que descrevia o governo da Unidade Popular (UP) como ilegal e anti-democrático, (basea-se para este juízo, num acordo de inconstitucionalidade do Governo, votado no Congresso pela maioria opositora) concluía que, a nação, "a fines del año 1970 disfrutaba de uno de los más elevados niveles de vida en la región" e que "después de tres años de desquiciamiento, el país está cansado de la palabrería hueca, de la práctica demagógica, de la falta de corrección de sus autoridades y de la destrucción de los valores más caros a la nacionalidad". Por isto o "11 de Septiembre del presente año, las FF.AA. pusieron término a un Gobierno que se había hecho ilegítimo por sus excesos, sus atropellos y sus omisiones", com o qual o "Gobierno de Allende terminó frente a la

indiferencia de sus partidarios y el alivio de la gran mayoría de la nación".

Após assinalar que era falso o que se afirmava sobre a violação dos Direitos Humanos e implacável repressão militar, e de enumerar as "lesiones graves" da "democracia allendista" a respeito do Cooperativismo, termina afirmando que o "movimento cooperativo con su acción concreta dará apoyo a las medidas que devuelvan la normalidad democrática de Chile" a fim de "restablecer la armonía interna y respeto mutuo entre los chilenos, fundamentos indispensables para una mínima convivencia".

Não há referências à intervenção em CAMPOCOOP, à desarticulação de organizações, nem à situação crítica de alguns dirigentes camponeses.

Durante o regime militar teriam havido duas etapas, nas relações entre o movimento cooperativo e o regime militar.

" La primera, entre 1974 y 1976, se caracteriza por una serie de avances y hechos positivos, en contraposición a la segunda, entre 1977 y 1987, donde se produce una multiplicidad de retrocesos" (5).

Embora, no setor camponês, a situação não tenha acompanhado esta evolução geral, na medida que as tentativas desarticuladoras do regime deram-se desde o seu começo.

Se, nos primeiros anos houve uma certa atitude complacente e passiva -com algumas exceções- por parte do Estado (que se expressou, por exemplo, na realização no Chile, da "Segunda Conferencia Interamericana sobre Cooperativismo", em 1974), ao se ins-

talizar as políticas neo-liberais, com ênfase na concorrência, o Governo começou a controlar e desarticular parte do movimento cooperativo: restrições às Cooperativas de Crédito e Poupança (desapareceu o 58 % destas até 1978); fechamento de centros estatais e universitários de estudos e apoio técnico ao cooperativismo; intervenção e determinação da falência do Instituto de Financiamento Cooperativo (IFICOOP, 1977); fim do "Fondo de Asistencia Técnica y Educación Cooperativa" (FATEC); devolução de Cooperativas de Trabalho (ocupadas durante a UP) aos seus antigos donos; contra-reforma agrária que levou a pôr fim a Cooperativas de todas as formas agrárias; intervenção e entrega a empresários privados da maior rede de Supermercados cooperativos (UNICOOP); restrição (até 1982) do aval do Estado a créditos internacionais de fomento ao cooperativismo; modificações na legislação cooperativa, restritivas e ideológicas (por exemplo a substituição do conceito de "aportes de capital" pelo de "ações"); etc.

Com o tempo e em parte seguindo o comportamento do Partido Democrata Cristão e outras forças políticas e sociais, quase todo o movimento Cooperativo, encabeçado pela Confederação Geral de Cooperativas (CONFECOOP), foi assumindo um posto na oposição ao regime militar.

Em 21 de Dezembro de 1983, se assinou um "Compromiso Solemne", como objetivo de impulsionar um "Proyecto de Desarrollo Cooperativo" para una sociedad mas justa, humana, participativa y solidária. CAMPOCOOP estava entre os assinantes. Em 1985 um "Consejo Ampliado" de dirigentes, entre os quais representantes do

setor camponês, aprovou o documento "Acuerdo Nacional para la Transición a la Plena Democracia" (30.08.85), acordo de 8 partidos políticos, sob a inspiração do Cardeal Juan Francisco Fresno, para avançar na transição democrática. Na Assembleia da Civilidade (Abril, 1986), CONFEDCOOP terminou por se colocar, explicitamente, no bloco opositor ao se integrar, como um dos componentes deste conglomerado, que agrupava uma parte significativa da sociedade civil e assinar a "Demanda de Chile" que exigia democracia para o país.

A sobrevivência do setor cooperativo, nestes anos se deve, fundamentalmente a dois fatores. Um interno: a capacidade de alguns setores de se manter graças a questões tão variadas como recursos financeiros acumulados e próprios, dirigentes democráticos e comprometidos com o setor, setores com espaços ganhos em áreas econômicas determinadas, etc.. Outro externo: o apoio financeiro de organizações internacionais e governos solidários, que resultava do consenso nas forças políticas e sociais democráticas, de que o cooperativismo formava parte do setor opositor ao regime.

No setor agrário as políticas econômicas impulsionam um modelo baseado fundamentalmente na produção capitalista. De partida são descartadas opções associativas de produção e a pequena produção camponesa, como bases de sustentação do modelo. O fundamental é modernizar a agricultura orientando-a à exportação. É assim como se desenvolvem programas de apoio à florestação e à fruticultura, que são, hoje, das principais fontes de ingresso de divisas do país.

A modernização impulsionada é de caráter autoritária. Isto é, supõe, para se implantar, reduzir ao máximo qualquer possibilidade de participação, organização e oposição social.

Nos inícios da década dos 70, a participação camponesa nas organizações era significativa: embora não total, estava em crescimento, tanto no setor reformado, quanto no sindical e dos pequenos agricultores.

O governo militar inicia um processo de repressão e desarticulação das organizações. Intervenção, dissolução, apropriação de bens, expulsão de estabelecimentos, devolução de terras a antigos donos, etc. formam parte, junto à perseguição, assassinato, prisão, desaparecimento de camponeses, de um quadro geral denominado "Contra-reforma agrária", onde não esteve isento o "revanchismo" e espírito de vingança das classes dominantes agrárias.

Isto deu origem ao "medo", coletivo e pessoal.

O "medo" se converteu num fator chave para a compreensão das dificuldades para reorganizar o movimento popular. O abandono e isolamento rural, a dependência da produção da terra ou do trabalho próximo ao lar, para o sustento familiar, a defesa da terra e do trabalho, colocava o campesinato numa posição exposta, fragil e dependente. As suas organizações sociais e sócio-econômicas, foram sendo destruídas formal e fisicamente, produto das medidas de repressão (intervenção de sindicatos, prisão de dirigentes, controle pela polícia ou civis locais dos movimentos e atividades sociais), econômicas (cobrança de juros de mercado,

fim do poder comprador do Estado), ideológicas (defesa da propriedade privada, anti-comunismo, difusão da idéia de empresa como modelo capitalista). Assim, o campesinato ficou isolado, sem proteção frente aos abusos e temeroso de qualquer coisa que pudesse ser entendida pelo controle local, como perigosa. O "medo" internalizou-se na mente e no coração camponês.

O "medo", segundo assinala Garretón (1987), operou como um mecanismo de sustentação do regime militar:

" Más que otras dictaduras, los regimenes militares del Cono Sur fueron sistemas institucionalizados de producción y difusión del miedo. Contaron para ello con aparatos represivos y de propaganda desconocidos hasta entonces. Este miedo generalizado en la sociedad se provocó intencionadamente a través de muy diversas formas de represión y de propaganda, indirectamente en los vencedores, porque nunca pudieron eliminar la conciencia de sus crímenes y complicidades y directa e indirectamente en toda la sociedad, como efecto combinado de las medidas represivas, la ausencia de espacios institucionalizados de protección y el tipo de transformación impuesta desde arriba.

La construcción de este sistema de miedo se hizo combinando el miedo por certeza [...] con el miedo por incertidumbre [...]. Pero este sistema de producción de miedo estuvo permanentemente atravesado por luchas por superarlo, aunque nunca se pudiera eliminarlo" (6).

A isto agregam-se um conjunto de medidas jurídicas que tenderam a prejudicar o desenvolvimento das organizações: legislação

laboral (o "Plan Laboral", 1979, que obrigou o sindicalismo a se reordenar em torno as novas normas jurídicas e que, por exemplo, terminavam com a negociação comunal e com a apresentação de "Pliegos de peticiones"); legislação de propriedade indígena (Decreto Lei 2.658 que permitia a divisão das comunidades; legislação sindical (proibição da eleição de dirigentes e fim dos "Sindicatos Comunales"); "Bandos militares" de caráter executivo que afetavam o funcionamento das organizações; ilegalização da Confederação "Ranquil" (1978); etc.

As organizações sentiram o impacto destas medidas. O movimento camponês foi, fortemente, atingido. Cifras oficiais indicavam que, em 1975, o sindicalismo agrário tinha diminuído num 50% (a só 126.241 filiados), embora na realidade estivesse paralizado. Em Janeiro de 1983 haviam organizados em sindicatos, 27.245 sócios ativos, um 10% dos que haviam em 1973. (7)

Começaram a se reorganizar, progressivamente, com o apoio dos Partidos Políticos, da Igreja Católica, de algumas igrejas evangélicas locais e de Organizações Não Governamentais (ONGs) que, começaram a surgir e se desenvolver neste período.

O Movimento Sindical terminou constituindo nove anos após o golpe -sob os auspícios da "Vicaría de la Solidaridad" da Igreja - a "Comisión Nacional Campesina" (1982), organização pluralista que reunia às Confederações "Triunfo Campesino", "Libertad", "Unidad Obrero-Campesina", "Surco", "Ranquil" e a Federação "Sargento Candelaria".

O setor mapuche organizado basicamente em Comunidades,

formou - apoiado pela Igreja, Partidos e ONGs - várias organizações em defesa dos seus interesses e da terra, lutando contra a divisão das comunidades e por melhores condições para produzir. "Ad Mapu" foi uma das mais importantes.

Os "Comuneros do Norte Chico", mantém as suas Comunidades e a operação das Assembléias, constituindo algumas agrupações regionais de Comunidades.(8)

O setor reformado é parcelado, as Cooperativas de Reforma Agrária e os Assentamentos, são distribuídos em parcelas individuais, segundo um sistema de pontos que deixou fora quase a metade dos trabalhadores e a uma significativa parte dos antigos dirigentes sindicais (pelo decreto 208 que excluía quem tinha participado de greves ou ocupações de prédios).

Até 1980, somente 28,2 % das terras expropriadas através do processo de reforma agrária, foi transferido efetivamente aos camponeses "ex-assentados", em forma individual. O resto foi devolvido a antigos proprietários, rematadas ou vendidas a instituições, empresas e pessoas não-camponesas (9). Até 1982 destas terras de Assentamentos, somadas as das 202 "Cooperativas Asignatarias", se chegaram a distribuir propriedades a 45.362 "asignatarios" individuais (10). Alguns anos após, a maioria dos parceleros tinha tido que vender as suas terras (por exemplo, em Aconcagua foram 48 %, em O'Higgins 40%, 17,5% em Temuco e 58% em Osorno)(11). Problemas de administração e falta de capacidade empresarial resultante dos anos de "inquilinaje", fim do apoio do Estado e organizações em assistência técnica e crédito subsidia-

do, alto valor das quotas num contexto de pouco estímulo à produção para o mercado interno, fim do poder comprador estatal são entre outras, as causas destas vendas. As 15 MULTIRRECOOPS, organizações cooperativas multi-regionais de 2º Grau, dos Assentamentos e Cooperativas de Reforma Agrária, orientadas à Comercialização e provisão de insumos e assistência técnica, também terminaram falindo.

Uns poucos organizaram-se em pequenas Sociedades de Responsabilidade Ltda., em grupos informais, as vezes de caráter familiar, ingressaram a algumas Cooperativas Camponesas ou se integraram às "Asociaciones Gremiales".

Estas últimas organizações, novas no setor agrário, vem se somar às Cooperativas Camponesas e Sindicatos tradicionais (ficaram poucos Comitês de Pequenos Agricultores). Havia dificuldades legais ou sociais para criar ou se integrar a Cooperativas e Sindicatos. Considerando os seus problemas de funcionamento e administração assim como a negativa compreensão da validade das organizações tradicionais, no sentido da "má imagem" por ineficiência das Cooperativas e politização dos Sindicatos, alguns setores, ligados à Igreja Católica e a Organizações Não Governamentais, começaram a utilizar a nova legalidade laboral para criar organizações camponesas. A Lei de "Associações Gremiais" permitia a formação de agremiações profissionais, por especialidade, para defender interesses corporativos e oferecer alguns serviços aos associados. Surgem, sob esta normatividade, várias organizações no país, que agrupam pequenos produtores e parceiros de Reforma

Agrária.(12)

De qualquer forma este desenvolvimento é, até o fim dos anos 80, ainda precário e insuficiente, em relação ao conjunto do campesinato nacional.

Os seguintes quadros fazem uma síntese do nível de organização, em 1985 e 1987, para alguns tipos de organizações reivindicativas, étnicas, sócio-econômicas e econômicas camponesas.

Nº. de Organizações de base. 1985. (13)

Organizações	Nº.
Sindicatos	227
Cooperativas Camponesas	59
Associações Gremiais	5
Comunidades Mapuches	31
TOTAL	322

Nº de Sócios por organização de base, 1985 (14)

Organizações	Nº. Sócios	Percentual
Sindicatos	27.245	52,3 %
Cooperativas Camponesas	8.200	15,8 %
Associações Gremiais	2.145	4,1 %
Organizações étnicas	14.480	27,8 %
TOTAL	52.070	100,0 %

No conjunto de organizações sócio-econômicas e econômicas, temos a seguinte situação:

Nº. de Organizações de base e sócios. 1987 (15)

Organizações	Nº. Organ.	Nº. Sócios	Percentuais
Cooperativas Camponesas	63	4.109	33 14

Coops. de Reforma Agrária	7	280	4	1
Associações Gremiais	46	6.650	22	24
Associações Regionais e Federaç. de Assoc. gremiais	5	15.480	3	55
"Sociedades de Secano"	58	1.005	30	4
Sociedades de Cooperação Agrícolas (SOCAS)	4	140	2	1
Outras Sociedades	12	402	6	1
TOTAL	192	28.072	100	100

Se somamos a estas últimas organizações (1987) às sindicais (1985) haviam aproximadamente, 419 organizações de diversos tipos, agrupando a 55.317 sócios. Sendo que se o maior número de organizações eram os sindicatos, os sócios dividem-se quase por igual entre os que pertencem a estas organizações reivindicativas e as com componentes econômicos. Estes dados são aproximados, na medida em que correspondem a anos diferentes e vários sócios podem estar repetidos uma ou mais vezes.

Produto das transformações agrárias (e, em parte, de mudanças estruturais com reflexos nas formas de urbanização excludentes) resultante da imposição do modelo de modernização autoritária, produzem-se mudanças na estrutura de classes camponesas.

No heterogeneo mundo camponês agregam-se aos tradicionais assalariados permanentes, pequenos agricultores e mini-fundistas, "comuneiros" do "Norte Chico" e mapuchas, alguns novos grupos. Os "Pobladores Rurais" - utilizando a variável domicílio, e portanto não propriamente um segmento de classe, senão de tipo de habitante rural-, trabalhadores, sem terra nem trabalho fixo, que, mini-fundistas ou moradores das beiras de estradas de ferro, vias públicas e povoados, vivem de trabalhos ocasionais. Os "temporeros"

constituem um outro grupo significativo, constituído por homens e mulheres, moradores de pequenas propriedades ou de periferia de povoados, pequenas ou médias cidades, que trabalham por períodos, nas atividades ligadas a exploração e transformação de produtos de exportação. Os "Parceleiros de Reforma Agrária", a que já nos referimos, vários dos quais em condições de pequenos agricultores capitalizados. Em algumas regiões, "trabalhadores da floresta", operários permanentes e temporários, ligados a empreiteiras ou empresas de florestação. Em regiões de Llanquihue e Chiloé, grupos de camponeses, começaram a se vincular a empresas extractivas de frutos do mar ou madeira.

O mundo rural, após Reforma Agrária, é uma realidade complexa, cultural e socialmente.

Por uma parte ela significou uma melhoria nas condições de vida e reprodução da família e economia camponesa: aumento da massa de gado em mãos camponesas, triplicou-se a massa de ovinos e porcinos, mudou a estrutura de consumo, ao poder dispor de bens manufaturados e de procedência industrial, como eletrodomésticos. (16). Por outro lado, os camponeses se integraram à modernização na produção e consumo e adquiriram vários direitos cidadãos. O rádio passou a ser comum em todos os lares. Jornais e revistas atingem uma parte importante da população. As taxas de analfabetismo foram baixando progressivamente na metade dos 70 até atingir um 14,9% neta e 34,4% funcional. Nos jovens e adultos-jovens, hoje é possível encontrar pessoas com estudos completos de segundo grau, e até, técnicos.

Todavia, indicadores econômicos e sociais mostram, a partir das políticas autoritárias de modernização agrária, uma queda nas condições de vida do campesinato. Houve uma baixa nos ingressos que obrigou-o a reduzir o conjunto de bens necessários à sua reprodução: abandono de artigos de consumo não imprescindíveis, rebaixar o nível de alimentação, suprimir o lazer e limitar os anos de educação dos filhos, abandonar o uso de insumos agrícolas industriais, de maquinária e de fretes incorporados aos seus processos técnico-produtivos (17). O desemprego chegou em 1982, a 30,1% da População Economicamente Ativa de mais de 15 anos, sendo que no campo, atingiu um 18,1 % dos jovens (18). Tudo isso no contexto de um deterioro dos preços dos artigos camponeses e um aumento dos produtos de consumo habitual. Na educação, verificam-se elevadas taxas de afastamento e repetência escolar (19) que resultam numa média menor de anos de estudos por pessoa. As crianças tem que se dedicar, em parte significativa, ao trabalho produtivo, para contribuir à reprodução do grupo familiar, o que contribui, junto com as características curriculares da escola, à uma menor permanência e aprendizagem (20). Na educação rural tem-se aprofundado os tradicionais problemas de qualidade e discriminação (21).

As políticas de descentralização impulsionadas pelo Regime (22), como parte das orientações modernizadoras e privatizadoras do estado, traduziram-se na Municipalização e Privatização do Ensino (23). Isto é, se, sob o princípio de "Estado Docente" tradicional, era o Estado o principal responsável e agente educativo,

na concepção autoritária será o Município e a Empresa Privada.

A Municipalização, empreendida em 1978, visava descentralizar o serviço educacional público, outorgando às Prefeituras a responsabilidade das escolas que pertenciam ao Estado. Assim, praticamente todo o ensino básico foi "repassado" às Municipalidades e parte do ensino de segundo grau. Em 1984 o 58,3 % dos estabelecimentos de educação pré-básica, básica e média, era da rede municipal, o 33,7 % privada e o 8,1% Estatal. Do total, o 52,2% se encontrava nas áreas rurais (24). Estas medidas se consolidaram, não sem resistências de educadores e estudantes. Colocou-se assim a educação sob a gerência direta dos Prefeitos que eram, pela sua vez, nomeados pelo Presidente da República estando sob a autoridade direta do Ministro de Interior (encarregado da segurança interna e ordem pública); estabelece-se assim a centralização política, vertical, do sistema. O Ministério de Educação cumpre funções técnicas e administrativas (25). Nesse contexto o ensino básico rural, ficou municipalizado e nenhuma escola ficou sob autoridade ministerial.

A privatização do ensino rural se desenvolveu por dois caminhos, semelhantes ao ocorrido com as escolas urbanas.

Por uma parte, se incentivou a empresários da educação, a investir na construção e funcionamento de escolas, através de um sistema de incentivos financeiros segundo assistência de alunos: as melhores escolas levariam a maioria dos alunos e o empresário ganharia mais. Assim, em muitas localidades, instalaram-se estabelecimentos educativos que concorriam com as escolas municipais.

Alguns anos após esta experiência, foi necessário aumentar os requisitos e condições para autorizar o funcionamento destas escolas, devido a que se constataram inúmeras irregularidades, e uma baixa generalizada da qualidade do ensino (26).

A segunda forma de privatização foi a entrega das Escolas de Formação Técnica (2o Grau) do Estado, as organizações de empresários. No caso agrário, foram entregues à Sociedade Nacional de Agricultura, Corporações Privadas de Desenvolvimento, etc., visando que elas pudessem formar a mão-de-obra qualificada que exigia a modernização que estava sendo imposta e realizar ao mesmo tempo um trabalho ideológico, para assegurar a adscrição dos jovens ao modelo de desenvolvimento impulsionado. Assim, praticamente todas as Escolas Agrícolas, passaram à mãos empresariais e orientaram-se à formação da mão-de-obra para o setor capitalista.

A Assistência Técnica, antes entregue pelo INDAP, teve também modificações substanciais.

Em primeiro lugar, deixou de ser oferecida diretamente pelo Estado. Também se privatizou, pela via de incentivos fiscais, sob a forma de subsídios, por agricultor que a recebia. Criou-se o Sistema de "Bonos de Assistência Técnica Empresarial" ("Bonos ATE"), que consistia, em que empresas privadas de profissionais do setor agrário, ou de organizações empresariais (e, eventualmente algumas organizações camponesas, entre as quais Cooperativas e Associações Gremiais), desenvolviam atividades de assistência técnica a grandes, médios e pequenos produtores, que deviam pagar uma parte do serviço, financiando o Estado, o resto. Poster-

riormente este sistema foi substituído pelo "Programa de Transferência Tecnológica" (27), cuja função principal era a de oferecer o apoio técnico necessário, para impulsionar a modernização de alguns médios e pequenos agricultores "viáveis" (com menos de 12 HRB), através da difusão de tecnologia e seguindo os esquemas do "difusionismo". Isto é, da pesquisa levada ao campo, a partir da assistência técnica individual e de demonstrações em pequenas experiências, descartando a cooperação técnica massiva.

Em definitiva foram muitos os camponeses excluídos destes programas, por não contar com recursos financeiros para pagar o apoio técnico, nem para produzir de uma "maneira moderna", e, por se encontrar num setor da produção orientada ao mercado interno e à sobrevivência, que não era o estimulado pelo Estado, nem pelo setor financeiro privado.

O Crédito, antes subsidiado e, em geral, "amarrado" à assistência técnica, deixou de ser distribuído pelo Estado e passou a ser regido pela banca privada, com taxas de juros, em geral, de mercado. Assim, os pequenos produtores também foram praticamente excluídos deste benefício, na medida em que, ou não cumpriam os requisitos exigidos (garantias reais, situação fundiária legalizada, capacidade de pagamento certa) ou as suas necessidades eram tão limitadas, que não havia nem interesse nem possibilidade de acceder a financiamentos (por exemplo, para comprar um ou dois sacos de sementes). O crédito para as organizações acabou (28).

Finalmente, os poderes compradores do Governo (Empresa de Comercio Agrícola e outros) terminaram as suas atividades e o

Mercado constituiu-se no principal espaço de comercialização.

A repressão e perseguição política, e as medidas de reestruturação do aparelho burocrático do Estado e das Universidades, afetou a inúmeros grupos de profissionais e técnicos que trabalhavam no setor agrário, em pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica, administração, etc. Muitos tiveram que abandonar os empregos públicos, as Universidades, sair ao exílio, mudar de atividade, ou emigrar do país.

A partir deste contexto: desarticulação das organizações camponesas; exclusão do campesinato dos processos de modernização (por seu caráter autoritário e de classe); repressão política; abandono do Estado de um conjunto de serviços que prestava tradicionalmente; fim de espaços de fazer e refletir livres e coletivos; perseguição e desemprego de profissionais e técnicos ligados (ou não) ao setor agrário, surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs) em apoio ao campesinato organizado ou isolado.

Talvez seja este um dos fenômenos mais interessantes deste período, que se realiza, contemporaneamente a processos semelhantes no terceiro mundo, como formas novas de apoio dos intelectuais ao movimento popular.

Antes de 1974 existiam algumas poucas instituições de apoio: ICECOOP, INPROA, IER, DUOC, FREDER, CAVE e algumas outras. A maioria ligada à Igreja Católica. A partir de 1974, começaram a se constituir um conjunto de outras organizações que reagrupavam quadros, técnicos e políticos democráticos, na perspectiva de apoiar o movimento popular na sua reorganização, oferecer subsí-

dios para os novos desafios políticos dos Partidos e da Sociedade, permitir a sobrevivência do que se denominou, em algum momento, como "intelligentzia", e permitir também, a própria sobrevivência camponesa.

No Chile o seu número é significativo em relação ao país. Estima-se em mais de 500 em 1988, das quais 75% surgiu após o golpe militar de 1973. Para 1985 havia 35 ONGs dedicadas a Saúde, 20 a defesa de direitos humanos, ao menos 64 de apoio rural, 109 instituições católicas definidas como de promoção humana e pastoral social, 33 centros privados de pesquisa social. Mais de 159 mantinham programas de educação popular (29). No setor cooperativo em 1989 haviam 2 organismos especializados de assistência técnica cooperativa, 14 ONGs com as quais haviam relações estreitas e 3 instituições de assistência financeira (30). A origem de algumas da área educacional se encontra na década dos 50 -o IER por exemplo- ou dos 60 -INPRDA, ICECOOP, DUOC, CIDE entre várias- embora a maioria das existentes até 1986 surgiu a partir de 1973.

Padrón (1988) define as ONGs como " cualquier tipo de asociación que no sea parte del Gobierno ni establecidas como resultado de un convenio entre Gobiernos" e especificamente dedicadas ao "diseño, estudio y ejecución de programas y proyectos de desarrollo en países del tercer mundo". Distingue, nesta caracterização, tres grupos: a) Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento (ONGD): Organizações de Promoção, Organizações Voluntárias Privadas, Centros de Promoção; b) Organizações Populares (OP); e, c) Entidades de Cooperação ao Desenvolvimento Interna-

cional (ECDI). Estas últimas financiarían a OPs através das ONGDs. Em 1983 as ECDIs mobilizaram mais de 3.600 milhões de dólares beneficiando não menos de 100 milhões de pessoas nos campos do Terceiro Mundo (31). Por esta via, nas últimas décadas, chegaram ao Chile importantes recursos financeiros, que permitiram se desenvolver e sustentar ONGs e organizações camponesas.

Fernandes (1985) assinala que, no começo, na América Latina, estas instituições ligaram-se à Igreja Católica, para, aos poucos, evoluir a um conjunto de instituições leigas. Passou-se também, de um trabalho assistencialista à aplicação de uma própria política social. Os seus membros proveem das Universidades, Igrejas e Partidos ou Organizações Populares.

As "ONGs de América Latina están fundamentalmente en manos de una cierta generación de intelectuales, los cuales tienen en común, más allá del ámbito de cada organización, una experiencia pasada colectiva. Son personas que se conocen entre sí." (32)

Estas ONGs teriam conquistado seu próprio espaço, articulando valores que caracterizam os três polos institucionais de origem dos seus intelectuais:

"La competencia profesional de las universidades, independiente de luchar contra el aislamiento académico; la autenticidad, asociada al interés de servir al prójimo, sobretudo a los más necesitados, que es propia de las instituciones religiosas; el ideario político propio de los partidos populares, pero sin aquellas formas de dogmatismo, de jerarquías, o de manipulación política que muchas veces los corroen" (33).

Más, há também diferenças entre elas, dependendo do tipo de intermediação assumido nas relações "Igreja-Universidade-Partidos", áreas de ação (urbana, rural, indígena, campesinato com ou sem-terra, jovens, etc.), tamanho e recursos, abrangência (local /regional, nacional, internacional), orientação da ação (pesquisa, experimentação, assessoria), especialidade dos serviços (saúde, educação, tecnologia, vários, etc.).

Fernandes termina se perguntando pela permanência, nos regimes democráticos, por estas formas de relação entre os técnicos e intelectuais com os camponeses :

"Su difusión se dió en los años setenta en una situación donde prevalecían los regímenes autoritarios, en la mayor parte de los países. Queda siempre presente la incógnita si están indisolublemente ligadas a la coyuntura que las vió nacer, o si la trascienden y están, en consecuencia, destinadas a permanecer y acrecentarse" (34).

Entre os serviços e linhas de ação das ONGs chilenas encontramos: Crédito, Assistência Técnica, Educação Política e Organizacional, Direitos Humanos, Capacitação Técnica, Experimentação Tecnológica, Tecnologia Alternativa, Alfabetização de Adultos e Educação Extra-escolar de Crianças, Saúde, Comunicações, Comunicações, Pequenas Empresas, Atividades Culturais e Esportivas, Apoio às Organizações étnicas, Sócio-econômicas e Sindicais, Pesquisa Sociológica e Histórica, Difusão Social, etc.

Algumas atuavam a nível nacional, outras regionalmente. Muitas começaram operando sob a cobertura formal da Igreja Católica,

ou ligada de uma ou outra forma a ela.(35) Quase todas funcionando com apoio de organizações internacionais: solidárias, religiosas, sociais, culturais, políticas, governamentais e parlamentares. O nível de abrangência da ação destas organizações se não foi muito extensivo não deixou de ter um impacto qualitativo significativo (positivo ou negativo), em algumas localidades e regiões, e, em especial, no movimento popular e camponês. Com o qual não deixaram de naver -no clima de solidariedade e compromisso democrático comum- conflitos e preconceitos mútuos, entre camponeses e técnicos/intelectuais, (que se convertem em um outro tema interessante de pesquisar e aprofundar) segundo fosse a forma de gerir e manejar projetos e recursos financeiros; de quem fazia, na prática, o trabalho político e mantinha o seu controle; das formas em que se determinavam as decisões e estabeleciam as relações humanas.

Lovisolio (1990) trata destas relações, complexas e contraditórias, entre técnicos e camponeses, da perspectiva da educação popular, afirmando as dificuldades dos intelectuais de conciliar concepções "românticas" da educação e trabalho social, com concepções "iluministas", que se traduzem, em oposição entre posturas "vanguardistas" e "populistas", ao interior das ações de apoio ao movimento popular (36).

Estas organizações passaram, na prática a substituir o Estado, com e para os grupos que constituíam a sua "clientela". Ao mesmo tempo, passaram em parte a cumprir tarefas até então próprias das Universidades e centros tradicionais de pesquisa (e até

de ensino), na medida em que impulsionaram pesquisas e estudos (em grande medida sobre o regime militar, as suas políticas e consequências, e, sobre o movimento popular); experimentaram modelos tecnológicos e organizacionais; difundiram através de publicações de distribuição nacional e internacional a produção do seu conhecimento, e organizaram inúmeras oportunidades de Encontros, dentro e fora do País, sobre temáticas específicas (Seminários, Congressos, Jornadas, etc.), assim como Cursos de Formação de Técnicos. Assumiram também importantes relações internacionais, ligando-se a outras ONGs latinoamericanas e mundiais.

Em Setembro de 1979 a Confederação Nacional de Cooperativas Campesinas foi intervenida pelo Governo, sua sede invadida, os dirigentes afastados. Dirigentes de base foram chamados a declarar. Começava, neste momento, uma nova -e dolorosa- etapa da história do movimento cooperativo camponês. Junto com todo o movimento popular, embora com as suas características próprias.

O governo, nos primeiros anos, ainda mantinha um discurso favorável às cooperativas do setor agrário. A análise das características da cooperação o levam "a considerar, lógica y naturalmente que la presencia de las Cooperativas en el proceso de desarrollo, tienden a producir una disminución de los conflictos internos que surgen en una sociedad. [...] La dinámica del desarrollo, que en algun momento tiende a ser dura, creando injusticias o desequilibrios momentáneos, se hace justa y distributiva, sin perjudicar la velocidad del crecimiento requerido".(37)

Novamente se faz presente a visão tradicional das classes

dominantes agrárias de um cooperativismo que pelo seu caráter de conciliação, constitui um freio aos conflitos sociais. Embora se critique o "individualismo exacerbado", se defenda a regulamentação das relações entre produtores e consumidores, num "ordenamento racional da atividade econômica" e a "participação dos trabalhadores na gestão das cooperativas", o que se está considerando por "cooperativismo", é o setor que representa os capitalistas agrários. E não o camponês.

A conciliação deve ser feita no "espaço dominante", no campo sob controle das forças da dominação, econômica e política.

De fato, as ações do Governo tenderam a favorecer o setor empresarial agrícola e reprimir, ou desconsiderar, o camponês.

Por "Bandos" dos chefes militares ou decisões de autoridades do regime, algumas Cooperativas foram impelidas a se fundir com Cooperativas Agropecuárias das suas regiões em alguns casos, entregando os seus bens. (38) Em outros lugares, se tentou integrar compulsoriamente, os produtores, às Cooperativas Agrícolas, o que lhes permitiria até chegar a obter um "carnet de cooperado".(39)

A "Confederación Nacional de Cooperativas del Agro" (COPA-GRD), união nacional das Cooperativas Agropecuárias fundada em 1970 agrupando 50 Cooperativas (1985), em alguns momentos se viu beneficiada por várias medidas do regime (como a se converter em poder comprador de trigo, uso de assistência técnica subsidiada, acesso ao poder local, etc.), chegando, inclusive a controlar o Banco O'Higgins, e participar de algumas decisões de política agrária do governo, diretamente, ou através dos seus técnicos e

dirigentes.

A política que visava a desarticulação do setor cooperativo camponês, teve diversas facetas e expressões concretas, em momentos e situações diferentes.

Inicialmente, pela aplicação de medidas repressivas.

A nível de base, algumas que já assinalamos: intervenção de Cooperativas (12 em 1973 e 32 entre 1974 e 1980) e dissolução destas (86 entre 1974 e 1980) e de Federações (foi intervenida a "Linares-Maule"; a "Colchagua" foi dissolvida junto à Federação "O'Higgins" em 1975)(40); da perseguição de alguns cooperativistas (41) e controle de dirigentes. A nível nacional, logo após o golpe militar, CAMPODOOP foi intervenida (42) com os objetivos de "desmarxistizar" a Confederação (afastando, compulsoriamente, os dirigentes eleitos) e apurar possíveis fraudes econômicos. O que não foi comprovado (43).

Em 27 de dezembro de 1973, o interventor, após prestar contas das suas atividades, e ante uma Assembléia realizada em Villa Alegre, da qual participaram representantes de 7 Federações, autorizou a escolha de um novo Conselho de Administração. Este "se hizo cargo pues no hubo entrega formal de parte del delegado de gobierno, en condiciones muy precárias"(44).

Economicamente, através da cobrança de juros a preços de mercado (que foram contratados subsidiados). Muitas Cooperativas tiveram que vender os seus bens de capital (hipotecados, financiados ou pagos), para cancelar suas dívidas. Foram cobradas por INDAP segundo o valor de mercado, em muitos casos sob pressão.

Como muitos dos pequenos produtores não tinham condições de pagar, ou não quiseram reconhecer as dívidas, as Cooperativas, que tinham sido avalistas frente ao Instituto, tiveram que cobrir os valores, inclusive tendo que se desfazer dos seus bens. Assim, muitas ficaram sem recursos e na prática deixaram de operar economicamente. Todavia, com isto conseguiu-se defender inúmeras pequenas ou médias propriedades que não foram executadas judicialmente pois a organização respondeu por elas.

Organizacionalmente, impedindo o funcionamento normal da estrutura funcional, vertical e horizontal. A organização do movimento, considerada no nível local, supõe uma estrutura de comunidades, isto é, as Cooperativas se constituíam de várias unidades menores, chamadas de "comunidades" ou "núcleos", que agrupavam sócios vizinhos, e que, tinham uma direção local que a relacionava com a direção central da Cooperativa. Com a proibição de realizar reuniões e escolher dirigentes através de eleições, sem autorização das autoridades zonais e, produto do "medo" que se alastrava no campo, esta estrutura se quebrou, com o qual, se perdeu a comunicação da direção com as bases e a participação destas na organização. A isto se soma o afastamento, obrigado, de dirigentes nacionais ("de esquerda") da direção da organização; e, como havia alguns outros, de tendência democrata-cristã, que tinham se excluído de participar ativamente, ou não tinham sido eleitos nas Assembleias, se produziu também, uma situação crítica na direção nacional, que foi superada pela presença de antigos dirigentes, nem sempre eleitos. Oito meses

após o Golpe militar, o cooperativismo camponês pode recuperar a possibilidade de renovar os seus dirigentes. O 27 de maio de 1974, o D.L. 461, tirou do controle dos Intendentes e Governadores às organizações cooperativas, devolvendo-as ao Departamento de Cooperativas do Ministério de Economia (para controle e fiscalização) e autorizando a renovação dirigencial, segundo as normas estabelecidas por este.

Terminaram com a transferência de fundos a CAMPOCOOP, do 1% dos créditos de INDAP às Cooperativas (45), com o qual a Confederação, ficou sem financiamento operacional devendo se endividar para continuar funcionando (46). Os serviços que prestava reduziram-se a algumas atividades de comercialização e uma loja de artesanato em Santiago, que, logo deixaram de operar. Com as medidas repressivas e econômicas (principalmente) sobre as Federações regionais, terminou por se desestruturar, verticalmente, o movimento.

Finalmente, a confusa situação contábil das Cooperativas e a irregularidade da prestação de contas ao Governo (problema que tinha a sua origem nos inícios do Cooperativismo e não tinha sido resolvido), serviu de pretexto para iniciar o processo de dissolução legal das Cooperativas. Só nos anos imediatos ao Golpe (1974/75) foram dissolvidas 69 organizações, por diversos motivos. Quase 65% das causas estavam ligadas a problemas contábeis (47).

O período que vai, do fim da intervenção (1974) até 1977, é um tempo marcado pela contradição básica, entre medidas desarti-

culadoras autoritárias (já assinaladas) e a resistência do setor cooperativo camponês a elas.

Esta resistência se deu nos tres níveis do movimento e assumiu múltiplas formas e dimensões.

A nível de base se expressou de formas que descobrimos durante o processo de reorganização do setor. Em algumas Cooperativas não ficou nada após os processos econômicos expropriatórios vivenciados (fusão com outras Cooperativas, pagamento de juros, venda de bens, etc.), todavia, alguns dirigentes guardaram, ciosamente, os documentos que conferiam a existência legal da organização (Livros de Atas, Cópias de Diários Oficiais, etc.), os carimbos da organização e outros documentos variados (Notas promissórias em débito, contas, registros vários, etc.). Assim, quando se iniciou o processo de normalização contábil - para evitar as dissoluções legais por falta de balanços - em quase todas as cooperativas, saiam de caixas empoeiradas, os documentos que assinalavam a existência de uma cooperativa formal, sem sócios ativos, sem produção, sem vida econômica, porém com história (e, nas mentes desses produtores, com futuro). Assim foi possível proteger a existência formal e até legalizar alguma.

Em outros locais as estratégias foram diferentes. A maquinária se entregou a um sócio (um médio produtor), para que a guardasse e se preocupara da sua manutenção, prestando serviço a quem precisasse. Ao se recuperar a Cooperativa, com um Crédito de CAMPOCOOP, a maquinária voltou a operar em benefício dos sócios. Em outros lugares, os bens se dividiram entre sócios, e, poste-

riormente se recuperaram (embora tenha se perdido, por roubo ou deterioração, uma boa parte deles). Em alguns lugares, a Cooperativa voltou a se reduzir a um armazém de consumo, que sustentava o nome e a organização, e que se mantinha precariamente. Em outros, se cuidou da sede e da terra, e se manteve um administrador, camponês, para cuidar dos bens. Em algumas organizações que estavam sendo presionadas a se fundir com Cooperativas Agropecuárias (sobretudo na região de Llanquihue e Osorno), os sócios em assembleias (frente a autoridades locais, civis e militares, e as vezes, com a presença de dirigentes de CAMPOCOOP, como na Cooperativa "Fresia", por exemplo) votaram contra a proposta oficial, visando manter o controle sobre as suas precárias, organizações.

Uma outra forma de resistir era o apoio na legalidade formal da organização frente à repressão e controle local: a precária legalidade das organizações era um outro instrumento de defesa cooperativa (48).

O depoimento de um dirigente cooperativista, pehuenche, de Callaqui (Alto Bío Bío) descreve esta situação de intriga, controle, repressão local e resistência legal:

"La Iglesia nos ayudó para la Cooperativa. El Obispo nos ayudó bastante también cuando me atropellaban, me llamaban de político aquí en el Retén; tres veces me llamaron. Yo les mostraba al retén que teníamos todos los documentos al día, que estábamos levantado la Cooperativa. Como a las diez y media de la noche se dejaron caer los carabineros a allanar el negocio. Tuve

que mostrar todos los documentos. Eso pasó porque hay gente que maneja el vino y hay otro caballero que tiene un negocio escondido que también maneja vino. Tuvieron una pelea entre ellos, pusieron un reclamo y los interrogaron. Y dijeron que es la Cooperativa la que tenía que ver. Pero ahora, cuando les mostré los documentos, están menos preocupados" (49).

Esta modalidade de defesa através da utilização da legalidade foi desenvolvida nos diversos níveis da organização, embora tenha sido uma certa prática habitual das dirigências indígenas.

Finalmente, não pode deixar de se reconhecer o esforço pessoal de técnicos (administradores e funcionários) que se incorporaram às organizações quando estas estavam em dissolução, visando recuperá-las economicamente através de projetos e créditos diversos.

Muitos desses esforços fracassaram nos contextos de crise institucional e recessão nacional, comprometendo inclusive os próprios técnicos que tinham servido de fiadores com seus bens particulares os créditos impagos. Uma crise grave desta estratégia voluntarista e idealista de resistência, foi a que se viveu em várias Cooperativas da Provincia de Bío Bío em 1980 y 1981 (Palizal, Cuel e outras).

Nestas tarefas de resistência, sobretudo inicial, os antigos dirigentes e outros que assumiram no momento, tiveram um papel fundamental. A causa desta atitude de defesa da organização, pode ser explicada pela moderna "teoria da organização",

quando afirma que toda instituição tende à sua sobrevivência, como objetivo principal e, assim, não estaria mais que se cumprindo essa lei social. A explicação que dão os dirigentes à defesa de uma organização econômica que não desempenha função econômica nenhuma e que se encontra, em geral, na falência, excluída do processo de modernização e sem futuro aparente, aponta numa direção ética (que não deixa de ser uma estratégia de "sobrevivência institucional"):

"Sólo la fé en el esquema y la convicción doctrinaria de que la cooperación es el sistema que logra la solución de los problemas de los grupos humanos y el apoyo incondicional de las organizaciones cooperativas que manifestaron su solidaridad con decisión y a veces con mucho sacrificio, fueron las armas que permitieron seguir luchando".(50)

A crença, a fé na doutrina cooperativa como sistema de regeneração e desenvolvimento humano, isto é, na "Idéia" da cooperação como caminho de solução dos problemas, independente da sua concretização, e a solidariedade de outras organizações cooperativas, teriam sido as causas dessa atitude dos dirigentes. Esta fé seria parte da tradição cooperativa e camponesa: a esperança de viver melhor através da unidade no trabalho. Seria um elemento cultural, capaz de sustentar a organização.

Levanta-se aqui uma problemática interessante, que diz respeito ao papel das dirigências históricas, formais ou informais, (51) nem só nos momentos de construção das organizações, senão em aqueles de resistência. São eles com alguns

técnicos aliados, e não os sócios os que assumiram, concretamente, a defesa das organizações e a direção (e as vezes, a operação) dos comportamentos e formas de resistência, embora não se excluam sócios em um conjunto de tarefas "de apoio" (como se apresentar e votar nas Assembléias que visavam a destruição das associações, guardar implementos agrícolas, assumir funções de direção, etc.). Os dirigentes e técnicos jogaram um papel central na defesa da organização.

O novo Conselho de Administração de CAMPOCOOP, embora crítico a respeito do Governo da Unidade Popular, não deixou de manifestar os seus questionamentos a respeito das políticas do regime militar.

Referindo-se ao período anterior ao Golpe, se assinala:

Entre "1970 y 1973, todo el movimiento cooperativo campesino había sido distorcionado, manipulado mañosamente e instrumentalizado políticamente por el Ministerio de Agricultura con miras a imponer el esquema económico que el gobierno propiciaba.

Los socios de las Cooperativas campesinas estaban confundidos, especialmente, en el caso de las cooperativas que tenían administradores impuestos por el Estado o interventores designados por éste (52); el control de las cooperativas que debía ser ejercido por el Ministerio de Agricultura, no se ejerció, debido a que había coincidencia entre los funcionarios contralores y los funcionarios interventores o administradores. Todo esto significó desorden administrativo y financiero y atraso contable." (53)

A crítica feita se refere, por uma parte, a atuação interventora do Estado sobre o movimento (o Ministério de Agricultura aparece como atuante politicamente e omissivo administrativamente) e há problemas de desorganização administrativa no seu acionar. Não há maiores considerações, expressamente, ideológicas. Embora se afirme uma posição política de oposição à UP ("manipulação para impor um modelo") isto expressa uma tentativa de se distanciar a nova direção e Confederação, da anterior e portanto do anterior governo frente ao olho observador militar, assim como uma expressão "ingênua", resultante da compreensão de que só os partidos socialistas e populares tentam manipular o povo (como se as outras forças estivessem isentas deste risco). É resultado também de uma perspectiva política-partidária que reage frente a outra, alternativa e concorrenciais. Todavia não há críticas ideológicas à direção camponesa cooperativa próxima à UP, as críticas vão ao Governo.

Em 1974 a Confederação reclamou, por escrito, ante ODEPA e a SNA, pelos "Bandos" que determinavam a integração ou fusão "forzosa" de algumas cooperativas camponesas.

Na metade do mesmo ano, quando funcionários do Ministério, começaram a tentar substituir as Cooperativas Camponesas por Agropecuárias, se enviou (06.11.74) uma carta ao Presidente da Comissão Agrária Nacional e Membro da Junta de Governo, Gral. Cesar Mendoza D., solicitando um "pronunciamento sobre la vigencia de las cooperativas campesinas" ao que, este, respondeu (19.12.74): "aún cuando los agricultores tienen total libertad

para organizarse en la forma que estime conveniente, el gobierno propicia dos tipos de organizaciones: las Sociedades de Cooperación Agrícolas, cuyo objeto es solucionar los problemas de los predios mismos y las Cooperativas agropecuarias" (54).

Os resultados desta ação foram significativos, e não deixaram de ter consequências que abalaram o movimento, e que levaram a uma outra reflexão sobre o papel de controle do Ministerio de Agricultura, desta vez, atuante demais: "A pesar de todo y de que el Ministerio de Agricultura no retomó su tarea, tan necesaria, de asesoría e orientación, ejerció con excesiva dureza el control, lo que significó la disolución de 89 cooperativas campesinas de un total de 307 y de dos Federaciones provinciales de cooperativas de un total de 13" (55).

Porém, nem toda a culpa das dissoluções das Federações "Colchagua" e "O'Higgins", é atribuída ao Estado. A análise da direção de CAMPOCOOP, em 1977, atribui parte das responsabilidades às próprias Federações, por seu distanciamento das bases, ao se desenvolver como unidade de produção e serviços independentes.

No caso da Federação "Colchagua", ela assumiu o complexo de produção avícola e suína da Cooperativa Regional "Marchigue", e a expandiu, incorporando matadouros de aves, instalando galinheiros, aumentando os serviços mecânicos e de transportes, participando da administração das fazendas das Cooperativas, etc. Isto é, se teria convertido numa grande empresa comercial, independente das suas 17 Cooperativas filiadas. As tarefas de asses-

soria, assistência técnica, promoção, educação, orientação e controle, foram adiadas em benefício das ações "econômicas", esquecendo que uma cooperativa é "uma organização de pessoas". Ao aprofundar, alastrou 12 Cooperativas. Em 1977, subsistiam apenas 5: 1 sem atividade, 3 com atividade precária e uma bem.

Em "D'Higgins", a situação tinha sido semelhante: expandiu as suas atividades econômicas, sem sentar alicerces nas suas bases, nas organizações de primeiro grau, e sem cumprir as suas funções a respeito destas. Das suas 21 Cooperativas, 13 foram dissolvidas e das 8 restantes, 1 foi transformada em Agropecuária, 1 estava intervida, 3 sem atividade, 2 desenvolviam atividades pouco significativas e somente 1 operava bem.

Produziu-se, na análise dos dirigentes, uma desconexão entre as Federações e as suas bases, ao começar a servir as Cooperativas às Federações, e não ao invés, como teria que ser, para que o sistema funcionasse adequadamente. Isto teria sido porque os dirigentes se "desenfocaram" dos objetivos primordiais das Cooperativas e Federações, ao privilegiar o aspecto econômico por sobre o social e colocar, no centro da atividade econômica, a organização de 2o Grau e não a de 1o. Além disso se reconheciam um conjunto de erros administrativos. Assinalavam que as Federações deviam ter funções de representação, apoio, controle, assessoria, educação, etc. Para atividades econômicas, deveriam formar-se Centrais, isto é, empresas de 2o Grau, especializadas no econômico ou em áreas específicas de interesse produtivo.

Esta análise incorpora uma crítica às próprias organiza-

ções e as suas dirigências, por perder de vista os principais objetivos do cooperativismo (organização de pessoas e não exclusivamente econômica) e da estrutura e funções do movimento (a Federação ao serviço das Cooperativas), assim como por não compreender adequadamente que a função da Federação é social, principalmente, sendo que as necessidades econômicas coletivas, deveriam se resolver por outras formas de organização de 2o Grau. A grande crítica é a inversão das relações entre Federações e Cooperativas, ao autonomizarse as primeiras das segundas. Em certa medida isto resultou da opção da UP de incentivar a constituição de Cooperativas economicamente fortes e desenvolvidas que -numa economia de escala- tendeu na prática à concentração de capitais em níveis superiores ao primeiro.

Retomando as discussões sobre o papel do Estado, como comentário, podemos verificar, a situação de contradição, organizacional (pelo controle) e ideológica, a respeito do Estado, por parte dos dirigentes camponeses. Num mesmo documento encontramos críticas à intervenção do Estado porque visa impor uma política agrária; em outro, critica o fato de não exercer o devido controle o que se traduz em desordem administrativo, se afirma a necessidade de que intervenha, porém posteriormente, se critica que o feito em demasia.

O que existe trás estas visões, aparentemente contraditórias, é, por um lado, uma perspectiva política (e inclusive partidária, para alguns) dos dirigentes, no sentido de se opor à intervenção direta do Estado (governado pela UP ou pelos mi-

litares, que, também, eram grupos aos quais se opunham, parcialmente) na organização, visando objetivos governamentais e não organizacionais. Mas, por outro lado, há uma perspectiva de que o Estado tem uma responsabilidade na assistência técnica e no funcionamento e controle administrativo da organização. Se reconhece, neste nível (sem alcançar a intervenção), um papel ativo.

Em fins de 1976, a Confederação, enfrentou uma crise econômica, que quase se viu-se obrigada a se autodissolver. A partir do primeiro semestre de 1977 começou a se reerguer como organização nacional.

Cabe aqui fazer alguns comentários sobre a história e composição da direção de CAMPOCDDP, pelo menos até 1977 (56) como fator central no processo de reconstrução organizacional e, em geral, de qualquer organização social.

A conformação seguiu as seguintes passos, entre 1969 e 1977: 1969, constituição de um comitê organizador da Confederação; 1969, eleição de um Conselho de Administração e Junta de Vigilância provisórios; 1972, eleição definitiva de titulares e suplentes para ambas orgânicas; 1973, eleição definitiva de novos titulares e suplentes.

Assim, a única eleição "normal" nesses quase dez anos de funcionamento da organização foi em 1972. As anteriores eram mecanismos de preparação desta última eleição, a diretiva de 1973 foi designada pelas autoridades militares e em 1977, foi eleita num contexto de desintegração institucional.

No período houve muita mobilidade e rotatividade de dirigentes, como se aprecia no quadro seguinte:

Características da eleições de dirigentes; CAMPOCOOP, 1969-77

Ano	1969	1969	1972	1973	1977
Caráter	Comitê Organiza- dor	Direção Provisó- ria	Direção Defini- tiva	Direção Designada Intervenc. tiva	Direção Defini- tiva

Dirigentes eleitos:					
Por primeira vez	6	18	15	14	13
Reeleito	-	2	4	4	7
Reeleito com ao menos um ano de diferença	-	-	1	2	1
TOTAL	6	20	20	20	20

Do quadro conclui-se:

a) Que em cada oportunidade a maioria assumia por primeira vez um cargo de direção (uma média de 75% entre 1969 e 1977). Isto é, havia uma rápida mobilidade de dirigentes que implicava constante renovação de quadros, dificultando a formação e capacitação de dirigentes em momentos em que se carecia de direções qualificadas.

b) No único momento em que se produz uma reeleição significativa é entre o período 1973 a 1977, sendo que dos designados poucos chegaram a 1977 em qualidade de tais. Na prática a direção nesse tempo correspondeu ao Comitê Executivo de CAMPOCOOP, constituído por três dirigentes e alguns colaboradores.

O dirigente com maior permanência temporal foi C.J. que formou parte de todas as direções, exceto a de 1972 quando não foi eleito, ficando excluído da direção nacional. Outro que se integrou à provisória de 1969 e continuou em todas, foi L.J. Estes são os únicos casos de dirigentes que tiveram continuidade em ao menos 4 períodos. Além de L.J. outros dois dirigentes eleitos democraticamente em 1972 foram designados pelo interventor e reeleitos novamente por Assembléia em 1977: A.G. e J.D. Os dirigentes que eram da UP foram demitidos de fato pelo interventor.

Baseado nas lembranças do autor, podemos encontrar alguns rasgos comuns entre C. J. e os eleitos em 1972.

Com exceção do primeiro os outros três estavam ligados à Igreja católica: A.G. vinha do Movimento Campesino Independente (MCI), J.D. estava ligado ao IER e L. J. à Pastoral Rural de Curicó. C.J. era democrata cristão militante e os outros simpatizantes. A respeito da inserção laboral, um dirigente era mini-fundista de Curicó com trabalho artesanal, outro se ligava as atividades do IER, havia um pequeno produtor aposentado (estes últimos de Cautín) e C.J. que tinha domicílio em Rapel, embora morasse em Santiago sem desenvolver atividades produtivas agrícolas, recebia ingresos pelas suas tarefas de direção.

Excessiva renovação de quadros dirigenciais em meio de situações sociais e de contexto agrário complexas, ausência de mulheres (só aparece uma, G.V., no Comitê organizador de 1969, sendo eleita em 1972), dirigentes impostos pelo estado ou por

partidos, alguns sem ligação direta com a terra, poucas reeleições a respeito dos dirigentes do período anterior, etc. conforma um quadro de carências e dificuldades.

Esta descrição mostra a crise de direção que viveu a Confederação e o movimento, no período 1969-1977, ano em que se consolida uma dirigência que chegaria até 1981, quando é, no meio de uma crise, substituída quase totalmente.

A única direção eleita democraticamente e em condições de normalidade que teve a Confederação e o movimento nacional, só alcançou a exercer o seu papel um ano. A estabilidade a que poderia ter dado origem esta direção foi violentamente atingida em 1973, gerando uma profunda crise de dirigência, nos momentos em que o setor dava os seus primeiros passos de organização formal, democrática e a caminho de autonomia. A formação de dirigentes que é um processo longo e que requer variadas experiências frustrou-se no começo.

Nesse quadro não foi possível pensar que tenha havido um eficiente e adequado processo, social e prático, de formação de dirigentes capaz de dar continuidade administrativa e ideológica à Confederação, e ao movimento em geral. Assim foi quase impossível acumular conhecimento tecnológico e político sobre o cooperativismo na direção nacional. Resultou impossível estabelecer uma reflexão capaz de produzir ideias, um pensamento próprio. Não se pode dar continuidade à administração nem às definições de políticas. Dificultou-se um clima de confiança e segurança na organização e nas gerências técnicas, fator

essencial para o êxito econômico e poder operar no mercado.

Ao começar a pensar no futuro, e passar à resistência e luta pela sobrevivência, não passaram nem seis anos efetivos. De gerar uma direção democrática e passar a uma de salvação, o tempo foi de um ano.

Sem dúvida que esta carência a nível de dirigentes nacionais -explicável pelo caráter inicial de construção organizacional em contextos complexos- é um fator que deve ser incluído em qualquer análise sobre êxito ou fracasso do setor.

Em 1978 se deu início, com apoio exterior, a um trabalho de normalização contábil das Cooperativas, com a contratação de um serviço à ONG, "Juventudes para el Desarrollo Popular" (JUNDEF), através da sua empresa CETA-CTA. Pesse a vários problemas técnicos e de relações institucionais com esta ONG, se conseguiu colocar em dia os balanços da maioria das Cooperativas legais, com o qual se superou o problema das dissoluções. Nestes anos começou a operar, na província de Colchagua, um projeto, financiado também exteriormente, de "Fondo Rotatório", de crédito e assistência técnica em trigo, com as Cooperativas de "Las Cabras" e "San Vicente de Tagua Tagua" .

A Confederação, que tinha mantido uma informal perspectiva crítica frente ao governo militar, em 1979 assume, por primeira vez, uma posição expressamente opositora, com a situação criada pela "Pastoral de los Obispos de Chile a los Campesinos", no qual faziam um conjunto de críticas à política agrária do Governo, por suas negativas consequências no cam-pesinato. A repercussão foi

muito grande e a polémica envolveu o Governo, empresários agrícolas e as suas organizações, a Igreja, as ONGs e as organizações camponesas. CAMPOCCDDP sacou uma carta pública em apoio à Pastoral e o seu conteúdo.

Entre 1976 e 1981 começou uma nova etapa. Contando com apoio financeiro conseguido graças a intervenção de organismos ligados à Igreja Católica, a organismos cooperativos, e outras instituições nacionais, se iniciou um trabalho de organização de base e de reconstrução do movimento. Como a estratégia de organização levantou-se, principalmente, sobre atividades de capacitação, a trataremos, com maior detalhe, no ponto correspondente.

Nestes anos a Confederação lutava por ganhar um espaço no mundo das instituições e ONGs que tinham acesso a financiamento internacional. Só assim poderia sobreviver, na medida que as organizações de base não tinham possibilidade nenhuma de manter a estrutura regional e nacional, o setor financeiro privado e estatal excluía o setor da distribuição de recursos, não se cogitou a possibilidade (se é que existia alguma) de aproveitar a sobrevivente estrutura das Cooperativas de Crédito e, a Confederação, não dispunha de nenhuma atividade capaz de produzir os recursos necessários. Começa aí um intenso período de posicionamentos e relações com outras instituições e ONGs, embora, nem tanto com outras organizações camponesas. São elaborados os primeiros Projetos orientados a agências internacionais.

Estabeleceram-se contato com a Igreja Católica e várias das

suas instituições, (57) diretamente ou intermediadas por pessoas ligadas, ou à Igreja propriamente tal, ou ao Partido Democrata Cristão.

A respeito das ONGs, houve relações com algumas ligadas à Igreja: INDISO, IER, INFRU, OCAC, FUNDEB, "Fundación para el Desarrollo", Cárites- Chile, Centro Bellarmino, INPROA, FREDER, etc.; a atividades cooperativas: CENDERCO, ICECOOP, CONFECOOP; ao Governo dos Estados Unidos: "Peace Corp"; outras Igrejas: ACE, DIAKONIA; ou independentes: GIA, GEA, DUOC, Fundación Chol Chol; e, na única experiência com organismos internacionais, com o IICA da OEA.

Exceto um Seminário que contou com o apoio do IICA; nenhum organismo internacional ligado ao setor agrário, como FAO e o próprio IICA, colaboraram com CAMPOCOOP, embora se o fizessem com as diversas agrupações dos empresários agrícolas, inclusive do cooperativismo agrícola.

As relações com estas, e outras instituições, foram diversas e abrangiam colaboração de múltiplas formas: assistência técnica ("Peace Corp", através de "voluntários" em algumas Cooperativas e "Sociedades del Secano", até 1980) (58); apoio político, local ou nacional (em geral órgãos ligados às Igrejas, em especial católica) (59); coordenação em trabalhos de campo (por exemplo, na participação nos "Comités Ad Hoc" organizados por INPROA, de membros de CAMPOCOOP, de algumas Federações e cooperativas)(60); apoio em atividades de capacitação, com recursos humanos e programas (INDISO), com apoio de materiais

(GIA, INPRU), promoção e local (IER); apoio na tramitação de projetos no exterior e no estabelecimento de relações internacionais, (ICECOOP, INPROA, OCAC; etc.)(61); pesquisa (Centro Bellarmino); comunicações (GIA, ICECOOP), etc.

CAMPOCOOP e algumas Federações em alguns casos, prestaram apoio (contatos, informações, respaldo) a algumas ONGs que iniciavam trabalhos em regiões ou precisavam de apoio institucional para obter financiamento a determinados projetos de pesquisa, experimentação ou desenvolvimento.

Em 1979/80 CAMPOCOOP ampliou a sua linha de ação a organizações de cooperação não cooperativas, como as "Sociedades del Secano Costero" (com especial ênfase na Sociedade "San Enrique" de Bucalemu). Porém após alguns desentendimentos e dificuldades de operação com a equipe coordenadora do Projeto, responsável ante a agência financiadora, se deu por terminado o projeto, que continuou independente alguns anos mais.

Até 1981, e desde 1974, CAMPOCOOP, tinha tido cinco gerentes, isto é, uma duração de quase um ano e meio por gerente, embora, entre 1974 e 1976, tenha possuído três,(62) o que estaria demonstrando que, havia também, uma crise séria de apoio técnico.

A partir de 1977 se renovou o quadro técnico e gerencial, admitindo um novo gerente (um técnico em cooperativas com relações com a Fundação Konrad Adenauer, FKA, do PDC alemão), e alguns agrônomos, para trabalhar no Projeto de "Fondo Rotativo de trigo" de Colchagua. Em 1978, se retiraram alguns dos antigos

funcionários da Confederação, e se integram , a trabalhar, em capacitação, dois educadores vindos do DUOC, aos que se juntaram, no ano seguinte dois capacitadores vindos de INDISO.

Assim, CAMPOCCOOP, forma uma equipe técnica para desenvolver as suas atividades, que no entanto, tendo diversas especialidades, não tinha formação cooperativa (com a excepção do gerente), nem experiência com empresas associativas.

No ano 1981, CAMPOCCOOP entra numa segunda e grave crise institucional: orgânica (crise de direção e gestão pelo Conselho, Presidente e Gerência) e económica (falência informal da organização) devido à "deficiente gestión administrativa en el manejo operacional de los fondos obtenidos via Proyectos" (63) [...] "existiendo por lo tanto negligencia grave en el ejercicio del mandato conferido en relación a la administración de bienes de la Confederación" (64). São substituídos o anterior Presidente e Gerente, e alguns outros antigos dirigentes (65). CAMPOCCOOP reduz seu quadro técnico e dirigencial a uma mínima expressão, se desfaz de todos os seus bens e se instala numa sala emprestada pela Confederação Sindical "Libertad".

Na análise destes momentos -e como afirmação de identidade e autonomia camponesa- os dirigentes não deixam de fazer uma crítica geral às ONGs, que teriam recomendado o fim da organização e a construção de uma nova: "El conjunto de organizaciones de apoyo ante la desastrosa situación de CAMPOCCOOP recomendaron la disolución de la organización, situación que fue rechazada por las Bases en la Asamblea General Extraordinaria de Socios del mes

de Octubre, ordenando al Comité Ejecutivo continuar las gestiones para la permanencia de la institución" (66).

Instituições financiadoras estrangeiras (como a IAF) retiraram o seu apoio financeiro. Com os recursos colocados, principalmente pela "Oficina Coordinadora de Assistência Cam-pesina" (OCAC), consegue se manter, formalmente funcionando e existindo, até que são renegociados os projetos em andamento, ou são aprovados alguns projetos enviados, anteriormente, a instituições estrangeiras (67): MISEREOR, Fundação Konrad Adenauer, NDVIB, "Central Evangélica de Ayuda al Desarrollo Alemana" (EZE), Conselho para a Cooperação de Quebec (CCQ) e a mesma IAF que retomam as contribuições a CAMPOCCOOP.

Aqui vale a pena fazer um comentário sobre como mudanças internacionais chegam a afetar o local, às organizações populares.

As mudanças nos blocos mundiais com a emergência econômica, política e cultural européia, a crise do socialismo segundo o modelo soviético, o fim da Guerra Fria, já começavam a se pre-anunciar nos anos 80. Concretamente a Europa reorientou sua ajuda externa ao desenvolvimento enfatizando os países do terceiro mundo, chegando inclusive a concorrer com os Estados Unidos em termos de distribuição recursos. Por exemplo, CAMPOCCOOP, até os anos 60 e inícios dos 70 da pouca Cooperação Internacional recebida, ela vinha sob a forma de créditos da US/ AID e de voluntários dos Estados Unidos. Nos anos 70/80, dos 6 projetos que impulsionava a Confederação, só um vinha daquele país, um era

do Canadá e os outros quatro da Europa. As agências europeias cresceram muito nas suas contribuições a projetos. Isto resultou, tanto das mudanças internacionais de blocos, com a tentativa do europeu emergente de ganhar espaços e influências políticas e culturais em países do terceiro mundo, inclusive na área dos EEUU, quanto de uma avaliação dos resultados da ajuda exterior que demonstrou a viabilidade e os melhores resultados dos investimentos feitos através de ONGs, isto é, da Sociedade Civil, que utilizando-se dos governos, com os quais nem só haviam relações mais complexas, senão os recursos se perdiam em burocracia, corrupção, utilização para sustentar estruturas locais de poder, etc. A isso soma-se a propagação de Governos ditatoriais pelo Continente, aos quais, muitos governos e povos europeus opunham-se. E aqui resulta uma especificidade do caso chileno: a força internacional dos Partidos Comunista, Socialista, Radical e Democrata-Cristão (houve Presidentes da Internacional Socialista e da Internacional Democrata Cristã chilenos), que conseguiram captar ajuda nos seus Partidos congêneres da Europa Ocidental e Oriental. Exiliados chilenos, obtiveram também ajuda solidária a projetos na Europa. Assim, os recursos para o funcionamento de muitas organizações e dos processos educativos, no caso, da CAMPOCOOP e em geral do setor, originavam-se em importante medida na Europa.

Em 1982/83 se reestrutura a organização. Com recursos provenientes destes projetos, alguns dos quais consideravam financiamento para operação, se integram novos funcionários

técnicos.

Nestes anos a CAMPOCCOOP supera a crise econômica, retoma as suas atividades habituais de representação e apoio às bases. São visitadas Cooperativas (Projeto IAF); desenvolveram-se projetos de reativação e apoio à produção, com as Federações "Curicó" (Projeto EZE), "Atacama-Coquimbo" (Projeto CCD), "Concepción-Arauco" (Projeto FKA), reformulação do projeto com a Cooperativa "Chacayal" (MISEREDOR).

As relações institucionais estabelecem, no período 1982/ 83 contatos, entre outras ONGs, com OCAC, INPROA, FLACSO, GEA, GIA, INPRU, SFC, CONFECOOOP, ICECCOOP, CEDEC. Começam também maiores contatos com o movimento sindical (68).

As relações com as ONGs não eram de dependência, senão que se estabeleciam em termos de interesses comuns, o que supunha algum grau de negociação da forma em que se estabeleceriam as relações. Salvo os casos de ICECCOOP e INPROA, integradas com CAMPOCCOOP ao Projeto de Fomento ao Cooperativismo na América Latina, e de onde provinham parte importante dos seus recursos de operação, as relações com as outras ONGs não eram permanentes. Em geral se referiam a formas de cooperação através de materiais, documentos, apoio para a capacitação, instrutores, locais, convites a participar de Seminários e Encontros, em alguns casos apoio de assistência técnica para elaboração de projetos ou em campo, contatos, respaldo para projetos, etc. Em geral não envolviam embora, em alguns casos, estas relações permitiam acceder a outras instituições (69) distribuição de recursos

financeiros. Seria incorreto afirmar que as ONGs substituíram o Estado, como ente ao qual atrelou-se o movimento. Pelo contrário, as relações foram solidárias e de cooperação, porém, mantendo-se ambos interlocutores, com graus de identidade e liberdade particulares. Com as organizações que se mantinham relações permanentes, estas eram resultado de continuas negociações, onde o setor camponês foi, progressivamente, ganhando espaços de maior auto-determinação.

A nível de base, nas Cooperativas e Federações que receberam apoio direto de ONGs, a situação era mais complexa, no sentido de que, dado o baixo nível de operação e disponibilidade de recursos, quem dispunha deles detinha um poder efetivo sobre as decisões. Neste sentido, não podia haver liberdade total pelas organizações, todavia existia um sentimento de pertença e de posse da organização, pelos camponeses, que fazia com que esta dependência econômica não implicaria "entregar" a Cooperativa, senão tentar negociar o melhor possível a utilização e disponibilidade de recursos. Nestas negociações, o campesinato era, sem dúvida, o setor mais fraco. Mas, é justo reconhecer também, os esforços - as vezes exitosos e outros fracassados - de muitos técnicos e de muitas ONGs de tentar estabelecer relações que não implicassem dependência e sim uma busca de autonomia, numa difícil situação, onde entravam fatores culturais, ideológicos, sociais, que conspiravam contra este interesse. Sobretudo quando os investimentos não eram crédito e iam a fundo perdido, ou quando era impossível sancionar a quem não podia

pagar os créditos contraídos.

Por outro lado, nas Cooperativas que recebiam apoio permanente (uma minoria, já que na maioria, a ajuda era por prazos determinados), seria necessário fazer um estudo específico, a fim de tentar distinguir a dependência organizacional, da necessidade comum a qualquer empresa de contar com fontes de recursos (crédito) permanentes para investimento e desenvolvimento, e de quem empresta, velar pela sua utilização.

Da crise CAMPOCOOP emerge, institucional e politicamente mais forte, se consolidando como importante organização popular no âmbito camponês e cooperativo. Porém, economicamente, tanto a Confederação quanto o conjunto do movimento, continua precário e dependente de recursos exteriores para se desenvolver (embora algumas organizações de base não contassem com apoio exterior).

No ano de 1984, praticamente se terminou de completar a equipe administrativa e técnica da Confederação, que ficou formada por técnicos de diversas áreas (agrônomos, veterinário, contador, professores, técnicos agrícolas, etc.) e de diversas adscrições ideológicas mediatizadas pelas mudanças nas idéias da época (social-cristãos, socialistas marxistas e cristãos, e independentes). Isto contribuiu para que a Confederação se abrisse ao conjunto de organizações sociais, intelectuais e políticas, de variadas posições ideológicas, - ligadas as forças democráticas e de oposição ao regime militar.

Em Novembro deste ano, se realiza o "Primer Encuentro de Dirigentes". Uma primeira reunião geral de camponeses do movi-

mento, para discutir o seu que-fazer como organização, no contexto da superação da crise institucional e das mobilizações sociais por democracia ("Protestas nacionales"). A crise institucional e econômica, é superada e se retoma o trabalho de organização.

Em 1984, se privilegia a reconstrução de algumas Federações (em especial as de "Concepción-Arauco", "Curicó" e "Coquimbo-Atacama"), a partir de um trabalho de apoio com capacitação e alguns recursos às organizações de base, em especial, através da constituição de "Fondos Rotatórios" nas duas primeiras. Assim terminou por consolidar-se uma base federativa estável (70).

Este ano se realiza o "Tercer Congreso Nacional del Cooperativismo Campesino" (Padre Hurtado, Outubro).(71)

O Congresso será um marco no desenvolvimento do setor e na sua consolidação como organização em construção de autonomia, representativa de setores populares, e com capacidade de mobilização de camponeses em torno a uma alternativa de organização sócio-econômica de cooperação e democracia.

Com uma metodologia participativa (construída a partir de algumas técnicas desenvolvidas com professores rurais, em Pernambuco, Brasil), que se levantava desde a família ao Congresso Nacional, passando por Assembléias de Cooperativas e Federações, construiu-se ao longo de alguns meses, uma "Plataforma Nacional do Cooperativismo Camponês".

O Presidente da Comissão organizadora, assinalava: "Queremos que queden, por escrito, los grandes problemas que se viven

en el campo actualmente. Queremos que ellos [las bases] nos digan cuales deben ser, a su juicio, las grandes tareas de la Confederación" (72). Levantada das bases, a "Plataforma" deveria fazer um conjunto de exigências, principalmente ao Governo e à Sociedade, de tipo econômicas, sociais e culturais, que visaram colocar a posição do movimento na conjuntura nacional, assim como reivindicara a democracia para o país. Ao mesmo tempo devia oferecer orientações para a ação de direção e representação nacional de CAMPOCOPD, interna e externamente. As suas Conclusões são amplamente difundidas, pese as limitações impostas pelo Estado de Sítio (resultante das "protestas nacionais"), o que permitiu, entre outras coisas, que se aprofundaram os contatos estabelecidos, até então, precariamente, com as organizações sindicais.

O Congresso se organizou em torno à consigna "El cooperativismo campesino está presente para exigir justicia en el campo chileno" e se desenvolveu durante o ano de 1984, até culminar em Outubro, numa reunião geral, realizada em Padre Hurtado, da qual participaram 114 dirigentes ou representantes das 7 Federações e de 52 Cooperativas de base.

Uma análise da perspectiva das concepções, problemas e soluções à questão educacional, é feita mais na frente.

O Congresso se colocava como o "momento en que los campesinos nos pondremos de pie, para reclamar nuestros derechos y cumplir nuestros deberes con Chile. Una Plataforma Nacional nos servirá de marco para nuestro trabajo futuro. Son muchos los

mento, para discutir o seu que-fazer como organização, no contexto da superação da crise institucional e das mobilizações sociais por democracia ("Protestas nacionales"). A crise institucional e econômica, é superada e se retoma o trabalho de organização.

Em 1984, se privilegia a reconstrução de algumas Federações (em especial as de "Concepción-Arauco", "Curicó" e "Coquimbo-Atacama"), a partir de um trabalho de apoio com capacitação e alguns recursos às organizações de base; em especial, através da constituição de "Fondos Rotatórios" nas duas primeiras. Assim terminou por consolidar-se uma base federativa estável (70).

Este ano se realiza o "Tercer Congreso Nacional del Cooperativismo Campesino" (Padre Hurtado, Outubro). (71)

O Congresso será um marco no desenvolvimento do setor e na sua consolidação como organização em construção de autonomia, representativa de setores populares, e com capacidade de mobilização de camponeses em torno a uma alternativa de organização sócio-econômica de cooperação e democracia.

Com uma metodologia participativa (construída a partir de algumas técnicas desenvolvidas com professores rurais, em Pernambuco, Brasil), que se levantava desde a família ao Congresso Nacional, passando por Assembléias de Cooperativas e Federações, construiu-se ao longo de alguns meses, uma "Plataforma Nacional do Cooperativismo Camponês".

O Presidente da Comissão organizadora, assinalava: "Queremos que queden, por escrito, los grandes problemas que se viven

problemas que nos han aquejado desde nuestra fundación y es el momento para que nuestra voz sea escuchada por las autoridades, las organizaciones laborales y el pueblo en general. El modelo de estos últimos años nos afecta como a todos los chilenos y nos coloca en una posición de injusticia frente al importante aporte que nos corresponde hacer al conjunto del país".

Assim se chegam a definir os objetivos do Congresso:

"Asumir nuestra responsabilidad en la construcción de la democracia en Chile; buscar la unidad con otras organizaciones del campesinado y la comunidad como paso previo a la solución de los problemas que nos afectan; y, por último, exigir del estado los recursos y políticas que los campesinos necesitamos para desarrollarnos y trabajar dignamente" (73).

Os objetivos do Congresso apontam a três questões principais:

a) assumir a tarefa política de reconstrução democrática nacional, que lhe cabe ao setor, no conjunto do movimento social nacional; b) se reitera um princípio básico de orientação da ação cooperativa e já afirmado no 2º Congresso (1969): a necessidade de procurar a unidade camponesa como condição necessária para resolver os problemas que lhes afetam; e, c) exigir do Estado condições para se desenvolver.

Democracia, Unidade Camponesa, Apoio Estatal são os tres fatores que se expressam como objetivos do Congresso e que, finalmente, se traduziram nas suas Conclusões. Destes, só a luta pela Democracia é um fator novo, resultante do contexto

nacional, os outros dois representam uma continuidade com o pensamento camponês e as propostas de anteriores Congressos Nacionais do setor.

Considerando as análise do Presidente da Comissão organizadora do Congresso e os objetivos deste, verificamos que há duas grandes orientações para a definição dos objetivos e determinação das conclusões referidos ao Congresso. Em primeiro lugar o que diz respeito do próprio movimento: a necessidade de se "reencontrar" e "reconstituir" como organização, estruturada horizontal e verticalmente. Consolidando-se como setor cooperativo e camponês, determinando linhas de ação coletivas para o futuro e afirmando a CAMPOCDOF, como a sua organização nacional representativa.

Em segundo lugar, objetivos e conclusões, tem a ver com as péssimas condições para o desenvolvimento social e econômico do campesinato e o cooperativismo, resultantes da aplicação das políticas neo-liberais e autoritárias do regime militar. Daí a exigência de levantar uma "Plataforma Nacional" de reivindicações ao Estado e a proposta de lutar pela democracia e unidade camponesa, como condições "prévias" para a solução dos problemas.

As Conclusões do Congresso descrevem o contexto como um "instante en que el país asiste al fracaso de un 'modelo' que no representa los intereses de la mayoría, y que en nuestro caso sólo ha significado una mayor marginación, con la dramática secuela que produce el empobrecimiento de mas de 450 mil familias campesinas" (74).

Proclaman um "modelo de organización desde el cual luchamos por la solución de nuestros problemas y que se basa en la solidaridad como un elemento clave [...] que pone al hombre como centro para conseguir una sociedad mas justa, libre y democrática [...] capaz de producir ganancias que posibiliten capitalizar al socio, para romper el circulo vicioso de la dependencia productiva, [...] que lucha por incorporar a la cultura de nuestro pueblo los valores del cooperativismo como elemento de desarrollo democrático [...] un aporte a la cultura futura sobre la base de desarrollar principios de solidaridad y ayuda mutua"(75).

Frente à crise geral do modelo neo-liberal e o empobrecimento camponês, se propõe um "modelo" de organização (nota-se a noção de "modelo", como proposta pré-concebida de associação) com o Homem como centro (se reitera a idéia da Cooperativa como "associação de pessoas" e não de capitais), baseado na solidariedade e ajuda mútua (principios básicos da cooperação), eficiente economicamente (caráter de empresa, com rendimentos) e influente na construção de uma sociedade e culturas democráticas (papel "educador" do movimento). Afirma-se o efeito demonstrativo, como condição para o seu reconhecimento social e caminho de influência na sociedade. Propõe-se, finalmente a integração, vertical e horizontal das Cooperativas.

Na "Plataforma" se reivindica o sistema democrático como meio adequado para que o cooperativismo camponês possa contribuir ao país.

Nas Conclusões e nos antecedentes assinalados no Documento Final, existe um alicerce básico, social, sobre o qual se levantam as propostas: o campesinato cooperativista deve, pode e quer contribuir ao país. Esta é a sua missão, eis o seu objetivo. Não existe interesse, pelo menos no discurso, de fazer exigências para "desenvolver os seus sócios", senão que isto é condição para um objetivo maior: "servir o país", contribuir à sociedade. Talvez seja uma mudança ideológica, reflexo de uma perspectiva de análise mais societal, (onde o papel dos técnicos assêsores não está isento), no sentido de que, se no período da Reforma Agrária, havia uma compreensão da responsabilidade da cooperativa com a comunidade circundante, no momento da reconstrução democrática, é o movimento (como conjunto de cooperativas) também responsável pelo desenvolvimento nacional (conjunto de comunidades). A sociedade substitui como referente social do movimento Cooperativo (e do pequeno agricultor) à comunidade local. Por isto é que o setor está em condições morais de fazer exigências e reivindicar: a Sociedade precisa do seu trabalho de produtor e os cooperativistas desejam responder a essa exigência.

Reivindica-se ao Estado:

a) que garanta os direitos camponeses e a solução dos problemas econômicos e sociais com a participação da organização; b) que entregue recursos e apoio técnico, redistribua a terra de sua propriedade ou do sistema financeiro e administre, eficientemente, os recursos materiais; c) impulsione a democratização da vida rural; e, d) reconheça os legítimos direitos como

camponeses e cooperativistas, para chegar a construir uma "Rede Sócio-Econômica" na qual descanse o Estado democrático, eliminando os perigos de "instrumentalização política da organização".

Levantam-se "aspirações econômicas": como o perdão de dívidas, fomento à produção de alimentos, "poderes compradores" que incentivem a produção, capitalização dos produtores que permitam um cooperativismo como empresas eficientes, planos de desenvolvimento de uma "economia camponesa"; sobre a base de um planejamento regional e nacional, ligado ao "Plan Alternativo del Desarrollo Cooperativo".

Assim sendo liga-se o setor camponês ao movimento cooperativo nacional, estabelecendo, novamente, duas linhas fundamentais de alianças: com o conjunto do campesinato e com o conjunto do cooperativismo.

Há também "aspirações sócio-culturais" que trataremos posteriormente. Por fim se ratifica o papel de direção, representação e organização nacional de CAMPOCCOOP.

Nesta "Plataforma" se manifesta um Cooperativismo que continua tendo como principal referencial o Estado. O pensamento social-cristão que defende as sociedades intermediárias, mas, na prática, as ligou estreitamente ao Estado -diretamente ou através do Partido- durante o Governo do PDC, o pensamento socialista chileno assim como o social- democrata, fortemente estatistas, encontram-se na base desta posição ideológica e estratégia política de desenvolvimento organizacional.

Embora a auto-crítica que se faz em alguns parágrafos, sobre

a dependência a respeito do Estado, como algo prejudicial para a organização, continua sendo ele o objeto de reivindicações e demandas. Igual que nos anteriores discursos (até 1973), exigindo a participação nas decisões. Porém, existe aqui uma consequência destes anos de autoritarismo, se concebe o Estado numa sociedade democrática. Isto é, não se reivindica a um Estado qualquer, senão a uma institucionalidade que é administrada em benefício das maiorias e por agentes eleitos por mandato popular.

A visão de um Estado por sobre as classes, capaz de distribuir, em forma mais ou menos equitativa, certos recursos sociais, e de legitimar a associação civil (ele reconhece os direitos dos camponeses e cooperativistas), continua presente no marco referencial e ideológico camponês. Inclusive se considera que um Estado democrático impedirá a instrumentalização política da organização (atuando como fator condicionador e positivo no interior das organizações populares). O Estado seria independente, em algum grau, de quem o administra (o Governo) que poderia tentar manipular o setor. A ele se pede apoio para desenvolver economicamente o cooperativismo, ao igual que durante a Reforma Agrária. Concebe-se um Estado de caráter mais "burocrático" que de classe, administrador de recursos, em parte substituto do mercado na distribuição dos bens e da riqueza em geral, produzida coletivamente. O caráter de classe (isto é de serviço aos interesses das forças favoráveis ou contrárias à democracia, o cooperativismo e o campesinato) estaria dado pelo seu Governo.

Eis a contradição do discurso do diagnóstico (contrário à

dependência) com o discurso da reivindicação (embora não se fale dela, pede-se tudo e espera-se, quase tudo, do Estado). Tenta se afirmar a identidade e autonomia organizacional, porém ao se verificar o empobrecimento econômico do campesinato e das Cooperativas, se termina acudindo ao Estado. Talvez aqui esteja um dos pontos-chaves do controle estatal (ideológico político) às organizações: a manutenção da sua descapitalização, para tê-las, sempre, subordinadas. Mas, encontra também fundamento nas próprias organizações, onde camponeses e funcionários (técnicos e administrativos), privilegiam uma concepção estatista da organização social e econômica, por sobre uma perspectiva libertária (ou até liberal), que excluía o apoio estatal e coloque nos próprios trabalhadores e as suas organizações a construção de uma base econômica própria. Esta é em, definitiva proposta cooperativa (na concepção de Gide e outros, clássicos). A capitalização do setor e o seu desenvolvimento consecutivo dependem mais do Estado que dos próprios camponeses e a solidariedade dos trabalhadores em geral: eis o que emerge das Conclusões do Congresso.

A questão é se perguntar até onde é possível que os pobres possam poupar e acumular para se capitalizar. De fato, esta relação com o Estado "distribuidor" da riqueza coletiva, resulta da precária situação dos sócios das empresas de participação social. Por isso, em quanto dure esta "pobreza", a relação entre "dependência" e "autonomia", por parte das organizações e o Estado, serão permanentes e contraditórias. Ao que se somam os

fundamentos ideológicos da cultura e pensamento organizacional camponês. De fato, a crítica ao "paternalismo" estatal da Reforma Agrária (cansativamente repetida, as vezes sem maior reflexão histórica), a exigência de participação nas decisões do estado que dizem respeito do campesinato e das suas organizações, a exigência de que o Estado entregue recursos para serem operados diretamente pelas Cooperativas, são expressões de uma procura de autonomia a respeito do Estado e dos seus Governos, quiçá mais destes últimos que do primeiro.

Talvez isto represente uma busca de conseguir certos direitos na esfera do permanente (o Estado) e não do contingente (os governos), assegurando-se assim a sobrevivência independentemente de quem administre o país.

A Sociedade Civil é um dado longínquo, que aparece como "Rede sócio-econômica" para que "descanse o Estado democrático". Isto é, as organizações encontram o seu significado na sustentação do Estado democrático e não no âmbito dos seus próprios interesses coletivos. A sociedade civil não é o que "não é Estado", e neste sentido teria autonomia, senão é o alicerce sobre o qual se levanta o Estado, quando caracterizado como democrático.

Por outro lado não há uma referência a procurar soluções se aliando, política, social e economicamente a outras organizações populares urbanas. Não há uma linha que tenda a estabelecer relações com os consumidores (através de Cooperativas de Consumo, "Ollas Comunes", "Comedores Populares" ou, inclusive com

comerciantes, associados ou não, etc.), nem de tentar conseguir capitais mínimos com organizações de trabalhadores, comerciais ou com profissionais.

As "Organizações Econômicas Populares" (OEPs) urbanas, estão fora do marco de reflexão do Congresso, o que, a nível do movimento popular lhe poderia caracterizar como "ruralista" (isto é, uma visão societal, na qual o rural, o campo, o campesinato, são independentes do mundo urbano, com o qual estabelecem relações, porém, sem chegar a conformar sistemas interligados).

Segundo o PET (1986), em 1985, haviam, só em Santiago, 1.095 destas OEPs que agrupavam perto de 100.000 pessoas, das quais a metade estavam ligadas ao consumo, em particular, de alimentos. Esta realidade popular, potencialmente um mercado para alimentos básicos e um setor de aliança estratégica para presionar o Estado, não aparece - como nenhuma outra forma de associação para o consumo alimentar ou de produtos agro-industriais e artesanais básicos no Congresso, sob nenhuma forma. Também não há referências ao mercado consumidor urbano, comercial, atacadista ou de varejo. A ênfase está no caráter de produtores dos camponeses e não de comerciantes, de responsáveis pelo destino dos produtos na sociedade (urbana).

Finalmente o "Documento de Conclusões" retoma várias das questões que temos colocado mais atrás e as incorpora às "Actividades a que se obliga el Cooperativismo Campesino". Coloca-se que CAMPOCOOP deverá impulsar:

- a) " Todas las gestiones necesarias ante las autoridades,

organismos e instituciones del Estado para dar a conocer los problemas de los campesinos, así también requerirá cuando corresponda las soluciones necesarias" [...]" Expresar que el cooperativismo requiere un Estado que se sustente en un país organizado en instituciones sociales representativas de los intereses de la mayoría".

b) " En el plano de la organización [...] el desarrollo de planes formativos que hagan del socio y su familia sujetos conscientes de los valores del cooperativismo, por lo cual estos programas contemplarían al conjunto de la familia, promoverá la unidad del movimiento campesino"[...]; [e] "la unidad real del movimiento cooperativo". E fazer " de la cooperativa un ejemplo que pueda ser imitado". Enfrentar problemas de produção e comercialização e melhorar a rede de comunicações verticais (76).

Propõe-se fazer da Cooperativa uma empresa eficiente, capaz de se adaptar à realidade e às exigências de futuro. Para o qual - e esta é uma questão inovadora no setor- se precisa "profesionalizar a sus dirigentes a fin de lograr una Cooperativa manejada por sus propios dirigentes". Observase a permanente atenção dada aos dirigentes, como grupo interno fundamental, que deve "manejar" a organização, (em oposição ao "manejo" externo de funcionários estatais ou de ONGs), às bases, colocadas como "dirigidas". Serão os dirigentes os que levam às bases na direção correta. Coloca-se que o Estado deve contribuir com os recursos para solucionar os problemas e as organizações, principalmente, com mão-de-obra. Defendem-se as expressões culturais camponesas,

como um "modo de expresión de vida que evita los vicios de la cultura urbana", também colocadas como demandas ao Estado, e não, por exemplo, a grupos culturais da sociedade civil, aos artistas e intelectuais, a grupos folclóricos, etc.

Para a construção do movimento cooperativo se assinala:

a) Impulsionar atividades que visem a unidade do movimento camponês, através de um programa de extensão cooperativa; b) influenciar o resto do movimento cooperativo na construção de um cooperativismo que assuma a sua história, e também, se levante sobre a realidade nacional e de cada setor, para construir uma sociedade que "fundada en el desarrollo del hombre pueda conjugarse con la construcción de un Estado participativo". Para o qual a formação e educação cooperativa será um eixo fundamental; c) construir um "Catastro Nacional del Cooperativismo Campesino". Os processos formativos, são considerados fundamentais para esta concepção cooperativa.

Ademais se agregam orientações para mudanças normativas e para a difusão dos acordos.

O Congresso é, de alguma forma, um fato de ligação com a história pré-1973. Foi a realização do Congresso programado para este ano e nunca realizado, produto, primeiro de condicionantes e conveniências políticas e, depois, pelo Golpe. Mas, foi também, a culminação do processo de reorganização do movimento iniciado em 1977/78. No Congresso convergeram as organizações que tinham ido se recuperando, aos poucos e isoladamente, durante estes anos. A resistência do movimento se traduziu na demanda por democracia e

justiça. A exclusão da modernização autoritária, na exigência de um Estado democrático. A aplicação, ideológica e econômica do neo-liberalismo, na sustentação da solidariedade e ajuda mútua, e do cooperativismo, como expressão destes princípios. A afirmação própria e o reconhecimento social como movimento e setor, resultava da superação das crises de 1973/74, 1976/77 e 1981/82. O próprio Congresso, as relações institucionais e alguns contatos iniciais, começavam a sentar as bases de relações mais douraduras com o resto do movimento cooperativo e camponês.

No Congresso, ideologicamente, não se faz nenhuma referência aos princípios tradicionais defendidos pelo cooperativismo (como foi feito no 2o Congresso, quando se afirma a integração à corrente "rochdaliana" do cooperativismo, e se sustenta uma posição nem capitalista nem estatista), senão que se afirmam princípios mais genéricos como a ajuda mútua, a solidariedade e participação, a democracia (ligada ao Estado). Poderíamos dizer que há uma afirmação ideológica para a organização, mais de "cooperação" que de "cooperativismo". Há uma ruptura ou descasso, a respeito dos velhos princípios, incorporados à tradição e cultura cooperativa camponesa nacional.

Reitera-se a ênfase na unidade com o movimento camponês, levantado no anterior Congresso, como fator fundamental do desenvolvimento cooperativo e rural. Isto, traduzido de outra forma, implica uma positiva avaliação e conveniência, da relação unitária, estratégica, entre os "assalariados do campo" e "os

pequenos agricultores". Implica privilegiar uma aliança "operária agrícola" - "pequenos produtores". Não no sentido de se submeter estes últimos à "vanguarda" dos primeiros, senão numa relação de igualdade. Reconhece-se a diversidade e heterogeneidade camponesa e a necessidade de se unir, sem subordinações de setores respeito de outros. A unidade é condição necessária para avançar na construção de uma sociedade camponesa aceitável para todos os seus setores.

Em síntese, se reforça uma concepção estatista da solução de problemas: os recursos, técnicos, financeiros e humanos, devem vir principalmente, senão totalmente, do Estado. Não se concebe um processo libertário de auto-construção social. Também não uma posição liberal, na qual os indivíduos ou algumas agrupações concorrem no mercado em áreas com vantagens. A perspectiva de análise é muito mais socializante, mais próxima a um cooperativismo orientado a uma sociedade socialista (em qualquer das suas expressões não autoritárias), onde o Estado detém um papel fundamental na organização econômica, que a uma Sociedade liberal. Só que esta função se lhe atribui ao Estado capitalista (numa expressão neoliberal), afirmando-se na tradição do "Estado de Compromisso" e na experiência dos Governos democráticos do PDC e da UP. Também não se assume a postura de alguns dos clássicos da cooperação que enfatizavam que o cooperativismo devia se construir sobre os esforços dos próprios trabalhadores, sem apoio estatal ou de benfeitores.

Finalmente, se afirma a responsabilidade cultural do coope-

rativismo, de propor e viver, valores solidários, com o conjunto da sociedade. Embora, esta contribuição não seja tão específica na medida em que, ao excluir os princípios mais tradicionais do cooperativismo e substituí-los por outros mais modernos e genéricos, se perde parte da identidade "cooperativa" para afirmar o seu componente de "cooperação", mais próximo a outras formas de organização sócio-econômicas não-cooperativas, por exemplo, as "Associações Gremiais", "Comunidades", etc., as quais também defendem princípios como democracia, participação, solidariedade, etc. Perde-se assim um pouco de identidade ideológica cooperativa, para reduzi-la a um modo de organização econômica sustentada sobre princípios genéricos.

O Congresso é também um marco que determinou um conjunto de medidas internas e externas nos anos seguintes: a profissionalização dos dirigentes, a ênfase na renovação de quadros dirigentes, a modificação dos conteúdos de cursos e projetos, a procura de encontrar formas institucionais de participação nas decisões pelos conselheiros, o início de relações formais com o movimento sindical e camponês, desenvolvimento de políticas de comunicação, ênfase no planejamento de médio prazo, contatos com vários Partidos e agrupações políticas.

Nos fins de 1984 e começos de 1985, o setor tinha alcançado uma organização minimamente consolidada, a nível de 1o, 2o e 3o grau. Inicia-se uma expansão em Bío-Bío e Talca, se mantém os projetos em andamento, diversas ONGs regionais continuam ou come-

çam a atuar com cooperativas e Federações específicas. No plano das comunicações CAMPOCOOP consegue editar, periodicamente, a sua Revista "La Voz del Campesino", órgão de comunicação com as bases e de difusão geral (alcança uma distribuição bi-mensal).

Neste momento já operam várias Federações Regionais, algumas com recursos próprios, tanto humanos, quanto tecnológicos e financeiros.

Entre estas, a Federação "Llanquihue" (FECOSUR), que alcançará, nos anos seguintes, um alto grau de desenvolvimento e influência regional, chegando a estruturar e dirigir uma Coordenadora de quase todas as organizações sociais da zona sul do país ("Multisectorial del Sur", atuante nas Províncias de Llanquihue, Chiloé e Osorno).

Pela sua importância regional e nacional, e por representar a Federação com um nível de organização mais avançada, em termos de serviços, equipe técnico, influência regional, recursos, etc. lhe dedicaremos um espaço maior.

Esta Federação, com Sede em Puerto Montt, a quase 1.000 kms. ao sul de Santiago, é de caráter regional já que agrupa as Cooperativas das Províncias de Valdivia, Osorno, Llanquihue e Chiloé. Fundada em 1972, teve um importante papel na condução do movimento cooperativo na região sul do país. Com o golpe militar entra em recesso, alguns dos seus diretores e funcionários são perseguidos. Em Abril de 1974 se realiza uma primeira reunião de reorganização, à que assistem 3 dirigentes (77). Em 1979, CAMPOCOOP realiza alguns Seminários em Cooperativas da Região

(Osorno e Llanquihue) que culminam num outro Seminário a nível de Federação (78) com o qual se permite reestabelecer alguns dos laços rompidos e se dá início à reconstrução da Federação.

Em Março de 1980, se realiza o "Primer Seminario de Reactivación de la Federación" (79). Três anos após, em 1983, estavam filiadas 15 organizações: 12 Cooperativas Camponesas, 1 Agrícola e 2 de Pescadores, que, em conjunto somavam 3.669 famílias, das quais 2.144 se beneficiavam ou estavam por se beneficiar de projetos. A Federação contava com 9 funcionários (entre técnicos e administrativos). Prestava este ano, serviços de apoio jurídico e contábil, transporte, assistência técnica, e um pouco de comercialização (80).

Como em quase todas as Cooperativas e Federações, a reativação não agregou todos os ex-sócios nem ex-Cooperativas.

"Los socios mas activos han sido aquellos que han sido beneficiados por algún proyecto. Pero, a su vez, los beneficiarios de los proyectos fueron seleccionados entre los socios con mayores necesidades, quienes fueron los primeros en acercarse a su cooperativa" (81).

A concepção social do cooperativismo, que outorga a este uma responsabilidade que supera aos seus sócios e se estende à comunidade, local ou regional (ou nacional, como vimos no caso do Terceiro Congresso), e que é característico do pensamento cooperativo camponês originário da Reforma Agrária, e a perspectiva política, de somar forças organizadas na luta pela sobrevivência e contra a ditadura, levou a FECOSUR a organizar uma coordenação

regional de organizações populares.

Entre o 14 e 17 de Julho de 1973, se realizou o "Primer Encuentro Multisectorial del Sur de Chile", en Castro (ilha de Chiloé). Participaram 54 organizações de pequenos agricultores, artesões, pescadores, assalariados agrícolas, arrendatários, meeieros, "algueros", mergulhadores, trabalhadores do ouro, sindicatos portuários, etc. e as organizações filiadas a FECOSUR, mais alguns grupos de profissionais. O objetivo desta organização, que se manteve por vários anos e realizou outros Encontros semelhantes, foi procurar soluções aos seus problemas e uma posição comum para a realidade do movimento (82)

Em relação ao financiamento das organizações, temos que para a maioria, a única fonte eram as contribuições externas (Projetos com financiamento internacional), sendo que, apenas três, puderam gerar ingresos significativos próprios, ao centralizar parte da comercialização de batatas dos seus sócios e pela venda de insu-
mos e outros produtos. A Federação recebia os seus maiores ingresos pelas contribuições externas e em menor quantidade pela geração de ingresos através dos serviços prestados (83).

A Federação assumiu, a partir desse momento um papel ativo dirigente na resistência regional à ditadura e foi um fator fundamental na reorganização do movimento popular e político da região. Isto levou também a incorporar nas decisões internas da organização, a variável político-partidária, de forma que definições e distribuições de cargos eletivos, eram definidos em termos de representatividade ideológica.

O caso de FECOSUR talvez seja um dos mais interessantes de pesquisar (em outros estudos) numa perspectiva de reconstrução do movimento cooperativo, popular e político, onde o cooperativismo camponês teve um papel principal, através dos seus atores técnicos e camponeses. Também é um caso interessante de analisar, na perspectiva de estruturação de um processo orgânico de resistência a regimes autoritários atuando nos marcos da legalidade.

Em Temuco, funcionava a Federação "Ñielol", que tinha contado com apoio da "Fundação Chol Chol" de Nueva Imperial, e dispunha de alguns recursos próprios (Projetos), para prestar serviços as suas organizações de base.

Atuavam também as Federações "Curicó", "Coquimbo-Atacama", "Aconcagua-Valparaíso", "Santiago", e "Concepción-Arauco", todas com apoio financeiro conseguido através de CAMPOCCOOP, embora em algumas Cooperativas, houvessem projetos, impulsionados por ONGs, independentes de Federações e da Confederação.

Várias Cooperativas desenvolviam atividades econômicas, com escassos recursos próprios, (p. ex. "Loncopangue", com maquinária agrícola), com apoio das Federações Regionais (o caso das Cooperativas atendidas por FECOSUR), de CAMPOCCOOP (por ex. "El Corazón"), (84) ou com assistência técnica e financeira de algumas ONGs (p. ex. do ICECOOP em "Domingo Mansilla" e SEPADE em "Chacayal"), ou com combinação de várias formas.

No ano seguinte, e à luz das Conclusões do Congresso, se elabora um "Plan Trienal de CAMPOCCOOP (1985-1987)" que deveria

coordenar as suas diversas atividades e Projetos. O Plano se fixa como objetivos aportar ao desenvolvimento de um projeto democrático para o país; constituir-se como um ator reconhecido pelo Estado e sociedade e um interlocutor válido para as suas instituições; e consolidar um corpo de direção nacional através da profissionalização dos dirigentes (85).

Estes objetivos se agruparam em dois objetivos gerais: a) Compreensão do papel da Confederação (nas suas funções de formação, representação e assessoria); e, b) Ordenamento da Confederação (na área administrativa e financeira) (86).

Começa a se instalar, como política, recolhida no Congresso a partir de proposições de alguns técnicos vindos da vida partidária, a "profissionalização" dos dirigentes. Começa a se privilegiar a formação de quadros dirigenciais e a estabelecer salários ou formas de pagamento para os dirigentes nacionais.

Procura-se, a partir de 1986, a participação dos dirigentes em decisões até então próprias dos técnicos, para o qual se organizam diversos "Sub-Programas", de cada Programa anual, os que, conformados por técnicos e dirigentes (membros do Conselho Nacional), discutem os objetivos, conteúdos e organização das atividades e se fazem responsáveis pela sua implementação.

A vida partidária, de técnicos e camponeses cada vez mais expandida e expresiva na vida nacional e no movimento, influi no funcionamento da organização, através da incorporação de um conjunto de práticas apropriadas à vida partidária (a negociação de cargos, o papel da disciplina e da autoridade formal, o valor

atribuído à dirigência por sobre as bases, o próprio carácter burocrático de dispor de dirigentes nacionais assalariados, a luta ideológica, etc.), porém que, ao mesmo tempo, abre (ou fecha) o leque de possibilidades de acesso a recursos, humanos e financeiros, assim como de pertença a maiores áreas de influências. São definidos -em alguns casos - candidatos a cargos, a partir de distribuições feitas antes das Assembléias, com o qual se assegurava, por uma parte, a continuidade da ajuda financeira recebida de órgãos com interesses ideológicos específicos, assim como, se respondia às "correlações de força ideológicas" internas a algumas das organizações de base.

De qualquer forma, esta questão não chega a se expressar em "lutas internas" de hegemonia, na medida em que todos os grupos privilegiavam a unidade na luta anti-ditatorial a construção democrática. O inimigo comum colocava a questão partidária e a disputa ideológica num segundo plano. Ademais, há que considerar que na maioria das cooperativas esta dimensão da prática organizacional (em especial do nível nacional e em algumas Federações), praticamente não se colocava como um fator expressamente interviniente e fundamental: os fatores propriamente sociais continuavam sendo principais.

As eleições, então, variavam de uma a outra Cooperativa e Federação, segundo utilizaram critérios ideológicos (políticos - partidários), tradicionais (re-eleição de antigos dirigentes), de contatos com equipes de ONGs, etc. Em CAMPOCOOP se estabelece o critério de que todas as Federações devem ter um representante,

titular, no Conselho, o qual deve ter a representação da sua Federação.

Em 1986, enfatiza-se a formação dos dirigentes e a preocupação com a sua renovação e participação na direção do movimento.

Nesses anos CAMPOCOOP, participa do "Proyecto de Fomento al Cooperativismo en América Latina", da FKA, junto a INPROA e ICECOOP, o qual lhe permite, além de obter recursos financeiros, que são o seu principal suporte econômico, estabelecer relações com um conjunto de organizações cooperativas latinoamericanas, participar de encontros e seminários internacionais (através de técnicos e dirigentes) e se dar a conhecer em quanto organização cooperativa.(87)

Este ano se organiza, aproveitando uma conjuntura considerada favorável para o movimento popular, um processo de elaboração do "Pliego do Cooperativismo Camponês Chileno", que visava levantar, ao Governo e sociedade civil organizada, nacional e regional, as principais reivindicações do setor. Após iniciar o trabalho de base, com apoio de uma Cartilha, culminou o trabalho, num Evento Nacional, que se viu prejudicado, na sua realização e na difusão dos seus acordos, pela instalação do Estado de Sítio, como resultado do falhido atentado a A. Pinochet. As conclusões sobre educação se encontram em capítulos posteriores.

Nesse processo CAMPOCOOP ampliava também a sua participação e influência no movimento cooperativista chileno.

Dados de dezembro de 1985 indicavam que haviam, no Chile, 2.220 Cooperativas vigentes (com situação legal válida independente do seu real funcionamento), das quais 209 eram camponesas, o que representava um 9,4 % do total, o segundo setor em importância após o Habitacional (1.114 Coops. que representavam um 50,2% do total). Sem o setor habitacional, o camponês, correspondia a um 18,9%.(88) Como setor, era o segundo em importância em termos de Cooperativas legalizadas. Esta situação, mantinha a alta representação histórica do setor no conjunto das Cooperativas do país.

Todavia, a sua importância não era só quantitativa. Participava do Conselho de CONFECOOP e ICECOOP, onde dirigentes chegaram a ocupar cargos nos seus Comitês Executivos e Juntas de Vigilância. Dirigentes e técnicos de CAMPOCOOP participavam ativamente em Encontros, Seminários, Congressos, etc. Formaram parte de experiências como o Comitê de Jovens Cooperativistas impulsionados pela CONFECOOP em 1979/80. Tudo isto lhe deu uma presença significativa no interior do movimento.

Qual era a situação econômica e social interna, do setor?.

No setor agrário a situação era a seguinte (1982) (89):

Tipo de Cooperativas vigentes, 1982.

Tipo de Cooperativa	Nº	%
Camponesas	213	50,47
Agrícolas	92	21,80
Colonização	66	15,64
Reforma Agrária	42	9,95
Multirrecoops	9	2,13
TOTAL	422	100,00

O setor camponês, em 1982, representava a metade das Cooperativas agrárias vigentes. No estudo de Segure (1985), que abrange 10 das 13 regiões do país, com 200 das 213 Cooperativas existentes, apenas 57 estavam ativas, isto é, 28,5 % das 200 do estudo (90). A maior parte das que funcionavam se encontravam na zona central do país, da V à VIII Região, com 50,88%; 42,10 % se encontravam na zona sul (IX e X Regiões) (91). Porém na perspectiva das Federações, são precisamente as da zona sul, que encontramos a maior base ativa, por exemplo NIELOL e FECOSUR. Sendo, esta última, a maior de todas, com 14 Cooperativas que representavam um 24,56 % do total. Havia 5 Cooperativas em processo de dissolução (92) o que significa, na realidade, que apenas 52 organizações estavam em condições de continuar funcionando.

O mesmo estudo (Segure, 1985) mostra que 25 das 57 Cooperativas (43,9 %) tinham um funcionamento "regular" (mantiveram um funcionamento sustentável e permanente), 21 (36,8%) com atividade "parcial" (atividade irregular e funcionamento esporádico) e 11 (19,3%) estavam em reativação (93). Destas, 13 foram intervidas (22,8%), das quais 5 por organismos oficiais e 8 por autoridades locais (94) (o que era ilegal, devido a que só o Ministério de Economia tinha atribuição legal para isso). Por outro lado, 23 já tinham estado em recesso temporal e 33 sempre ativas (57,9%)(95).

Estes dados mostram o precário nível de desenvolvimento econômico e organizacional do setor, sobretudo se comparado com mais de 300 Cooperativas que funcionavam -não sem problemas- a

1973.

A situação econômica difícil demonstrava também a pouca ação das ONGs, do Estado e inclusive do próprio movimento, em termos de apoio às Cooperativas: somente 26 organizações (45,6%) contava com apoio externo (96). A metade conseguia desenvolver alguma atividade de maneira autônoma, embora de baixo investimento. Isto mostra também que, nem a ação das ONGs nem o apoio financeiro de CAMPOCOOP e Federações, conseguia abranger o conjunto de organizações de base.

Comprova-se assim o que assinalávamos atrás, no sentido de não sobreestimar a ação das ONGs no desenvolvimento do setor, e portanto, os riscos de atrelamento e dependência da organização a respeito delas. De fato as ações, pelo menos com o setor cooperativo camponês, foram escassas, de pouco tempo (exceto o caso de INPROA com as Cooperativas originadas na Reforma Agrária da Igreja e do ICECOOP num projeto de 3 anos com 2 Cooperativas) e com restringidos recursos reais.

A difícil situação econômica das Cooperativas, se expressa no seguinte quadro (97):

Situação Econômica das Cooperativas Camponesas, 1985.

Situação Econômica	Nº	%
- Coops. com situação econômica positiva, com recursos de operação e sem dívidas 24,6	14	
- Coops. com situação econômica positiva, sem recursos de operação e sem dívidas 36,8	21	
- Coops. com situação econômica negativa, com dívidas passíveis de solucionar 28,1	16	
- Coops. com situação econômica negativa, com dívidas difíceis de solucionar 10,5	6	

Verifica-se que somente, uma de cada quatro Cooperativas encontrava-se numa situação econômica favorável ao desenvolvimento. Os outros 3/4 o tinham comprometido seja pela escassez de recursos ou pelas dívidas. Deve-se considerar que a metade não recebia ajuda externa, o que implica que uma parte importante só dispunha dos próprios recursos, limitados, antigos, ou quase inexistentes.

As relações entre o apoio externo (de ONGs, Igreja, Federações e Confederação) e o desenvolvimento social e econômico das Cooperativas, foi estudado por Segure (1985), contrastando-as com as que foram intervenidas e as que não receberam nenhum apoio.

Verifica-se que, em geral, as Cooperativas que estavam em melhor situação econômica (em especial pela disponibilidade de

recursos) são as que receberam algum tipo de apoio (98), em especial para os serviços de distribuição de insumos e crédito, assistência técnica e capacitação, e comercialização de produtos (99). Entre as cooperativas com algum tipo de apoio, aquelas criadas pela Igreja, dispunham de mais recursos de operação que as criadas pelos próprios camponeses ou o Estado (100), considerando que o apoio da Igreja (principalmente através de INPROA) tem sido mais permanente e sistemático que o do Estado ou de outras ONGs. Os serviços impulsionados pelas próprias organizações eram, principalmente o "escritório e atenção de sócios, projetos agro-industriais, pecuários e de auto-subsistência" (101). Os serviços apoiados de fora estavam diretamente ligados à pequena produção, os desenvolvidos internamente, estavam mais orientados a ocupar mão-de-obra ou à subsistência familiar. As intervenções não levaram a uma ativação das Cooperativas ou a expandir mais serviços (102) como era o seu objetivo, o que significa que prejudicaram o desenvolvimento do setor, a diferença do apoio externo que si contribuiu (103). Dentre as 11 Cooperativas em reativação, 8 tinham recebido apoio externo (em especial da sua Federação ou da Confederação) (104) o que demonstraria a função positiva do apoio externo, e, particularmente o papel significativo das organizações de 2o e 3o. grau.

De qualquer forma, o apoio externo não foi em grandes quantidades de recursos, embora tenham sido importantes para a sobrevivência das organizações e sócios beneficiados. Poucas

instituições privadas e nenhuma estatal trabalhavam com as Cooperativas (105), o que estaria demonstrando o que assinalávamos mais acima, no sentido de que se houve contatos com ONGs a nível de Confederação, Federações e até Cooperativas, isto não significava às vezes mais que relações inter-institucionais, políticas ou académicas, que não se traduziam, necessariamente, em recursos para o desenvolvimento económico do movimento em qualquer dos seus três níveis. Isto é válido tanto para as ONGs com as quais se mantinham relações periódicas quanto com as que eram permanentes.

Há nesta situação uma outra explicação complementar, que se soma aos escassos recursos disponíveis, objetivamente pelas ONGs, em relação às imensas demandas, e ao comportamento das Federações e Confederação de obter recursos próprios para operar: é a opção da maioria das ONGs, por apoiar outras formas de organização, em especial, o movimento sindical, as Associações Gremiais e as organizações indígenas. As formas associativas de cooperação mais tradicionais, entre as quais as Cooperativas, não estavam entre as prioridades da maioria das ONGs (com excepção das ligadas ao setor como INPROA e ICECDOOP, e, em um momento CENDERCO e CEAAL que, chegou a ter uma rede de educação cooperativa coordenando vários programas latinoamericanos). Várias não privilegiavam os pequenos proprietários e mini-fundistas tradicionais e sim os beneficiários da Reforma Agrária, os operários agrícolas e setores sindicalizados.

O cooperativismo não foi uma opção, ou preocupação, para a

maioria dos intelectuais, militantes e técnicos, nem para as ONGs, até que ganhou um espaço próprio no movimento camponês.

Em parte isto resulta da pouca sistematização e reflexão crítica, produto de algum preconceito, da esquerda chilena a respeito desta forma de organização, e, por outra, da concepção de pertença ao mesmo espaço, por parte da democracia cristã o que levava a disputar outros espaços ou a criar alguns novos, sem dar excessiva atenção a este setor.

Por outra parte, existia - e existe - um conceito do cooperativismo camponês ligado ao fracasso, tanto econômico quanto social e cultural. Existe a visão de que o cooperativismo é uma boa idéia que fracassou, na realidade e no imaginário camponês; que não permitiu o desenvolvimento econômico dos seus associados e foi ineficiente; não promoveu nem permitiu a participação; a ética não serviu como mecanismo de controle. "O campesinato não quer nem ouvir falar de cooperativismo" pois a sua experiência foi ruim. Esta é uma visão corrente em muitos técnicos, intelectuais e camponeses, onde nem sempre são considerados os fatores efetivos que levaram à destruição do movimento, durante o regime militar. Portanto não valeria investir aí mais, nem econômica, nem politicamente. Soma-se a característica de pluralismo interno, que gera algum grau de desconfiança política em uns e outros, para conformar uma imagem negativista do cooperativismo, a respeito de outras formas organizacionais camponesas.

Voltemos alguns parágrafos. Concluimos que a base econômica

geral das organizações tinha poucas condições de gerar um desenvolvimento auto-sustentado.

Fosse aos esforços por regularizar a situação contábil das Cooperativas (condição para axeder a créditos e a alguns outros benefícios) em 1984/85 só 61,4% tinha os seus balanços ao dia, o resto estava com atrasos de um ou mais anos (106).

Emquanto ao funcionamento dos principais órgãos de gestão interna da Cooperativa, realizavam reuniões de Assembléias Gerais todos os anos 26,3 %, esporádicamente um 50,9% e não tinham 22,5 % das Cooperativas. Os Conselhos de Administração reuniam-se periodicamente em 59,6 % dos casos (107).

Estes dados nos mostram que as instâncias de direção operavam com maior normalidade que as bases, o que assinala um problema na gestão democrática da organização, na medida em que se supõe que a direção deve implementar os acordos das assembléias e não atuar exclusivamente segundo os seus próprios critérios. O fato da maioria não realizar anualmente as Assembléias Gerais (como determina a Lei e os Estatutos), é sinal de uma deficiência na participação dos sócios, na media em que estes se convertem em "beneficiários" e não em "autoridade" da organização, com o qual o compromisso com a cooperativa se ressenete e se fixa a imagem de uma instituição alheia ao campesinato. O princípio de "identidade" característico do cooperativismo, que afirma a propriedade, gestão, trabalho e distribuição de benefícios pelas mesmas pessoas, se vê atingido com esta situação. Se converte numa relação de "sujeito" (o

camponês) - "objeto" (a cooperativa); onde o camponês vai não a "sua" organização procurar um benefício, senão à organização de algum "outro" (nem sempre definido claramente: dos dirigentes, dos técnicos e funcionários, do governo) que lhe oferece o serviço que procura e com os quais estabelece, não relações sociais e culturais, senão estritamente econômicas mercantis.

As Cooperativas que recebiam apoio eram nas quais os dirigentes se reuniam periodicamente, porém, não se encontraram co-relações com a realização anual de Assembléias (108). Isto é, da perspectiva da participação, a influência das ONGs ou dos órgãos superiores do movimento, chegava até a dirigência, até a função de direção e controle, e não até as bases, onde deveriam ser tomadas as decisões principais. Havia assim um reforço a uma direção, considerada como órgão burocrático, representativo das bases (formalmente eram eleitos o que lhe outorga "legitimidade" pelo período de duração da sua gestão), sem que isto tenha maiores consequências na participação nas decisões. As nossas observações, confirmam esta relação, que as vezes implicava citar os sócios a reuniões para dar força a alguns acontecimentos especiais (visitas externas, por exemplo), transmitir informações de interesse geral, etc., porém, poucas vezes para decidir. Embora, em algumas Cooperativas, com maior estabilidade e com projetos em andamento, algumas Assembléias, permitiam, efetivamente a discussão e participação dos sócios.

Estes fatos respondem à concepção ideológica, internalizada em camponeses e militantes sociais e políticos urbanos, ligados a

eles, que privilegia a ação e a formação das dirigências (élites locais e organizacionais) por sobre as ações e instâncias das bases. Estas são chamadas para cumprir "rituais" legais, formais, jurídicos, porém não para decidir efetivamente; ainda mais, quando as eleições de dirigentes, as vezes estão decididas de antemão, com o conhecimento dos sócios. A dirigência que se reúne periodicamente, se separa das bases, que se reúne esporadicamente. Estabelece relações individuais com os sócios, de tipo ideológico-cultural (por exemplo, por pertencer a uma mesma Igreja), políticas (partidárias), pessoais (amizade ou familiar), sociais (pelo seu papel na comunidade) ou, diretamente, pelo seu poder de utilizar recursos (manejo de projetos e contatos com quem os possui), com o qual mantém a sua influência na base e na direção, na medida em que constitui um grupo informal de pessoas, com as quais discute, se informa, informa, etc. A relação entre os dirigentes e os seus sócios organizados em Assembleias, extraordinárias ou ordinárias, é substituída pelas relações de dirigentes individuais com alguns sócios específicos e próximos, individualmente ou em pequenos grupos informais.

A participação da base é substituída por uma direção que combina o tipo "vanguardista" (por sobre e na frente das bases, com consciência de futuro e do seu papel de direção) com um tipo "burocrático" (com o papel principal de obter e administrar recursos e distribuí-los às bases). É substituída também, por um "ritual formalístico": a Assembleia, em parte também limitada

pela estrutura já dada estatutariamente, a partir da Reforma Agrária, necessário para o funcionamento legal da organização. Os sócios são reduzidos ao papel de "beneficiários" dos serviços.

A esta exclusão se soma que só um 65% possui Junta de Vigilância (109), exigência também formal para o funcionamento da organização, o que significa que 1/3 opera sem os mecanismos de controle sobre a direção, e, como temos observado nos anos de trabalho no setor e nos assinalava o administrador de uma Federação, elas ou não operam, ou se constituem só para cumprir formalidades necessárias. Assim o poder dos dirigentes e a exclusão das bases se conforma quase que totalmente, formal e informalmente, sem controle social maior.

Não há, na prática, um "contra-peso" dos sócios das Cooperativas, ao poder dos seus dirigentes, nem através de Assembléias, nem através dos órgãos de Vigilância.

Em quanto aos serviços prestados, precariamente, nas 57 Cooperativas, encontramos a seguinte situação(110):

Serviços prestados pelas Cooperativas

Serviço prestado	Nº Coops.	%Coops s/Tot.57
Escritório e atenção de sócios	34	59,6
Distribuição de créditos ou insumos	20	31,1
Comercialização de produtos	17	29,8
Assistência Técnica e capacitação	16	28,1
Armazem de consumo	14	24,6
Serviço de maquinária	13	22,8
Não presta serviço nenhum	13	22,8
Projetos Agroindustriais	9	15,8
Projetos de Pecuária	5	8,8
Projetos de Autosubsistência	4	7,0
Doutros serviços	22	38,6

No quadro vemos que nem todas as Cooperativas contavam com Sede, embora o 60% dispusesse de uma. Verificamos também que não há uma concentração de serviços ("especialização"), senão uma ampla abrangência de serviços, isto é, o quadro expressa a "multiatividade", na medida em que as Cooperativas prestam, ao menos, mais de um serviço aos seus sócios (e comunidade), em geral ligados diretamente à produção (com a exceção dos armazéns de consumo e, em parte da capacitação). É interessante destacar que 13 cooperativas (22,8%) não prestam serviço nenhum, o que significa que são 44 as que operam com serviços (e que seriam as efetivamente "ativas").

Em quanto à disponibilidade de bens, temos que 18 Cooperativas possuem terra (31,6%), 26 maquinária (45,6%), 48 infraestrutura (84,2%), 23 outros bens (40,4%) e uma não possui bem algum (111). Temos que a quase totalidade das organizações dispõem de alguns bens, dos quais a maioria poderia ser convertida em capital e passíveis de sustentar um processo econômico ligado à produção (pela produção ou através de serviços). Ou seja, se o funcionamento econômico é precário, tem condições materiais mínimas para desenvolver e impulsionar alguma atividade econômica; embora, mantenham níveis altos de recursos ociosos em caixa e inventários (112). Restaria saber a média de hectares em mãos das Cooperativas e o estado de deterioração e condições de operação da maquinária e infraestrutura para poder determinar se isso é possível.

Cabe aqui perguntar, como faz Segure, porque os sócios das

Cooperativas, que operam com índices de rentabilidade negativa, em alguns casos reiteradas, comprometendo o património das organizações, não as dissolvem? (113). Se tem perdas permanentes, porque não terminam com elas?.

Algumas hipóteses de respostas nos levariam por diversas explicações complementares: pela fé numa idéia de solidariedade, cooperação e ajuda mútua; pela existência de bens que permitem sustentar uma esperança de futuro melhor, num contexto democrático que chegaria algum dia e, com ele, um Estado participativo apoiado nas forças favoráveis ao campesinato e ao cooperativismo; talvez estejam prestando algum serviço (econômico ou de outro tipo) de interesse dos grupos envolvidos; por confiança na fala dos técnicos que anunciam um futuro melhor com a democracia; por uma consciência da necessidade da organização para se manter unidos e comunicados, tendo ou não atividade econômica, isto é, privilegiando o componente organizacional por sobre o empresarial, pelo menos nesse contexto de exclusão camponesa. Uma ou todas elas são linhas de respostas possíveis. O fato é que os casos de autodissolução são mínimos.

Em quanto à composição social do setor, o estudo de Segure (1985), mostra que o 75,5% das Cooperativas estão formadas, total (47,4%) ou maioritariamente (28,1%) por pequenos proprietários tradicionais e minifundistas. O resto se dividia entre as que tinham uma maioria de parceiros de Reforma Agrária (5,3%), de várias categorias sem maioria de alguma (8,7%) ou de sócios que trabalham em comum um estabelecimento (3,5%)(114).

Comprova-se assim que as Cooperativas mantêm-se como agrupação, principalmente, de camponeses com terra, em especial, pequenos proprietários e minifundistas tradicionais (isto é, anteriores à Reforma Agrária), aos que se somam outras categorias mais novas de proprietários (parceleiros e proprietários em comum). Com diferenças de percentuais, produtos das metodologias usadas, outros estudos confirmam a presença maioritária de pequenos proprietários e minifundistas tradicionais (Vives, C., 1978; CAMPOCCOOP, 1979; CAMPOCCOOP, 1980).

O cooperativismo se liga, então, mais que a definições gerais de "pequena agricultura", "economia camponesa" (integrando arrendatários e meeiros), "média agricultura", à "pequena propriedade" e "minifundio" tradicional. A base é de proprietários com tradição de produtores locais, a nível de "economias camponesas". Os seus sócios não são trabalhadores "sem terra", senão proprietários privados familiares (na medida que os que tem terras em comum são uma minoria).

A importância desta estrutura social, radica na força cultural e social que poderia ter a homogeneidade de interesses e necessidades.

Segure asinala que as cooperativas que são exclusivamente de pequenos proprietários e minifundistas tradicionais, estão em melhor situação económica que as mais heterogêneas, e, aquelas em que não há um grupo maioritário estão em situação francamente negativa (115). São também a maioria das que realizam anualmente as suas Assembléias (116), por tanto, são nas que, pelo menos

formalmente, há maiores possibilidades de participação na eleição de dirigentes e discussão de rumos coletivos. Em geral, elas não foram intervenidas (117), o que estaria demonstrando, em parte, que a sua situação antes da crise geral do setor, não era tão precária.

Isso nos coloca frente as alternativas de um cooperativismo orientado a camponeses com terra, tradicionais, ligados principalmente a serviços para a produção, com algumas atividades mais amplas (consumo), ou um cooperativismo, como se realizou em alguns lugares até 1973, em que se combinavam vários serviços, uns orientados à produção (aos camponeses com terra) e outros à ocupação de mão-de-obra (camponeses sem terra), incorporando, inclusive, atividades de ajuda mútua (para todos: armazem, ajuda funerária, melhoria de caminhos, etc.).

Éis um dilema que o setor devesse enfrentar, pois tem uma série de consequências sociais, econômicas e culturais. Implica optar por um cooperativismo de serviços, de produção (com terra ou agro-indústria), combinando ambos, agregando (ou não) a ajuda mútua. Implica se perguntar sobre o papel, função, futuro, do campesinato e da propriedade privada camponesa. Implica perguntar aos camponeses, como eles veem o seu próprio futuro, a sua própria organização, a organização da produção, dos recursos naturais. Finalmente implica perguntar-se e responder pela opção de fortalecer ou não uma elite, consciente, desenvolvida e servicial, nas comunidades e, em geral, no setor camponês (como na prática têm sido) ou um espaço orgânico, pluralista e amplo, de encontro

e cooperação entre as diversas categorias de camponeses.

Há um componente do pensamento camponês e da cultura e prática social de muitos técnicos cooperativistas ao qual é preciso dedicar um momento de reflexão: a religiosidade.

A influência católica -social, cultural e religiosa- se manifesta na fala cotidiana camponesa, na associação do cooperativismo como modo de vida e trabalho social, com os valores cristãos de homem e sociedade, no compromisso dos técnicos com o campesinato.

A cultura cristã, os valores evangélicos, o pensamento católico social tem sido um substrato ideológico ao pensar e fazer da educação cooperativa. Dos modos oligárquicos da primeira metade do século às formas mais democráticas e em procura de autonomia da segunda metade. Uma análise da relação "catolicismo-cooperativismo" é imprescindível para entender os conteúdos - expressos e ocultos da capacitação- quanto o desenvolvimento do setor.

Por isto dedicaremos algumas páginas a esta temática.

Tanto a nível de Cooperativas e Federações quanto de CAMPOCOOP, podemos encontrar um comportamento institucional que visava se colocar e manter como interlocutor válido, no mundo rural, para a Igreja. Isto não pode se visto simplesmente como uma estratégia de sobrevivência, necessária num momento de repressão, onde a Igreja era condição fundamental para a defesa e proteção moral, legal e física das organizações e dirigentes. Papel que assumiu a Igreja durante a ditadura militar, na defesa

dos direitos humanos, criando espaços para a atividade acadêmica livre e autônoma, e contribuindo à solução de problemas básicos de sobrevivência familiar (alimentação, saúde, trabalho), incentivando a ajuda mútua, etc. Esta foi, sem dúvida, uma das razões que levaram à Confederação e ao movimento em geral, a se manter próximo da Igreja.

Não podemos esquecer que o Partido Democrata Cristão substituir ao Partido Conservador como o representante da Igreja institucional e de parte significativa dos católicos; e que a principal fonte de financiamento de CAMPOCOOP era, desde 1979, a Fundação Konrad Adenauer. Havia então uma preocupação de sobrevivência econômica e política pela defesa, efetiva e possível ante outras medidas autoritárias.

Porém, havia um outro fator, nem menos importante: um senso de pertença a um corpo doutrinário e ideológico comum.

Há uma tradição internacional que liga o Cooperativismo camponês à Igreja e ao cristianismo e que em Chile se origina nos terratenentes da primeira metade do século, se estende pelo pensamento social-cristão que organiza as Cooperativas originadas da Reforma Agrária da Igreja, e continua, já no Governo, com a promoção massiva do cooperativismo, o que não se rompe durante a Unidade Popular, na medida que já não só social-cristãos, senão socialistas (marxistas com influências cristãs ou vice-versa) continuam o trabalho de desenvolvimento cooperativo. O campesinato cooperativista, e os técnicos que atuavam nas organizações, em geral, podendo ter uma postura maior ou menor

de crítica ao papel da Igreja, se consideram parte de um mundo cultural cristão. Se o setor se define como "a-religioso" (isto nunca foi co-locado em dúvida, a diferença do caráter "a-político"), por tanto como uma organização secular, parte fundamental dos seus quadros dirigentes e vários dos seus técnicos, ou pertenciam ou tinham se originado em instituições de Igreja ou próximas a elas.

A Confederação nesses anos, como já vimos, chegou a distribuir massivamente nas suas bases, documentos pontificais e pastorais locais.

A primeira manifestação pública de oposição ao regime militar, é precisamente provocada no âmbito da religião: o ataque do regime e classes dominantes à palavra da Igreja sobre o mundo rural.

Em 1979 uma Carta Pastoral dos Bispos aos camponeses foi violentamente criticada pelos empresários agrícolas ou por membros da oligarquia remanescente, originalmente latifundiária.

Queixava-se um saudoso patrão: "...aflora una contradicción de la Pastoral. En efecto se quejan, por una parte, de que estos trabajadores no tengan ocupación permanente y, por la otra, lamentan lo que llaman una vuelta al inquilinaje, en circunstancias de que este último sistema era el que realmente aseguraba al campesino la estabilidad en el trabajo..." (118). Alegava razões morais um outro para justificar a devolução das terras expropriadas, durante a Reforma Agrária, aos seus antigos donos: "existe alguna ley moral que puedan esgrimir los señores

obispos para negar el acceso a la tierra a quienes fueron sus legítimos dueños?" (119). Finalmente, com a ironia dos seus dirigentes, outrora ligados ao Partido Radical, racionalista e maçom, a Confederação de Produtores Agrícolas, assinalava: "Mezclado con el suave lenguaje eclesiástico y con hermosas citas de los evangelios, más allá de las formas, encontramos en la Pastoral de los Obispos -dirigida a los campesinos - un definido y directo planteamiento político" (120).

A reação no setor de ONGs e de trabalhadores rurais e camponeses em geral, não deixou-se esperar. Encabeçada por INPROA e INPRU, as organizações expresaram a sua solidariedade com a Igreja, através de abaixo-assinados, cartas, declarações públicas, etc. O setor cooperativo camponês enviou Cartas públicas de solidariedade.

Porém, neste processo aflorou o senso de pertença a um espaço cultural, ideológico e de ação social, compartilhado, entre a Igreja e o Cooperativismo. Pelo menos, por parte deste. A pertença estava dada em grande medida, nem só por factores institucionais, senão culturais, disseminados pelos processos de comunicação e educação.

A nível de base, as Cooperativas e Federação da V Região, assinaram uma Carta de solidariedade aos Bispos, junto a outros 43 dirigentes de outras organizações (quase todas ligadas de alguma maneira a INPROA), dirigida a Mons. Francisco de Borja V., Presidente da Conferência Episcopal de Chile. Após solidarizar com os bispos pelas agressões e ataques sofridos, assinalam que

"la reflexión que hemos hecho y seguiremos haciendo sobre la Pastoral es y será una amplia invitación a seguir sembrando la Fé y la Esperanza" (121). A Pastoral se converte num objeto de estudo e orientação. Não deixa de ser interessante a linguagem, de corte nitidamente religioso: "sembrar a Fé e a Esperança".

A fala camponesa é menos secular que religiosa, parece ser menos política que pastoral. Expressa um rasgo religioso componente do discurso e cultura camponesa, pelo menos de aquelas que têm tido ligações com a Igreja. Esta estenderia, através da linguagem (por instâncias educativas, principalmente), um conjunto de temas, conceitos, palavras, componentes do discurso religioso ao discurso camponês, para criar este espaço cultural comum. Mas é, também, uma forma de expressão das equipes técnicas de apoio (que, provavelmente redigiram o documento final), que, pela sua participação em órgãos ligados à Igreja, assumem a sua linguagem, para afirma-se também, como membros do mesmo corpo institucional. Coincidem aqui, então, interesses institucionais de sobrevivência e uma cultura comum de fundamento religioso católico, tanto nos camponeses cooperativistas como nos técnicos.

Nos discursos e ações de CAMPOCDDP a situação é semelhante, embora não seja o caso de uma relação de organizações camponesas com ONGs católicas, senão, de uma instituição camponesa que redige e elabora o seu discurso a partir dos seus próprios quadros dirigentes e técnicos (embora a partir de uma solicitude das instituições que coordenavam a resposta aos ataques das

classes dominantes agrárias).

Na carta dirigida ao bispo responsável pela Pastoral Rural, assinada pelo Presidente e o gerente de CAMPOCOOP e na qual se solicita a constituição de uma "Comisión de Defensa de los Derechos de los Campesinos", se assinala: "...hemos estimado como um deber de conciencia y de cristianos, elevar nuestra petición a nuestro pastor a fin de solicitarle que se constituya una Comisión de Defensa de los Derechos Campesinos" (122).

O parágrafo indica, ao menos: a) uma linguagem religiosa para se dirigir a autoridades religiosas, que expressa a tentativa formal, de se colocar num nível de relação, senão de iguais; b) se fundamenta a petição no caráter "cristão" dos solicitantes, como requisito principal para poder fazer chegar a solicitude (deixando implícito, em alguma medida, que ser "cristão" é sinônimo de ser "católico"). Ou seja, o cooperativismo é "a-religioso", é em quanto instituição religiosa, mais não em quanto adesão cultural. É um fato que os dirigentes evangélicos não se opuseram a estas relações com a Igreja, tanto por questões de interesses de sobrevivência econômica e política, quanto, porque, no fundamental se compartilha uma visão cristã da vida social e do cooperativismo. Isto no contexto mais amplo de ser o cooperativismo um espaço real de pluralismo religioso. c) Porém se fala, o que parece ser contraditório com o anterior, e assinala o caráter mais católico que ecumênico do ser "cristão", de "nosso Pastor", isto é, se lhe reconhece ao bispo uma autoridade moral e eclessial, pelo

menos, por sobre os assinantes da Carta e, por extensão, à organização. Isto independente da real integração militante dos assinantes à Igreja.

Entre 1979 e 1980, CAMPOCOPDF distribuiu vários documentos do papado quanto episcopais. Na introdução ao documento que difundia a Carta Pastoral aos Camponeses, se assinalava: " Los dirigentes campesinos tienen la obligación de formarse y educarse integralmente para representar, defender y apoyar a las organizaciones y sus asociados, [...] si somos dirigentes responsables y comprometidos debemos preocuparnos de educarnos permanentemente, especialmente sobre lo que acontece en el sector rural de nuestra patria" (123) .

Há aqui uma outra contradição. Se por uma parte se distribuiu o documento dos bispos, que, neste momento e no contexto dos conflitos de classe, representava uma defesa objetiva do movimento camponês e uma séria crítica as políticas do regime militar e portanto era, politicamente importante a sua difusão, isto assinala a adesão do setor aos conteúdos básicos do documento eclessial, por outro, a forma em que se orienta a sua leitura leva, mais que a solicitar adesão, a que seja a convertê-la em "objeto de estudo", em "material pedagógico" para dirigentes, de tal maneira que estes chegaram a ser melhores dirigentes na medida em que compreenderam melhor a realidade. Para a Confederação, os documentos episcopais se incorporaram aos processos educativos, em especial de dirigentes, como conteúdos com os quais há acordo básico, embora devam, ser refletidos.

Esta idéia de que os dirigentes devem se "formar" e educar, com documentos eclesiais, é uma tentativa de dar algum conteúdo teórico, ideológico, sociológico, ao pensamento camponês e servir de fundamento e complemento doutrinário, aos processos de educação da Confederação.

"Los dirigentes deben formarse y educarse doctrinariamente; tienen la obligación de leer, estudiar y analizar todos los documentos que les permitan servir y representar mejor a sus bases.

Esperamos que este documento pleno de Humanismo sea leído y estudiado por todos los Consejos, Juntas, funcionarios y socios de las Cooperativas" (124).

Novamente se afirma a necessidade de formar os dirigentes em questões "doutrinárias". O parágrafo mostra também a ambigüidade do discurso "a-religioso" ao usar-se, necessariamente, até por conveniência política de resistência e sobrevivência, textos eclessiais. Por uma parte se fala da obrigação de estudar "todos" os documentos que sejam da sua conveniência, quanto, ao mesmo tempo, se outorga um alto valor a este documento, na medida em que se afirma (com linguagem religioso novamente) o "pleno humanismo" do documento.

A educação é o principal campo no qual estas contradições se manifestam, já que atingem as ideologias dominantes na sociedade, quanto os graus e orientação cultural da consciência social, política e cooperativa. Será no âmbito da cultura (pela educação) onde a contradição entre o caráter não-religioso do

movimento, com o discurso religioso e uma certa adesão a uma "cultura cristã", mais católica que ecumênica, se expressa com maior força, embora, sem maiores conflitos internos. Pelo menos até 1980. Após 1984, se as relações com a Igreja se mantiveram, deixou-se de difundir textos religiosos nos processos educacionais, a linguagem mudou em parte, sendo complementada por termos mais econômicos e políticos, embora, nas atividades educacionais, os valores culturais fundamentais da Doutrina Social da Igreja continuaram se expressando de diversas formas.

A importância desta relação e este alicerce cultural e ideológico comum, nos obriga a nos deter, para conhecer, brevemente, quais são estes aspectos que compartilham, como valores e princípios práticos, a Igreja e o cooperativismo camponês.

Estas questões que se colocam como fundamento ideológico para técnicos e camponeses cooperativistas, da prática social em determinadas circunstâncias históricas, são componentes das políticas de comunicação internas da organização, quanto, e é o mais importante, do "Currículo oculto" da capacitação. Isto é, são os valores que se transmitem, conscientemente ou não, através da capacitação que realizam educadores cooperativos, tendo ou não formação religiosa.

A capacitação cooperativa, em maior ou menor medida, segundo fosse quem planejava e executava o programa e delineava a proposta curricular, e segundo as concretas condições históricas, estava, de uma ou outra forma empapada de Doutrina Social da

Igreja. Isto se produz tanto pelo caráter religioso, doutrinário e histórico, do cooperativismo desde as suas origens, quanto pelas características dos processos de formação ideológica e cultural dos técnicos e camponeses, quanto pela própria formação cultural chilena, onde o pensamento social-católico tem tido influência desde os anos 30, e, em particular dos 50 e com significativa força, nos setores intelectuais e camponeses desde 1965.

A Doutrina Social da Igreja tem tido algumas orientações doutrinárias no que diz respeito do cooperativismo. Desde a *Rerum Novarum*, primeira Encíclica sobre a "Questão Social" (Leão XIII, 1891) até a "*Laborem Exercens*" de João Paulo II, passando pela "*Mater et Magistra*" de João XXIII (1961), a "*Gaudium et Spes*" (1965) e "*Populorum Progressio*" (1967) de Paulo VI e outros vários documentos pontificais. A Igreja latinoamericana, nas Conferências Episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), fez alguns comentários sobre esta modalidade de organização.

A Tese de Vânia E. Rizzo (1987) faz um apanhado destes documentos na sua relação com o cooperativismo, conclui:

"Con relación al cooperativismo en general, éste es poco mencionado por el magisterio; lo que mas persiste es la necesidad de la presencia de lo católicos en el cooperativismo, a fin de que en el dinamismo que es propio de este sistema se respeten y fomenten las virtudes sociales que él contiene" (125).

Não haveria uma reflexão mais dedicada à questão cooperativa por parte da Igreja, embora esta tenha sido em alguns lugares e

países, grande promotora de cooperativas rurais, de poupança, crédito, consumo.

Entre os princípios básicos da Doutrina Social da Igreja, encontramos:

1) O Amor Universal extendido aos inimigos e com predileção pelos pobres. Supõe: a) Amor por nós mesmos; b) Amor ao próximo, inclusive inimigos; c) Amor pelos pobres e sofredores. 2) A pessoa humana é a causa e o fim de todas as instituições sociais. 3) O domínio de Bem Comum e o princípio da subsidiariedade. 4) A contradição entre capital e trabalho que se dá no marxismo e no capitalismo, e que só poderá ser superada numa sociedade orientada pelo Bem Comum.

Ao Capitalismo lhe critica: a) O direito à propriedade absoluta, sendo inaceitável o capitalismo que defende o direito exclusivo à propriedade privada dos meios de produção; b) a primacia do capital por sobre o trabalho, que representa uma inversão de valores já que a prioridade é do trabalho: é deste que resulta o capital; c) a sua concepção materialista do Homem, que o submete à economia e ao capital.

Ao marxismo lhe critica: a) A concepção materialista do Homem e da História, que reduzem os Homens a uma dimensão temporal e ao trabalho, desconhecendo outras dimensões; b) a Primacia dos meios de produção por sobre o trabalho. O Homem se já não depende do capital agora depende dos meios de produção (através dos seus administradores); c) a concepção coletivista (estatista) da propriedade; d) A luta de classes, como maneira

de legitimizar a violência.

Ao criticar tanto o capitalismo e o liberalismo economicista que o fundamenta, quanto o marxismo, como fundamento de um socialismo "materialista", já que em muitos documentos não se critica o socialismo "em si", senão com adjetivos (Vide a Carta da CECh "Evangelio, Política e Socialismos", 1971) a Igreja está propondo a procura de um caminho intermediário, que possa conciliar o capital e o trabalho, segundo os princípios gerais do Amor e Bem Comum. É a proposta de uma "terceira via", tão procurada pelo social-cristianismo.

Pela sua parte a Igreja sustenta, como princípios fundamentais do trabalho: a) A primacia da Pessoa Humana sobre as coisas; b) A primacia do trabalho sobre o capital; c) A propriedade privada legítima, que é aquela subordinada ao Bem comum.

Há um conjunto de questões comuns, que são as que situam o Cooperativismo em geral e camponês em particular, num campo ideológico e cultural comum.

Da perspectiva dos princípios e valores sociais fundamentais, encontramos:

- Eue enquanto a Igreja afirma a Supremacia do Homem sobre as coisas, o cooperativismo se define a si mesmo (o que é comum ouvir dos camponeses) como uma associação de "pessoas e não de capitais".

- A Doutrina Social da Igreja (DSI) afirma a necessidade de conciliar o trabalho e o capital, porém, subordinando este ao